

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**Ana Paula Schervinski Villwock**

**MEIOS DE VIDA E RENDA: UMA PESQUISA EM PAINEL DE  
AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ**

**Santa Maria, RS  
2018**



**Ana Paula Schervinski Villwock**

**MEIOS DE VIDA E RENDA: UMA PESQUISA EM PAINEL DE AGRICULTORES  
FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,  
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS), como requisito para obtenção do grau de  
**Doutora em Extensão Rural**

**Orientador: Marco Antônio Verardi Fialho**

**Santa Maria, RS  
2018**

Villwock, Ana Paula Schervinski  
MEIOS DE VIDA E RENDA: UMA PESQUISA EM PAINEL DE  
AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ / Ana  
Paula Schervinski Villwock.- 2018.  
200 p.; 30 cm

Orientador: Marco Antônio Verardi Fialho  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2018

1. Intitulos 2. Meios de Vida 3. Renda I.  
Verardi Fialho, Marco Antônio II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

---

@Todos os direitos autorais reservados a Ana Paula Schervinski Villwock. A reprodução de partes ou do todo desse trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: ana.agronomia@gmail.com

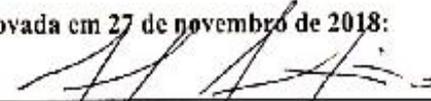
---

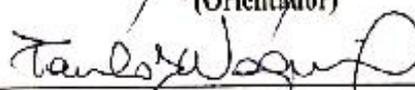
Ana Paula Schervinski Villwock

**MEIOS DE VIDA E RENDA: UMA PESQUISA EM PAINEL DE AGRICULTORES  
FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Extensão Rural da Universidade Federal de  
Santa Maria, como requisito parcial para obtenção  
do título de Doutora em Extensão Rural.

Aprovada em 27 de novembro de 2018:

  
\_\_\_\_\_  
Marco Antônio Yerardi Balho, Dr. (UFSM)  
(Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Paulo Dabdab Wajull, Dr. (UFRGS)

  
\_\_\_\_\_  
Miguel Ângelo Perondi, Dr. (UTFPR) - Parecer

  
\_\_\_\_\_  
David Basso, Dr. (UNIJUI)

  
\_\_\_\_\_  
Vicente Celesfino Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS  
2018



## DEDICATÓRIA

*Dedico esta tese à minha família, minha mãe Adélia e meu irmão Ciano.  
Obrigada por nunca medirem esforços para estarem ao meu lado, por todo amor e por me  
ensinarem tantos valores, sobretudo ter fé, força e foco, sempre! Vocês são meu porto  
seguro!*



## AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada do doutoramento tive o privilégio de contar com pessoas, histórias e momentos muito especiais e marcantes, que realmente me fizeram uma pessoa melhor e que sou grata por tantas oportunidades priorizando mencionar.

À Deus pela saúde e pelos dons da sabedoria e paciência, que foram essenciais nessa jornada acadêmica. O início da caminhada no doutorado foi árdua, mas com a fé em Deus que tudo melhoraria com o tempo, o caminho foi se tornando leve com o passar dos dias e por fim se tornou muito prazeroso e agradável. Hoje, olho para trás e vejo um belo caminho de experiências profissionais trilhado que me faz ter a certeza que o ensino, pesquisa e extensão, são o futuro da minha vida profissional.

Ao meu querido orientador, Fialho. Obrigada por acreditar em mim, por compartilhar seu conhecimento, pela generosidade e presteza sempre presente em suas ações e palavras e principalmente pelas conversas acalmando-me e colocando meus “pés no chão” em relação ao doutorado e a vida.

À Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de estudar em uma das melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil e ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, no qual conheci excelentes profissionais. Aos professores com os quais tive a oportunidade de cursar as disciplinas, em especial ao professor Pedro Selvino Neumann, Renato Santos de Souza e Vicente Celestino Silveira, que me acrescentaram muito como pessoa e profissional. Ao Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por proporcionar-me uma bolsa de estudos.

Agradeço à banca de defesa de tese, por aceitarem o convite para realizar um debate sobre os meios de vida e renda dos agricultores familiares, na medida em que avaliaram e contribuíram com o conteúdo deste trabalho. Muito obrigada Paulo Dabdab Waquil, Miguel Ângelo Perondi, David Basso e Vicente Celestino Silveira. Agradeço também as ótimas considerações realizadas pelo Alessandro Porporatti Arbage na qualificação do projeto de tese.

Agradeço os pesquisador Zander Navarro, por sempre compartilhar seus vastos conhecimentos e por proporcionar a minha imersão no projeto de pesquisa qual originou as inquietações empíricas e intelectuais dessa tese.

Agradeço, sem medidas, às 25 famílias que me acolheram em suas casas e confiaram a mim informações sobre seu trabalho e sua vida, muitas vezes confidenciando problemas pessoais, preocupações e desejos, mas que muito contribuíram a mim enquanto pessoa. Conviver com esses agricultores e agricultoras e vivenciar suas rotinas proporcionaram um

entendimento da realidade que é essencial ao pesquisador e que ultrapassa os muros da universidade. Em especial, agradeço a família Beal, por todo acolhimento e dedicação para que esse trabalho de campo e essa troca de saberes fosse possível. Meu respeito e admiração por todos vocês!

Agradeço aos amigos André Luiz Simonetti, Mariana Beal, Jhuly Biava, Manoel Kischener e Danielli Simonetti, pelo auxílio na pesquisa de campo no ano de 2013 e no ano de 2017, pelos diálogos e análises, pelo olhar amoroso e responsável sobre os agricultores familiares, pelo compartilhamento do conhecimento, pelas inúmeras horas de conversa e sorrisos e acima de tudo, pela amizade! Vocês são presentes que Pato Branco me proporcionou!

Ao NEPEA (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia Agroindustrial) e aos colegas de grupo de pesquisa, por proporcionarem um ambiente de múltiplas aprendizagens e troca de saberes, tendo o privilégio de constituir muitas amizade.

Às meninas do NEPEA, em que meio a construção do conhecimento, tornaram o doutorado mais acolhedor e amoroso. Vivi, Bruninha, Pati, Cari e Tati, obrigada por compartilhar momentos alegres e outros difíceis, por sempre estarem ao meu lado, por serem seres humanos de coração que transborda generosidade. Obrigada pela amizade!

À equipe da ATES-RS, em especial ao Alisson, Bellé, e Fernanda, que tive o prazer de conviver e trabalhar durante o doutorado. Obrigada por tantas experiências e conhecimento.

Às amigas da turma de doutorado 2015, Alessandra, Patrícia e Franciele, por tantas alegrias, aprendizados e trocas. Obrigada por dividir angustias e alegrias.

Às Alessandras, por todo amor! À Alessandra Matte, minha amiga que transborda empatia e bondade. Obrigada pelas acolhidas em Porto Alegre, por escutar minhas angústias e ter uma palavra de incentivo, por compartilhar todo o teu conhecimento comigo e por me ensinar que a vida é muito mais do que vamos deixar escrito. Afinal “as energias se encontram e o doutorado é uma parte da nossa vida”. À Alessandra Germani, minha fiel e inseparável amiga de inquietações, produções e conversas de vida! Muitas vezes paro e penso o quanto a vida foi generosa comigo por tê-la colocado no meu caminho. Você é um presente do doutorado e a minha inspiração de profissional responsável. Que alegria dividir esses anos de amizade e aprendizado com você!

A partir daqui, faço meus agradecimentos mais sinceros e emocionados à minha família, por torcerem por mim e por compreenderem alguns momentos de ausência. Agradeço em especial minha mãe e meu irmão, que nunca mediram esforços para que pudessem estar ao meu lado e que acreditaram em mim em todos os momentos. Agradeço tudo que sempre fizeram e

fazem por mim, pelo amor incondicional e por estarem comigo em todas as etapas desta tese e da vida.

Mãe, você é meu exemplo de força e determinação! Este trabalho é escrito por mim, mas sem tuas palavras de incentivo todos os dias ao telefone, sem teu amor, sem tua valentia e sem teu encorajamento para superar os desafios que a vida me colocou, eu jamais teria chegado ao fim. Obrigada infinitamente.

Ciano, no momento mais difícil desses anos de doutorado, foi você quem esteve segurando a minha mão. Não tenho palavras que descrevam minha admiração, amor e gratidão por você. Saiba que enquanto eu existir, você nunca estará sozinho!

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao André, meu companheiro de vida. Obrigada por escutar meus desabafos, ideias, problemas e por você me acalmar com sua paz. Obrigada por acreditar no meu potencial e sempre me incentivar ir mais longe a cada dia. Obrigada por todo carinho, amor e respeito! Você é meu equilíbrio emocional!

Essa caminhada não se tratou apenas da conclusão de uma tese, mas de aprendizados que vão além de um diploma acadêmico. Assim, compartilho essa conquista com vocês como forma de agradecimento pelo ajuda prestado de diferentes formas.



## RESUMO

### MEIOS DE VIDA E RENDA: UMA PESQUISA EM PAINEL DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ

AUTORA: Ana Paula Schervinski Villwock  
ORIENTADOR: Marco Antônio Verardi Fialho

A presente tese aborda especificamente o tema dos meios de vida e rendas rurais, tomando por universo empírico os agricultores familiares do Sudoeste do Paraná. De modo geral, o propósito foi compreender como é a relação existente entre os meios de vida e a formação da renda de agricultores familiares do Sudoeste do Paraná, mais especificamente buscando analisar como os intitulentos/ativos influenciam nas estratégias de formação da renda nas unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. Tendo como objeto de estudo a agricultura, foram aplicados questionários semiestruturados com 25 unidades de produção familiar na Comunidade Barra do Santana no município de Verê, localizado no Sudoeste do Paraná, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, o que caracteriza uma pesquisa em painel. Como técnica complementar, a observação participante permitiu contemplar as complexidades existentes em relação a redução social dos agricultores familiares, enfocando aspectos de renda. Os resultados apontam que a renda total das UPF aumentaram com o passar dos anos de análise, e que isso é derivado do aumento todas as rendas que compõem a renda total, exceto da renda de outras fontes, e que a renda agrícola é a principal responsável pela renda total das unidades de produção em ambos os anos de análise. Entretanto, salienta-se que as rendas de transferências sociais, outras rendas do trabalho, rendas de outras fontes e rendas não agrícolas são responsáveis por 28% e 36% da renda total nos anos agrícolas 2012-2013 e no ano agrícola 2016-2017, respectivamente, mostrando que o aumento dessas rendas é de grande importância para manutenção da reprodução social das famílias em suas unidades de produção e que a maior diversificação da renda proporciona aumento da renda com o passar dos anos. Constatou-se que os meios de vida expandiram do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, mas que dentre todos os capitais que formam os meios de vida, os capitais físico e financeiro foram mais vulneráveis que os capitais humano, social e natural, pois comparativamente os valores encontrados são menores em ambos os anos. Com isso, pode-se perceber que a sustentabilidade média dos meios de vida das unidades de produção familiar entrevistadas aumentou com o passar do tempo pois a média harmônica de cada um dos capitais também aumentou, apesar de terem sido encontradas fragilidades nos capitais físicos e financeiros. Por fim, quando realizado a análise dos intitulentos, infere-se que a baixa renda das UPF no meio rural é oriunda de um menor acesso aos ativos/intitulentos e conseqüentemente de um menor IMV, que não lhe proporcione expansão das condições de vida, e que as maiores rendas, são derivadas do maior acesso aos ativos/intitulentos, e conseqüentemente um maior IMV, que lhe proporcione expansão das condições de vida.

**Palavras-chave:** Intitulentos. Meios de Vida. Renda.



## **ABSTRACT**

### **LIVELIHOODS AND INCOMES: A SURVEY IN THE SOUTHWEST FAMILY FARMERS PANEL OF PARANÁ**

AUTHOR: Ana Paula Villwock  
ADVISOR: Marco Antônio Verardi Fialho

The present thesis specifically addresses the theme of rural livelihoods and incomes, taking the family farmers of the Southwest of Paraná as their empirical universe. In general, the purpose was to understand the relationship between livelihoods and the income formation of family farmers in the Southwest of Paraná, specifically to analyze how entitlements / assets influence income formation strategies in production in the agricultural years 2012-2013 and 2016-2017. As a study of agriculture, semi-structured questionnaires with 25 family production units were applied in the Barra do Santana Community in the municipality of Verê, located in the Southwest of Paraná, in the agricultural years 2012-2013 and 2016-2017, which characterizes a research on panel. As a complementary technique, the participant observation allowed to contemplate the existing complexities in relation to the social reduction of family farmers, focusing on income aspects. The results indicate that the total income of the UPF increased with the passing of the years of analysis, and that this is derived from the increase of all incomes that make up the total income, except of the income from other sources, and that the agricultural income is mainly responsible by the total income of the production units in both years of analysis. However, income from social transfers, other labor incomes, incomes from other sources and non-agricultural incomes account for 28% and 36% of total income in the agricultural years 2012-2013 and in the agricultural year 2016-2017, respectively, showing that the increase of these incomes is of great importance for the maintenance of the social reproduction of the families in their production units and that the greater diversification of the income provides increase of income over the years. It was found that livelihoods expanded from the agricultural year 2012-2013 to the agricultural year 2016-2017, but out of all the capital that forms the livelihoods, physical and financial capital were more vulnerable than human, social capital and natural, because comparatively the values found are lower in both years. Thus, it can be seen that the average sustainability of the livelihoods of the family production units interviewed increased with the passage of time since the harmonic mean of each of the capitals also increased, although weaknesses were found in physical and financial capitals. Finally, when the analysis of the entitlements is carried out, it is inferred that the low income of the UPF in the rural area derives from less access to the assets / entitlements and consequently from a smaller IMV, that does not provide an expansion of the living conditions, and that the higher incomes are derived from greater access to assets / entitlements, and consequently a higher IMV, which provides an expansion of living conditions.

**Keywords:** Entitlements. Livelihoods. Income.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama de análise dos meios de vida no meio rural .....	51
Figura 2 - Organograma de tipificação de renda .....	61
Figura 3 - Organização dos instrumentos de pesquisa .....	69
Figura 4- Localização geográfica do município de Verê, no estado do Paraná. ....	71



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Histórico do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Brasileiro, no período de 1980 a 2014.....	42
Gráfico 2- Biograma dos Meios de Vida das unidades de produção familiar da comunidade Barra do Santana no ano agrícola 2012-2013 e 2016-2017.....	74
Gráfico 3 - Práticas de conservação dos solos que compõe o capital natural das unidades de produção familiar dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	77
Gráfico 4- Práticas de acesso a informação que compõe o capital humano das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	79
Gráfico 5 - Práticas sociais das unidades de produção familiar dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	84
Gráfico 6 – Porcentagem de unidades de produção familiar nos anos agrícolas de 2012-2013 e 2016-2017 segmentada em estratos de área total. ....	88
Gráfico 7-Área média das unidades de produção familiar nos anos agrícolas de 2012-2013 e 2016-2017 segmentada em estratos de área total. ....	89
Gráfico 8- Valores médios da renda agrícola, renda de transferências sociais, outras rendas do trabalho, renda de outras fontes e renda não agrícola das unidades de produção familiar nos anos agrícolas de 2012-2013 e 2016-2017.....	90
Gráfico 9 - Composição da renda total média das unidade de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	93
Gráfico 10 - Número de unidades de produção que tinham renda de transferências sociais, outras rendas do trabalho, renda de outras fontes e renda não agrícola, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	96
Gráfico 11 - Composição do produto bruto médio das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	98
Gráfico 12- Desempenho do valor médio do agregado bruto e do valor agregado líquido dividido pela superfície agrícola útil das unidades de produção nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	101
Gráfico 13 - Desempenho do valor médio do agregado bruto e do valor agregado líquido dividido pela disponibilidade de mão de obra familiar das unidades de produção nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	102
Gráfico 14- Proporção do valor agregado bruto (VAB) e do consumo intermediário (CI) entre os sistemas de produção vegetal, animal e transformação caseira das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	103
Gráfico 15- Composição da renda total média do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	108
Gráfico 16- Composição da média do produto bruto do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	110

Gráfico 17 - Biograma dos Meios de Vida do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	112
Gráfico 18 - Composição da renda total média do grupo que possui as unidade de produção familiar abaixo da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	114
Gráfico 19- Composição da média do produto bruto do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	116
Gráfico 20- Biograma dos Meios de Vida do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	117
Gráfico 21 - Composição da renda total média do grupo que possui as unidades de produção abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e acima da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017.....	119
Gráfico 22- Composição da média do produto bruto total do grupo que possui as unidades de produção abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e acima da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017.....	121
Gráfico 23- Biograma dos Meios de Vida do grupo que possui as unidades de produção abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e acima da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017.....	122
Gráfico 24- - Composição da renda total média do grupo que possui as unidades de produção acima da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017.....	124
Gráfico 25- Composição da média do produto bruto total do grupo que possui as unidades de produção acima da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017.....	125
Gráfico 26- Biograma dos Meios de Vida do grupo que possui as unidades de produção acima da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017.....	127
Gráfico 27- Composição da média da renda total dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	129
Gráfico 28- Composição da média do produto bruto total dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	131
Gráfico 29- Biograma dos Meios de Vida dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	134
Gráfico 30- Média da área de mata das UPF dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	138
Gráfico 31 - Porcentagem de assistência técnica dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	156

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Indicadores que compõe o IDH, nos anos de 1980 e 2014. ....	43
Tabela 2- Estabelecimentos Agropecuários e Área segundo as Atividades Econômicas – Censo 2006 .....	72
Tabela 3 –Valores médios da mão de obra disponível nas unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	82
Tabela 4 – Valores médios de indicadores de capital e terra disponível das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	86
Tabela 5- Média da área total, área própria e superfície agrícola útil das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	87
Tabela 6 – Valores médios de indicadores de produtividade de terra e rentabilidade das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	96
Tabela 7- Valores médios de renda agrícola e renda total em salários mínimos por mês nas unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	97
Tabela 8- - Número de unidade de produção familiar de acordo com o grupo de renda nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	106
Tabela 9 - Separação dos grupos conforme a mediana da renda, para fins de análise. ....	128
Tabela 10- Índice de Meios de Vida (IMV) dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	133
Tabela 11- Valores do Capital Natural dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	137
Tabela 12- Numero de UPF que realizam práticas de conservação do solo dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	140
Tabela 13- Valores do capital humano dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	144
Tabela 14- Média de escolaridade das UPF dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	145
Tabela 15- Numero de UPF que acesso a informação dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	146
Tabela 16- Numero de bens de consumo dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	149
Tabela 17- Numero de UPF que tinham computadores nos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	150
Tabela 18- Valores médios da mão de obra familiar nos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	151
Tabela 19- Valores do capital social dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	153
Tabela 20- Intituleamentos do capital social dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	154

Tabela 21- Valores do capital físico dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	158
Tabela 22- Valores médios do capital imobilizado dividido pela superfície agrícola útil dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	159
Tabela 23- Valores do capital financeiro dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.....	160
Tabela 24- Valores médios da renda total dividida pela mão de obra familiar dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. ....	161

## **LISTA DE ABRIVIATURAS E SIGLAS**

CI - Consumo Intermediário

D - Depreciação

DVA - Divisor do Valor Agregado

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado

IMV - Índice de Meios de Vida

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ONU - Organização das Nações Unidas

ORT - Outras Rendas do Trabalho

PB - Produto Bruto

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

R - Renda total

RA - Renda Agrícola

RNA - Renda Não Agrícola

ROF - Renda de Outras Fontes

RTS - Transferências Sociais

SAU – Superfície Agrícola Útil

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UPF – Unidade de Produção Familiar

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UTH – Unidade de Trabalho Homem

UTHcont - Unidade de Trabalho Homem Contratado

UTHf – Unidade de Trabalho Homem Familiar

UTHtotal – Unidade de Trabalho Homem Total

VAB - Valor Agregado Bruto

VAL - Valor Agregado Líquido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>2</b>	<b>OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO E SUAS INFLUÊNCIAS NOS ACESSOS AOS RECURSOS.....</b>	<b>33</b>
2.1	ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E OS INTITULAMENTOS.....	40
2.2	ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA E OS ATIVOS.....	47
2.3	RENDA COMO UM MEIO DE VIDA PARA REPRODUÇÃO SOCIAL .....	55
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>63</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA .....	70
<b>4</b>	<b>PANORAMA GERAL DOS MEIOS DE VIDA E DOS INTITULAMENTOS ...</b>	<b>73</b>
4.1	CAPITAL NATURAL .....	75
4.2	CAPITAL HUMANO .....	78
4.3	CAPITAL SOCIAL.....	83
4.4	CAPITAL FÍSICO.....	85
4.5	CAPITAL FINANCEIRO .....	89
<b>5</b>	<b>COMPOSIÇÃO DA RENDA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS .....</b>	<b>92</b>
<b>6</b>	<b>RELAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E A RENDA .....</b>	<b>105</b>
6.1	UPF ACIMA DA MEDIANA DA RENDA EM 2012-2013 e 2016-2017 .....	107
6.2	UPF ABAIXO DA MEDIANA DA RENDA EM 2012-2013 e 2016-2017.....	113
6.3	UPF ABAIXO DA MEDIANA DA RENDA EM 2012-2013 E ACIMA DA MEDIANA DA RENDA EM 2016-2017.....	118
6.4	UPF ACIMA DA MEDIANA DA RENDA EM 2012-2013 E ABAIXO DA MEDIANA DA RENDA EM 2016-2017.....	123
6.5	COMPARATIVO DOS MEIOS DE VIDA E DA RENDA ENTRE OS 4 GRUPOS FORMADOS .....	128
<b>7</b>	<b>RELAÇÃO DOS INTITULAMENTOS, RENDA E MEIOS DE VIDA .....</b>	<b>136</b>
7.1	INTITULAMENTOS DO CAPITAL NATURAL .....	136
7.2	INTITULAMENTOS DO CAPITAL HUMANO .....	143
7.3	INTITULAMENTOS DO CAPITAL SOCIAL .....	152
7.4	INTITULAMENTOS DO CAPITAL FÍSICO.....	157
7.5	INTITULAMENTOS DO CAPITAL FINANCEIRO .....	160
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>172</b>
	<b>APENDICE A .....</b>	<b>178</b>
	<b>ANEXO I .....</b>	<b>181</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O modelo de agricultura edificado sob a égide dos mercados globais de commodities agrícolas demonstra-se cada vez mais incapaz de constituir uma alternativa à crescente vulnerabilidade econômica, social e ambiental que atinge grande parte do meio rural brasileiro, sobretudo quando se trata do universo social correspondente à chamada agricultura familiar ou camponesa.

O tema de pesquisa da presente tese, meios de vida e rendas rurais, insere-se no contexto mais geral dos estudos sobre os processos, dinâmicas e transformação do mundo rural e as mudanças nos aspectos sociais, econômicos e ambientais dos agricultores familiares<sup>1</sup> através perspectiva de desenvolvimento focada nos atores iniciado no fim na década de 1980 e, notadamente, no decorrer da década de 90, por estar intimamente associado a uma virada teórica e metodológica ocorrida nas ciências sociais. De acordo com Nierdele e Grisa (2008), essa mudança de orientação que reflete a emergência de perspectivas mais focadas sobre os atores sociais, sendo marcado no debate sociológico o que vem sendo chamado de retorno dos sujeitos (Touraine, 1994) e da agência humana (Giddens, 1989), os quais haviam sucumbido face aos estruturalismos que predominaram até então na teoria social.

Nesse sentido, a tese aborda especificamente o tema dos meio de vida e a formação da renda no meio rural, tomando por universo empírico o sudoeste do Paraná. De modo geral, o propósito é compreender a relação existente entre os meios de vida e a formação da renda de agricultores familiares do Sudoeste do Paraná, mais especificamente buscando analisar como os intitamentos/ativos influenciam nas estratégias de formação da renda nas unidades familiares nos anos agrícolas de 2012-2013 e 2016-2017.

De tal modo, esses temas tem sido amplamente discutido em meio a estudos acadêmicos, havendo extensa bibliografia em âmbito nacional e internacional, por meio da qual é possível acompanhar as constantes e importantes transformações pelas quais os assuntos vêm passando. Mas, apesar dos conceitos simplificadores em torno dos termos, a

---

<sup>1</sup> Para esse estudo o entendimento de agricultura familiar é orientado por Wanderley (2009, p.156), que afirma que a agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Dessa forma, a agricultura familiar pode ser considerada uma categoria genérica com grande capacidade de adaptação aos contextos históricos em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sendo os agricultores familiares protagonistas dos processos sociais que vivenciam, sobretudo relativos às resistências e às inovações resultantes em transformações na agricultura e no meio rural (WANDERLEY, 2009).

renda apresenta ampla diversidade e complexidade, particularmente no que se refere aos meios que influenciam na sua formação, possuindo distintas lógicas para os agricultores. Salienta-se que esse estudo não se trata de um tema novo, mas de um assunto que mantém sua atualidade na medida em que se torna importante acompanhar as transformações em curso no que tange os meios que influenciam na formação da renda, sobretudo para a promoção de ações que visem ao desenvolvimento rural.

Nesse contexto, notadamente, o enfoque dessa tese será a formação da renda e qual sua relação com os meios de vida, mais especificamente, os intitulamentos/ativos, baseado na afirmação de Ellis (2000) que “mais importante do que dar aos pobres comida seria dotá-los de recursos que estimulassem suas capacidades, fortalecendo os meios de que dispõem para realizar suas atividades”. Ou seja, esta perspectiva oferece um referencial teórico importante para compreender o processo de mudança no meio rural (CHAMBERS & CONWAY, 1992), procurando entender como os agricultores familiares utilizam os meios de vida para que atinjam as condições de vida desejadas.

Estas análises ocorrerão a partir do enfoque das capacitações de Amartya Sen, a qual trata do desenvolvimento como melhorias das condições de vida das pessoas, focando nos indivíduos e em como estes conseguem criar estratégias de sobrevivência a partir de seus intitulamentos/ativos. Tal perspectiva teórica será operacionalizada pela abordagem dos meios de vida de Frank Ellis, pelos cinco capitais (ambiental, físico, financeiro, humano e social) que representam os meios de vida e pelos intitulamentos/ativos que formam cada capital. Nessa perspectiva, dois conceitos são fundamentais a essa tese e tangenciam esse enfoque: o conceito de intitulamentos para o pesquisador Amartya Sen e ativos para Frank Ellis.

Sen (2000) apresenta o conceito de intitulamentos, de acordo com a Abordagem das Capacitações, afirmando que eles fazem parte do meio (contexto) em que o indivíduo encontra-se inserido, tratando-se das condições que possuem para se desenvolver e atingir determinado objetivo (SEN, 2008; 2000). Isto é, consistem em um conjunto de recursos e meios (ativos e atividades) disponíveis aos indivíduos, sendo eles produtivos (ex. disponibilidade de terra e de mão de obra), de troca (ex. renda) e fatores institucionais que podem influenciar os intitulamentos (ex. costumes, tradições, leis, políticas públicas).

Já a abordagem dos “meios de vida” (livelihoods) proposta por Frank Ellis (2000), considera que as famílias desenvolvem suas estratégias de reprodução social estabelecendo ligação entre os ativos e as atividades que o grupo familiar possui para sobreviver. Segundo Ellis, “um meio de vida compreende os bens (natural, físicos, humanos, financeiro e capital

social), as atividades e o acesso a estas (mediados pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam a vida adquirida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar” (ELLIS, 2000, p. 10). Portanto, o meio que o indivíduo possui para viver envolve os ativos que ele dispõe, suas atividades e as formas de acesso e uso que determinam o seu modo de viver. Ou melhor, os meios de vida são compostos por um conjunto de capitais constituídos por diversos ativos, onde a condição em que esses ativos encontram-se influencia a forma como serão acessados e mobilizados, tendo como principal propósito a busca pela sustentação do estabelecimento e autonomia da família (SCOONES, 1998; ELLIS, 2000). Os ativos compõem a base que dará vida as alternativas de manutenção e sobrevivência da família, permitindo a reprodução social e agindo sobre as estruturas institucionais que estabelecem relação com estes indivíduos (NIEDERLE, GRISA, 2008).

Portanto, a semelhança dos ativos com os intitamentos consiste na eficácia do meio para se atingir o fim almejado, assim, os ativos e os intitamentos são o meio para atingir os fins, e a disponibilidade de ambos permite aos indivíduos expandir ou restringir suas capacitações.

Ou seja, a proposta de Sen está ancorada numa ideia no qual os indivíduos através dos seus intitamentos conseguem buscar seu bem-estar. Quando estes recursos ou meios estiverem sob ameaça (risco), pode-se dizer que sua liberdade de escolha estará limitada, distinguindo também as estratégias de sobrevivência. Portanto, pode-se dizer que a abordagem das capacitações de Sen estabelece um diálogo profícuo com a perspectiva da dos meios de vida ou *livelihoods*.

Nessa lógica, ressalta-se que os ativos são componentes fundamentais dos capitais que sustentam as estratégias de renda e atividades criadas pelos indivíduos (ELLIS, 2000, p. 47). Portanto, os indivíduos e as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos capitais, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias de enfrentamento e adaptação às diversas situações de vida (CHAMBERS, 2006). Essa diferença no acesso e mobilização dos ativos está diretamente relacionada à capacidade individual e à utilização de intitamentos, diferenciando-os em seu uso e controle (ELLIS, 2000; SEN, 2000; 2008; CHAMBERS, CONWAY, 1992). Assim, torna-se essencial entender quais são os ativos disponíveis e como é feito o uso dos mesmos para cada unidade familiar, visando, segundo Schneider e Perondi (2012), fortalecer os “meios de vida”, para criar estratégias de trabalho e renda.

Baseado no pensamento dos meios de vida, nesse momento deixa-se claro que não entende-se a renda como um fim, como o objetivo maior da família. Nesse estudo, entende-se a renda como um meio de vida necessário para chegar no fim, que é a melhor condição de

vida (ELLIS, 2000), pressupondo que ter maior renda não quer dizer ter melhor condição de vida ou ter chegado ao fim almejado pela família agricultora, mas ter meios necessários para que se chegue ao fim almejado, a melhor condição de vida.

Contribuindo com essa análise, Amartya Sen deixa claro que a lacuna entre a perspectiva da concentração específica na riqueza econômica e a perspectiva em um enfoque mais amplo sobre a vida que as pessoas desejam levar é a questão fundamental na conceituação do desenvolvimento, por acreditar que as mesmas possuem relações. A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2000, p. 109-110).

Conforme Sen (2008), não dispor de recursos limita não só as alternativas de meios que de fato se tem, como também os próprios objetivos e preferências que se formam durante a vida. Privações materiais, manifestas em termos de baixos rendimentos e níveis de consumo, encontram-se no cerne do problema e resultam em outros aspectos, como má nutrição e habitação de baixa qualidade. São mais comuns nas camadas desprovidas de renda o acesso insuficiente a bens produtivos e a serviços públicos básicos, assim como ao mercado de trabalho, além das precárias condições de saúde e educação, dos problemas de discriminação de sexo e de raça, restringindo-lhes o potencial de obtenção de renda.

Villwock (2015) contribui com essa perspectiva acima, quando afirma que as famílias rurais adotam dois caminhos básicos para criar estratégias de geração de renda, as quais não são excludentes entre si e que comportam estratégias muito variadas: a elevação da renda agrícola e da renda não-agrícola. A primeira, passa pela intensificação da produção agrícola, baseada tanto na elevação da produtividade dos fatores terra, mão de obra e capital, como no assalariamento na própria agricultura. A segunda, requer o maior engajamento em atividades não-agrícolas, seja como assalariado ou por conta própria, recebimento de remessas de familiares e transferências governamentais. Além disso, Helfand e Pereira (2012) asseguram que diferentes acessos a alocação de recursos disponíveis para a família influenciam diretamente nas diversas composições possíveis de renda das famílias agricultoras.

Nesse sentido e tomando como pressuposto estudos sobre a composição da renda e os meios de vida, é que essa tese tem como questão chave compreender a relação dos meios de vida, focado nos ativos (Ellis, 2000) ou intitamentos (Sen, 2000), como meios para as estratégias de formação da renda de agricultores familiares. Além disso, o estudo tem como pressuposto que baixa renda das unidades de produção familiar (UPF) no meio rural é oriunda de um menor acesso aos ativos/intitamentos e conseqüentemente de um menor Índice de

Meios de Vida (IMV), que não lhe proporcione expansão das condições de vida e que as famílias com maiores rendas, possuem maior acesso aos ativos/intitamentos, e conseqüentemente um maior IMV, que lhe proporcione expansão das condições de vida. O outro pressuposto é que UPF apesar de possuírem uma baixa renda, elas possuem uma formação de renda mais diversificada, oriunda de alternativas de renda fora do meio rural; e que as UPF que estão no estrato de alto de renda, são mais especializadas nas renda agrícola.

Diante do contexto evidenciado, emergem a necessidade de desenvolver estudos empíricos, que venham refletir sobre as possíveis contribuições de uma abordagem relacional dos meios de vida e da formação da renda de agricultores familiares, frente a processos de mudança social no rural contemporâneo. Para tanto, tais referenciais teóricos e sugestões analíticas são encontradas nos fatos do cotidiano e devem ser analisado a partir da nova perspectiva proposta. Por isso, o estudo empírico dessa pesquisa foi realizado em uma comunidade rural, no município de Verê –PR, chamada de Barra do Santana. O conceito de comunidade é importante nesse estudo pois garante o foco sobre o contexto local da unidade de análise (família), o que por sua vez, justifica que a pesquisa seja feita com base numa amostragem intencional – não probabilística. Salienta-se que o objetivo de analisar uma comunidade é estudar todas ou uma parte continua de famílias que se sintam pertencentes a uma mesma comunidade rural.

A comunidade Barra do Santana foi escolhida pelo fato de que a autora dessa tese teve a oportunidade de participar de uma pesquisa da EMBRAPA, que aconteceu nessa comunidade rural em 2013, que visava estudar as estratégias de enfrentamento e adaptação de comunidades rurais pobres. Nesse momento a pesquisadora entrevistou as famílias dessa comunidade, aproximando-se cada vez mais dessa realidade rural, ficando interessada em saber porque em uma comunidade rural havia uma grande diversidade de fontes e de valor de renda na comunidade e quais eram os fatores que determinavam essas diferenças. Além disso, a pesquisadora ficou intrigada em saber se essas diferenças, citadas acima, ainda se manteriam com o passar dos anos ou se modificariam, voltando então, para pesquisar essas mesmas famílias da comunidade em 2017, num interstício quadrienal, que se caracterizou como uma “pesquisa em painel”.

Na literatura internacional, as pesquisas em painel (*panel data*) estão em voga, entretanto, no Brasil são raras as pesquisas que se permitem comparar no espaço de tempo. Assim, a coleta de dados foi realizada em dois momentos: ano agrícola 2012/2013 e 2016/2017, o que inclui a variável tempo, determinante na análise dos meios de vida. Isso aconteceu também baseado em Ellis (1998) que afirma que a diversificação da renda não é

sinônimo de diversificação do meio de vida, pois enquanto a primeira se refere às diversas entradas monetárias que podem ser observadas num instante qualquer, a segunda inclui a variável do tempo, isto é, necessita que haja uma observação de uma crescente disponibilidade de portfólios alternativos de ativos e atividades no tempo.

Diante da contextualização apresentada, o problema de pesquisa é definido com a seguinte questão norteadora: Levando em consideração as diferentes condições de intitulamentos/ativos e a variabilidade na formação da renda, qual a relação entre os meios de vida e a formação da renda dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná com o passar dos anos?

Com vistas a responder à problemática aqui evidenciada, esta tese tem como objetivo geral compreender como é a relação existente entre os meios de vida e a formação da renda através da análise das estratégias de renda que os agricultores familiares do Sudoeste do Paraná tomam em função da diversificação dos meios de vida no mundo rural, mais especificamente buscando analisar como os intitulamentos/ativos influenciam nas estratégias de formação da renda nas unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. A partir desse objetivo geral, os objetivos específicos visam responder ao objetivo central do estudo, sendo que dessa forma podemos desmembrá-los em:

- Identificar e analisar os ativos compõe os meios de vida das unidades de produção familiares, identificando o grau de fragilidade do ativo e analisar as estratégias de meios de vida da comunidade em cada um dos anos.

- Analisar a composição da renda total das unidades de produção familiares da região estudada nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.

- Classificar as unidades de produção familiares por grupos e analisar a composição da renda dos grupos nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, bem como compreender os meios de vida de cada um desses grupos.

- Compreender, através da análise de trajetória, como os intitulamentos influenciam nas estratégias de formação de renda das unidades de produção familiares nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.

Diante disso, com o intuito de buscar respostas aos objetivos apresentados e investigar a problemática aqui ilustrada, esta tese está organizada em oito capítulos, para além dessa introdução. Inicialmente, no capítulo 2, será apresentado o aporte teórico-analítico que dará suporte a este estudo, que são definidas pelas abordagens das capacitações e os intitulamentos, abordagem dos meios de vida e os ativos, e os fatores que influenciam na formação da renda no meio rural.

No terceiro capítulo, será apresentado instrumental investigativo utilizado para responder aos objetivos desta tese, em que estão ilustradas não somente a escolha do campo de pesquisa empírico, como também as ferramentas utilizadas para sua realização. Em essência, como principal técnica de pesquisa, foi utilizado entrevistas semiestruturadas aplicadas aos agricultores familiares, acrescidas de dados como os obtidos por meio da observação participante e dos registros em diário de campo. Ao final desse capítulo, será apresentada a forma como as informações coletadas foram sistematizadas e analisadas, bem como uma caracterização do local de pesquisa.

No quarto capítulo, será abordado a identificação de um panorama geral dos meios de vida e dos intitamentos da comunidade Barra do Santana, que tem como foco atingir o primeiro objetivo específico dessa tese, que é o de identificar e analisar de maneira geral os ativos que compõe os meios de vida das unidades familiares da comunidade Barra do Santana nos anos de 2013 e 2017, buscando identificar o grau de fragilidade do ativo, bem como, analisar as estratégias de meios de vida da comunidade em cada um dos anos de análise

No quinto capítulo se abordará a composição da renda e os indicadores socioeconômicos da comunidade Barra do Santana, com o objetivo de atingir o segundo objetivo específico dessa tese que é descreve a composição de renda da comunidade Barra do Santana no ano agrícola 2012-2013 e 2016-2017, visando saber mais sobre as estratégia de renda das unidades de produção familiares, a fim de identificar as dinâmicas de desenvolvimento, sejam elas autônomas ou decorrentes do processo de transnacionalização do setor agroalimentar, bem como a dinâmica dos processos produtivos agrícolas das unidades de produção. Nesse momento, deixa-se claro mais uma vez que a renda é referida como um intitamento/ativo de reprodução social das unidades de produção familiar e não como um fim por si só na vida das famílias.

No sexto capítulo será abordada relação dos meios de vida e da renda para atingir o terceiro objetivo específico desse estudo, que é classificar as unidades familiares por grupos e analisar a composição da renda dos grupos nos anos de 2013 e 2017, bem como compreender os meios de vida de cada um desses grupos.

O sétimo capítulo compreenderá sobre a relação entre os intitamentos, rendas e meios de vida, e terá como foco atingir o quarto objetivo específico dessa tese, que é o de compreender, através da análise de trajetória, como os intitamentos influenciam nas estratégias de formação de renda das unidades familiares nos anos agrícola 2012-2013 e 2016-2017, buscando identificar o grau de fragilidade e/ou evolução do ativo. Ou seja, será analisado quais foram as mudanças que ocorreram em cada intitamento que compõem cada capital em

cada um dos grupos previamente formados no capítulo 6, visando a compreensão das causas da variabilidade na formação da renda.

E por fim, no capítulo 8, será abordado as considerações finais, retomando os principais resultados da pesquisa, assim como, os limites encontrados ao longo deste trabalho e as possibilidades de avanços em estudos futuros.

## **2 OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO E SUAS INFLUÊNCIAS NOS ACESSOS AOS RECURSOS**

O progresso técnico e a mecanização da produção surtiram significativos efeitos no progresso econômico e na organização do setor produtivo primário, bem como, permitiu o aumento da produtividade, o aumento da eficiência da produção, na medida em que baixou consideravelmente o custo de produção. Entretanto, deve-se olhar o progresso técnico e seus efeitos na agricultura, analisando também os aspectos relacionados às consequências que essa modernização acarreta, como afirma Balsan (2006), quando analisa que há duas dimensões de preocupações por parte do estudioso no assunto: (1) Efeitos que o padrão de produção tecnológico adotado provoca no meio ambiente, como: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos; (2) Efeitos socioeconômicos que o padrão de produção adotado causa – transformações rápidas e complexas da produção agrícola, implantadas no campo, e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento adotado que provocaram resultados sociais e econômicos.

As transformações do fenômeno da modernização da agricultura, são expresso significativamente no Brasil após a década de 1960, por considerar as ações da Revolução Verde, o modelo mais coerente para o desenvolvimento rural do Brasil, pelas políticas para o campo implementadas à época pelo governo militar, bem como, por ser o período de industrialização acelerada em outros setores da economia. Mielitz Neto, Mello e Maia (2010) afirmam que nesse momento histórico, houve um objetivo central na política agrícola do Estado no Brasil: o de modernizar a agricultura; mas que apesar disso, a agricultura assume um papel secundário, com a definição de tarefas específicas como a de gerar divisas, abastecer os centros urbanos e absorver a mão de obra excedente.

O foco das ações de políticas para a agricultura, a partir da década de 1960, passa a se concentrar no estímulo à empresa rural; na década de 1970, os subsídios e o acesso ao crédito facilitam a compra de equipamentos e máquinas na agricultura brasileira; e na década de 1980, o convívio com a crise da dívida externa direciona ainda mais os esforços das ações de políticas para intensificar a produção e diversificar a pauta de exportações do setor agropecuário com o objetivo de gerar divisas para pagar os serviços da dívida (MIELITZ NETO, MELLO E MAIA, 2010).

Frente a esse cenário político, os episódios acabaram por privilegiar um modelo de agricultura mecanizada e química, que sob “as bênçãos” de um Estado financiador, o setor

agrícola brasileiro pôde avançar tecnicamente em seus processos produtivos. Entretanto, essa não foi a realidade de todos na agricultura, pois para alguns segmentos menos ligados aos setores mais dinâmicos do sistema agroindustrial e para produtos fora da pauta de exportação, a modernização ou não aconteceu ou aconteceu em condições desiguais.

De acordo com Balsan (2006), é importante entender, conceitualmente, que a modernização trata-se das transformações ocorridas nas relações de produção e, conseqüentemente, nas relações sociais, principalmente as ligadas a condições de vida dos agricultores.

“A expansão da agricultura “moderna” ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios (BALSAN, 2006. P. 125.)”

Schneider (2007) afirma que o fenômeno da modernização traz a noção de crescimento e de especialização da produção, e representa, muitas vezes a perda de autonomia do agricultor. Isso acontece na medida em que o agricultor se liga a fornecedores de insumos para a produção, bem como, com processadores e distribuidores de seus produtos finais, o que limita a capacidade de decisão deste agricultor, que tem o processo decisório norteado muito mais pela indústria do que pela empresa agrícola em si mesma.

Como já citado, é inegável que a modernização da agricultura no Brasil ocorre em concomitância com o surgimento dos complexos agroindustriais, mas é válido ressaltar que apesar desses acontecimentos ocorrerem em um mesmo momento, nunca houve uma perspectiva de desenvolvimento rural integrado que atingisse todos os públicos do rural, ou seja, Mielitz Neto, Mello e Maia (2010) afirmam que grandes parcelas de agricultores brasileiros sofreram apenas os efeitos negativos dessa modernização, sendo deixados à margem do processo e tendo que enfrentar, além disso, as conseqüências trazidas pelo aumento de produção e de concorrência nos mercados agrícolas.

Ao analisar a modernização da agricultura em termos sociais, percebe-se que o processo de modernização ocorreu sem que houvesse mudança na estrutura da propriedade rural, o que acarretou na maior concentração da propriedade rural, maior disparidade na concentração de renda, aumento do êxodo rural, maior exploração da força de trabalho empregada na agricultura e a conseqüente piora das condições de vida dos trabalhadores. Além disso, Graziano Neto (1982) resume que a desigualdade da modernização se dá em três níveis distintos: entre as

regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. E acrescenta: “É fácil mostrar que, em termos regionais, é o Sudeste e o Sul do país que mais se têm modernizado, particularmente os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul” (GRAZIANO NETO 1982, p. 45).

Nesse sentido, começa-se a questionar: o que estimula os agricultores a se modernizarem? Primeiramente, pode-se afirmar que o que motiva os agricultores a adotarem uma postura modernizante é, entre outros fatores, o ambiente de concorrência e a demanda dos mercados, pois há o interesse do capital produtivo e financeiro em investir no setor agrícola, e conseqüentemente aumentar a renda da propriedade, o que pode acarretar em melhora nas condições de vida. Ou seja, Gerardi (1980), afirma que o agricultor que moderniza sua produção se vê pressionado a comprar os insumos necessários de um mercado oligopolizado e, quando vende seus produtos em um mercado de poucos compradores ou de baixa demanda, este dita os preços de compra.

Mas além desses motivos, há agricultores que são fortemente condicionados pelo mercado por outras questões, como: cultura, prazer, diminuição da penosidade, entre outros. Citando como exemplo, que um agricultor pode adquirir um trator para reduzir a penosidade do trabalho nas lavouras e ampliar o conforto, pois além do potencial de trabalho/produzividade das máquinas, há os aspectos como tecnologias embarcadas (GPS, Ar condicionado, computador de bordo, som, etc.) que visam de alguma forma propiciar bem-estar do trabalhador.

A capacidade de sobrevivência dos pequenos produtores passa a ser determinada pela competição intercapitalista dos mercados de produtos e insumos, na qual uma parte se vê obrigada a abandonar a corrida, confirmando, assim, o caráter excludente da modernização capitalista; e a outra procura por outras opções de atividade não agrícolas para complementação da renda e geração de qualidade de vida ou se adapta ao mercado através do processo de mercantilização.

No entanto, apesar das motivações dos agricultores para se modernizarem e adotarem tecnologias com o intuito de sobreviver no ambiente de concorrência, o modelo de modernização que ocorreu no Brasil foi provocado pela ação do Estado e pela ação do *lobby* da indústria de insumos e implementos agrícolas, o que caracterizou uma modernização de mudanças técnicas, mas também de mudanças sociopolíticas nem sempre saudáveis (MIELITZ NETO, MELLO e MAIA, 2010).

Ressalta-se que o fenômeno da modernização aumentou o volume de alimentos produzidos, trazendo resultados positivos para a agricultura brasileira; entretanto, ela seguiu os

molde capitalista, pautando-se por um modelo de produção em que o consumo, a concorrência, a exploração dos recursos naturais e a concentração do capital são fundamentais e apresentados como indispensáveis. Ou seja, as mudanças na agricultura brasileira ocorridas no fim do século XX, colocam o rural brasileiro, hoje, como demandante de modificações nas ações de políticas relativas a crédito, comercialização, estrutura fundiária, técnicas de produção, relações de trabalho, entre outras.

Ligado a isso, retoma-se o fato que juntamente com a modernização da agricultura ocorreu a passagem dos complexos rurais aos complexos agroindustriais. Graziano da Silva (1996) afirma que essa mudança foi de uma agricultura baseada em recursos naturais para uma agricultura mais artificializada, caracterizando essa transição como sendo a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria. Para Kageyama (1990), a partir da constituição e consolidação dos complexos agroindustriais, o desenvolvimento da agricultura fica estritamente dependente da indústria, e é estabelecida uma integração entre esses setores.

Os complexos agroindustriais tendem a beneficiar os produtos com maior aceitação no mercado e produtores com maior poder financeiro, fortalecendo assim, a monocultura e transformando a agricultura em atividade nitidamente empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos. Segundo Graziano da Silva (1999) esse modelo aumentou a dependência da agricultura para com o setor industrial e, mais ainda, para com o setor financeiro, provocando um acentuado grau de desequilíbrio social, sendo os gêneros alimentícios apenas mais um produto a gerar riqueza para os investidores.

No Brasil, a formação do complexo agroindustrial foi sustentada por políticas estatais de inserção no mercado internacional e atingiu tal nível que hoje é dito como dominante e até irreversível. Embora grande parte dos agricultores tenham se integrado a essa tendência, muitos ficaram de fora do processo de complexificação agroindustrial. Além disso, é importante ressaltar que a ascensão do complexo agroindustriais também coloca a agricultura sobre dupla dependência, agora não só das demandas do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que tem nas atividades agrárias o seu mercado (MULLER, 1989).

Nesse sentido, Mielitz Neto, Mello e Maia (2010), afirmam que a partir da modernização e dos complexos agroindustriais fortalecidos, a agricultura tradicional praticada por famílias é forçada a ceder espaço físico para a agricultura modernizada, com culturas destinadas à exportação ou às indústrias de alimentos, que começa a alcançar os mercados dos centros urbanos. Mais que os espaços físicos, a agricultura familiar perde processos e práticas tradicionais de produção que muitas vezes se davam em consonância com o meio ambiente.

Gonçalves Neto (1997) corrobora com a afirmação do autor acima ao analisar que as transformações pressionada pela expansão do capital industrial, promoveram uma reviravolta na extensão da sociedade brasileira, como: (1) as transferências de populações para o setor urbano, promovido pela mecanização, pela substituição de culturas intensivas em mão de obra pela pecuária, pelo fechamento da fronteira, pela aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência; (2) a reformulação na mão de obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc; (3) a disseminação do trabalho assalariado, nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas.

Nesse aspecto Guimarães (1979, p. 114) sustenta: “À medida que se industrializava, a agricultura passava de um nível inferior a um nível superior de desempenho, mas isso também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão”. O autor argumenta, também, que o principal efeito do complexo agroindustrial foi a eliminação da livre concorrência, dado o domínio monopolista que as indústrias exercem no mercado.

Dito isso, ressalta-se que as relações sociais e principalmente os meios de vida também sofrem com as mudanças no meio rural, necessitando adaptar-se à realidade. A nova organização territorial causou efeitos no trabalho, como a subproletarização, a desqualificação e o desemprego em massa, redefinindo a forma como o trabalho e os trabalhadores se subordinam ao capital no campo, ficando evidente que o quadro social, tanto nos campos quanto nas cidades em plena expansão, é um quadro social de conflito, de acordo com o qual grandes massas de trabalhadores buscam suprir suas necessidades básicas de moradia, emprego e alimentação, sem encontrar respaldo no modelo de desenvolvimento escolhido (MIELITZ NETO, MELLO e MAIA, 2010).

A organização do trabalho pós implementação da modernização da agricultura no Brasil, surtiu efeitos sobre a base produtiva da sociedade brasileira, que é observada pela citação abaixo.

“A mobilização de trabalhadores de um setor a outro da economia nacional, o surgimento de uma massa de trabalhadores urbanos semiqualeificados, as organizações de classes e as reivindicações por direitos trabalhistas ou pela reforma agrária adquirem outra dimensão nos momentos que se seguiram à modernização da agricultura. Se, por um lado, a pauta de exportações aumentou e a balança comercial brasileira passou a ter resultados satisfatórios influenciada pelos índices das exportações relacionadas ao agronegócio, por outro, nos efeitos da organização do espaço fundiário ficou patenteada a existência do latifúndio favorecido pela monocultura de exportação (MIELITZ NETO, MELLO e MAIA 2010, p. 38)”.

O processo de modernização levou um grande número de agricultores à decadência: forçou grande parte da força de trabalho rural a se favelizar nas periferias urbanas e fez aumentar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade (VEIGA, 2000).

Além das transformações socioeconômicas, houve impactos e mudanças ambientais, pois exploração dos recursos naturais e de sua transformação em produtos para geração de outras riquezas esteve muito presente no processo de modernização da agricultura brasileira. Com a modernização, a biodiversidade foi comprometida, e recursos genéticos foram perdidos quando sementes tradicionais são substituídas por variedades cientificamente criadas, pois os organismos geneticamente modificados são usados quando os agricultores buscam alcançar escala e uniformidade em suas safras. Mielitz Neto, Mello e Maia (2010) afirma que essa ligação do produtor com a economia de mercado permite que as forças econômicas influenciem na perda da biodiversidade, tanto por via da expansão das terras cultivadas como através do uso de pesticidas e outros compostos químicos. Além disso, o êxodo do campo para a cidade, provocou uma explosão de consumo e de produção de lixo que compromete o ambiente. Ou seja, tanto em seu processo produtivo quanto em seus efeitos demográficos, a modernização da agricultura vem surtindo efeitos no meio ambiente.

“Tratando-se do contexto social mais amplo, o efeito da modernização foi “doloroso” no sentido de que (1) marginalizou grande gama de produtores agrícolas que não tiveram condições de acompanhar o processo; (2) proletarizou agricultores que antes mantinham relações de produção ligadas ao usufruto da terra (agricultores familiares, camponeses, arrendatários, meeiros, entre outros); (3) a indústria se apropriou dos processos produtivos na agricultura, determinando as formas e o tempo de produção a partir dos mercados; (4) as movimentações demográficas incharam cidades e avançaram fronteiras, impactando ambientalmente o meio; e (5) o comprometimento do patrimônio da biodiversidade nacional se intensificou (MIELITZ NETO, MELLO e MAIA, 2010, p.40)”

Navarro (2001) afirma que até os primeiros anos da década de 1990, os estudos rurais brasileiros, não focalizavam o tema do desenvolvimento rural, seja porque os debates se concentravam em outras temáticas, seja porque a própria ideia ou referência ao desenvolvimento rural estava impregnada de um sentido político e ideológico, fortemente vinculado aos programas governamentais de caráter social e compensatórios. Mas Balsan (2006) afirma que pensar sobre as tendências do mundo rural a partir de 1990, requer que se volte o olhar para esta realidade que, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra classe cada vez mais distantes de tais inovações.

É válido lembrar, tomando por pressuposto os anos de análise desse estudo (2012-2013 e 2016-2017), que ambas as classes supracitadas fazem parte do cenário macroeconômico em que o Brasil está inserido e que avança ou regride com o passado tempo, afetando na produção e na produtividade da agropecuária do país, e conseqüentemente, nos recursos dos produtores.

No ano agrícola 2012-2013, houve o aumento da economia brasileira, sendo que as severas adversidades climáticas que atingiram importantes regiões produtoras do país não impediram que fosse alcançado novo recorde na produção de grãos, estimada em 184,1 milhões de toneladas, 10,8% acima do obtido na safra anterior. Segundo BRASIL (2014), esse desempenho, baseado em ganhos de produtividade (4,2%) e secundariamente na expansão na área plantada (6,2%), reafirma a pujança da agricultura brasileira e o empreendedorismo do produtor rural, assegurando o fiel cumprimento das funções tradicionais da agricultura de maneira econômica que asseguram o abastecimento do mercado interno, contribuem para o superávit da balança comercial e para a geração de energia, além da criação de emprego e renda.

Entretanto, no ano agrícola 2016-2017, a economia brasileira encontrava-se formalmente em recessão desde o segundo trimestre de 2014, segundo o Comitê de Datação do Ciclo Econômico (Codace) da Fundação Getúlio Vargas, sendo que o PIB per capita entre 2014 e 2016 caiu cerca de 9%. Mas apesar da recessão, o Brasil alcançou seu recorde de produção de grãos e forneceu alimentos para o Brasil e para mais de 150 países em todos os continentes. A produção de origem animal e vegetal no meio rural ultrapassou 400 produtos provenientes da agricultura em suas diferentes escalas e tamanho de unidades produtivas. Como principais benefícios dessa condição agrícola, podem-se destacar, assim como na safra 2012-2013, a geração de empregos e de renda e os preços mais acessíveis dos alimentos aos consumidores brasileiros (BRASIL, 2018).

Por fim, a partir dessa breve reflexão sobre o resultado dos processos de transformação do mundo rural brasileiro, sobre as disparidades de condições econômicas, sociais, ambientais e produtivas brasileiras acarretadas pela modernização conservadora, e a apresentação rápida do cenário macroeconômico do Brasil nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, é que volta-se ao questionamento inicial dessa tese que relaciona os meios de vida (focado nos intituamentos/ativos) com a formação da renda de agricultores famílias, indagando se realmente as diferentes condições de intituamentos/ativos levam a variabilidade na formação da renda dos agricultores familiares e se essa variabilidade pode ser modificada com o passar dos anos por conta da fragilização ou potencialização desse ativos.

A partir disso, é que nos próximos capítulos, se abordará o aporte teórico-analítico que dará suporte a este estudo, ou seja, serão expostas as abordagens das capacitações e a abordagem dos meios de vida, bem como, a formação da renda no meio rural brasileiro, visando um referencial que tem a intenção de explicar como diferentes condições de recursos levam a variabilidade na formação das rendas das famílias rurais.

## 2.1 ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E OS INTITULAMENTOS

Nas últimas décadas os estudos rurais tem se dedicado em encontrar e definir novas abordagens de desenvolvimento que possam superar os modelos ancorados em perspectivas produtivistas, reguladas por noções de modernização, industrialização e crescimento econômico. Todavia, são notórias as dificuldades para consolidar alternativas teóricas que possam efetivamente resultar em mudanças sociais de forma a contornar e superar os impactos e efeitos causados pelos modelos “desenvolvimentistas”.

Dentre as diversas escolas do pensamento sociais e econômico que tem se dedicado a esses esforços, as abordagens preocupadas em estudar os indivíduos e o desenvolvimento tem demonstrado ser uma via importante de análise dos processos de mudanças sociais, como a abordagem das capacitações de Amartya Sen (2010) e dos meios de vida de Frank Ellis (2000), bem como, a perspectiva orientadas aos atores do Long e Ploeg (2011).

É nesse contexto que a abordagem das capacitações tem oferecido contribuições ao longo das últimas duas décadas acerca de questões como subdesenvolvimento, pobreza, desigualdade e restrições. Esta abordagem nasce da proposição de que para que o desenvolvimento seja exercido pelos indivíduos, deve-se atribuir atenções aos meios disponíveis e não direcionar a atenção para apenas os fins. Entretanto, é importante lembrar que antes mesmo da abordagem das capacitações nascida nos anos 1990, houveram duas diferentes abordagens do fenômeno da pobreza e suas concepções desenvolvidas ao longo do século XX: sobrevivência e necessidades básicas.

O enfoque de sobrevivência, o mais restritivo, predominou até a década de 50, tendo origem nos trabalhos que apontavam que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico do indivíduo. Os verdadeiros objetivos dessa concepção era limitar as demandas por reformas sociais e ao mesmo tempo preservar a ênfase no individualismo compatível com o ideário liberal; e a maior crítica, é que, com ele, justificavam-se baixos índices de assistência: bastava manter os indivíduos no nível de sobrevivência.

A conotação de necessidades básicas iniciou a partir de 1970, a partir novas exigências, como: serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Assim, configurou-se o enfoque das necessidades básicas, apontando certas exigências de consumo básico de uma família. Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples.

A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Dessa forma, sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados.

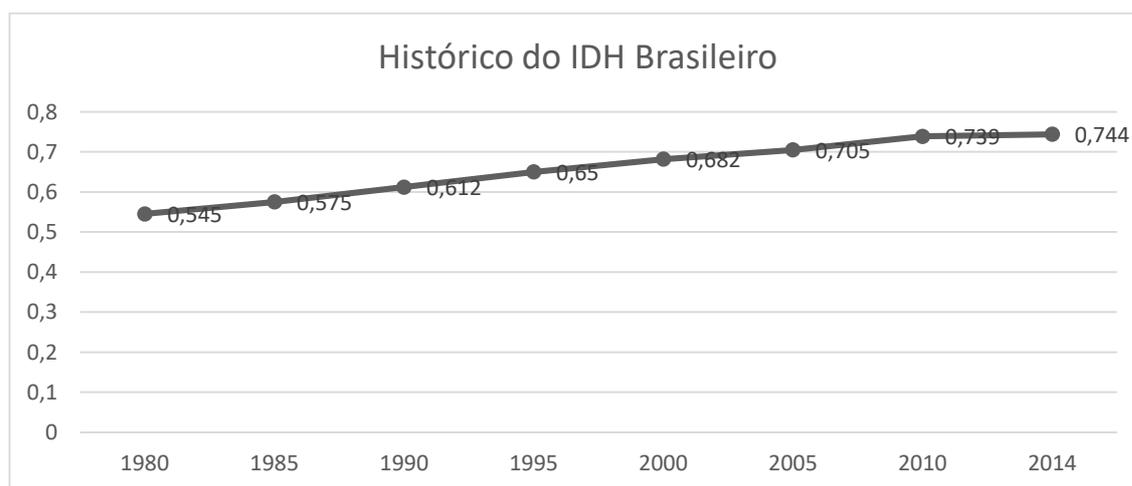
A abordagem da privação relativa evoluiu, e passou a ter como um de seus principais formuladores o indiano Amartya Sen. Seu conceito introduziu variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não implica somente privação material. As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas.

Ressalta-se que até meados da década de 1960 um país era considerado pobre ou não pelo simples fato de ter ou não o maior Produto Interno Bruto (PIB), ou seu correspondente per capita. Um marco recente, que veio em convergência com a abordagem da privação relativa de Amartya Sen e que revolucionou a forma de analisar um país, foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual teve início em 1990, ou seja, refere-se a um histórico bastante recente. Esse índice nasceu da observação que nas últimas décadas do século XX, o tema desenvolvimento nem sempre estava ligado à distribuição de renda e ao bem-estar da sociedade, por este motivo, sentiu-se a necessidade de criar um modelo paralelo de medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Este índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e MahbubulHaq, e vem sendo usado desde o ano de 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ele é composto por dados de expectativa de vida ao nascer, educação e o PIB per capita (como um indicador de padrão de vida). Anualmente os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) são classificados de acordo com este índice, e os governos também o utilizam para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais. O IDH parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ter em análise características econômicas, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Os dados do IDH variam de 0 (país sem nenhum desenvolvimento humano) a 1 (país que possui o maior desenvolvimento humano). O Brasil, como podemos observar no Gráfico 1, abaixo, saiu de 0,545 (baixo IDH) em 1980 para 0,744 (alto IDH) em 2014. Ressalta-se que, do ponto de vista social, nas últimas décadas do século XX ocorreu um forte crescimento dos índices de pobreza e de miséria em todo o país, pois, de acordo com Mattei (2012) o Brasil estava sob resultado dos efeitos perversos dos programas de estabilização econômica, os quais agravaram as condições do mercado de trabalho, levando ao aumento das taxas de desemprego, à expansão da informalidade e à redução dos salários básicos, bem como estimularam a continuidade dos deslocamentos populacionais, provocando o inchaço das grandes metrópoles urbanas, que passaram a concentrar a maior parte da população do país.

Gráfico 1- Histórico do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Brasileiro, no período de 1980 a 2014



FONTE: PNUD (2014)

Ressalta-se atualmente o Brasil ocupa a 79ª posição entre os 187 países mensurados, e que em comparação com os demais países do mundo nota-se que a presença da pobreza ainda é aguda. O Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil ficou maior que o de países como China (0,715), Colômbia (0,708), Indonésia (0,681) e África do Sul (0,654); no entanto, o nosso país encontra-se atrás de outras nações como o México (0,755), Panamá (0,761), Líbia (0,789) e República Tcheca (0,861).

Em avaliação dos principais quesitos que integram o cálculo do IDH entre os anos de 1980 e 2014, separadamente, verifica-se a partir da Tabela 1, abaixo, que houve evoluções substanciais, mas ainda são necessárias melhorias.

Tabela 1- Indicadores que compõe o IDH, nos anos de 1980 e 2014

<b>INDICADORES</b>	<b>1980</b>	<b>2014</b>
<i>Expectativa de vida</i>	62,5	73,62
<i>Expectativa de anos de estudo</i>	9,9	14,2
<i>Média de anos de Estudo</i>	2,6	7,2
<i>Renda Nacional Bruta per capita</i>	US\$ 7.317	US\$ 14.275

FONTE: PNUD (2014)

O Brasil possui como principal desafio aumentar os índices em termos de escolarização de sua população e também democratizar o acesso aos sistemas de saúde. Vale lembrar que o IDH, contudo, é um dado bastante limitado, pois considera o nível de escolarização, mas não leva em conta a qualidade dessa escolarização, de modo que os dados podem ser facilmente maquiados pelos diferentes países. Ou seja, mais do que ganhar posições em um ranking, o Brasil precisa acelerar o processo de melhoria da qualidade de vida de toda a sua população.

Nessa mesma lógica, a pobreza passa a ser pensada como caráter relacional capaz de dar conta das complexas dinâmicas sociais que configuram o mundo rural contemporâneo, em sua diversidade, bem como, fundamenta-se, na leitura da sociedade de classes, em que os diferentes segmentos sociais possuem diferentes oportunidades de vida.

Falar de pobreza é lembrar subnutrição, analfabetismo, exclusão social, perda da cidadania, e o não atendimento de necessidades básicas tais como habitação, transporte, saneamento, saúde, emprego, etc. Com isso, o enfoque da privação relativa evoluiu com os escritos do economista indiano Amartya Sen sobre a teoria das capacitações, o qual introduziu no conceito de pobreza variáveis mais amplas.

Para iniciar a análise da abordagem das capacitações, é válido ressaltar que Amartya Sen (2000) faz uma crítica às abordagens tradicionais de desenvolvimento utilizadas na economia do bem-estar, como por exemplo a teoria utilitarista, que não consideram a multidimensionalidade da pobreza e dos aspectos que a geram. Para o autor, a lacuna entre a perspectiva da concentração específica na riqueza econômica e a perspectiva em um enfoque mais amplo sobre a vida que as pessoas desejam levar é a questão fundamental na conceituação do desenvolvimento.

Segundo Sen (1997), pobreza significa que as oportunidades mais básicas para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos lhes são negadas. Ou seja, no âmbito da abordagem das capacitações proposta originalmente por Amartya Sen, a pobreza está relacionada às restrições que impossibilitam a realização das “capacitações” frente aos funcionamentos<sup>2</sup> que a sociedade interpõe aos seus indivíduos, entendendo que as capacitações [*capabilities*] são aquilo que as pessoas são capazes de fazer e ser, ou seja, suas liberdades para apreciar valores de ser [*beings*] e de fazer [*doings*].

Nesse sentido, ressalta-se que pobreza significa privação de capacidades “básicas”, e que para Amartya Sen, o que a perspectiva da capacitação fez para a análise da pobreza foi:

“[...] melhorar o entendimento da natureza das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins” (Sen 2000, p.112).

O mesmo autor ainda estabelece os seguintes argumentos favoráveis à conceituação de pobreza como privação de capacitações:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2000, p. 109-110).

No conceito de capacitações, pobreza não é apenas viver em um estado empobrecido, mas carências de oportunidades reais para que o indivíduo tenha o tipo de vida que valorize. Destacando-se por ser uma abordagem não-utilitarista da pobreza, reforça-se que a abordagem das capacitações é uma vertente do desenvolvimento a qual a liberdade é um elemento substantivo básico na vida das pessoas. Ou seja, o desenvolvimento só pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem dos “meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam, podendo ultrapassar obstáculos pré-existentes, que condicionam, ou ainda que restrinjam a liberdade de escolha.

Sen (2000) propõe que a liberdade é o principal meio do desenvolvimento, isto é, a eliminação de privações de liberdades substanciais é constitutiva do desenvolvimento. Amartya

---

<sup>2</sup> As atividades/ações ou a estados de existência que um indivíduo considerar valioso fazer ou ter (SEN, 2008)

Sen indica que é preciso abalizar o que pode ser considerado como um meio e um fim em relação ao processo de desenvolvimento. Conforme o autor, é essa indeterminação que está associada à confusão entre prosperidade econômica e desenvolvimento.

Há, portanto, duas questões diferentes aqui. Primeiro: a prosperidade econômica é apenas um dos meios para enriquecer a vida das pessoas. É uma confusão no plano dos princípios atribuir a ela o estatuto de objetivo a alcançar. Segunda: mesmo como um meio, o mero aumento da riqueza econômica pode ser ineficaz na consecução de fins realmente valiosos. Para evitar que o planejamento do desenvolvimento e o processo de formulação de políticas em geral sejam afetados por custosas confusões de fins e meios, teremos de enfrentar a questão da identificação dos fins, nos termos dos quais a eficácia dos meios possa ser sistematicamente avaliada (SEN, 1993, p.315).

Partindo dessa diferenciação fundamental entre meios e fins para análise e compreensão do processo de desenvolvimento, o autor oferece ainda alguns conceitos que representam a base teórica para essa abordagem, sendo que os conceitos fundamentais da abordagem das capacitações são funcionamentos e intitamentos.

Os funcionamentos, por sua vez, remetem às realizações dos indivíduos, às reais oportunidades de escolha acerca de possíveis estilos de vida. Ou seja, o indivíduo necessita ter a capacidade de realizar um funcionamento (*capability to function*), refletindo a liberdade da pessoa para levar determinado tipo de vida ou outro (SEN, 2008; KAGEYAMA, 2008). Ou seja, os funcionamentos dizem respeito ao nível do indivíduo e consistem nas realizações e nos fins. Portanto, cada pessoa deve ter suas liberdades garantidas, tendo vista possibilitar suas capacitações para que realizem seus funcionamentos (SEN, 2008).

A partir do entendimento do que é funcionamentos, é que o termo intitamentos entra em voga, pois os intitamentos representam o conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada pessoa pode ou está apta a possuir, ou, ainda, os meios para atingir determinados fins, as condições para a realização de escolhas, sendo estabelecidos por ordenamentos legais, políticos e econômicos (KAGEYAMA, 2008; WAQUIL et al., 2007). Ou seja, os intitamentos fazem parte do meio (contexto) que o indivíduo encontra-se inserido, tratando-se das condições que possuem para se desenvolverem e atingir determinado objetivo. Os intitamentos são pré-condições para que os indivíduos atinjam suas capacitações (SEN, 2008; 2010). Nas palavras de Sen (2010):

O intitamento de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. [...] Uma pessoa passa fome quando seu intitamento não inclui, no conjunto [de ativos que compõem os meios de vida], nenhum pacote de bens que contenha uma quantidade [ou qualidade] adequada de alimento (SEN, 2010, p. 57).

Desse modo, os intitamentos consistem em um conjunto de recursos e meios (ativos e atividades) disponíveis aos indivíduos, sendo eles produtivos (ex. disponibilidade de terra e de mão de obra), de troca (ex. renda) e fatores institucionais que podem influenciar os intitamentos (ex. costumes, tradições, leis, políticas públicas). Ressalta-se aqui, de tal maneira, que os governos, em suas distintas esferas, tem papel fundamental no fornecimento desses elementos, como educação, saúde, saneamento básico, acesso à terra, acesso à comida, dentre outros. Ou seja, os intitamentos caracterizarão os meios de vida e dizem respeito ao conjunto de atividades, formas de acesso ou uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou família.

Portanto, os indivíduos e as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos intitamentos, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias de enfrentamento e adaptação às diversas situações (CHAMBERS, 2006). Essa diferença no acesso e mobilização dos ativos está diretamente relacionada à capacidade individual e à utilização de intitamentos, diferenciando-os em seu uso e controle (ELLIS, 2000; SEN, 2008; 2010; CHAMBERS, CONWAY, 1992). Assim, entender a diversidade dos grupos familiares torna-se fundamental na medida em que possibilita compreender as opções que estão à disposição dos indivíduos, ou seja, compreender os intitamentos.

Conforme Sen (2008), não dispor de recursos limita não só as alternativas de meios que de fato se tem, como também os próprios objetivos e preferências que se formam durante a vida. Privações materiais, manifestas em termos de baixos rendimentos e níveis de consumo, encontram-se no cerne do problema e resultam em outros aspectos, como má nutrição e habitação de baixa qualidade. São mais comuns nas camadas desprovidas de renda o acesso insuficiente a bens produtivos e a serviços públicos básicos, assim como ao mercado de trabalho, além das precárias condições de saúde e educação, dos problemas de discriminação de sexo e de raça, restringindo-lhes o potencial de obtenção de renda.

Assim, para compreender as mudanças sociais no contexto do desenvolvimento rural na perspectiva seniana, mais especificamente na abordagem das capacitações, torna-se necessário o conhecimento, análise e compreensão dos intitamentos, tendo como intuito analisar como os mesmos influenciam na variabilidade das rendas rurais, que é foco desse trabalho.

Por fim, ressalta-se que a possibilidade de implementar a abordagem das capacitações pode ser visualizada por meio da sua relação com a perspectiva dos *livelihoods* (meios de vida) de Frank Ellis, a qual, segundo Perondi (2007), foi inicialmente utilizada como uma ferramenta analítica, para compreender a pobreza rural no mundo, tentando explicar como as pessoas

faziam para sobreviver em situações de risco, incerteza, vulnerabilidade social e econômica (BEBBINGTON, 1999; ELLIS, 2000; SCOONES, 2009). Assim, no capítulo seguinte, será apresentado a abordagem dos meios de vida e os conceitos de ativos e capitais, fazendo uma interligação dos mesmos com a abordagem seniana das capacitações, buscando fechar a base teórica a respeito do acesso e fortalecimentos de recursos disponíveis aos agricultores, que lhe permite capacidade de luta constante por autonomia e liberdade (PLOEG, 2008).

## 2.2 ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA E OS ATIVOS

Estudiosos e planejadores do desenvolvimento, por muito tempo, destacavam que para alcançar o progresso econômico e o bem estar material das populações rurais dos países pobres, também denominados de subdesenvolvidos, seria seguir um conjunto de recomendações que haviam sido experimentadas pelas nações ditas desenvolvidas, como se houvesse uma espécie de roteiro geral e hegemônico a ser seguido pelos “subdesenvolvidos”. Com essa concepção de desenvolvimento, havia uma política de intervenção e planejamento em que coube ao Estado e às organizações multilaterais elaborarem ações e induzi-las de forma exógena em regiões ou países.

Mas, a partir de meados da década de 1980, essa percepção linear do desenvolvimento hegemônico passou a ser questionada, pois vários fatores concorreram para o esgotamento deste padrão. Com isso Schneider e Perondi (2012) afirmam que esse processo foi um corolário importante que resultou como aprendizagem que o desenvolvimento das áreas rurais, especialmente em regiões e países pobres, não deve se restringir às mudanças da base tecnológica da produção agrícola e do incremento da produtividade dos fatores disponíveis, e assim, fizeram com que os estudiosos formuladores e implementadores de políticas do desenvolvimento rural passassem a revisar e fazer a autocrítica de suas convicções teóricas e práticas de intervenção.

Desde então, inaugurou-se uma nova fase de estudos e referências que buscaram reorientar as ações e as concepções de desenvolvimento. Tratando do debate sobre o desenvolvimento em áreas rurais, em particular, uma vertente de analistas desta nova geração propôs um deslocamento de enfoque. A proposta consiste, em tirar o foco das ações sobre variáveis como a disponibilidade de recursos ou sua capacidade de exploração e uso pelos beneficiários e privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem, ou seja, fortalecer os meios de vida,

implicando em criar mecanismos de opções e estratégias de trabalho e renda (SCHNEIDER E PERONDI, 2012).

De acordo com Schneider e Perondi (2012), é deste ambiente que no início dos anos 1990, num debate entre as possíveis contribuições acadêmicas e as necessidades das agências de desenvolvimento internacionais que surge a *livelihoods approach* ou abordagem dos “meios de vida<sup>3</sup>”, uma ferramenta analítica que vem até hoje sendo aperfeiçoada e utilizada com maior ênfase nos estudos sobre a pobreza rural no mundo. Dessa forma, a abordagem dos meios de vida tornou-se uma abordagem explicativas das estratégias de sobrevivência das pessoas pobres, bem como das estratégias de adaptação e/ou enfrentamento das transformações ocorridas na agricultura e um excelente foco orientador das políticas de desenvolvimento rural<sup>4</sup>.

A abordagem dos meios de vida iniciou nos debates acadêmicos com Chambers e Conway (1992), sendo que os trabalhos de Scoones (1998) e Carney (1998) foram de grande importância para a sua solidificação inicial, entretanto, em nenhuma destas publicações são suficientemente claras as evidências sobre raiz conceitual da abordagem. Mas com base nas reflexões acadêmicas, Scoones (2009) apresentou uma versão sobre a abordagem dos meios de vida e sua perspectiva para o desenvolvimento rural em que se propõe responder de onde é que tal abordagem vem e quais são as suas raízes conceituais, entretanto não consegue dar uma explicação ontológica à abordagem. Assim, por mais estimulante que seja a problematização feita por Scoones, essa questão poderia ter outro fecho caso tivesse mais interesse numa das obras que listou nas referências bibliográficas, mas que não utilizou em sua análise: a obra de Frank Ellis.

Frank Ellis e seu livro “*Rural livelihoods and diversity in developing countries*” publicado em 2000, tem sido, até o momento, a principal obra de referência sobre a abordagem dos meios de vida, que permite identificar que a abordagem dos meios de vida foi grandemente inspirada nos conceitos do economista Amartya Sen e sua teoria das capacitações.

Para início de diálogo entre autores através da abordagem dos meios de vida, é válido ressaltar que ainda é comum tratar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico com o objetivo de simplificar as formas de medir desenvolvimento. Mas, nesse trabalho o desenvolvimento é reconhecido como um procedimento de mudança social prático e fenomenológico que provoca de um lado melhorias das condições e de qualidade de vida, e de

---

<sup>3</sup> Antônio Cândido, também utilizou a noção de “meios de vida” para descrever como os camponeses (caipiras) faziam para viver no interior de São Paulo no anos 1950 (CANDIDO, 1987).

<sup>4</sup> Principalmente quando o desenvolvimento rural foca o combate à pobreza (ELLIS e BIGGS, 2001).

outro, redução ou alteração das condições de vulnerabilidade social<sup>5</sup>. O desenvolvimento também significa a capacidade de poder remover as barreiras que condicionam ou restringem a liberdade de opção e escolha. Desse modo, deve-se criar as condições para a realização da capacidade de escolha dando espaço para que a liberdade e a diversidade de escolhas individuais passem a ser um direito individual e uma característica da sociedade. Sen (2008) corrobora com essa análise quando afirma que aqueles que possuem os intitamentos e os funcionamentos básicos, tornam-se mais capazes de enfrentar os riscos e vulnerabilidades da contemporaneidade.

Resultado do trabalho e da experiência humana acumulada, o homem busca realizar alguma coisa suprindo as suas necessidades sociais e econômicas para gerar a sua reprodução. Sen (2000), afirma que cada pessoa dispõe de um conjunto de capacidades, e que capacidade é o conjunto de possibilidades reais de escolha que possuem os indivíduos, é o que dá suporte para que os indivíduos de uma família possam oportunizar a realização de atividades que os levem a diversificar os meios de vida.

Os escritos nesta área concordam que pobreza significa a incapacidade das pessoas perceber o seu potencial de seres humanos, e dessa forma a teoria das capacitações de Amartya Sen faz com que estudiosos do desenvolvimento passem a rediscutir as estratégias de combate à pobreza com base na hipótese de estimular suas capacidades, fortalecendo os meios de que dispõem para realizar suas atividades. Sendo assim, nos estudos dos meios de vida, Frank Ellis estabelece um diálogo conveniente com a teoria das capacitações de Amartya Sen, com o objetivo de mostrar como as capacitações podem ser operacionalizados em função da superação da pobreza no meio rural e assim traduzindo-se em desenvolvimento rural. Corroborando com isso, para Chambers e Conway (1992), o desenvolvimento corresponde a haver capacidade de executar funções básicas, no intuito de enfrentar estresse e choques, objetivando encontrar novas oportunidades a partir do seu meio de vida.

Além da abordagem dos meios de vida, Ellis oferece uma perspectiva teórica para compreensão do processo mais geral de transformação no meio rural. Ellis (2000) afirmar que a pobreza significa a incapacidade das pessoas perceberem o seu potencial, assim, a capacidade torna-se um conceito que se define pela “[...] combinação de alternativas de funcionamentos cuja realização é factível por ela” (SEN, 2000, p. 95). Sen (2000) diz que a pobreza tem fundamentalmente a ver com a falta de bem estar, e Ellis (2000, p. 14) fundamenta essa ideia

---

<sup>5</sup> A vulnerabilidade social está relacionada à capacidade dos indivíduos de agirem frente a situações de risco ou constrangimentos; capacidade para enfrentar os riscos que podem existir no entorno e culminar na perda ou diminuição de bem-estar.

quando diz que: “o lado positivo do bem estar pode ser visto como a expressão das capacidades humanas de fazer e ser, onde fazer envolve agência, escolha e liberdade, e ser inclui o bem estar e a felicidade”. Além disso, Ellis (2000) corrobora com a ideia de Sen (2000), quando afirma que a falta de bem estar implica na combinação entre incapacidade de ação e miséria forçada, que em conjunto provoca em severa diminuição das capacidades humanas.

Ellis (2000) enfatiza sua preocupação em preservar e potencializar a capacidade de diversificação dos indivíduos de uma família rural, uma característica que propicie a liberdade de escolher diferentes alternativas de renda num portfólio variado de possibilidades. Essa é uma concepção diretamente relacionada às capacitações descritas por Sen (2008), isto é, um conjunto capacitário que dá liberdade ao indivíduo de levar a vida que deseja, isto denota sua clara ênfase normativa sobre a pobreza e a marginalidade.

Sendo assim a teoria das capacitações estabelece um diálogo profícuo com a perspectiva dos meios de vida, fazendo com que estudiosos do desenvolvimento rural passassem a rediscutir as estratégias de combate à pobreza com base a estimular suas capacidades e fortalecer os meios de que dispõem para realizar suas atividades e proporcionar o desenvolvimento rural.

Focalizando na abordagem dos meios de vida, Perondi (2007) afirma que a mesma é uma ferramenta analítica que está sendo utilizada com maior ênfase nos estudos sobre a pobreza rural no mundo, principalmente, no continente africano, porque apresenta uma grande efetividade em explicar "como" afinal as pessoas fazem para sobreviver em situações de risco e/ou crises ambientais, sociais ou econômicas. Ellis (2000) coloca ênfase na abordagem dos meios de vida, para dar uma compreensão da relação entre os ativos, mediando processos e estratégias, com vista a identificar as partes do processo de construção de um meio de vida que pode ser facilitado com vista a reforçar as capacidades de sobrevivência individual ou familiar.

De acordo com Schneider (2010) a ampliação das capacitações, no caso das famílias rurais, pode ser realizada pela diversificação das formas de organização econômica e produtiva, social e ambiental; e que quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e maiores as estratégias que poderão ser estabelecidas para combate da vulnerabilidade. Assim, a diversificação consiste num processo de construção de oportunidades, de incremento das capacidades dos agricultores para que possam optar e decidir. Portanto, diversificar constitui ter a capacidade de transformar, de lidar com situações de vulnerabilidade e incerteza, onde esse esforço de superação e criação de estratégias ocorre a partir dos recursos ou dos meios de vida que os indivíduos têm à sua disposição.

Dessa forma, o tema da diversificação foi agregado ao debate sobre meios de vida, confluindo para a temática da “diversificação dos meios de vida” que Ellis compreende como

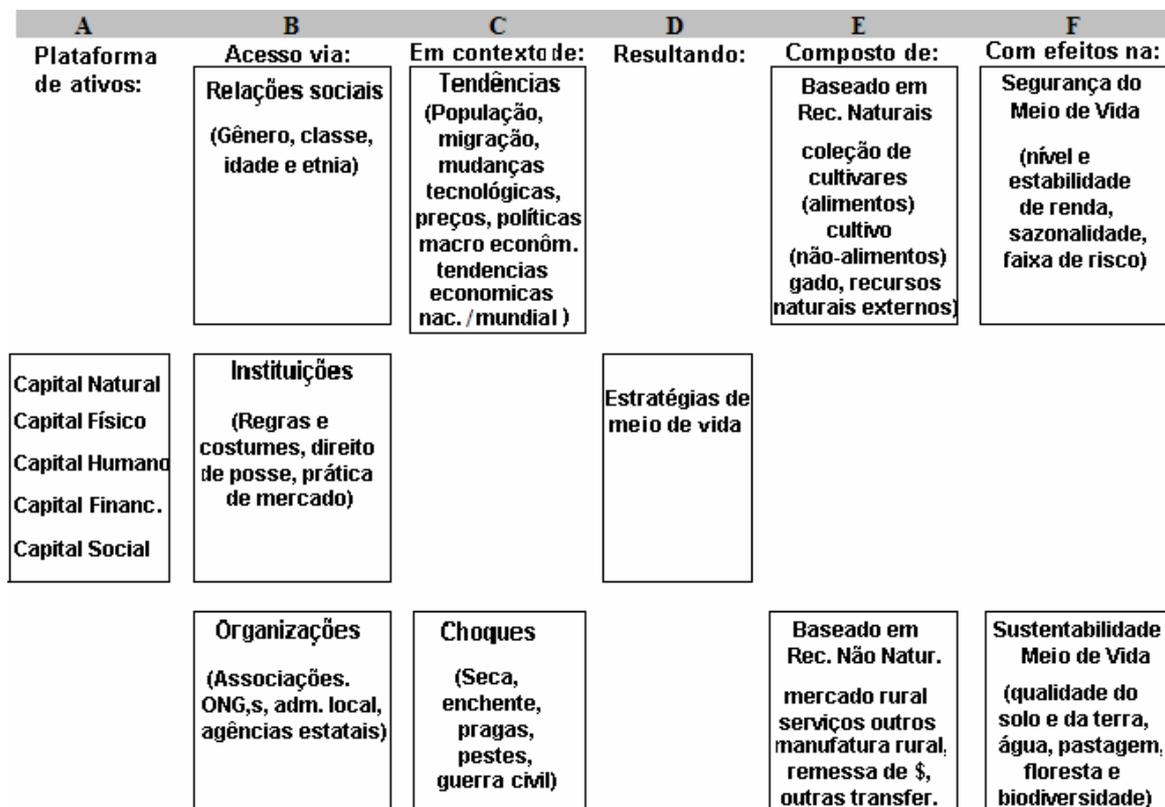
um processo de construção de oportunidades pela família rural para sobreviver e obter uma melhor qualidade de vida (ELLIS, 1998).

“[...] diversificação dos meios de vida é o processo pelo qual as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida”. (ELLIS, 1998, p.15, tradução nossa).

Diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto mais amplo, podendo ser, inclusive, um indicador de desenvolvimento rural. Por isso, Ellis (1998) salienta que a diversificação da renda não é sinônimo de diversificação do meio de vida, pois enquanto a primeira se refere às diversas entradas monetárias que podem ser observadas num instante qualquer, a segunda inclui a variável do tempo, isto é, necessita que haja uma observação de uma crescente disponibilidade de portfólios alternativos de atividades no tempo.

Corroborando com a análise dos meios de vida, a Figura 1 representa o diagrama de Ellis (2000), que contribuiu para concretizar a “diversificação dos meios de vida” como uma nova ferramenta utilizada para a análise dos meios de vida no rural.

Figura 1- Diagrama de análise dos meios de vida no meio rural



Segundo Perondi (2007) o diagrama sugere que a análise dos meios de vida parta de uma plataforma de ativos (coluna A) e os traduz num portfólio de atividades de renda (coluna B), mediadas por contextos sociais, econômicos e políticos (coluna C), que ocorrem em cenários distintos e que podem vulnerabilizar ou estimular a transformação. O resultado consistiu em estratégias de meios de vida (coluna D) sobre as atividades que utilizam (ou não) recursos naturais (coluna E), com efeitos sobre a segurança dos meios de vida e a sustentabilidade ambiental (coluna F).

Esse quadro não fornece uma receita definida para resolver problemas da causa e do efeito na redução da vulnerabilidade no rural. No entanto, sugere um caminho de organizar a política de análise dos meios de vida e identificar os principais componentes (ativos, medianos, processos, atividades), encorajar pensamentos sobre as ligações críticas entre eles, e enfatizar a identificação das restrições como um percursos para a formulação de formas interativas e pensar em causa políticas para superar as restrições e permitir que os capitais sejam usados de forma produtiva (ELLIS, 2000).

Para melhor compreensão do quadro acima, é essencial o entendimento de alguns conceitos que tangenciam a perspectiva da abordagem dos meios de vida em que considera que as famílias desenvolvem suas estratégias de reprodução social estabelecendo ligação entre os ativos e as atividades que o grupo familiar possui para sobreviver. Os meios de vida são compostos por um conjunto de capitais (natural, físicos, humanos, financeiro e social) constituídos por diversos ativos, onde a condição em que esses ativos encontram-se influencia a forma como serão acessados, tendo como principal propósito a busca pela sustentação do estabelecimento e autonomia da família (SCOONES, 1998; ELLIS, 2000).

Para esta abordagem talvez o componente mais importante se refira à plataforma de ativos, tidos como recursos específicos acessados para a construção das estratégias (NIERDELE, GRISA, 2008). Para Bebbington (1999), os ativos são não somente veículos para a ação instrumental (que permitem às pessoas construir alternativas de reprodução material), mas também meios para a ação hermenêutica, uma vez que também dão significado à vida das pessoas, e emancipatória, visto que constituem a base de poder que permite aos atores desafiar as estruturas de dominação e coerção. Ou seja, mais do que recursos utilizados na construção das estratégias de sustento, os ativos são a própria base de poder que dá capacidade (*capability*) ao agente para ser e agir. Nessa perspectiva, Nierdele e Grisa (2008), afirmam:

Os ativos são ao mesmo tempo *inputs* e *outputs* das estratégias. Eles compõem a base de recursos necessária à formação das alternativas de sobrevivência, as quais podem retroalimentar a plataforma de ativos. Não obstante, algumas estratégias podem sacrificar determinados ativos para garantir outros (sobreexploração dos recursos naturais para garantir recursos financeiros, por exemplo) (NIERDELE, GRISA, 2008, p.53).

Portanto, compreende-se que o conjunto de ativos constitui a base de poder dos atores. É o que permite a eles se reproduzirem e alterarem as estruturas institucionais sob as quais a reprodução ocorre. Ou seja, os ativos compõem a base que dará vida as alternativas de manutenção e sobrevivência da família, permitindo a reprodução social e agindo sobre as estruturas institucionais que estabelecem relação com estes indivíduos (NIEDERLE, GRISA, 2008). Dessa maneira, fica claro que a semelhança dos ativos com os intitamentos consiste na eficácia do meio para se atingir o fim almejado, assim, os ativos e os intitamentos são o meio para atingir os fins, e a disponibilidade de ambos permite aos indivíduos expandir ou restringir suas capacitações (MATTE, 2008).

Os indivíduos e as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos ativos, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias de enfrentamento e adaptação às diversas situações de vulnerabilidade (CHAMBERS, 2006). Essa diferença no acesso dos ativos está diretamente relacionada à capacidade individual e à utilização de intitamentos, diferenciando-os em seu uso e controle (ELLIS, 2000; SEN, 2008; 2010; CHAMBERS, CONWAY, 1992).

Nesse sentido, salienta-se que os ativos são componentes fundamentais dos capitais que sustentam as estratégias criadas pelos indivíduos, as quais são “respostas de crises não planejadas” (ELLIS, 2000, p. 47), sendo essencial a identificação dos ativos fracos ou faltantes em cada categoria, uma vez que eles são prejudiciais para as estratégias de diversificação dos meios de vida, pois as consequências do impacto das pressões externas e das tendências nos meios de vida geralmente se direcionam aos ativos mais fracos (ELLIS, 2000).

Assim, entender a diversidade dos ativos nos grupos familiares torna-se fundamental na medida em que possibilita compreender o leque de suas estratégias criadas pelos mesmos, estando diretamente relacionada à capacidade individual ou coletiva de controle e uso sobre os ativos. Nessa lógica, é que Perondi e Schneider (2012, p. 118) afirmam que “fortalecer os meios de vida implica criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência para lidar com crises, choques ou vulnerabilidades”.

Desta forma, a abordagem da diversificação dos meios de vida representa uma ferramenta para compreensão do grau de vulnerabilidade ou mesmo exposição à riscos de agricultores ou de famílias rurais, ou ainda, pode contribuir de forma decisiva e estratégica na

operacionalização de ações para o desenvolvimento rural, a fim de fortalecer os meios de vida dos indivíduos, e de explicar a tomada de decisão da família que tem como base os ativos. A exemplo, essas ações podem ser caracterizadas pela melhor distribuição de renda (tanto entre as famílias, como entre os membros de cada família), diversificação das fontes de rendimentos, aumento do uso de rendas não agrícolas, maior segurança em relação aos efeitos das oscilações dos mercados.

Segundo Ellis (2000, p. 57) os determinantes da diversificação dos meios de vida rurais são variados e podem estar relacionados a aspectos edafoclimáticos ou socioeconômicos que se manifestam através da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros ativos. Por sua vez, os efeitos da diversificação se apresentam ou se expressam como atributos da diversidade na forma de atividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirendimentos), de tal forma que podem ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos.

Portanto a diversificação dos meios de vida resulta em complexas interações, podendo contribuir de várias formas e níveis: (1) com a distribuição de renda, pois existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de seus meios de vida; (2) com a produtividade rural, cuja diversificação de dentro da unidade de produção, muitas vezes, acontece associada às contribuições de segurança de renda doméstica melhoradas pela diversificação fora da porteira da propriedade rural; (3) com o meio ambiente, pela redução da necessidade de os agricultores menos capitalizados super explorarem o solo agrícola para levar a cabo práticas extrativas do local para a sobrevivência; (4) com as relações de gênero, ao melhorar a distribuição da renda dentro da família; e, (5) com maior segurança aos efeitos macroeconômicos, isso porque, com a relativa liberalização de preços e mercados, a diversificação pode reduzir os efeitos imediatos que poderia ocorrer caso dependessem de apenas uma estratégia de renda (ELLIS, 2000).

Cabe salientar que as estratégias podem ser agrícolas (diversificação dos sistemas de produção e criação) e não-agrícolas (pluriatividade, migração, etc.). Para Bebbington (1999), na medida em que se compreende a grande diversidade de alternativas não-agrícolas desenvolvidas por estes agricultores, a discussão sobre viabilidade somente pelo ângulo da eficiência técnica e produtiva para competir em mercados agrícolas perde completamente o sentido. Deste modo, segundo Nierdele e Grisa (2008) supera-se um longo debate empreendido no meio acadêmico e político-institucional brasileiro que colocou, de um lado, posições que procuravam evidenciar a capacidade produtiva agrícola da agricultura familiar e que, de certo modo, subestimaram os efeitos da crise que afetou esta categoria (Guanziroli, 2001) e; de outro,

posições que, acentuando os efeitos desta crise, mas subestimando a potencialidade que novos mercados poderiam abrir em termos de estratégias agrícolas, focalizaram sobretudo a importância crescente dos mercados de trabalho e ocupações não-agrícolas (Graziano da Silva, 1999).

Por fim, ressalta-se que a correlação entre Amartya Sen e Frank Ellis está em afirmar que a ampliação das capacitações das famílias agricultoras pode ocorrer por meio da diversificação, ou que significa que se a unidade produtiva for diversificada, maiores serão as possibilidades de escolha e maiores são as estratégias que podem ser estabelecidas para combater a pobreza rural. Assim, os efeitos do processo de diversificação propagam-se nas atividades e nos rendimentos, e podem resultar dentre outras, em melhorias na vida, nos bens materiais na redução da vulnerabilidade das famílias agricultoras. Ou seja, as consequências da diversificação dos meios de vida implicam em diferentes rendimento e atividades, que podem ser influenciados por fatores internos e externos a unidade produtiva. Nesse sentido, o próximo capítulo abordará quais são os fatores e quais são as relações que influenciam nos diferentes rendimentos das famílias agricultoras.

### 2.3 RENDA COMO UM MEIO DE VIDA PARA REPRODUÇÃO SOCIAL

As consequências do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, foram, por um lado, a concentração de riquezas, à medida que aumentava a produtividade e a exploração do trabalho alheio, e por outro, a pobreza, na medida em que possibilitava o acesso ao crédito e as tecnologias mais “modernas” para outros agricultores, impedindo sua capacidade de concorrência. A modernização não só aumentou a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia, principalmente o industrial e o financeiro, como o grau de desequilíbrio social e o impacto da atividade agrícola sobre condições ambientais. Guanzirolí (2001) indica que no Brasil ao modernizar o estabelecimento por intermédio da tecnificação e grossos subsídios, não levou em conta em nenhum momento, as consequências socioeconômicas e políticas da adoção desta estratégia, em particular sobre a distribuição de renda, que é um fator essencial para a reprodução social das famílias agricultoras.

Assim, é que esse estudo toma como ponto de partida o conceito central que a renda faz parte e é essencial para processo de reprodução social dos agricultores familiares, e é considerada como um meio (ELLIS, 2000) que a família agricultora acessa para ter como fim a sua reprodução social e não como um fim por si só. Ou seja, a renda é um intitlamento (SEN, 2000) que compõem o capital financeiro (ELLIS, 2000), mas que também é influenciada pelos

demais intitamentos que compõem do meios de vida de uma família agricultora (ELLIS, 2000) para que ela possa ter a reprodução social que deseja.

O conjunto de intitamentos constitui a base de poder dos agricultores familiares que permite a eles se reproduzirem e alterarem as estruturas institucionais sob as quais a reprodução ocorre. Nesta perspectiva, possibilitar acesso aos intitamentos afeta as relações de poder que geralmente dificultam aos indivíduos e grupos construir suas estratégias de vivência (ROMANO, 2002). Entretanto, de acordo com Nierdele e Grisa (2008) não se trata de qualquer intitamento, mas daqueles que são mais importantes para as diferentes pessoas e em diferentes lugares. Ou seja, agricultores familiares com diferentes intitamentos proporcionam diferentes níveis de renda, que permitem reprodução social diferentes para diferentes pessoas em diferentes lugares.

Nesse sentido, para ter a concepção do processo de reprodução social da agricultura familiar é preciso observar, assim como Perondi e Ribeiro (2000), que os processos produtivos e reprodutivos são simultâneos. As sociedades reproduzem condições específicas de sua existência, como um agricultor quando se mune de uma continua reconversão de parte de seus produtos em meios de produção, criando no seu processo e dos que se assemelham condições de reproduzir toda uma sociedade.

De acordo com Chayanov (1981) a reprodução familiar se baseia na relação de equilíbrio entre produção e consumo, sendo que essa relação não é fixa e sempre dependerá da quantidade de trabalho e irá variar conforme o tamanho da família. Ainda para o autor essa relação é definida internamente na própria composição familiar, levando em consideração que a família nunca é igual ao longo de sua existência. Cada família, segundo sua idade, constitui um aparato de trabalho completamente distinto de acordo com sua força de trabalho, a intensidade da demanda de suas necessidades, a relação consumidor/trabalhador e a possibilidade se aplica os princípios de cooperação complexa. Para Chayanov (1981) em cada momento da evolução familiar, sua composição determina a capacidade de força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo e dos resultados alcançados.

Assim, salienta-se que a unidade de produção familiar tem um limite natural de produção, determinado pela proporção entre intensidade de trabalho e as necessidades do grupo familiar. A relação entre consumidores e produtores se altera ao longo do ciclo de desenvolvimento da família, resultando em diferentes estratégias compensatórias dessa variação.

Outros aspectos importantes são os delimitadores do cálculo da auto exploração, reconhecendo o valor nas relações sociais que as famílias estabelecem para sua reprodução, que

está relacionado de acordo com as influências de um setor sobre o outro: entre dominantes e dominados, num processo de transformação social. Ou seja, há um nível de exploração em que os agricultores se protegem intensificando o trabalho, reduzindo o consumo e dispersando a família para obterem rendas não agrícolas. Dessa forma, o nível de renda decrescente poderia ser a causa da redução da família e não seu efeito; sendo que a família age sobre si própria, utilizando estratégias como a migração precoce e a maximização do trabalho para se autoproduzir nas faces e restrições que não pode controlar.

As atitudes tomadas pelas unidades de exploração familiar, como variar intensidade do trabalho, o ciclo e a divisão do trabalho, ampliando ou restringindo o consumo, são formas que a família encontra para se proteger das forças externas como exploração e restrição fundiária. Essas variações feitas pelos agricultores familiares são algumas alternativas que regem a reprodução da agricultura familiar.

As estratégias de reprodução de uma unidade de produção familiar se devem a fatores internos, mas também, estão simultaneamente ligadas a fatores externos à unidade de produção. O fator principal das estratégias de reprodução dos agricultores familiares é a organização do trabalho em família, ou seja, o trabalho é a categoria central da unidade familiar, não sendo caracterizada pelo fenômeno social dos salários. Segundo Chayanov (1981) essa relação se define a partir dos seguintes princípios: (a) existe uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; (b) o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o objetivo do trabalho familiar não é quantificável, nem se apodera da mais valia, tendo produção de valores de uso e não somente valores de troca; por fim, (c) esses sistemas econômicos não capitalistas são determinados por um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Abramovay (1992) e Woortmann (1995) explicam a racionalidade da agricultura familiar numa procura pelo equilíbrio entre maximizar a renda e minimizar a penosidade e o risco do trabalho, bem como, percebem que no trabalho familiar há uma composição de forças “plenas e marginais”, e é isso que permite que haja o equilíbrio entre o trabalho e consumo nas unidades de produção familiares.

Além dessas características da agricultura familiar já mencionadas, ao analisarmos mais a fundo as condições de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, percebe-se que desde a revolução industrial os agricultores se tornaram exclusivamente agrícolas, retirando grande parte das atividades artesanais do campo e se restringindo ao espaço agrícola. Entretanto a busca por outros rendimentos não foi esquecida, e assim, os agricultores familiares utilizaram as atividades não agrícolas como um mecanismo que viabilizou o equilíbrio econômico, ou

seja, as atividades não agrícolas passaram a fazer parte das estratégias de reprodução social da agricultura familiar.

A agricultura familiar possui uma grande capacidade de combinar atividades agrícolas e não agrícolas, dentro e fora da unidade de produção. Essa capacidade é decorrente de características agropecuárias onde o tempo necessário de trabalho é menor que o tempo efetivo de produção, o que permite ter tempo de “não trabalho” para que se possa exercer outra função além da atividade agrícola.

Toda essa combinação de atividades é chamada por Graziano da Silva (1999) e Schneider e Anjos (2003) de pluriatividade, a qual possui a unidade de produção como unidade de análise e contribui para entendimento do arranjo das atividades agrícolas e não agrícolas, dentro e fora da unidade de produção familiar.

É válido ressaltar que as principais causas da pluriatividade são a necessidade de fatores de produção e a desocupação da força de trabalho. Esses elementos são relativos as estratégias de sobrevivência das famílias e da reprodução dos ativos na exploração agrícola. Quando o agricultor familiar vai a busca de atividades não agrícolas, é para que possa tornar as atividades agrícolas possíveis e melhores de serem executadas pois o sistema produtivo está em insustentabilidade, ou seja, o agricultor familiar faz uso de ações não agrícolas para se reproduzir, e assim, diversificar a renda da sua família.

Assim, sabendo que a diversidade de renda dos agricultores familiares é muito presente, ressalta-se mais uma vez que nesse estudo a renda é vista como um meio (ELLIS, 2000) que a família agricultora acessa para ter como fim a sua reprodução social, e não como um fim por si só. Ou seja, a renda é um intitlamento que a família precisa acessar para que possa ter condições de reprodução social, e que ela pode ser influenciada pelos demais intitlamentos que compõem seus meios de vida, como escolaridade, terra, mão de obra, características ambientais e sociais, entre outros.

Corroborando com esse pensamento, Helfand e Pereira (2012), afirmam que está cada vez mais evidente na literatura internacional que a saída da condição de pobreza dos agricultores familiares pela via agrícola talvez não seja mais uma condição suficiente, pois atualmente há diferentes fontes de renda que compõe a renda total dos agricultores. Além disso, os autores asseguram que diferentes acessos a alocação de recursos disponíveis para a família influenciam diretamente nas diversas composições possíveis de renda das famílias agricultoras. Ou seja, no âmbito brasileiro, as desigualdades entre grupos de produtores são acentuadas, sendo que a partir de vários estudos recentes sobre pobreza rural em diferentes regiões do país constatou-se que os contrastes, relacionados principalmente a renda dos grupamentos sociais

rurais, estão ligados ao acesso a alguns fatores como: disponibilidade de terra, características edafoclimáticas (disponibilidade de água, fertilidade do solo, clima, etc), escolaridade, migração, assistência técnica, mão de obra, capital imobilizado, distância dos centros urbanos e das necessidades socioeconômicas de cada região, entre outros.

Dentre esses estudos, ressalta-se que Helfand e Pereira (2012) tomando como base a renda rural, Buainain e Garcia (2013) e Vieira Filho (2013) referindo-se as viabilidade econômica, e Schneider (2003, 2010) escrevendo sobre a pluriatividade, afirmam que existem múltiplos caminhos para sair da pobreza rural, sendo que todos eles podem ser influenciado por fatores de escolaridade, migração, assistência técnica, e mão de obra. Além disso, para Helfand e Pereira (2012) o acesso e uso da terra e ao capital imobilizado são fatores a serem considerados na análise da pobreza rural que tem a renda rural como central. Os mesmos autores ainda afirmam que alguns dos maiores obstáculos enfrentados pelos produtores familiares encontram-se fora da propriedade agrícola e relacionam-se aos custos de transação que os pequenos produtores enfrentam para acessar os mercados de insumos e de produtos, crédito e tecnologia. Vale destacar que para Buainain e Garcia (2013) e Vieira Filho (2013), existem outros fatores, além dos já citados, que contribuem com a viabilização financeira dos agricultores, que são: adoção e de difusão tecnológica, à infraestrutura e às políticas públicas, sendo todos os fatores alicerçados na discussão da heterogeneidade estrutural<sup>6</sup>.

Para Helfand e Pereira (2012) fundamentado em estudos do Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), as famílias rurais adotam suas estratégias de geração de renda por dois caminhos básicos, que não são excludentes entre si e que comportam estratégias muito variadas: a elevação da renda agrícola e da renda não-agrícola. A primeira, passa pela intensificação da produção agrícola, baseada tanto na elevação da produtividade dos fatores terra, mão de obra e capital, como no assalariamento na própria agricultura. A segunda, requer o maior engajamento em atividades não-agrícolas, seja como assalariado ou por conta própria, recebimento de remessas de familiares e transferências governamentais.

Outro autor que corrobora com a análise das rendas rurais é Ellis (2000), quando afirma que na sociedade moderna existem diversas oportunidades de venda da força de trabalho juntamente com a própria condição de auto emprego em seu empreendimento, sintetizando diferentes oportunidades de renda em três agregações: *on farm*, que são as rendas de origem

---

<sup>6</sup> Heterogeneidade estrutural de acordo com Vieira Filho (2013) está ligada às disparidades estáticas, que não dependem apenas da melhor alocação de fatores de um mercado em livre concorrência. Citam-se como exemplo a disponibilidade de água para a irrigação, a infraestrutura de escoamento da safra e as condições de acesso às tecnologias de produção que não se ajustam a realidade de vários produtores.

agrícola no próprio estabelecimento; as *off farm*, que são as rendas de origem agrícola advindas de outros estabelecimentos; e as *no farm*, que são rendas de origem não-agrícola fruto do trabalho em outros setores ou do não-trabalho.

A importância do processo de diversificação da renda, de acordo com Ellis (1998) é decorrente de um interesse particular em explicar a relação entre as atividades agrícolas e não agrícolas rurais. Essa questão emerge quando se observa que o desenvolvimento agrícola impulsiona as atividades não agrícolas no meio rural dos países desenvolvidos, e os recursos decorrentes dessa nova atividade iniciam novas transformações na agricultura, levando o crescimento das atividades não agrícolas se tornarem agentes das mudanças agrícolas. De acordo com essa afirmação, Ellis (2000) cita um ditado que nos exemplifica essa lógica pensada anteriormente: “o rabo pode sim sacudir o cachorro”, ou seja, a pluriatividade intersetorial pode não ser apenas um recurso complementar, mas o principal agente de transformação das capacidades e diversificação.

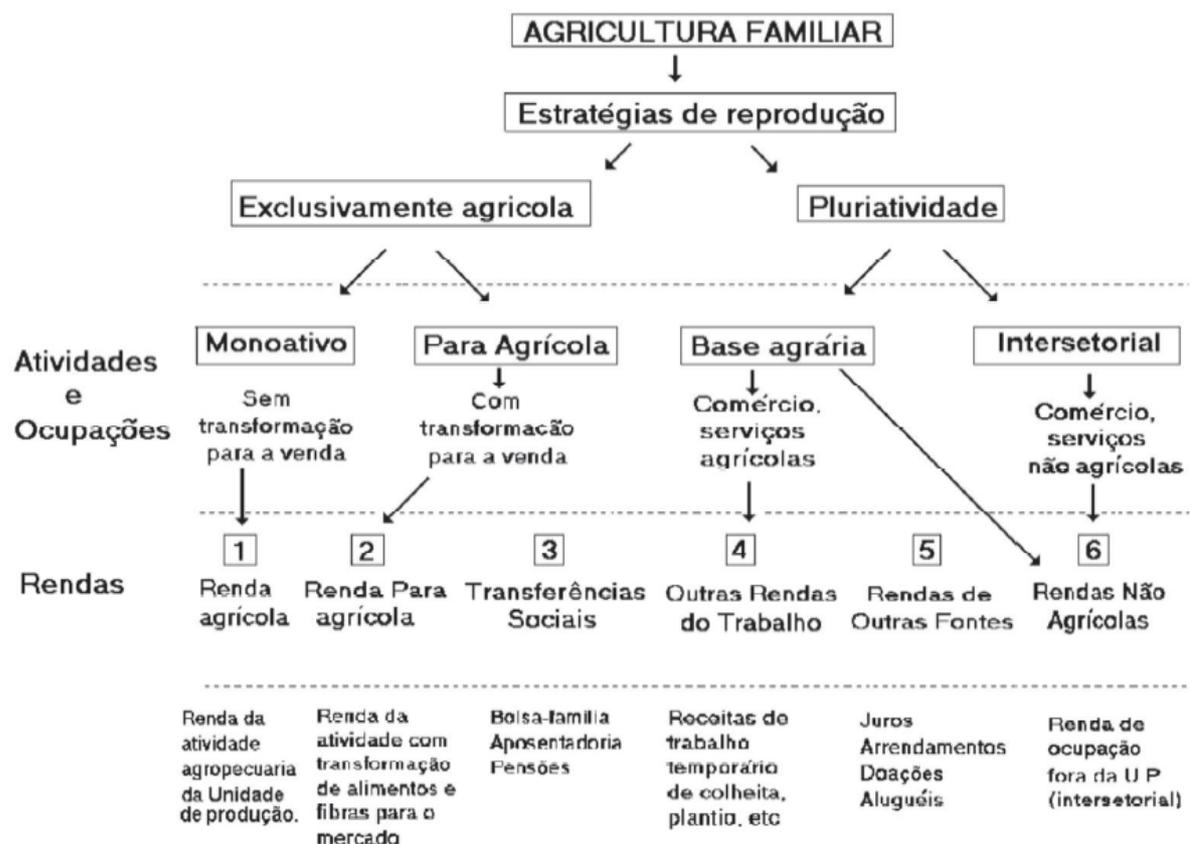
É válido ressaltar que quando falamos em diversificação há uma diferença de foco entre autores que discutem esse processo, cujo pode ser identificado por Van der Ploeg e Frank Ellis; pois enquanto o primeiro está preocupado com a diversificação endógena, ou seja, aquela dentro da unidade de produção, o segundo explica a capacidade de diversificação e seus efeitos socioeconômicos além da unidade de produção. Ou seja, Van der Ploeg construiu a abordagem sobre “estilos de agricultura” para entender a diversidade dos agricultores, já Frank Ellis procurou explicar a utilidade e a função da diversificação. Ploeg (1993) afirma que o que importa é explicar o porquê a diversidade existe no ambiente rural apesar de toda a pressão de homogeneização do mercado e para Ellis (2000) importa explicar os efeitos socioeconômicos vindos da diversidade e da capacidade de diversificar os meios de vida, pois a existência dessa capacidade significa um maior potencial para se criar a diversidade em processos sociais e econômicos.

Ou seja, as considerações de Ploeg são necessárias para entender que o desenvolvimento do agricultor é moldado pelo repertório cultural e está em constante teste; e as considerações de Ellis, pelo conceito de que são necessárias políticas que apoiem a diversificação dos meios de vida rural. Portanto, as duas abordagens contribuem com o entendimento do processo de diversificação.

A diversificação da renda dos agricultores familiares está relacionada às estratégias adotadas nos estabelecimentos, conforme podemos observar na Figura 2. As estratégias podem

ser exclusivamente agrícolas, seja elas a monoatividade ou as atividades para-agrícolas<sup>7</sup>; ter a renda vinda da pluriatividade de base agrária, formada pelo comércio de serviços agrícolas e venda do trabalho; como também intersetorial, com o comércio de trabalho não agrícola, isto é, quando membros do estabelecimento trabalham em atividades não agrícolas ou nos centros urbanos, mas residem no estabelecimento rural (SCHNEIDER, 2010). Além dessas atividades que podem compor a renda total de uma unidade de produção, ainda há aposentadorias, transferências, juros e outros benefícios sociais ou de qualquer outra fonte. Para Kageyama (2008) o peso das rendas não agrícolas para com a renda total não apresenta um padrão estável e pode variar em muito de acordo com as regiões, além disso, a relevância da renda vinda de atividades não agrícolas cai à medida que cresce a renda total.

Figura 2 - Organograma de tipificação de renda



Fonte: Schneider (2010, pg. 97)

<sup>7</sup> De acordo com Schneider (2003) atividades para-agrícolas são um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (in natura ou de derivados) produzida dentro de um estabelecimento ou adquirida (em parte ou no todo) fora.

Para a agricultura familiar, a atratividade dos trabalhos para fora do estabelecimento vem se tornando um fator positivo, permitindo ao estabelecimento rural avançar na pluriatividade. Contudo, ressalta-se que existem diferenças entre a diversificação em nível doméstico e em nível individual. Para Ellis (2000) do ponto de vista individual a pessoa pode ter ocupações diversas e em tempo parcial, e que muitas vezes são mal pagas trazendo insegurança, ou seja, a diversificação individual está associada à pobreza. Já na diversificação do estabelecimento produtivo, as famílias diversificam o portfólio de atividades e os indivíduos se especializam e trazem uma maior segurança para o conjunto familiar. No primeiro, o indivíduo busca a diversificação como uma forma de subsistência, geralmente, relacionada a um trabalho desfavorável. Na família, relaciona-se à especialização de cada indivíduo daquela unidade que trará renda maior ao conjunto familiar diversificado.

Nesse ponto Ellis (2000) diz que o que determinaria o modo como os estabelecimentos agrícolas adotam os moldes para a produção e renda, seria acima de tudo as suas potencialidades ou a expansão de seus capitais<sup>8</sup>, os quais dariam possibilidades a família acessar níveis de diversificação dos meios de vida mais elevados. Assim, o acesso aos capitais dariam para as famílias rurais a oportunidade de diversificação das estratégias de atividade e renda, possibilitando avançar tanto nas atividades agrícolas como nas não agrícolas, dentro e fora da unidade de produção.

Desta forma, a abordagem da diversificação pode representar um grau de compreensão da vulnerabilidade ou mesmo exposição à riscos de agricultores ou de famílias rurais, ou ainda, pode contribuir de forma decisiva e estratégica na operacionalização de ações para o desenvolvimento rural, a fim de fortalecer os meios de vida dos indivíduos e de explicar a tomada de decisão da família. A exemplo, essas ações podem ser caracterizadas pela melhor distribuição de renda (tanto entre as famílias, como entre os membros de cada família), diversificação das fontes de rendimentos, aumento do uso de rendas não agrícolas, maior segurança em relação aos efeitos das oscilações dos mercados.

Segundo Schneider (2010) quanto mais diversificada é a unidade produtiva, maiores são as possibilidades de escolha e maiores são as estratégias que podem ser estabelecidas. Assim, os efeitos do processo de diversificação se propagam nas atividades e nos rendimentos e podem resultar em melhorias na vida. Ellis (2000) diz que a criação da diversidade em processos econômicos e sociais se reflete em fatores que pressionam e também oportunizam famílias a se adaptar e a diversificar os seus meios de vida, o meio rural, o local e a região, ou seja, a

---

<sup>8</sup> Caracterizariam os meios de vida como conjunto de ativos, atividades, formas de acesso e uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou família.

diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto maior, podendo ser um indicador de desenvolvimento rural.

### 3 METODOLOGIA

As novas teorias sociológicas necessitam cada vez mais explicitar as suas interconexões teóricas, mas principalmente trazer, aos estudiosos da sociedade, os caminhos metodológicos trilhados para o estudo empírico dessas novas perspectivas. Dessa forma, esse capítulo tem por objetivo apresentar os aspectos metodológicos que subsidiarão empiricamente os procedimentos adotados no trabalho de campo e que possibilitarão a compreensão e interpretação dos dados e informações coletadas.

O Estudo tem como unidade de análise a família ou *household*, que conforme Ellis (2000) é a unidade de análise mais apropriada na abordagem dos meios de vida, uma vez que é na família que ocorrem intensas relações sociais e econômicas interdependentes. A família não são somente relações consanguíneas, mas definir o grupo social que reside em um mesmo lugar, compartilha as mesmas refeições e tomam as decisões sobre o “futuro da família” de forma conjunta, sejam elas decisões sobre a utilização dos recursos e/ou sobre a organização da propriedade. Logo, analisar a família permite entender as diversas estratégias de meios de vida, adotadas não somente pelo(a) “chefe” da família, mas por todos aqueles que a compõe. Assim, a unidade de análise foi denominada como Unidade Produtiva Familiar (UPF)

A pesquisa foi efetuada no município de Verê, localizado no sudoeste do Paraná, em uma comunidade chamada de Barra do Santana, sendo entrevistadas 25 unidades de produção familiar. Para essa pesquisa foi importante que o estudo foi realizado numa comunidade pois garante o foco sobre o contexto local da unidade de análise (família), o que por sua vez, justifica que a pesquisa seja feita com base numa amostragem intencional – não probabilística.

Essa comunidade foi escolhida pois os dados secundários nos mostram IDH relativamente baixos no município em relação à média brasileira, segundo dados do IBGE, por representar a agricultura familiar do sul do Brasil e por ser uma região que passou por um forte processo de transformação modernizadora, bem como, pela acessibilidade aos entrevistados, pois a autora dessa tese teve a oportunidade de participar de uma pesquisa da EMBRAPA, que aconteceu nessa comunidade rural em 2013, que visava estudar as estratégias de enfrentamento e adaptação de comunidades rurais pobres, se aproximando dessa realidade rural.

Em consonância com o objetivo do estudo, foram utilizadas diversas técnicas de coleta de dados, envolvendo dados primários (aplicação de questionário semiestruturado) e dados secundários (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental). Além disso, a pesquisa contou com uma fase em que comparou os dados coletados de dois diferentes anos de pesquisa, ano agrícola 2012/2013 e 2016/2017, ressaltando que conforme Lakatos e Marconi (1996, p 107), o método de pesquisa comparativo tem como finalidade verificar similitudes e explicar divergências considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano.

Em primeiro lugar, foram coletados os dados secundários através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, definidas por Gil (1989) por buscas de informações em fontes bibliográficas e em fontes documentais, respectivamente. Através da pesquisa bibliográfica foram buscados livros, teses, dissertações, artigos, entre outras fontes bibliográficas relacionadas de forma direta ou de forma indireta ao tema do presente estudo e através da pesquisa documental serão buscou-se séries estatísticas históricas locais, relatórios de instituições rurais locais, notícias de jornais locais, entre outras fontes documentais que auxiliem a compreender o contexto das realidades estudadas.

Em segundo lugar, foram coletados os dados primários através da aplicação de questionário semiestruturado, o que permite uma maior uniformidade de informação recolhida. Conforme Lakatos e Marconi (1996) o motivo da padronização da entrevista é permitindo que todas as perguntas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferença entre os respondentes e não diferenças nas perguntas.

A primeira parte da coleta dos dados foi realizada no ano de 2013, recolhendo dados do ano agrícola 2012/2013, através do questionário<sup>9</sup> presente no Anexo 1, pois os dados são parte de um projeto coordenado pela EMBRAPA que é intitulado “Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico”, cuja autora desse projeto de tese fez parte e foi devidamente autorizada a utilizar os dados. E a segunda coleta de dados foi realizada no ano de 2017, referente ao ano agrícola 2016/2017, com o questionário já supracitado. Ou seja, a pesquisa ocorreu num interstício quinquenal, que se caracterizou como uma “pesquisa em painel”.

---

<sup>9</sup> Questionário validado por Perondi (2007) e adaptado pelo projeto de pesquisa da EMBRAPA intitulado “Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico” de 2013.

A posteriori a coleta dos dados, as análises dos dados quantitativos foram feitas através das referências que possuem ferramentas de compreensão de renda rural e de diversificação dos meios de vida, bem como, aporte para criação de índices que serão indispensáveis na análise, podendo citar como principais referências: Lima et al (1995), Garcia Filho (1999), Perondi (2007) e Ellis (2000).

Conforme Vergara (2008) a análise de dados refere-se à seção onde se especifica ao leitor que forma se pretende tratar e coletar os dados obtidos, sendo que os objetivos de estudo são atingidos de acordo com a coleta e interpretação dos dados e fazendo uma correlação entre eles. Para o início da análise, os dados coletados foram tabulados no Excel, a partir de algumas variáveis que serão apresentadas a seguir.

Para mensurar a força de trabalho homem, foi usado Lima et al (1995), que diz que uma UTH representa 300 dias de trabalho de oito horas diárias de uma pessoa adulta, ou seja, entre 18 e 59 anos. Como no meio rural ocorrem pessoas ativas fora desta faixa etária, consideramos: crianças de 7 a 13 anos = 0,5 UTH; jovens de 14 a 17 = 0,65 UTH; adultos de 18 a 59 = 1 UTH; e idosos com mais de 60 anos = 0,75 UTH.

Os valores monetários referentes ao ano agrícola de 2012/2013 foram corrigidos a partir do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)<sup>10</sup> da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponível no site do Banco Central para o período de 2016/2017, que é de 1,244.

Segundo Lima et al (1995), a Renda Agrícola (RA) é resultado da subtração do Consumo Intermediário, Depreciação, Divisão do Valor Agregado do Produto Bruto, ou seja, é a parte do Produto Bruto que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e ampliar o patrimônio, e através de Lima et al (1995) e do Guia metodológico “Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários” (convênio FAO/INCRA, 1999), a explicação das variáveis são:

- Produto Bruto (PB): é o valor referente a toda produção que foi gerada durante o período analisado, dentro da UPF. Este engloba a produção vendida, estocada e consumida pela família.
- Consumo Intermediário (CI): é o valor dos insumos e serviços adquiridos fora da UPA, e utilizados na transformação da produção. Estes insumos são totalmente consumidos no processo produtivo.
- Valor Agregado Bruto (VAB): é a riqueza bruta da UPF, ou seja, é o PB descontado

---

<sup>10</sup> O Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) foi utilizado pois é um índice que mede a inflação para todos os brasileiros, independentemente da situação financeira, e porque podem ter sua produção afetada pela oscilação do dólar.

os insumos utilizados no decorrer do processo produtivo.

$$\text{VAB} = \text{PB} - \text{CI} \quad (1)$$

○ Depreciação (D): é o valor que corresponde ao desgaste dos meios de produção que existem no estabelecimento, mas que não são consumidos totalmente no processo produtivo (máquinas, implementos, benfeitorias e outras).

○ Valor Agregado Líquido (VAL): é a riqueza líquida da UPF, ou seja, o VAB descontada a depreciação das máquinas, implementos e benfeitorias.

$$\text{VAL} = \text{VAB} - \text{D} \quad (2)$$

○ Divisor do Valor Agregado (DVA): são as despesas para manter a propriedade, ou seja, despesas que não podem ser descontadas de um único sistema produtivo, tais como o arrendamento “de” terceiros, os impostos relacionados a produção e a propriedade (FUNRURAL, ITR), parcelas de empréstimos financeiros, e salários da mão-de-obra contratada.

○ Renda Agrícola (RA): é o que sobra do PB descontadas todas as despesas da propriedade, ou seja, é a parte do PB que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e ampliar o patrimônio.

$$\text{RA} = \text{VAL} - \text{DVA} \quad (3)$$

As fontes de renda são classificadas como:

- A) Transferências Sociais (RTS) aposentadorias, pensões, auxílios do governo, é classificada como um auxílio, e não propriamente como uma renda;
- B) Outras Rendas do Trabalho (ORT): atividades agrícolas fora da UPF
- C) Renda de Outras Fontes (ROF): relativo às cobranças de arrendamentos de terras, aluguéis, rendas com poupança, doações e aplicações. São rendas não oriundas do trabalho;
- D) Renda Não Agrícola (RNA): renda do trabalho de atividades não agrícolas
- E) Renda total (R): é o que sobra do PB descontadas todas as despesas da propriedade, ou seja, é a parte do PB que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e ampliar o patrimônio. A renda total também é soma das outras rendas, como exemplificado na fórmula:  $R = \text{RA} + \text{RTS} + \text{ORT} + \text{ROF} + \text{RNA}$ .

Após a contabilização e composição da renda total das famílias entrevistadas, foi feita a classificação das famílias conforme a mediana da renda total para ambos os anos, ou seja, famílias acima da mediana da renda total e famílias abaixo da mediana da renda total, para os anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. É importante observar que as unidades de produção familiar que são classificadas em 2012 como baixa renda podem ser classificadas tanto como

baixa renda como alta renda em 2017, bem como, as famílias classificadas como alta renda em 2012 podem ser classificadas como baixa ou alta renda em 2017, ou seja, as famílias podem mudar de classificação da renda com o passar dos anos, ou não.

Após a separação das famílias entre alta renda e baixa renda para ambos os anos da análise, foi realizada da composição da renda total dos grupos conforme organograma de tipificação de renda de Schneider (2010, p. 97), já descrito no item 2.3 desta tese, para que verificação de quais são as rendas que contribuem com maior peso para a composição da renda total das famílias, e quais os grupos possuem a formação da renda mais diversificada ou mais especializada.

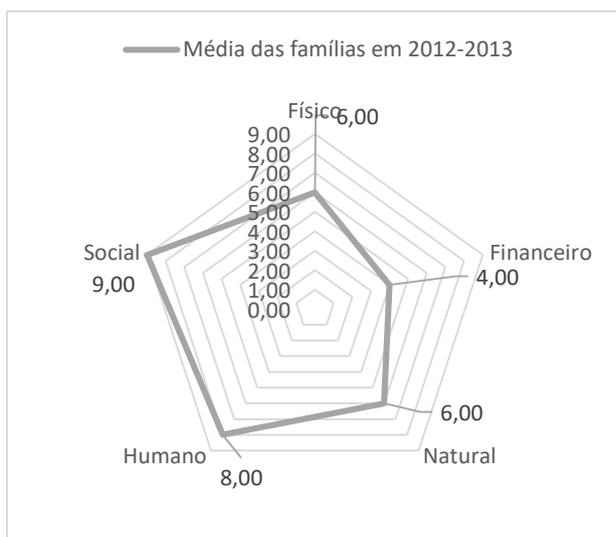
A posteriori a classificação das famílias e a análise da composição da renda das mesmas, foi construído o Índice de Meios de Vida (IMV), baseado em estudos oriundo inicialmente por Carney (1998) e que sofreu alterações com o decorrer do tempo, podendo citar os estudos de Perondi (2007), Schneider (2012), Waquil (2007), Villwock (2012) e Freitas (2015), no Brasil. Esse índice de meios de vida foi composto pelos 5 capitais, sendo que ele pode ser utilizado diretamente ou indiretamente, gerando os meios de sobrevivência das famílias para se sustentar.

Capital natural compreende a terra, a água e os recursos biológicos que são utilizados pelas pessoas para gerar modos de sobrevivência. Tais recursos podem estar localizados em espaços de maiores gradientes de diversidade (região de montanha) ou não (planícies) e serem distintos entre ser renovável ou não. Capital físico compreende aquilo que foi criado pelo processo econômico de produção sujeitos à depreciação, como benfeitorias e máquinas. Tais recursos, quando servirem como residência da família, por exemplo, seriam considerados improdutivos, entretanto, passam a ser produtivos se a casa disponibilizar quartos para aluguel. Capital humano é o trabalho doméstico disponível, influenciado pelas variáveis: educação, habilidades e saúde. É um capital que cresce à medida que se investe em educação e capacitação, bem como, ao se adquirir habilidades numa ou mais ocupações produtivas. Capital financeiro compreende a liquidez que o grupo doméstico tem disponível para realizar suas estratégias. Este é um capital que pode ser potencializado com o acesso a uma linha de crédito subsidiada ou mesmo a fundo perdido. Capital social, por fim, é um termo que captura os vínculos do indivíduo e do grupo doméstico com a comunidade, em seu sentido social mais amplo, e a possibilidade de pertencer a um virtual grupo social com variada capacidade de inclusão social (ELLIS, 2000, tradução nossa).

Segundo Ellis (2000) os capitais são mais do que os elementos que compõem os vértices do pentágono, a própria figura geométrica também é útil, o Biograma do Índice de Meios de

vida, pois o pentágono pode ser utilizado para demonstrar graficamente a variação do acesso de determinados grupos a estes recursos. O ponto central do pentágono, onde as linhas se encontram, representa acesso zero aos recursos, enquanto o perímetro externo, representado pelo número 10, é acesso máximo aos recursos, além de que a área desse pentágono é o valor do IMV. A partir desta base, podem ser desenhadas formas diferentes de pentágonos para as diferentes comunidades ou grupos dentro de uma comunidade, onde serão analisadas cada capital individualmente e também como um ciclo dinâmico para que possa encontrar saídas no desenvolvimento rural para combate à pobreza. A representação dos resultados por meio de gráficos do tipo radar ou biogramas permite uma melhor visualização dos valores obtidos, bem como dos desequilíbrios existentes.

Ressalta-se que para o cálculo do Índice dos Meios de Vida – IMV, que é representado pela área do pentágono, cada capital foi formado através da média harmônica, com resultados entre 0 e 10, e que a área do pentágono foi calculada pelas formulas abaixo representadas. Além disso, observa-se que a área do pentágono é sensível à ordem dos capitais considerados no gráfico de radar, por isso, a sequência dos capitais na conformação do pentágono é a mesma utilizada pelo Carney (1998), Perondi (2007), Villwock (2012), e Freitas (2015). A sistematização das respostas em índices ocorreu com auxílio de dois programas computacionais: Microsoft Office Excel e o *software* SPSS (*Statistical Package for Social Science*).



*A Triângulo*

$$A_n = \frac{a \cdot b \cdot \text{sen } \alpha}{2}$$

$$A_1 = 22,82$$

$$A_2 = 22,82$$

$$A_3 = 45,65$$

$$A_4 = 68,47$$

$$A_5 = 51,35$$

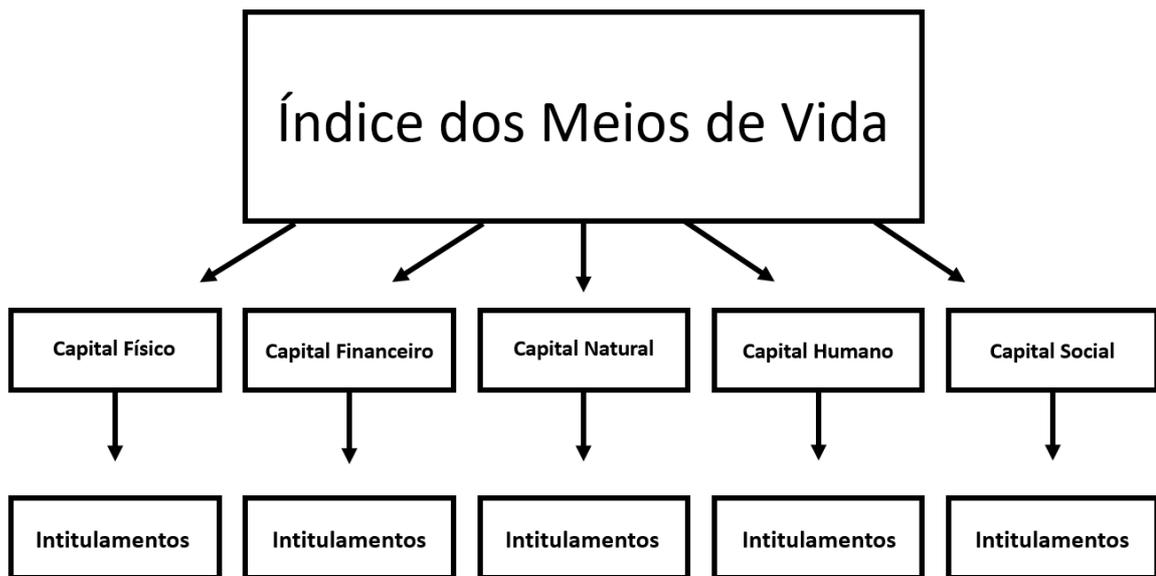
$$A_{\text{pentágono}} = A_1 + A_2 + A_3 + A_4 + A_5 = 211,11$$

Segundo Mattos (2007, p. 14), os índices e suas aplicações permitem “o acompanhamento das mudanças percebidas pelas famílias rurais”. Nesse sentido, pretendeu-se aqui um trabalho que desvinculasse o meio rural de aspectos como produtividade, terra e mão

de obra, dando um reconhecimento diferenciado à essa multidimensionalidade dos processos dos meios de vida que possibilitam às unidades de produção familiar alcançar melhores condições de vida.

Entretanto, para compor os capitais e então formar o IMV, foi preciso fazer a delimitação dos intituleamentos (Sen, 2000), fatores (Helfand e Pereira, 2012), ou ativos (Ellis, 2000), que é o ponto central dessa tese. De acordo com Ellis (2000), estes ativos/intituleamentos caracterizariam os meios de vida como conjunto de ativos, atividades, formas de acesso e uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou família, ou seja, são os ativos/intituleamentos que formam cada capital que compõe os meios de vida das unidades de produção familiar, conforme podemos ver na Figura 3 abaixo.

Figura 3 - Organização dos instrumentos de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Portanto, a delimitação dos intituleamentos/ativos foi realizada com base nos trabalhos já descritos no capítulo 2 e principalmente com base dos trabalhos pautados na elaboração de intituleamentos/ativos no Sul do país, como Matte (2013), Zotti (2010), Perondi (2007), Freitas (2015), Schneider (2012), Waquil (2007) e Villwock (2012), conforme descritos no Apêndice A. Ressalta-se que os intituleamentos do capital físico refere-se a posse de máquinas e equipamentos, de benfeitorias, e da quantidade de terra disponível para a realização das atividades produtivas; do capital financeiro refere-se as diferentes rendas que resultam na renda total das unidades de produção familiar e a mão de obra disponível no estabelecimento familiar;

do capital natural refere-se à base de recursos naturais disponível, estando relacionada a conservação de bens naturais, divididos entre: conservação da água, do solos e das matas; do capital humano estão relacionados às atribuições individuais como o nível de escolaridade, informação, comunicação, trabalho familiar disponível, bem como, acesso a transportes, bens de consumo e infraestrutura mínima necessária; e por fim, o capital sociais reporta-se às relações cotidianas que as famílias estabelecem tanto no seu núcleo quanto com o externo, ou seja, comunidade, instituições, etc.

Após a análise dos intitamentos, capitais e índice de meios de vida realizado para cada um dos grupos em ambos os anos, foi realizada a análise comparativa do índice de meios de vida e a formação da renda para verificar os meios de vida no mundo rural como estratégia de acesso as diferentes formações de renda.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA

O município de Verê é localizado no Sudoeste do Paraná, conforme Figura 4, e possui 454 km de distância até a capital Curitiba. A área do município é de 312,418 Km<sup>2</sup>, e possui um relevo marcado por uma homogeneidade morfológica, decorrente do predomínio de feições planas e onduladas, entretanto, uma boa parcela do seu território é ocupado pelas áreas de várzeas do rio e por terrenos com maior ondulação. Com relação ao uso potencial dos solos, a maior parte dos solos é do tipo regular e, sendo assim, a vulnerabilidade erosiva e a fertilidade tornam-se os fatores físicos de restrição para o uso agrícola.

O clima de Verê é sub-tropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas é nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C e a dos meses mais frios é inferior a 18°C. O Município está totalmente inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu. O rio mais importante que passa pelo seu território é o Rio Chopim, que faz a divisa do Município ao norte e a leste com São Jorge D'Oeste e São João, respectivamente.

Figura 4- Localização geográfica do município de Verê, no estado do Paraná.



Fonte: IBGE (2017).

De acordo com PNUD (2014) o município possui IDH de 0,72, o que é abaixo, se compararmos com o IDH do estado do Paraná e do Brasil. Além disso, de acordo com IBGE (2017), a incidência de pobreza no município é de 34,12, o que é considerado mediano para o estado do Paraná; e a concentração de renda, de acordo com o índice de gini, é considerado baixo, ressaltando que esse número diminuiu de 0,57 em 1990 para 0,34 em 2010.

Segundo o IBGE (2017), a agropecuária do município foi responsável por quase 40% do PIB do município em 2013, mostrando que parcela significativa do PIB fica a cargo do meio rural. Esses dados vem de encontro, quando analisa-se o número de população residente no meio rural, pois esse número é maior do que na área urbana, ou seja, há 4.597 pessoas na área rural e 3.281 na área urbana do município. Corona (1999) corrobora com as afirmações quando analisa que a área total de cada propriedade agrícola no Sudoeste, é dividida em três partes, ou pela menos contém duas dessas três partes: área com pastagem; área de lavoura; e área de capoeira ou pousio, sendo que a característica da produção para o autoconsumo ainda é muito presente nas famílias agricultoras.

Ressalta-se que o município de Verê, de acordo com IPARDES (2013) é composto por 1301 estabelecimentos, e que a agropecuária é basicamente formada pelo binômio grãos e leite, conforme podemos ver na Tabela 2. O número de estabelecimentos e a área destinada a lavoura temporária e a pecuária são responsáveis por mais de 94% e 96% respectivamente.

Tabela 2- Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas – Censo 2006

<i>ATIVIDADES ECONOMICAS</i>	<i>NUMERO DE ESTABELECIMENTOS</i>	<i>ÁREA (ha)</i>
<i>Lavoura temporária</i>	574	15.327
<i>Horticultura e floricultura</i>	39	219
<i>Lavoura permanente</i>	17	407
<i>Pecuária e criação de outros animais</i>	654	11.763
<i>Produção florestal - florestas plantadas</i>	12	190
<i>Produção florestal - florestas nativas</i>	5	72
<b>TOTAL</b>	<b>1.301</b>	<b>27.978</b>

Fonte: IPARDES (2013).

O município se caracterizam por apresentar principais traços do processo de colonização da região Sul do Brasil, sendo eles: acesso à terra via título de propriedade e padrão de trabalho no meio rural baseado na família, sendo que essas características foram adquiridas através do processo de modernização, ou a também chamada, revolução verde (CORONA, 1999).

Além das característica dos sistemas produtivos do município, ele também apresenta características especiais, pois a área dispõe de uma estância hidromineral que representa um potencial turístico importante, o que fez com que fosse incorporada no traçado turístico proposto pela Secretaria de Estado do Turismo.

#### 4 PANORAMA GERAL DOS MEIOS DE VIDA E DOS INTITULAMENTOS

Esse capítulo tem como foco atingir o primeiro objetivo específico dessa tese, que é o de identificar e analisar de maneira geral os ativos que compõe os meios de vida das unidades de produção familiares da comunidade Barra do Santana nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, buscando identificar o grau de fragilidade do ativo, bem como, analisar as estratégias de meios de vida da comunidade em cada um dos anos de análise. Além disso, as informações desse capítulo procuram mostrar um panorama geral dos meios de vida das famílias entrevistadas apontando a evolução de algumas das características dos ativos/intitulamentos, que será peça fundamental na compreensão das rendas das famílias da comunidade Barra do Santana, abordados no capítulo seguinte.

Desta forma, parte-se de uma análise geral das médias harmônica dos cinco capitais, verificando quais ampliam e quais restringem às condições de vida dessas famílias. Por conseguinte, dentre os conjuntos ampliadores, explanou-se sobre os intitulamentos “expansores”; e dentre os conjuntos entendidos como limitantes, interpretou-se sobre os intitulamentos mais vulneráveis.

O Gráfico 2 do tipo radar foi composto por cinco eixos (do pentágonos), sendo cada um referente a cada capital, de acordo com a proposta de Frank Ellis e Amartya Sen, sendo eles: Físico, Financeiro, Natural, Humano e Social. Para os autores é importante que a distribuição dos capitais seja uniforme e harmônica, pois quanto mais harmônica for a dilatação do conjunto de capitais, melhores serão suas condições de vida, justificando uma ideia de uma teoria multidimensional. Entretanto, o biograma mostra, que tanto no ano agrícola 2012-2013, como no ano agrícola 2016-2017, não há uma distribuição harmônica entre os capitais. O que ocorre é uma distribuição harmônica somente entre o capital natural, humano e social, não ocorrendo o mesmo com os capitais físico e financeiro.

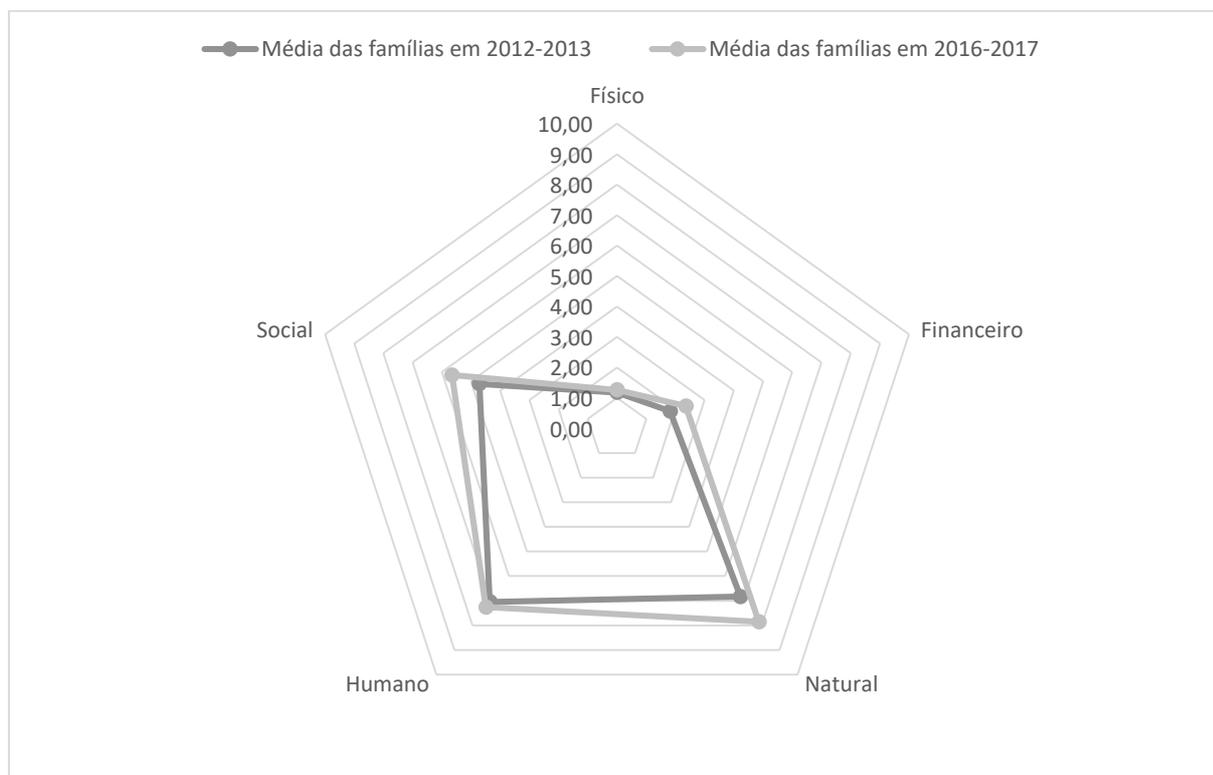
Assim, retomando a ideia de Sen (2008; 2010), pode-se inferir que, segundo o biograma dos meios de vida, estas condições encontram-se de forma desequilibrada para estas famílias, pois os valores dos índices dos recursos financeiros e físicos apontaram para uma situação mais precária em relação aos outros capitais. Ou seja, significa pensar que não basta ter condições favoráveis de meio ambiente, mão de obra, conhecimento, escolaridade e informação, se a infraestrutura, maquinários e conjunto de recursos financeiros não permitem a criação de estratégias e, portanto, buscar melhores condições de vida.

Nesse sentido, é possível inferir que os capitais físicos e financeiro seriam os mais vulneráveis, o que permite afirmar que, em ambos os anos de análise, na comunidade Barra do

Santana, a vulnerabilidade dos meios de vida estaria relacionada ao aspecto físico e ao aspecto financeiro. O capital humano, social e natural possuem as melhores médias e a distribuição é mais harmônica, o que não restringe os meios de vida das famílias da comunidade em ambos os anos de análise. Assim, compreende-se que existe privação das liberdades nos meios de vida físico e financeiro, mas que os ativos sociais, naturais e humanos seriam aqueles potencializadores de um processo de criação de melhores condições de vida.

Vale ressaltar que foram analisados os dados das 25 unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017 no intuito de compreender todas as estratégias de renda e de meios de vida das UPF da comunidade, sem deixar nenhuma delas de fora, mesmo que dentro da análise tenham sido encontrados um *outlier*<sup>11</sup> em relação a renda e outro em relação ao capital físico, o que justifica, até certo ponto, os capitais financeiro e físico da comunidade ficarem baixos em relação aos demais.

Gráfico 2- Biograma dos Meios de Vida das unidades de produção familiar da comunidade Barra do Santana no ano agrícola 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

<sup>11</sup> Os *outliers* são dados que se diferenciam drasticamente de todos os outros, são pontos fora da curva. É uma observação que apresenta um grande afastamento das demais da série.

Em relação ao Índice de Meios de Vida – IMV das unidades de produção familiar entrevistadas, que é representado pela área do pentágono, os dados mostram que os valores médios foram de 65,17 e de 88,25 nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, respectivamente. Com isso, pode-se perceber que a sustentabilidade média dos meios de vida das unidades de produção familiar entrevistadas aumentou com o passar do tempo pois a média harmônica de cada um dos capitais também aumentou, conforme explicitado no parágrafo abaixo.

Em uma escala de 0 a 10, as famílias obtiveram em média harmônica, no ano agrícola 2012-2013, a nota de: 1,18 quanto a disponibilidade de capital físico; 1,81 de capital financeiro; 6,83 quanto aos cuidados com seu capital natural; 7,05 quando a disponibilidade de capital humano; e 4,72 de capital social. Já no ano agrícola de 2016-2017, cinco anos depois do primeiro marco analisado, todos os valores que compõem o pentágono aumentaram, mostrando os valores de: 1,26 quanto a disponibilidade de capital físico; 2,35 de capital financeiro; 7,86 quanto aos cuidados com seu capital natural; 7,26 quando a disponibilidade de capital humano; e 5,65 de capital social. Esses valores mostram que houve um pequeno aumento nos valores médios dos capitais com os passar dos anos, e que apesar da distribuição dos capitais não serem uniforme dentro do pentágono, devemos analisar quais são os intitamentos que permitiram a expansão dos meios de vida e como isso ocorreu com o passar dos anos. Ou seja, devemos analisar quais foram as mudanças que ocorreram em cada intitamento que compõem cada capitais, analisando as causas dessa distribuição não igualitária dos “ganhos” advindos desse processo de modernização no meio rural, e quais os motivos levaram o conjunto físico e financeiro serem os mais vulneráveis.

A organização das seções desse capítulo contempla a identificação dos ativos/intitamentos que compõem os cinco capitais e as atividades realizadas nos estabelecimentos, organizado nas seguintes seções: capital natural, capital físico, capital humano, capital financeiro, capital social.

#### 4.1 CAPITAL NATURAL

Apesar de Amartya Sen (2008; 2010) não trazer uma definição nítida sobre a questão natural como uma liberdade instrumental, é notável em seus trabalhos a importância dada a esta dimensão enquanto meio de vida. Em relação ao meio rural, essa ligação dos agricultores com o ambiental é indispensável ao desenvolvimento rural, pois, segundo Freitas (2014) o ativo terra (essencial à sobrevivência humana e produtiva na agricultura) depende fortemente da

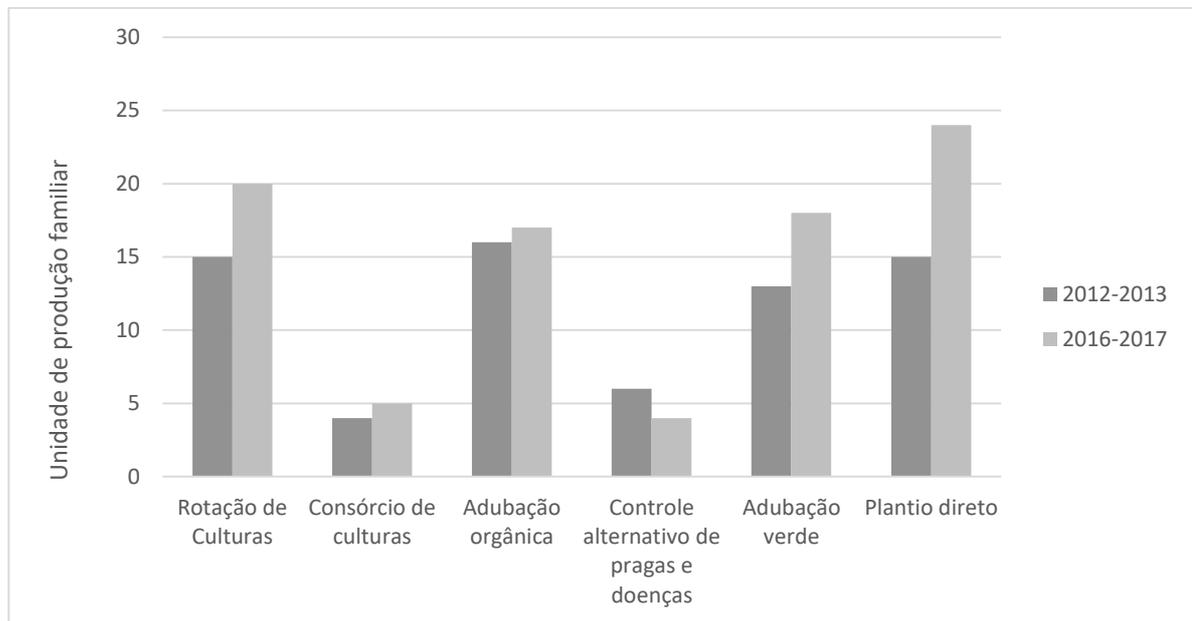
preservação dos arroios, nascentes, rios, matas nativas, solos, entre outros. Assim, o capital natural desse estudo refere-se à base de recursos naturais disponível, estando relacionada a conservação de bens naturais, divididos entre: conservação da água, do solo e da mata.

Em relação a conservação da água, foram analisados dois intitamentos/ativos: origem da água no estabelecimento e o destino dos dejetos humanos, pois Sabei e Bassett (2013) afirmam que o destino final dos dejetos pode influenciar na qualidade da água para as comunidades rurais. Do ano agrícola de 2012-2013 para o de 2016-2017, não houve alteração da origem da água, que era acessada através de poço artesiano individual ou da própria comunidade para todas as famílias entrevistadas da comunidade Barra do Santana. Em relação ao destino dos dejetos humanos, em 2012-2013 haviam 23 famílias em que o destino era fossa simples e apenas duas famílias em que o destino era direto no solo; já em 2016-2017, todas as famílias possuíam fossa como destino final dos dejetos humanos.

Em relação a conservação do solo, as práticas que compõem esse intitamento são: rotação de culturas, consórcio de culturas, adubação orgânica, controle alternativo de pragas e doenças, adubação verde e plantio direto. No Gráfico 3, observa-se que do ano agrícola de 2012-2013 para o ano agrícola de 2016-2017, houve um aumento no número de famílias que passaram a realizar todas as atividades de conservação do solo, exceto a prática de controle alternativo de pragas e doenças, em que haviam seis famílias que realizavam essa prática no ano de 2012 e em 2017, somente quatro a realizam.

Nesse sentido, pode-se analisar que a diminuição da prática do controle alternativo de pragas e doenças pode estar ligado ao processo de insumização da lavoura, ou seja, ao aumento do uso de insumos agrícolas, principalmente agrotóxicos, nas lavouras das famílias da comunidade Barra do Santana. Ademais, é válido ressaltar que o aumento no número de famílias que realizam as práticas de conservação do solo com o passar dos anos contribui para expansão do capital natural, passando a ser um potencializador de um processo de criação de melhores condições de vida.

Gráfico 3 - Práticas de conservação dos solos que compõe o capital natural das unidades de produção familiar dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Além dessas práticas de conservação do solo, citadas no gráfico acima, foi analisado também o processo de erosão dos solos dos estabelecimentos entrevistados, sendo classificados: (1) os que não possuem problemas com erosão, (2) os que possuem problemas com erosão mas fazem a prática do plantio direto, e (3) os que possuem problemas com erosão e não fazem a prática do plantio direto. No ano agrícola 2012-2013, 20 famílias não possuíram e cinco famílias possuíram problema de erosão de solos em seus estabelecimentos, sendo que dessas que possuíram problemas, três estabelecimentos faziam plantio direto e dois não. Já em 2016-2017, 24 famílias não tiveram problemas de erosão de solo no seu estabelecimento e somente uma teve, mas fazia prática de plantio direto.

No que tange a conservação da mata, duas práticas foram analisadas: se o estabelecimento possuía mata ou floresta natural e se fazia reflorestamento de áreas degradadas. Assim, os dados mostram que no ano agrícola 2012-2013, sete estabelecimentos faziam reflorestamento de áreas degradadas, e que em 2016-2017 apenas cinco famílias fizeram essa prática. Em relação aos números de estabelecimentos que possui área de mata ou floresta natural, observa-se que ele se manteve inalterado (21 estabelecimentos) em ambos os anos de análise, entretanto, o total de área de mata ou floresta natural das famílias diminuiu com o passar dos anos, de 98 hectares no ano agrícola 2012-2013 para 75 hectares no ano agrícola 2016-2017. Nesse sentido, é válido salientar que essa diminuição da área de mata e floresta natural

pode ser relativizada com a diminuição da área total dos estabelecimentos, sendo que em 2012 a área total dos estabelecimentos das 25 famílias entrevistadas era de 687 hectares e em 2017 passou a ser 523 hectares. Ou seja, podemos inferir segundo os dados que houve uma diminuição de 14% na área total dos estabelecimentos do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, e que essa mesma porcentagem também ocorreu para a diminuição da área de mata e florestas naturais, pois no ano agrícola 2012-2013 as unidades de produção familiar arrendavam terras de terceiros para utiliza-las em suas práticas agrícolas, aumentando assim a área total dos seus estabelecimentos, e no ano agrícola 2016-2017 as propriedades diminuíram o arrendamento de terras ou deixaram de fazê-los, diminuindo a área total dos seus estabelecimentos e conseqüentemente das matas e florestas naturais.

Portanto, segundo o capital natural e os intitulamentos descritos e analisados nessa sessão, pode-se inferir que entre as famílias, houve um aumento do senso de produção sustentável e conservação dos recursos naturais de seus estabelecimentos com o passar do tempo, os quais são essenciais às boas condições de vida, fundamentalmente no meio rural, onde o “sustento” ocorre pela exploração desses recursos naturais. Além disso, existe uma propensão das famílias a criar estratégias para expansão das condições ambientais por entenderem que a preservação ambiental tornou-se necessária à agricultura e à manutenção das famílias no próprio contexto rural.

## 4.2 CAPITAL HUMANO

Pela abordagem de Sen (2010), o conjunto de intitulamentos humanos é essencial na compreensão das possibilidades de realizar mudanças nas condições de vida das pessoas. Para Sen, intitulamentos como a educação, saúde e informação são elementos mínimos na vida dos indivíduos para que estes consigam superar determinados contextos de riscos e incertezas, além de que ter bens de consumo e infraestrutura básicas para sobreviver, faz com que os indivíduos não fiquem preocupados com suas necessidades básicas de sobrevivência e consigam promover o empoderamento, tendo implicações diretas na melhoria das condições de vida.

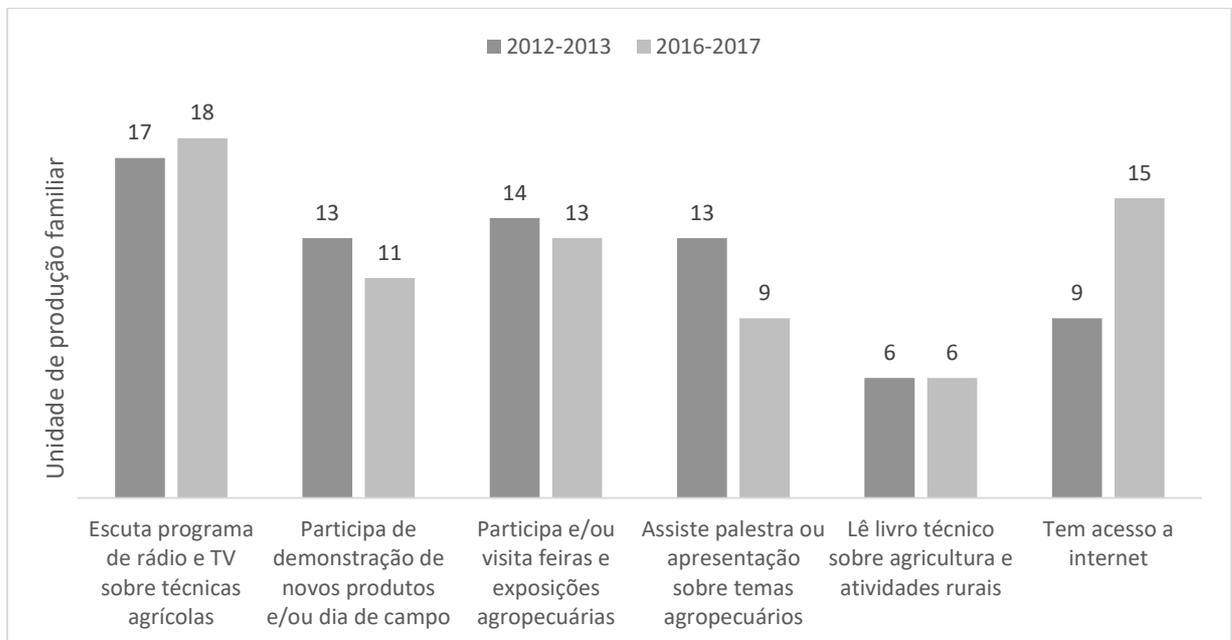
Nesse trabalho os intitulamentos/ativos que compõem o capital humano estão relacionados às atribuições individuais como o nível de escolaridade, informação, comunicação, trabalho familiar disponível, bem como, acesso a transportes, bens de consumo e infraestrutura mínima necessária ligada a moradia.

No que diz respeito ao grau de escolaridade das famílias entrevistadas, os resultados mostram que com o passar dos anos de análise, a média de escolaridade das famílias da

comunidade Barra do Santana não foi alterada, ou seja, tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, a média de escolaridade das famílias foi a 6ª série. Essa média pode estar relacionada com possíveis dificuldades de acesso ao estudo, no período que consistiu entre a infância e adolescência dos proprietários dos estabelecimentos entrevistados em questão, bem como, a migração dos filhos para fora do estabelecimento para estudar e trabalhar, não agregando níveis de escolarização nos estabelecimentos estudados. Esse baixo índice de escolaridade dos entrevistados pode vir a causar alguma dificuldade em exercer suas liberdades (SEN, 2008).

Em relação ao acesso a informações, foi perguntado na entrevista se algum membro da família fazia prática de alguma atividade que lhes permitia acesso a informação. Nesse sentido, o Gráfico 4 mostra que o número de participação em demonstração de novos produtos e/ou dia de campo, participação e/ou visita em feiras exposições agropecuárias e assistir palestra ou apresentação sobre temas agropecuários diminuiu do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Entretanto, a prática de escutar programa de rádio e TV sobre técnicas agrícolas aumentou de 17 para 18 UPF do primeiro para o segundo ano agrícola em análise.

Gráfico 4- Práticas de acesso a informação que compõe o capital humano das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Observa-se através desses dados que as atividades de informação internas à propriedade aumentou, mas as externas reduziram, com o passar dos anos. Ou seja, escutar rádio, acesso

internet aumentou, mas sair da propriedade para fazer um curso, assistir uma palestra, dia de campo, conhecer novos produtos diminuiu. Nessa perspectiva, o que pode justificar a diminuição das saídas dos membros das unidades de produção em busca de informações é o aumento das atividades produtivas do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, principalmente relacionada a produção de grãos e leite, bem como o acesso a informação através das plataformas de buscas digitais.

Ressalta-se que segundo anotações do caderno de campo da pesquisa de tese, para os entrevistados, escutar programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas faz parte do seu dia a dia e não desprende um tempo exclusivo para isso (como é o caso das demais práticas de acesso a informação), pois os agricultores fazem essa prática quando estão tomando o chimarrão ou seu café de manhã ou no fim da tarde, bem como quando estão na estrebaria tirando o leite das vacas, como no caso de algumas propriedades produtoras de leite.

Entende-se, dessa forma, que há dificuldade das famílias participarem de cursos, reuniões, chamadas públicas, tanto por desconhecimento (e até mesmo receio) do que esta participação poderia resultar, quanto pela facilidade de buscar conhecimento via internet. Porém, salienta-se que o acesso a informações é um ativo essencial às famílias quando se pretende estabelecer estratégias para melhorar uma condição de vida ou mesmo para a manutenção de uma situação tida como favorável ao indivíduo ou grupo familiar, sendo essencial acessar o maior número de informações precisas. Nesse sentido, acredita-se que quanto maiores as possibilidades de obter informações, tanto para a agricultura, quanto para as demais atividades cotidianas, maior o leque de canais de comunicação que as famílias estabelecem para articular estratégias de melhoria da qualidade de vida e da reprodução social.

Além dessas práticas supracitadas, observa-se no gráfico que aumentou de nove para 15 o acesso à internet nas casas das UPF entrevistadas, do ano agrícola de 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Segundo os entrevistados, esse aumento no acesso à internet se deu por conta da diminuição dos custos para implantação de antenas que acessam o sinal da internet na comunidade, da melhoria do sinal de internet no meio rural com o passar dos anos e pelos entrevistados afirmarem “não quer estar fora do mundo”, remetendo-se nesse momento as redes sociais.

Ainda segundo as entrevistas, o principal uso da internet é manter a comunicação com a família e o acesso a previsão do tempo, visando o planejamento das atividades agrícolas do estabelecimento, já que as mesmas dependem do meteorologia para planejar a execução de suas atividades agropecuárias. Nessa lógica, de forma geral, pode-se dizer que as famílias possuem

os mecanismos de informação agrícola e não agrícola ao seu dispor, mas que este recurso nem sempre é utilizado como potencializadores das condições de vida.

No ano agrícola 2012-2013, 13 famílias possuíam computador nos seu estabelecimento, sendo que esse número não se alterou cinco anos depois, no ano agrícola 2016-2017. Entretanto, em relação ao uso de celulares, 22 das 25 UPF entrevistadas possuíam telefone celular no primeiro ano de análise e no segundo ano analisado as 25 UPF passaram a ter a telefonia móvel.

Nesse sentido, verifica-se que o número de famílias que tiveram acesso à internet em 2016-2017 é maior que o número de computadores presentes no estabelecimento, observando que o maior acesso a telefones celulares fez com que aumentasse o acesso a informação e a comunicação através da internet nos estabelecimentos rurais pesquisados.

Além das condições de informações para o desenvolvimento da atividade, outras medidas de interesse dos membros da família devem ser consideradas, pois a privação no acesso a liberdades básicas, representam limitações significativas na liberdade de escolhas e nas reais oportunidades dos indivíduos e do grupo familiar (SEN, 2010), assim alguns fatores de infraestrutura e seu atendimento entre os estabelecimentos deve ser investigados.

Em relação a infraestrutura das casas das unidades de produção familiar entrevistadas, todas, em ambos os anos elas tinham luz elétrica, da rede geral de energia; e banheiro completo, com chuveiro, vaso sanitário e pia; e cobertura da casa de telha de barro ou amianto. Em 2012-2013, o piso do chão de 19 casas era de concreto e seis de madeira e as paredes externas de 17 casas eram de concreto e oito de madeira. Em 2016-2017, esses números mudaram por conta da reformas e construções que ocorreram em algumas casas dos estabelecimentos pesquisados. Os dados mostram que três casas trocaram o piso de madeira por concreto com o passar dos anos, ou seja, 22 casas das 25 entrevistadas passaram a ter piso de concreto e apenas 3 continuaram com piso de madeira; e que 21 estabelecimentos possuem predominantemente a parede externa de suas casas de concreto e apenas quatro continuaram com as paredes da casa de madeira.

No que diz respeito aos bens de consumo<sup>12</sup>, nota-se através dos dados que todas as famílias, em ambos os anos, possuíam mais do que 10 bens de consumo. Contudo, ressalta-se que do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, houve o crescimento médio de um bem de consumo para cada UPF entrevistada, que na maioria dos casos era resultado da compra de uma televisão nova para a casa.

---

<sup>12</sup> Fazem parte dos bens de consumo desse estudo: Aparelho de som, Ferro elétrico, Fogão a gás, Fogão a lenha, Forno elétrico/microondas, Freezer, Geladeira, Liquidificador, Máquina de lavar roupa, Batedeira, Parabólica, Rádio, TV, e Video-cassete/DVD.

No ano de 2012-2013, em relação a locomoção própria dos entrevistados, 23 UPF possuíam carro ou carro e moto para sua locomoção, uma UPF só tinha uma moto e uma UPF não tinha meio de locomoção próprio. Já em 2016-2017, 24 UPF tinham carro ou carro e moto próprios e apenas uma UPF (a mesma de 2012) não contava com nenhum meio de locomoção próprio.

O intitlamento usado para compor o capital humano em relação a mão de obra disponível no estabelecimento foi a mão de obra familiar (UTH familiar), pois entende-se que o meios de vida deve ser composto com dados da família que reside no estabelecimento. Entretanto, a Tabela 3 mostra além da média dos dados da mão de obra familiar, dos dados da mão de obra contratada e a mão de obra total dos estabelecimento entrevistados em ambos os anos de análise, pois compreende-se que é importante mostrar a disponibilidade de mão de obra total das famílias com o passar o tempo e relativiza-las com as demais.

Tabela 3 –Valores médios da mão de obra disponível nas unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

	<b>Mão de obra familiar (UTHf)</b>	<b>Mão de obra contratada (UTHcont)</b>	<b>Mão de obra total (UTHtotal)</b>
Ano agrícola 2012-2013	1,87	0,057	1,932
Ano agrícola 2016-2017	2,20	0,148	2,348

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Através da Tabela 3 verifica-se um aumento na disponibilidade de mão de obra familiar, contratada e total se comparar o primeiro e o segundo ano agrícola em análise, ou seja, apesar da mão de obra familiar aumentar com o passar dos anos também foi necessário aumentar a contratação de mão de obra nos estabelecimentos. Nesse sentido, ressalta-se que no ano agrícola 2012-2013 apenas três UPF contrataram mão de obra para realizar trabalhos no estabelecimento, e no ano agrícola 2016-2017 o número de UPF que contrataram mão de obra dobrou, ou seja, seis UPF passaram a contratar mão de obra para realizar atividades no estabelecimento. Além disso, é importante salienta que uma das famílias, das seis que contratam mão de obra, passou a contratar uma pessoa para trabalhar 8 horas por dia em seu estabelecimento para as atividades de aviário, gado leiteiro e lavoura.

Podemos inferir, através das observações a campo, que apesar da mão de obra familiar ter aumentado com o passar dos anos, foi necessário aumentar a mão de obra contratada por conta do aumento da atividade produtiva dentro das unidades de produção familiar, principalmente ligado a produção de grãos e leite, apesar da superfície agrícola útil ter diminuído e as máquinas e equipamentos aumentado, pois houve a otimização da produtividade dos cultivos.

Contudo, na tabela anterior não é contabilizada a presença de “troca de serviços” entre agricultores, mesmo ocorrendo em número expressivo de casos, o que representa estratégias criadas pelos mesmos para diminuição dos custos de produção. Significa com isso, que essa ajuda mútua na forma de troca de serviço e favores não envolve pagamento monetário, mas sim valores de reciprocidade, não sendo classificada como contratação de mão de obra (SABOURIN, 2009). A ajuda mútua presente nessas relações é denominada por Sabourin (2009) de reciprocidade, criando um valor ético, de relações que se redobram, entendida como a dinâmica de reprodução de prestações geradora de vínculo social.

#### 4.3 CAPITAL SOCIAL

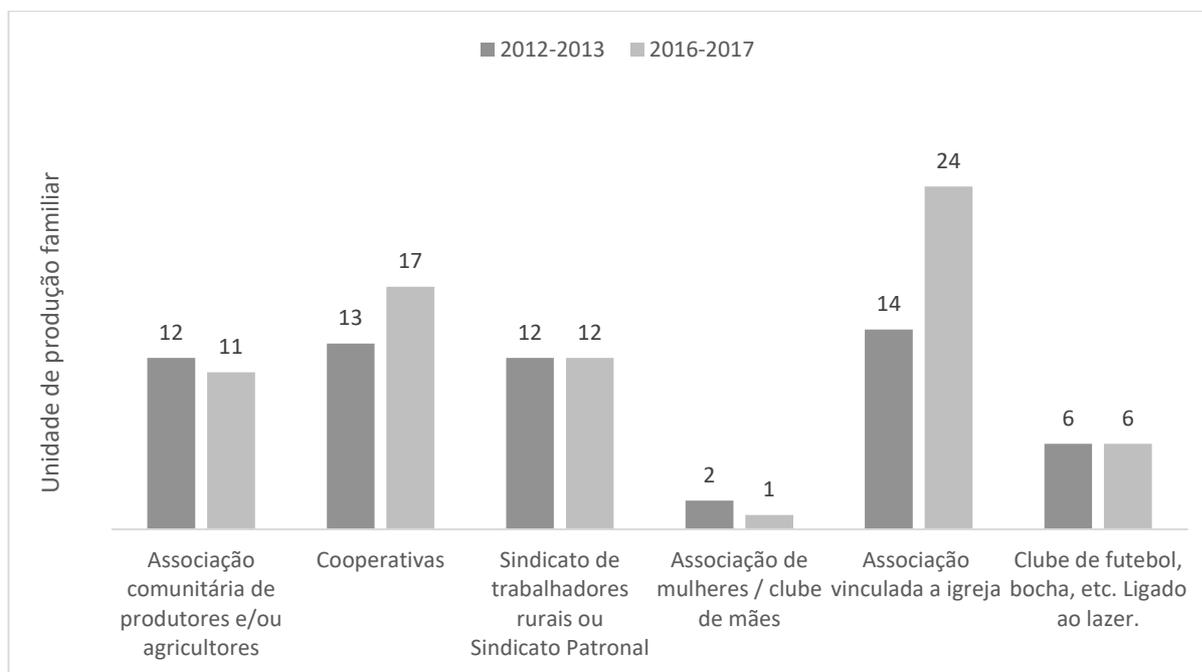
Para o conjunto das 25 famílias, a dimensão social aumentou com o passar dos anos de análises. Conceitualmente, o aspecto social – oportunidades (SEN, 2010) e o capital social (ELLIS, 2000) – reporta-se às relações cotidianas que as famílias estabelecem tanto no seu núcleo quanto com o externo, ou seja, comunidade, instituições, etc. Logo, a dimensão social destaca-se pela participação que as famílias têm na sua comunidade, pelas formas como estabelecem relações de confiança e como obtém informações essenciais para a organização da vida e das estratégias do cotidiano.

Além disso, o capital social corresponde às relações de reciprocidade e confiança, sendo nesse estudo identificadas as relações que os agricultores estabelecem com sindicatos, associações, cooperativas e vizinhos. A discussão do capital social ajuda a entender como se formam redes sociais que podem facilitar o acesso dos indivíduos e dos grupos familiares a outros ativos, pois o capital social representa, ele próprio, o meio fundamental para atingir os fins e obter novos ativos.

Os dados da Gráfico 5 apresentam a participação dos entrevistados em associações, cooperativas, e sindicatos, que mostram que do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, o número de participação em cooperativas expandiu de 13 para 17 UPF e que a

participação na igreja da comunidade também aumentou de 14 para 24 UPF, ou seja, somente uma das famílias das 25 entrevistadas não participam da igreja.

Gráfico 5 - Práticas sociais das unidades de produção familiar dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Os dados mostraram, ainda, que houve a diminuição de 12 para 11 UPF em relação a participação em de associação comunitária de produtores e/ou agricultores e de duas para uma o número de UPF que participavam de clube de mães, do ano agrícola de 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Além disso, o número de participantes em sindicatos de trabalhadores rurais ou sindicato patronal e de clube de futebol, bocha ou alguma atividade ligada ao lazer, se manteve com o mesmo número de participantes de 2012-2013 para 2016-2017, ou seja, 12 e seis UPF participantes, respectivamente.

Para esses indivíduos entrevistados, a participação em cooperativas oferece benefícios no acesso a aquisição de adubos, sementes, e agrotóxicos para o cultivo de pastagens e da lavoura, em alguns casos, promovem cursos, dia da campo e capacitações. Ou seja, o intitulos que compõe o capital social - de participar de cooperativas - promove também o acesso aos intitulos que compõem o capital humano e financeiro das famílias, mostrando na prática a multidimensionalidade que a teoria trás.

As informações gerais são importantes para a ampliação do leque de oportunidades para criar diferentes estratégias que compõem seus meios de vida. Entretanto, os conhecimentos para

agricultura transmitidos por técnicos extensionistas públicos, de cooperativas e até mesmo por instrutores das empresas são essenciais na questão produtiva e ampliação do conhecimento para agricultura em geral. Nesse sentido, os dados mostram que tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, 18 UPF das 25 entrevistadas receberam assistência técnica em seus estabelecimentos. No primeiro ano agrícola, cinco famílias não receberam e duas não se aplicam o recebimento da assistência técnica; e no segundo ano agrícola pesquisado essa ordem se inverte, ou seja, duas famílias não receberam e cinco famílias não se aplica o recebimento da assistência técnica.

A assistência técnica prestadas as famílias tanto no ano agrícola de 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, foi realizada prioritariamente, em ordem decrescente, por técnicos particulares (liberais), técnicos das cooperativas de produção, e técnicos da prefeitura municipal do Verê. Ressalta-se que em 2012-2013, as UPF receberam assistência técnica de apenas um dos lugares supracitados, e no ano de 2017, algumas UPF receberam assistência técnica de diferentes lugares supracitados, como por exemplo, uma propriedade que recebeu assistência da cooperativa de produção para sua lavoura e da prefeitura municipal para a produção de leite.

Ainda referente ao capital social, há que considerar a reciprocidade existente nas comunidades, definida pelas relações de parentesco e vizinhança, pois no caso dessa comunidade, há muitas relações de parentescos. Nesses casos, a reciprocidade envolve a ajuda mútua, compartilhando recursos e saberes, agindo sobre um plano simbólico, por meio da palavra, das regras, das normas e costumes, associados ou não a alguma tradição, e produzindo valores diferentes (SABOURIN, 2009). Essa forma de relação é identificada nas relações sociais dos agricultores, sendo a ajuda mútua identificada na realização de atividades de manejo de lavouras.

#### 4.4 CAPITAL FÍSICO

O capital físico é composto por ativos/intituleamentos que são criados, consumidos e conquistados pelo processo de produção econômica, sendo utilizado como instrumento para o funcionamento das atividades, remetendo-se às condições de infraestrutura do *household*, ou seja, a posse de máquinas e equipamentos, de benfeitorias, e da quantidade de terra disponível para a realização das atividades produtivas.

Na Tabela 4, abaixo, nota-se que a média do capital disponível em máquinas e equipamentos, o capital disponível em benfeitorias e por consequência o capital disponível total das famílias entrevistadas aumentou do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017

e que a superfície agrícola útil (SAU) diminuiu, acarretando em um índice de capital disponível total dividido pela SAU maior no segundo ano agrícola do que no primeiro.

Tabela 4 – Valores médios de indicadores de capital e terra disponível das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

	<i>Capital disponível em máquinas e equipamentos</i>	<i>Capital disponível em benfeitorias</i>	<i>Capital disponível total</i>	<i>SAU (ha)</i>	<i>Capital disponível total / SAU</i>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	R\$101.594,74	R\$62.893,86	R\$164.488,60	22,6	R\$7.278,26
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	R\$114.890,80	R\$96.295,24	R\$211.186,04	17,2	R\$12.278,26

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

O aumento do capital disponível em máquinas e equipamentos e em benfeitorias foi de 13% e de 56%, respectivamente, do ano agrícola 2012-2013 para o ano 2016-2017 das unidades de produção pesquisadas, ou seja, as famílias no segundo ano de análise apresentaram melhores condições de infraestrutura e maior posse de máquinas e equipamentos, que tem por objetivo facilitar o trabalho agrícola da agricultura familiar, disponibilizando mão de obra para outras atividades ou ainda otimizando a produtividade dos cultivos. Nesse sentido, Ellis (1999) afirma que as instalações de infraestrutura e os equipamentos tem impacto importante para a redução da vulnerabilidade, contribuindo para o aumento da mobilidade dos recursos e das pessoas em suas escolhas.

Ainda, ressalta-se que o aumento do capital disponível pode ser justificado pelas observações sobre a elaboração dos projetos para aquisição de crédito via PRONAF, pelos quais geralmente as famílias buscavam equipamentos para investir em atividades, principalmente a pecuária leiteira e a lavoura de grãos.

Em relação da área das unidades produtivas, os dados da Tabela 5, abaixo, nos mostram que a média da área total, da área própria e da superfície agrícola útil é maior no ano agrícola de 2012-2013 se comparado com o ano agrícola 2016-2017. Nesse sentido, compreende-se que em média, o tamanho das UPF diminuíram com o passar dos anos. Ou seja, um ativo fundamental ao desenvolvimento da família, tendo em vista que as atividades realizadas

dependem exclusivamente dela, foi enfraquecido com o passar dos anos. Essa redução pode ter sido ocasionada pela divisão de terras entre os herdeiros ou até mesmo a venda de terras para terceiros.

Tabela 5- Média da área total, área própria e superfície agrícola útil das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

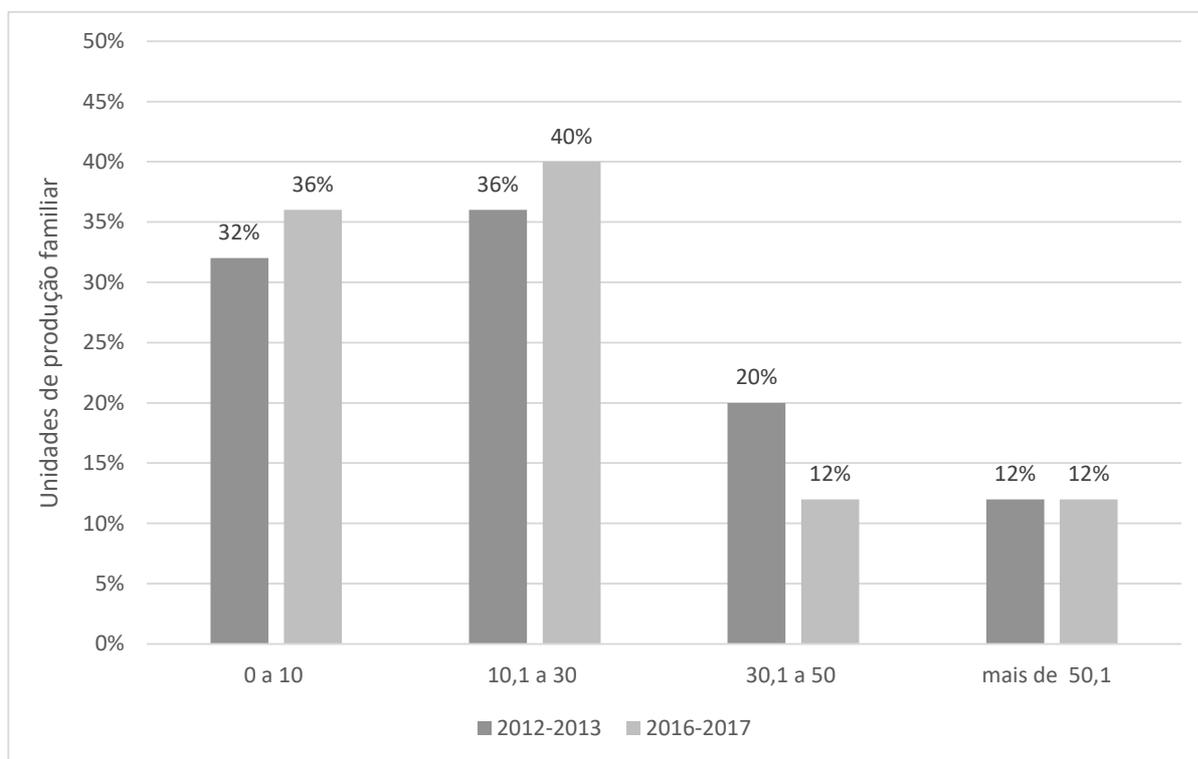
	<i>Área total (ha)</i>	<i>Área própria (ha)</i>	<i>Superfície agrícola útil (ha)</i>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	27,5	20,4	22,6
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	20,9	19,2	17,2

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Ainda, pode-se observar na Tabela 5 que no ano primeiro ano agrícola, de modo geral, as famílias tinham a média de área própria menor que a superfície agrícola útil, o que leva a concluir que as unidades de produção familiar arrendavam terras de terceiros para utiliza-las em suas práticas agrícolas e assim aumentavam a área total das suas UPF. Já no ano agrícola 2016-2017, a área própria das unidades produtivas era maior que a superfície agrícola útil, o que leva a concluir que em média, as propriedades diminuiram o arrendamento de terras ou deixaram de fazê-los.

O Gráfico 6, abaixo, se refere a área total das UPF pesquisadas estratificadas para o primeiro e o segundo ano agrícola de análise. Os dados mostram que houve um aumento de 4% tanto no número de UPF que tinham de 0 a 10 hectares, como no número de UPF de 10,1 a 30 hectares. No estrato de 30,1 a 50 hectares houve a diminuição de 8% no número de UPF do ano 2012-2013 para o ano 2016-2017 e se manteve igual nas unidades de produção que tem mais de 50,1 hectares. Ressalta-se que o número mais expressivo no gráfico é a diminuição do número de unidades de produção do estrato de 30,1 e 50 hectares, que em 2012 era de cinco e em 2017 passou a ser somente três unidades de produção.

Gráfico 6 – Porcentagem de unidades de produção familiar nos anos agrícolas de 2012-2013 e 2016-2017 segmentada em estratos de área total

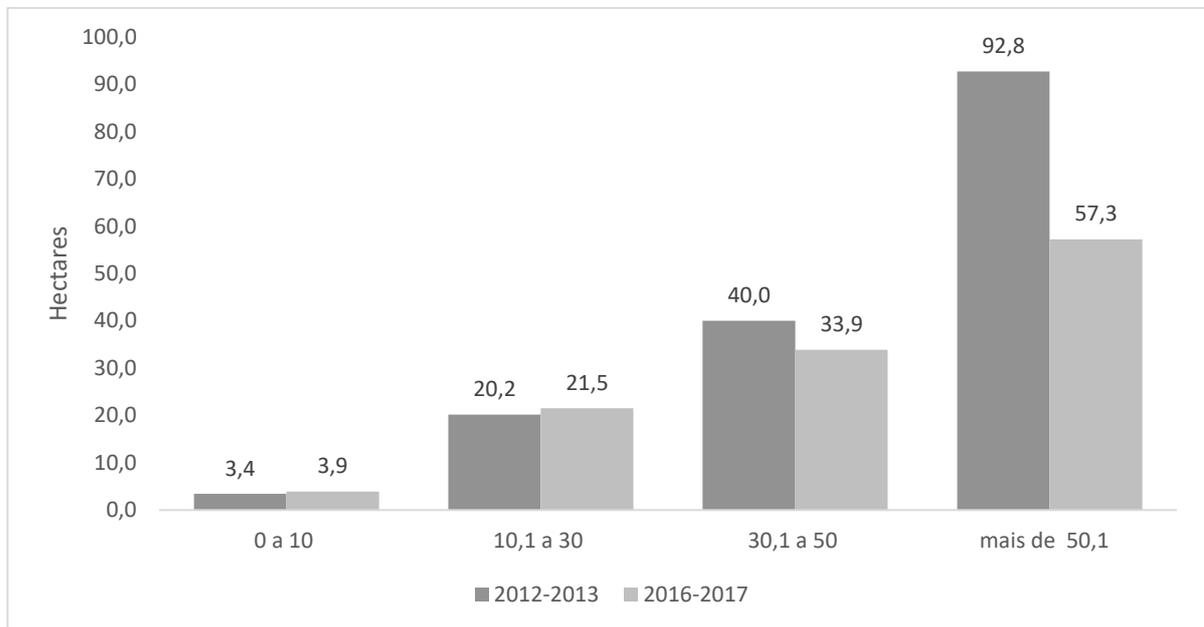


Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017)

Ou seja, houve o aumento no número de UPF que tem até 30 hectares, diminuição no número de UPF que contém de 30,1 a 50 hectares e a manutenção no número de UPF com mais de 50,1 hectares, confirmando mais uma vez a que algumas famílias UPF a área total de suas propriedades com o passar dos anos das análises.

Para ajudar na compreensão da diminuição da área, o Gráfico 7, abaixo, mostra a média de hectares em cada um dos estratos nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. Os dados mostram que nos estratos de 0 a 10 hectares e 10,1 a 30 hectares, a média de área total das unidades de produção aumentaram de 3,4 para 3,9 e de 20,2 para 21,5 hectares, respectivamente. Entretanto, nos extratos de 30,1 a 50 e mais que 50,1 hectares, as médias de área total das UPF reduziram significativamente de 6,2 e 35,5 hectares, respectivamente.

Gráfico 7- Área média das unidades de produção familiar nos anos agrícolas de 2012-2013 e 2016-2017 segmentada em estratos de área total



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Através do Gráfico 6 e 7, conclui-se que tanto o aumento no número de UPF com até 30 hectares, como a diminuição da área média das unidades de produção com mais de 30,1 hectares, fez com que as áreas e a SAU das UPF entrevistadas diminuísse do ano agrícola 2012-2013 se comparado com o ano 2016-2017, acarretando assim, na diminuição do ativo/intitulado disponibilidade de terra que é essencial para realização das atividades produtivas, econômicas, sociais e ambientais. Ou seja, esse intitulado passa a representar uma menor possibilidade de melhorar os demais intitulos que compõe os meios de vida.

#### 4.5 CAPITAL FINANCEIRO

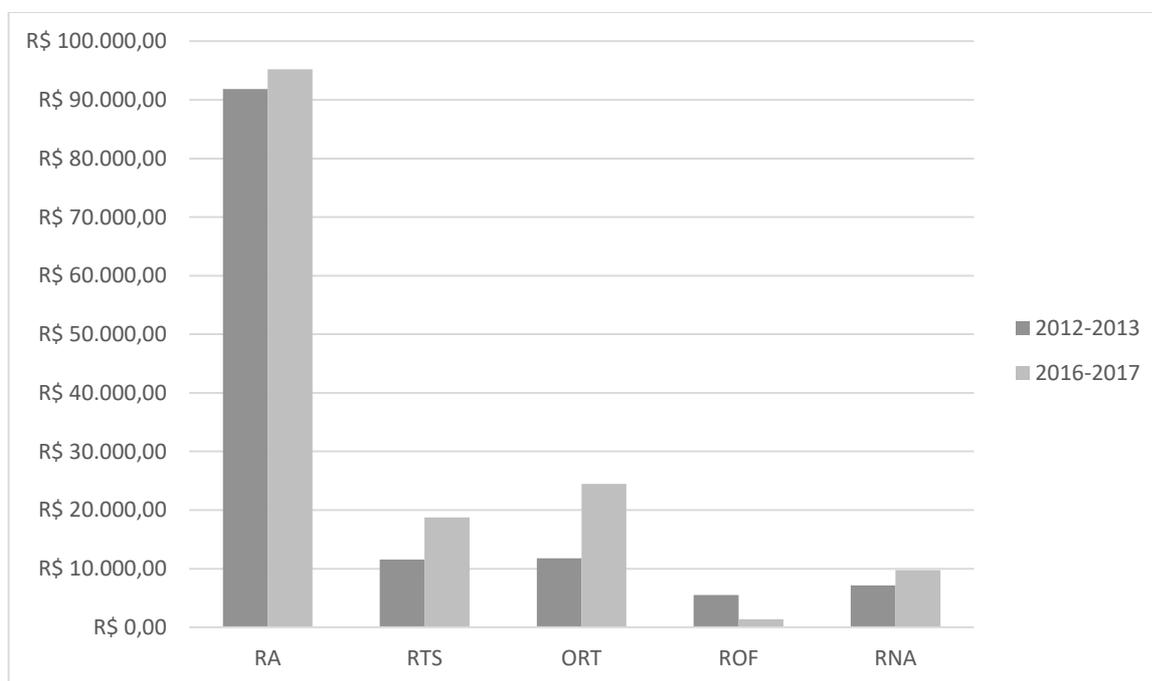
No que diz respeito ao capital financeiro, os intitulos que compõe esse capital são as diferentes rendas que resultam na renda total das unidades de produção familiar, os quais podem ser acessados a fim de adquirir bens tanto de produção como de consumo, e a mão de obra disponível no estabelecimento familiar, cujo trabalham para conseguiu compor a renda total das unidades de produção.

Dessa forma, os dados aqui apresentados são os valores médios das diferentes fontes de renda identificadas nas unidades de produção e a renda total dessas famílias, bem como a mão de obra familiar disponível nas unidades de produção, em ambos os anos. Ressalta-se que nesse

momento serão apenas descritos os valores médios das rendas que compõem a renda total para verificar qual foi o comportamento das mesmas com o passar dos anos, sendo que o detalhamento de cada uma das rendas dessa comunidade com o passar dos anos será descrito no capítulo 5 dos resultados.

Nesse sentido, a primeira reflexão acerca dos ativos que compõem o capital financeiro, foi em relação as diferentes rendas que compõem a renda total das unidades de produção. Pode-se notar, conforme o Gráfico 8, abaixo, que a renda agrícola é a que possui maiores valores em ambos os anos de análise, com R\$ 91.874,99 e R\$ 95.229,61, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, respectivamente. Em relação a renda das transferências sociais, outras rendas do trabalho e renda não agrícola, houve um aumento dos valores absolutos do primeiro para o segundo ano de análise. A única renda que diminuiu foi a renda de outras fontes, que tinha valor médio de R\$ 5.515,40 e passou a ter somente R\$ 1.364,80.

Gráfico 8- Valores médios da renda agrícola, renda de transferências sociais, outras rendas do trabalho, renda de outras fontes e renda não agrícola das unidades de produção familiar nos anos agrícolas de 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Em relação a soma de todas as rendas, que forma a renda total das unidades de produção pesquisadas, os dados mostraram que no ano agrícola 2012-2013 a média da renda total dos estabelecimentos foi de R\$ 127.875,55 e no ano agrícola 2016-2017 ela aumentou para R\$

149.537,77. Ou seja, com o passar dos anos houve um acréscimo médio de 17% na renda total das unidades de produção pesquisadas. Esse acréscimo na renda média das famílias será melhor explicado nos capítulos seguintes, em que serão descritas cada umas das rendas que compõem a renda total e serão analisados quais os intituamentos/ativos que contribuíram para essa variação.

Quando há a divisão da renda total pela mão de obra familiar disponível na unidade de produção, que é o que delimitou esse capital, percebe-se que temos os valores de R\$65.713,40 e de R\$78.842,04, para o ano agrícola 2012-2013 e 2016-2017, respectivamente. Assim, nota-se que houve o aumento de 20% na renda total pela disponibilidade de mão de obra familiar com o passar do tempo, ou seja, aumentou o capital financeiro das famílias entrevistadas com o passar dos anos agrícolas, o que permite, segundo Ploeg (2008) que as mesmas criem estratégias para manter e ampliar sua autonomia, como será visto no próximo capítulo sobre as rendas rurais e os indicadores financeiros.

## 5 COMPOSIÇÃO DA RENDA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

A dinâmica da agricultura tem se demonstrado desigual e heterogênea mesmo em regiões largamente integradas a lógica dos mercados globais, sendo que Villwock (2015) afirma que suas transformações constituem-se em um processo multifacetado que afeta de formas muito diferentes e peculiares a configuração das estratégias que os agricultores familiares desenvolvem para sobreviver. Niederle e Grisa (2008) asseguram que essa diversidade reflete uma complexa articulação entre as distintas formas familiares que coabitam os espaços rurais, com suas múltiplas estratégias de reprodução social, econômica e cultural.

Frente a isso, vários autores afirmam que as estratégias de reprodução familiar que incluam mais de uma atividade nas propriedades rurais se tornam alternativas para reduzir o impacto que as incertezas do meio rural causam aos agricultores familiares. Além disso, a compreensão das transformações no meio rural brasileiro no período contemporâneo deve ter como parâmetro a inserção de novas estratégias de reprodução social, como a pluriatividade e as fontes de renda não-agrícolas obtidas pelas famílias rurais.

Torna-se relevante para a reflexão da temática, deixar de lado as artimanhas ideológicas e o modismo teórico. Esse cuidado teórico-metodológico pauta-se nas afirmações de autores que veem nas atividades não-agrícolas a única estratégia de reprodução da agricultura familiar, contrapondo, a outra visão que negam as transformações no meio rural, tomados pelo dogmatismo. Nesse estudo, evidencia-se que é necessário, portanto, conhecer as potencialidades e a dinâmica local, para adotar medidas políticas visando o desenvolvimento rural local, pautado tanto em atividades agrícolas, como também em não-agrícolas ou ambas articuladas.

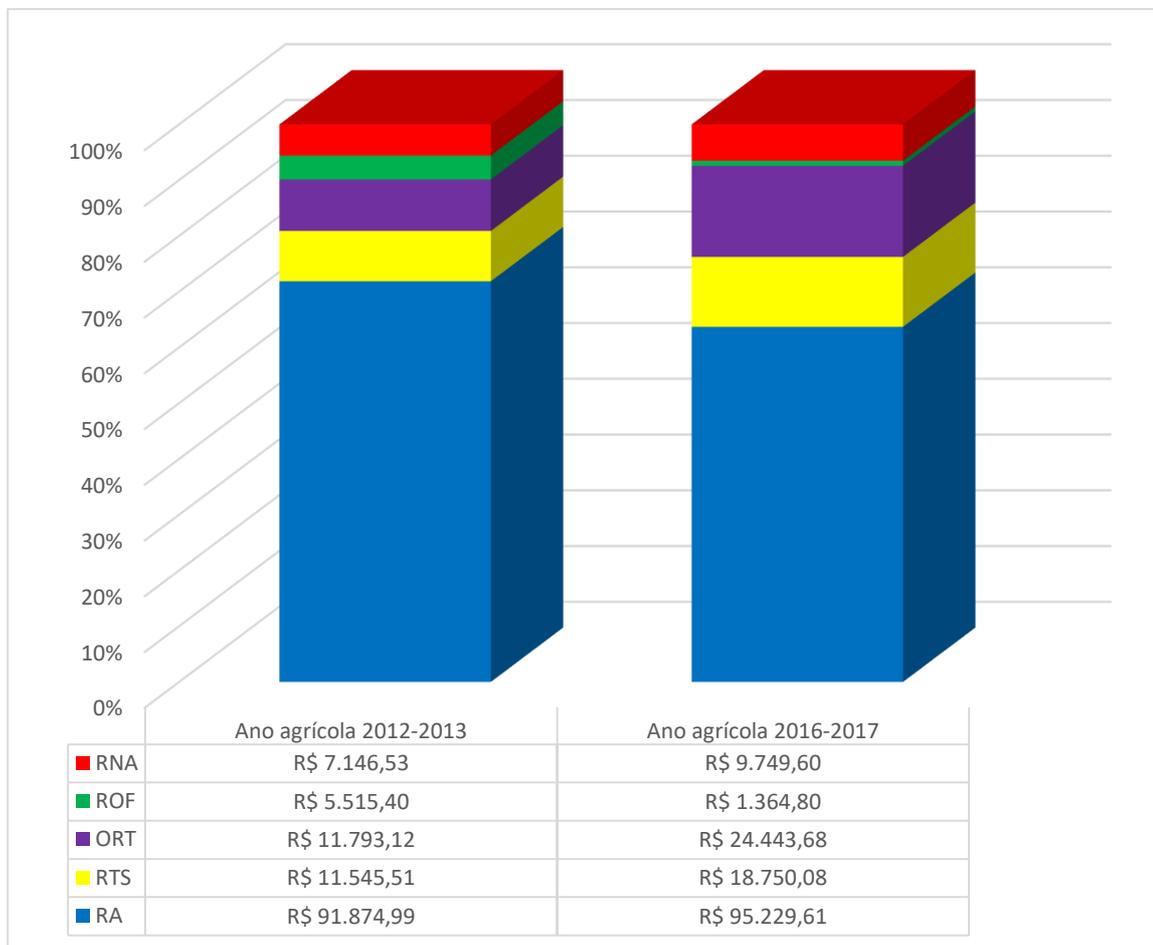
Nesse sentido, esse capítulo tem como foco atingir o segundo objetivo específico dessa tese, que é descrever a composição de renda da comunidade Barra do Santana no ano agrícola 2012-2013 e 2016-2017, visando saber mais sobre as estratégias de renda das unidades de produção familiares, a fim de identificar as dinâmicas de desenvolvimento, sejam elas autônomas ou decorrentes do processo de transnacionalização do setor agroalimentar, bem como a dinâmica dos processos produtivos agrícolas das unidades de produção.

Inicialmente, deixa-se evidente, assim como na introdução desse trabalho, que a renda é referida como um intitramento/ativo que compõem o capital financeiro e não como um fim por si só na vida das famílias, mas que é essencial para a reprodução social das unidades de produção familiar. Assim, entender como estão sendo desenvolvidas e administradas as rendas das unidades familiares é fundamental para o desenvolvimento rural.

De acordo com os dados das unidades de produção familiar entrevistadas, a média da renda total no ano agrícola de 2012-2013 foi de R\$ 127.875,55 e do ano agrícola 2016-2017 foi de R\$ 149.537,77, ou seja, 16% maior no segundo ano de análise. Para explicar mais a fundo esse aumento na renda total do primeiro ano de análise para o segundo, o gráfico abaixo, apresenta a composição da média de renda total das famílias nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.

Nota-se através do Gráfico 9 que a renda agrícola foi a renda de maior peso em termos de proporção e de números absolutos na composição da renda total das UPF em ambos os anos de análise, com R\$ 91.874,99 em 2012-2013 e de R\$95.229,61 em 2016-2017. Entretanto, a renda agrícola das unidades de produção em 2012-2013 compunham 72% da renda total e passou a compor somente 64% em 2016-2017, ou seja, apesar da renda agrícola ter aumentado em valores, em termos proporcionais ela diminuiu com o passar dos anos.

Gráfico 9 - Composição da renda total média das unidade de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Ainda em relação ao Gráfico 9, os dados mostram que as transferências sociais foram responsáveis por R\$ 11.545,51 em 2012-2013 e R\$ 18.750,08 em 2016-2017, sendo que esse aumento também foi refletido em termos proporcionais, com 9% e 13%, respectivamente, da renda total sendo composta por transferências sociais. Ou seja, a renda das transferências sociais foi a segunda fonte de renda que mais contribui com a renda total dessas famílias.

O que explica esse aumento no valor e na proporção de transferências sociais no passar dos anos é que das 25 unidades de produção entrevistadas, no ano agrícola de 2012-2013, 16 delas receberam transferências sociais, sendo que destas, 13 famílias receberam aposentadoria. Já no ano agrícola 2016-2017, 20 famílias receberam transferências sociais, sendo que destas, 16 são aposentadorias.

No que se refere as outras rendas do trabalho, como por exemplo pessoas com trabalho temporário com plantio e colheita para fora da unidade de produção, os dados mostram que os valores médios são R\$ 11.793,12 e R\$ 24.443,68 para 2012-2013 e 2016-2017, respectivamente. Ou seja, com o passar nos anos os valores absolutos tiveram mais que o dobro de aumento. Em termos proporcionais, outras rendas do trabalho que era responsável por 9% da renda total das unidades de produção no primeiro ano de análise, passou a compor 13% no segundo ano de análise.

Em relação a renda não agrícola os valores médios das unidades de produção entrevistadas tiveram um pequeno aumento do ano 2012-2013 para o ano 2016-2017, de R\$ 7.146,53 para R\$ 9.749,60, o que representou em termos percentuais um aumento de menos de 1%. Já as outras rendas do trabalho, que são cobranças de arrendamentos de terras, rendas com poupança, doações e aplicações, foi a única fonte de renda que diminuiu com o passar dos anos de R\$ 5.515,40 em 2012 para R\$ 1.364,80, o que representa um decréscimo médio de 3%.

De maneira geral o Gráfico 9 mostrou que a renda agrícola é a principal responsável pela renda total das unidades de produção em ambos os anos de análise. Entretanto, salienta-se que as rendas de transferências sociais, outras rendas do trabalho, rendas de outras fontes e rendas não agrícolas são responsáveis por 28% e 36% da renda total nos anos agrícolas 2012-2013 e no ano agrícola 2016-2017, respectivamente, mostrando que o aumento dessas rendas é de grande importância para manutenção da reprodução social das famílias em suas unidades de produção. Dessa forma, as informações corroboram com Schneider (2003) e Helfand e Pereira (2012), quando afirmam que as rendas não-agrícolas são mecanismos que podem viabilizaram com o passar desse anos a sobrevivência da agricultura familiar no capitalismo.

Além disso, observa-se que, apesar de pouco significativa em termos proporcionais, houve o aumento da diversificação da renda total com o passar dos anos, bem como o aumento

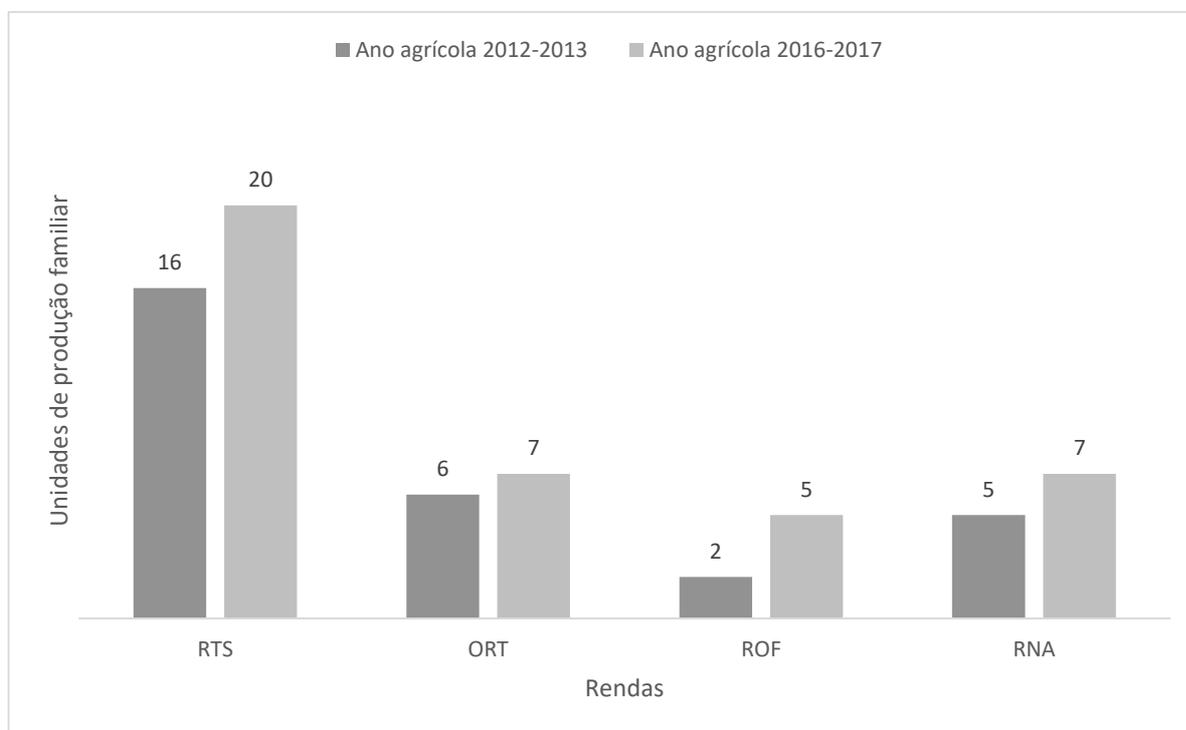
da renda total em valores absolutos. Esse resultado vem de encontro com os estudos de Villwock (2015), cujo a diversificação da renda foi uma trajetória possível de aumento da renda. Outro autor que corrobora com essas análises é Schneider (1999), que afirma que a criação de fontes de renda não-agrícola não visa a substituir a atividade agrícola, mas pode servir para aumentar a renda total das famílias.

Villwock (2015) afirma que a diversificação da renda é uma trajetória possível para aumentar a renda e que é um processo que pode acontecer de várias maneiras como: constituir um expediente de sobrevivência usado pelos mais pobres, apenas para continuar residindo na área rural, ou propiciando um complemento de renda que viabiliza a modernização da atividade agrícola e alguma acumulação de capital. Isso remete-se aos escritos de Ellis (2000) quando ele afirma que “o rabo pode sim sacudir o cachorro”, ou seja, as rendas não agrícolas podem proporcionar um melhor incremento da renda agrícola das unidades de produção familiar. Além disso, Kageyama (2003) diz que a diversificação da fontes de renda é um seguro contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que as famílias fiquem abaixo da linha de pobreza nos períodos de escassez agrícola ou de preços baixos e, principalmente, as rendas complementares podem aumentar as chances de obter novos ativos físicos ou qualificações que ajudem a sair do patamar de pobreza a longo prazo.

No sentido de analisar a diversificação da renda, o Gráfico 10, abaixo, mostra o aumento do número de unidades de produção familiar que aderiram a diferentes fontes de renda com o passar dos anos de análise. Do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017 houve o crescimento de quatro UPF com rendas de transferências sociais, de uma UPF com outras rendas do trabalho, de 3 UPF com rendas de outras fontes e de duas com renda não agrícola.

Ou seja, o Gráfico 10 mostra que houve o aumento no número de rendas não agrícolas compondo a renda total das unidades de produção familiar e que as famílias estão percebendo a importância em diversificar suas fontes de rendas aderindo cada vez mais a outros tipos de renda que não seja a agrícola. Dessa forma compreender que as famílias com o passar dos anos começaram a criar estratégias de renda.

Gráfico 10 - Número de unidades de produção que tinham renda de transferências sociais, outras rendas do trabalho, renda de outras fontes e renda não agrícola, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Ainda assim, pela importância, em termos proporcional e absoluto, que a renda agrícola tem na composição da renda total, a Tabela 6 complementa a análise através de indicadores de produtividade de terra e rentabilidade. Analisando a superfície agrícola útil pela disponibilidade da mão de obra familiar, nota-se que esse indicador diminuiu de 11,15 para 10,06, sendo que isso acontece por que a média da SAU diminuiu de 22,6 hectares para 17,2 hectares do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017 e a UTHf aumentou de 1,87 para 2,20 com o passar dos anos. Ou seja, o dividendo que é a SAU diminuiu e o divisor que é a UTHf aumentou do ano agrícola 2013-2013 para o ano agrícola 2016-2017, acarretando assim, na diminuição desse indicador com o passar dos anos de análise.

Tabela 6 – Valores médios de indicadores de produtividade de terra e rentabilidade das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

	<i>SAU/UTHf</i>	<i>RA/UTHf</i>	<i>RA/SAU</i>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	11,15	R\$44.174,02	R\$5.579,30
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	10,06	R\$49.837,77	R\$11.098,14

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Analisando a renda agrícola dividida pela mão de obra existente nas unidades de produção familiar, conforme a Tabela 6 acima, verifica-se que no ano agrícola 2012-2013 era de R\$ 44.174,02 e no ano agrícola 2016-2017 passou a ser R\$ 49.837,77, ou seja, houve um acréscimo de 13% na rentabilidade em relação a mão de obra disponível. Esse indicador é um dos fatores que nos faz perceber que as unidades de produção com o passar dos anos intensificaram as atividades que lhes proporcionem a renda agrícola, pois a mesma aumentou mais que a UTHf com o passar dos anos.

Por fim, quando a renda agrícola é dividida pela superfície agrícola útil, as unidades de produção familiar no ano de 2012-2013 tinham um indicador de R\$ 5.579,30 e passou a ter no ano agrícola 2016-2017 o indicador de R\$ 11.098,14. Ou seja, a rentabilidade agrícola por área de terra foi mais de que duas vezes maior nas mesmas unidade de produção familiar do ano 2012-2013 para o ano 2016-2017.

Ainda em relação a renda, na Tabela 7, verifica-se a média de renda agrícola e a renda total em salários mínimos por mês por unidade de produção familiar. Os dados mostram que no ano agrícola 2012-2013 as unidade de produção recebiam em média 8 salários mínimos por mês, que representa o valor de R\$7.067,31; e que passaram a receber 8,3 salários mínimos por mês no ano agrícola 2016-2017, que representa o valor de R\$7.325,35.

Tabela 7- Valores médios de renda agrícola e renda total em salários mínimos por mês nas unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

	<i><b>RA em salário mínimo/mês/UPF</b></i>	<i><b>RT em salário mínimo/mês/UPF</b></i>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	8,0	11,2
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	8,3	13,1

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017)

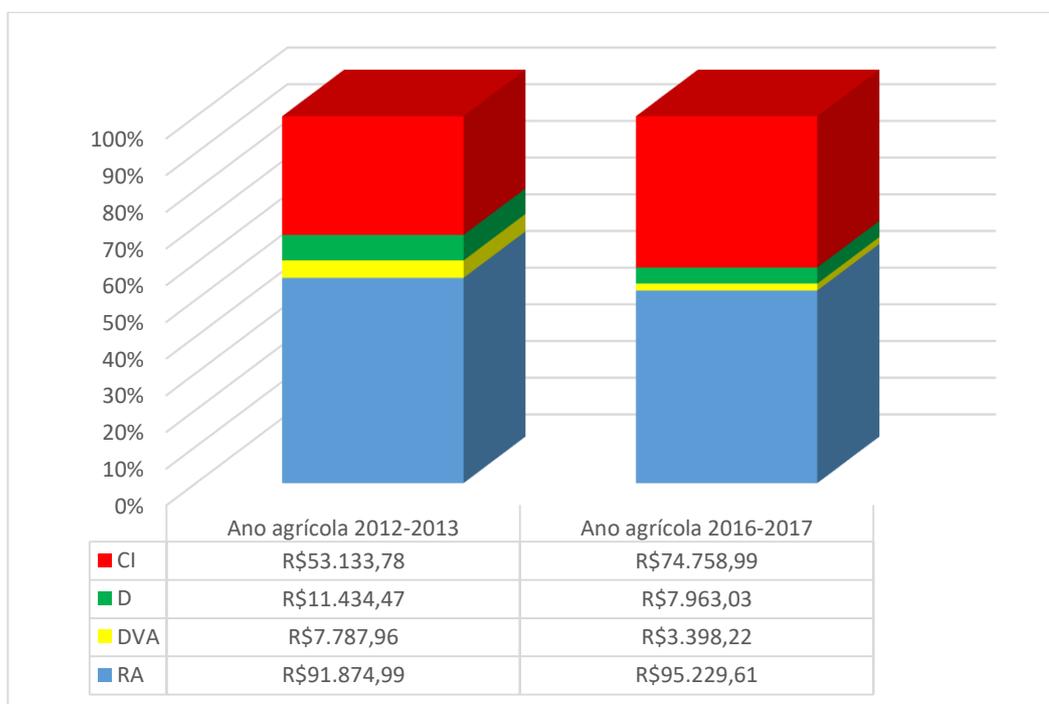
Além disso, quando a análise é da média de renda total em salários mínimos por mês para as unidades de produção familiar, no ano agrícola 2012-2013 as unidade de produção recebiam em média 11,2 salários mínimos por mês, que representa o valor de R\$9.836,58; e que passaram a receber 13,1 salários mínimos por mês no ano agrícola 2016-2017, que representa o valor de R\$11.502,91.

Analisando os dois indicadores a cima descritos, pode-se concluir que apesar da renda total das unidades de produção familiar ser composta majoritariamente pela renda agrícola, as

renda não agrícolas foram responsáveis por 3,2 e 4,8 salários mínimos/mês/UPF nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, respectivamente. Ou seja, esses dados corroboram com os escritos de Ellis (2000) quando afirma que as rendas não agrícolas estão fazendo sua parte para combater a pobreza rural, pois com o passar dos anos, os dados mostraram que aumentou a quantidade de renda não agrícola compondo a renda total, sendo importante para a reprodução social das famílias. Além disso, esses dados nos remetem aos escritos de Schneider (2003) quando afirma que as rendas não agrícolas complementam a renda total das famílias de maneira significativa.

Em busca de uma melhor forma de compreender como a renda agrícola compõem a maior parte da renda total das unidades de produção familiar, o Gráfico 11, mostra dados médios da composição do produto bruto (PB) das unidades de produção famílias nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, que corresponde ao valor de toda produção vendida, estocada e consumida pela família no período analisado, dentro da unidade de produção familiar.

Gráfico 11 - Composição do produto bruto médio das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

O PB das unidades de produção familiar tiveram um crescimento de 10% com o passar do tempo, com valores de R\$164.231,20 e R\$181.349,85, no ano agrícola 2012-2013 e no ano

agrícola 2016-2017, respectivamente. Ressalta-se que o PB é composto pela renda agrícola (RA), depreciação (D), divisor do valor agregado (DVA), e consumo intermediário (CI), ou seja, subtraindo a D, o DVA e o CI do valor do PB, sobra o valor da RA.

Os dados do Gráfico 11 mostram que as proporções de renda agrícola e do consumo intermediário compõem a maior parte do produto bruto das unidades de produção familiar em ambos os anos de análise. Como já dito no gráfico anterior, a renda agrícola possui valores de R\$ 91.874,99 em 2012-2013 e de R\$95.229,61 em 2016-2017. Entretanto, a renda agrícola das unidades de produção no ano agrícola 2012-2013 que compunham 56% do PB passou a compor 53% no ano agrícola 2016-2017, ou seja, apesar da renda agrícola aumentar em valores absolutos, em termos proporcionais, houve uma pequena diminuição com o passar dos anos.

Em relação ao consumo intermediário, os dados mostram que houve um aumento médio de R\$21.625,21 do primeiro para o segundo ano de análise. No ano agrícola de 2012-2013 o CI era responsável por 32% do produto bruto com o valor absoluto médio de R\$53.133,78 e no ano agrícola 2016-2017 o CI passou a ser responsável por 41% do produto bruto com valor absoluto médio de R\$74.758,99, ou seja, houve o aumento do valor do consumo intermediário acima da inflação, pois, a correção monetária não foi suficiente para mantê-lo e mesmo valor.

Se compararmos o CI nos anos de análise, percebe-se que as unidades de produção familiar não conseguiram maximizar o uso dos insumos de produção, precisando gastar mais dinheiro com insumos da produção. Esse fato nos remete aos escritos de Ploeg (1993) quando afirma que a mercantilização é um processo de crescente externalização, ou seja, da orientação dos processos produtivos para o mercado que, por sua vez, também sofrem uma crescente influência do progresso técnico reproduzindo a reprodução social cada vez mais subordinada e dependente do modo de produção capitalista.

Assim, é inegável perceber que o processo de mercantilização atingiu os agricultores familiares, pois há uma alta dependência do mercado para adquirirem insumos de produção, financiamentos, entre outros. O que deve-se levar em conta é que a agricultura familiar mercantilizada, não é uma agricultura familiar fragilizada, pois segundo Conterato (2004), a inserção mercantil e o seu fortalecimento pode ocorrer através do mercado de trabalho não-agrícola, do mercado de produtos agropecuários, através do sistema financeiro, através do acesso às políticas públicas, e também pela incorporação de novas tecnologias que reduzem os riscos e aumentam as produtividades.

Isso nos faz referência aos estudos de Ploeg (1992), quando ele afirma que o resultado deste processo de crescente dependência da agricultura, de produção para o mercado, de circulação de mercadorias, de inovação tecnológica resulta em uma constante transformação

das atividades produtivas, pois a todo instante, o agricultor necessita de atualização tecnológica e renovação dos seus vínculos com o mercado, precisando a cada novo ano agrícola adquirir os insumos necessários – cada vez mais indispensáveis – ao processo produtivo.

No que refere-se a depreciação, que significa “perder valor”, seja por desgaste, uso, tempo, obsolescência, os dados do gráfico acima mostram que houve uma diminuição de R\$11.434,47 para R\$7.963,03 nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, respectivamente. Ou seja, a depreciação diminuiu de 7% para 4% na composição do PB com o passar dos anos, e isso aconteceu porque o emprego de máquinas e equipamentos já ultrapassaram sua vida útil, encarecendo os gastos com a manutenção (elevando o CI).

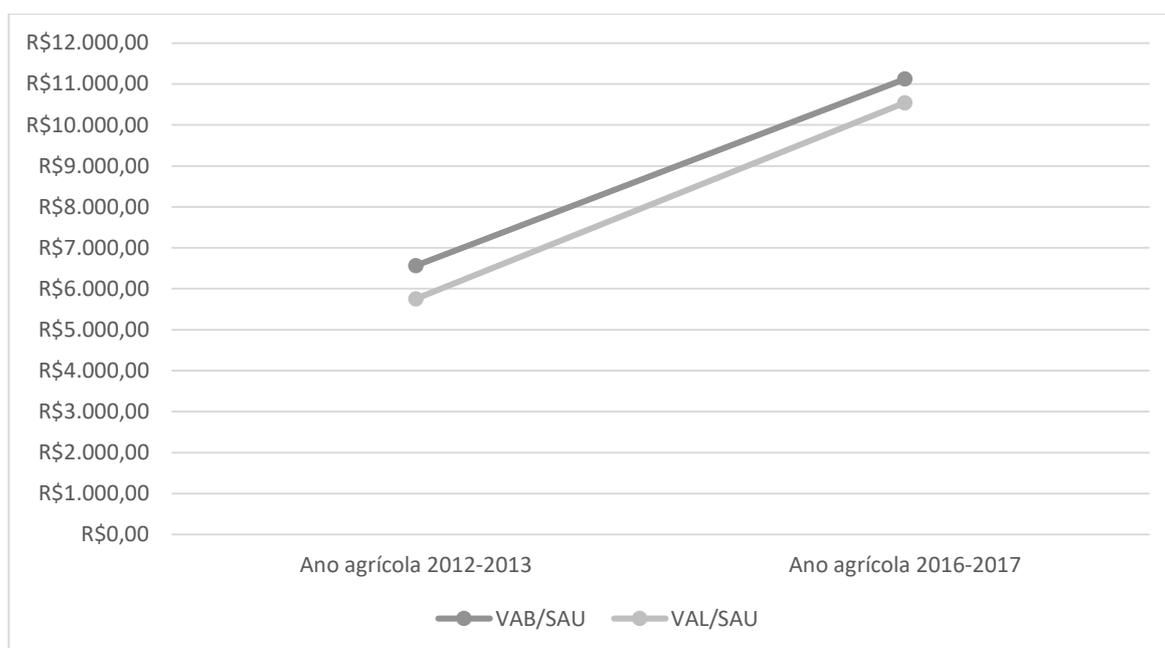
O comportamento do divisor do valor agregado é semelhante ao da depreciação. O DVA, que são despesas para manter a propriedade e que não pode ser descontada de um único sistema produtivo, tais como: arrendamento de terceiros, impostos relacionados à produção e à propriedade, teve diminuição dos valores absolutos de R\$7.787,96 para R\$3.398,22 do ano 2012-2013 para o ano 2016-2017, o que acarreta em 3% a menos de gastos na propriedade do primeiro para o segundo ano de análise.

De maneira geral, o Gráfico 11 aponta que apesar dos números absolutos mostrarem um aumento na renda agrícola quando compara-se o ano agrícola 2012-2013 com o ano agrícola 2016-2017, proporcionalmente a média da renda agrícola das unidades de produção familiar diminuiu. Justifica-se, nesse momento, que a diminuição da proporção da renda agrícola foi ocasionada pelo aumento de 9% do consumo intermediário, e ainda, que a proporção de renda agrícola não diminuiu mais, porque as proporções de DVA e de D também diminuíram do primeiro para o segundo ano agrícola em questão. Ou seja, a renda agrícola diminuiu proporcionalmente do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017 porque o CI aumentou.

No que diz respeito a comparação da efetividade técnica das unidades de produção familiar desse estudo, a análise foi feita através dos valores do valor agregado bruto (VAB) dividido pelos hectares de SAU, sendo que o valor do VAB foi proveniente da subtração do consumo intermediário do produto bruto. Assim, conforme o Gráfico 12, percebe-se que no ano agrícola 2012-2013 o valor médio de VAB/SAU foi de R\$6.568,26 e no ano agrícola 2016-2017 o valor aumentou para R\$11.121,29. Nesse sentido, infere-se que as unidades de produção familiar aumentaram sua eficiência técnica com o passar dos anos. Isso acontece também quando se analisa o valor da VAL/ha de SAU, cujo mede a eficácia econômica e social do sistema de produção para a sociedade, pois dos dados médios passaram de R\$5.754,48 para

R\$10.543,23. Vale ressaltar que quanto maior o VAL, mais importante é o sistema de produção em termos econômicos e sociais para os agricultores familiares.

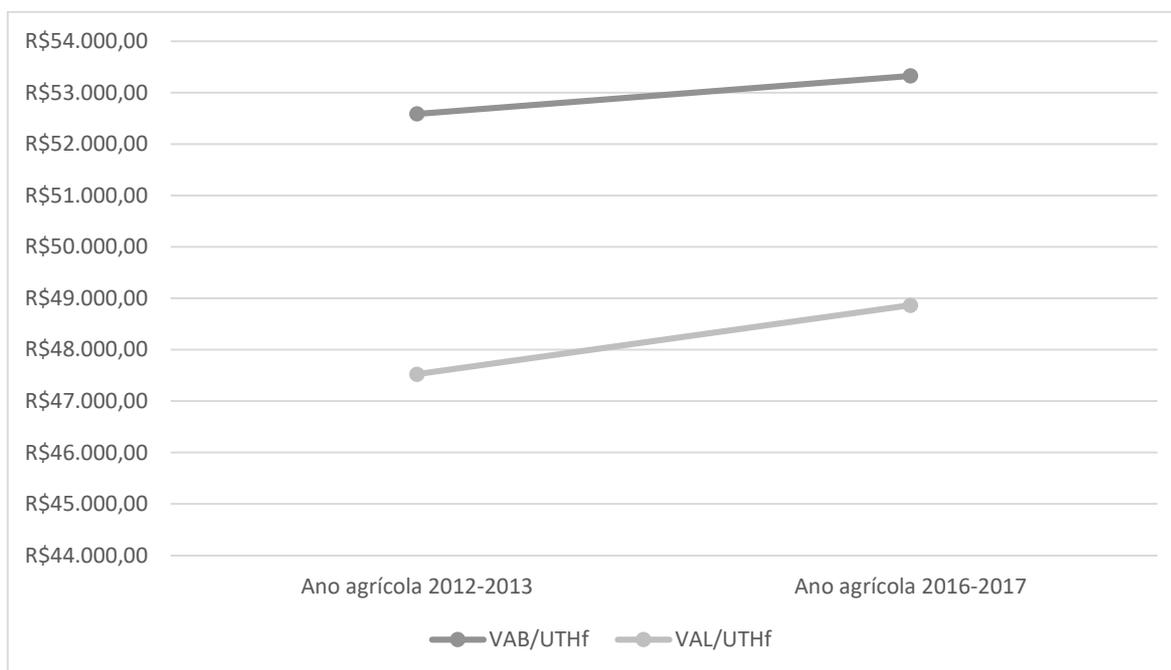
Gráfico 12- Desempenho do valor médio do agregado bruto e do valor agregado líquido dividido pela superfície agrícola útil das unidades de produção nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Além do valor de VAB e VAL pela SAU, o Gráfico 13 abaixo mostra a relação desses indicadores com a mão de obra familiar disponível na unidade de produção agrícola. Os dados mostram que não houve uma mudança de tendência se comparado com o que aconteceu com os valores de VAB e VAL por hectare de SAU. Quando o comparativo é feito através da mãos de obra familiar, verifica-se que ano agrícola 2012-2013 o valor médio de VAB/UTHf foi de R\$52.589,59 e no ano agrícola 2016-2017 o valor aumentou para R\$53.327,57. Isso acontece também quando se analisa o valor da VAL/UTHf, pois dos dados médios passaram de R\$5.754,48 para R\$10.543,23 do ano agrícola 2012-2013 e ano agrícola 2016-2017, respectivamente.

Gráfico 13 - Desempenho do valor médio do agregado bruto e do valor agregado líquido dividido pela disponibilidade de mão de obra familiar das unidades de produção nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

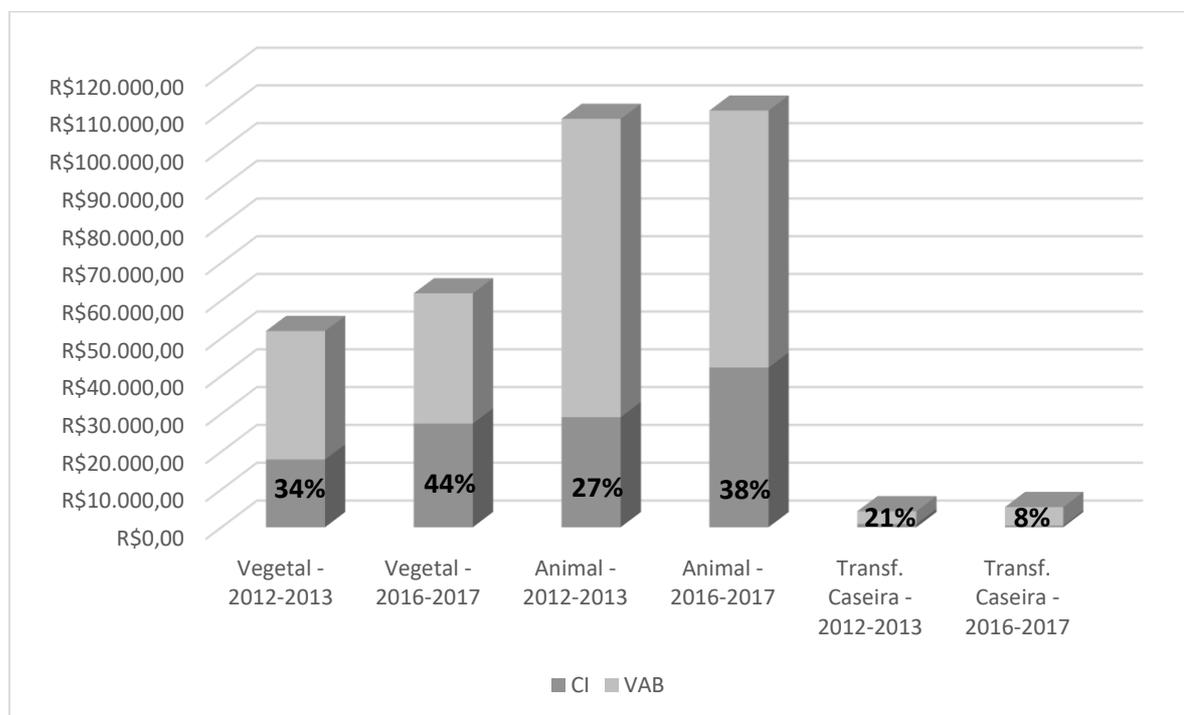


Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

A partir dos Gráficos 12 e 13, pode-se constatar que houve o aumento da eficiência sócio econômica e técnica por superfície de área útil e por mão de obra do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Entretanto, quando analisa-se o aumento percentual percebe-se que ele foi maior em termos de SAU do que de UTHf, pois houve um acréscimo de 69% e 83% com o passados dos anos em relação da VAB/SAU e VAL/SAU, respectivamente, e de somente 1% e 3% em relação a VAB/UTHf e VAL/UTHf, respectivamente.

Ressalta-se que nem todos os sistemas de produção possuem as mesmas características, como por exemplo, os sistemas de produção de leite produzem grande parte dos instrumentos de trabalho, como os piquetes, enquanto o sistema de produção de grãos precisa das máquinas e equipamentos agrícolas para fazer o manejo da lavoura. Para visualizar esse diferença, o Gráfico 14 a seguir, compara a proporção do valor agregado bruto com o consumo intermediário entre a produção vegetal, animal e transformação caseira nas unidades de produção familiar entrevistadas no ano agrícola 2012-2013 e 2016-2017.

Gráfico 14- Proporção do valor agregado bruto (VAB) e do consumo intermediário (CI) entre os sistemas de produção vegetal, animal e transformação caseira das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Os dados do Gráfico 14 mostram que quando se compara o valor agregado bruto destas produções, percebe-se no ano agrícola 2012-2013 que 34% do produto bruto da produção vegetal é gasto em consumo intermediário, 27% na produção animal e 21% na transformação caseira de produtos. Já no ano agrícola 2016-2017, nota-se o aumento do consumo intermediário para 44% do produto bruto da produção vegetal, o aumento para 38% do consumo intermediário para o produto bruto da produção animal e a diminuição para 8% do consumo intermediário do produto bruto da transformação caseira.

Ou seja, houve o aumento da porcentagem e dos valores absolutos do consumo intermediário no produto bruto vegetal e animal do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, possibilitando afirmar que esses sistemas, nessas UPF, estão cada vez mais dependentes do mercado. Entretanto, o gráfico mostra de que apesar de ter ocorrido aumento no CI da produção vegetal e animal, os valores do VAB também aumentaram com o passar dos anos, o que pode acarretar em renda agrícola.

Por fim, salienta-se que a composição da análise dos resultados econômicos destina-se a avaliar o potencial de geração de riquezas para as unidades de produção familiar, medido pelo valor agregado, e a capacidade de reprodução social de cada tipo, medida pela renda. Ou seja,

a forma como está estruturada a análise econômica permite visualizar a evolução ou a estagnação das unidades de produção familiar que compõem a comunidade, identificando suas dificuldades e potencialidades, enquanto sistemas complexos. Assim, procurando identificar quais são os intitamentos/ ativos que influenciam nas potencialidades ou dificuldades em relação a evolução econômica das unidades de produção, no próximo capítulo as famílias serão analisadas através de uma divisão feita pela mediana da renda total das unidades de produção familiar, realizada para o ano agrícola 2012-2013 e 2016-2017.

## 6 RELAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E A RENDA

Apesar do capítulo 4 e 5 dessa tese fornecerem aspectos importante em relação aos meios de vida, focado nos intitamentos, e as estratégias de renda das unidades de produção familiar nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, salienta-se que isso foi realizado na forma de um panorama geral das famílias entrevistadas que darão suporte para análises mais profundas da relação entre meios de vida e renda. Portanto, para possibilitar uma compreensão sobre as influências dos intitamentos nas estratégias de renda das unidades de produção familiar e para atingir o objetivo específico 3 desse estudo, que é classificar as unidades familiares por grupos e analisar a composição da renda dos grupos nos anos de 2013 e 2017, bem como compreender os meios de vida de cada um desses grupos, foram formados 4 grupos segundo a mediana da renda total, que será descrita abaixo.

Após a contabilização e composição da renda total das famílias entrevistadas, analisada no capítulo 5, foi realizada a classificação das UPF conforme a mediana da renda total para ambos os anos, isto é, um grupo com as UPF acima da mediana da renda total e outro grupo com as UPF abaixo da mediana da renda total, tanto para o ano agrícola 2012-2013 como para o 2016-2017, formando assim, quatro grupos, conforme a Tabela 8.

Para o ano agrícola 2012-2013, as UPF foram divididas em dois grupos pela mediana da renda total daquele ano: um grupo composto pela UPF acima e um grupo composto pelas UPF abaixo do valor de R\$ R\$80.807,13/ano/UPF<sup>13</sup> que é a mediana da renda total nas UPF entrevistadas no ano agrícola de 2012-2013, ou 9,99 salários mínimo/mês/UPF<sup>14</sup>. Para o ano agrícola de 2016-2017, ocorreu a mesma divisão das famílias: as UPFs foram divididas acima e abaixo da mediana pelo valor de R\$ 125.424,63/ano/UPF<sup>15</sup>, que é o valor de 10,99<sup>16</sup> salários mínimos/mês/UPF. Observa-se, que o valor da mediana da renda não aumentou somente em termos de números absolutos, mas em termos de salários mínimos por mês, que no primeiro ano agrícola era de 9,99 e passou a ser de 10,99 salários mínimos/mês/UPF no segundo ano agrícola, indicando que mesmo as UPF que continuaram no grupo de baixa renda aumentaram sua renda média com o passar dos anos. Esses dados corroboram com a pesquisa de Villwock (2015), quando estudou a agricultura familiar do município de Itapejara d'Oeste e constatou que a renda média das famílias agricultoras aumentou de 3,5 para 6 salários mínimos/mês/família do ano agrícola 2004-2005 para o ano agrícola 2009-2010.

---

<sup>13</sup> Esse valor equivale a 9,99 salários mínimos/mês/UPF, que é o valor da mediana da renda total no ano de 2012.

<sup>14</sup> O salário mínimo considerado nesse cálculo foi de R\$ 622,00/mês ou R\$ 8.086,00 no ano.

<sup>15</sup> Esse valor equivale a 10,99 salários mínimos/mês/UPF, que é o valor da mediana da renda total no ano de 2016.

<sup>16</sup> O salário mínimo considerado nesse cálculo foi de R\$ 880,00/mês ou R\$ 14.440,00 no ano.

Tabela 8- Número de unidade de produção familiar de acordo com o grupo de renda nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<i>Número unidade de produção familiar</i>	
<i>1- Acima da mediana da renda 2013-2017</i>	10
<i>2- Acima de mediana da renda só em 2013</i>	3
<i>3- Acima da mediana da renda só em 2017</i>	3
<i>4- Abaixo da mediana da renda 2013/2017</i>	9
<b><i>TOTAL</i></b>	25

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

É importante observar na Tabela 8 acima que as unidades de produção familiar que são classificadas em 2012-2013 abaixo da mediana da renda podem ser classificadas tanto como abaixo da mediana da renda como acima da mediana da renda em 2016-2017, bem como, as UPF classificadas acima da mediana da renda em 2012-2013 podem ser classificadas abaixo ou acima da mediana da renda em 2016-2017. Isto é, as UPF podem continuar ou mudar de classificação da renda com o passar dos anos. Além disso, os dados mostram que o maior número de UPF se mantiveram nos mesmos estratos de renda com o passar do ano, com nove unidades de produção familiar que se mantiveram com a renda total abaixo da mediana e com 10 unidades de produção que se asseguraram com a renda total acima da mediana com o passar dos anos; e apenas seis UPF mudaram de classificação de renda, sendo que três delas passaram do estrato da renda acima da mediana para o estrato abaixo da mediana da renda e as outras três aumentaram sua renda, passando do estrato de baixa renda para alta renda, com o passar dos anos.

Após essa separação das UPF nos grupos, foi realizada a composição da renda total dos grupos conforme organograma de tipificação de renda de Schneider (2010, p. 97), já descrito no item 2.3, para verificação de quais são as rendas que contribuíram com maior peso para a composição da renda total das famílias e quais os grupos possuíram a formação da renda mais diversificada ou mais especializada. Assim, nos próximos subitens procurar-se-á detalhar a composição da renda total e do produto bruto, para analisar as estratégias das famílias dentro de cada grupo formado conforme a renda. Ademais, foi construído dentro de cada grupo o Índice de Meios de Vida (IMV), composto pelos cinco capitais, procurando apresentar um panorama geral dos meios de vida de cada um dos grupos.

Ressalta-se que nesse capítulo o índice de meios de vida serão apresentados de forma geral, juntamente com a composição da renda e do produto bruto de cada um dos grupos, a fim

de que possa ser utilizado como base para analisar cada um dos intitulamentos, de cada grupo formado através da mediana da renda, comparativamente no próximo capítulo, o qual procura explicar como de fato qual a relação dos intitulamentos com cada estrato de renda das unidades de produção familiar.

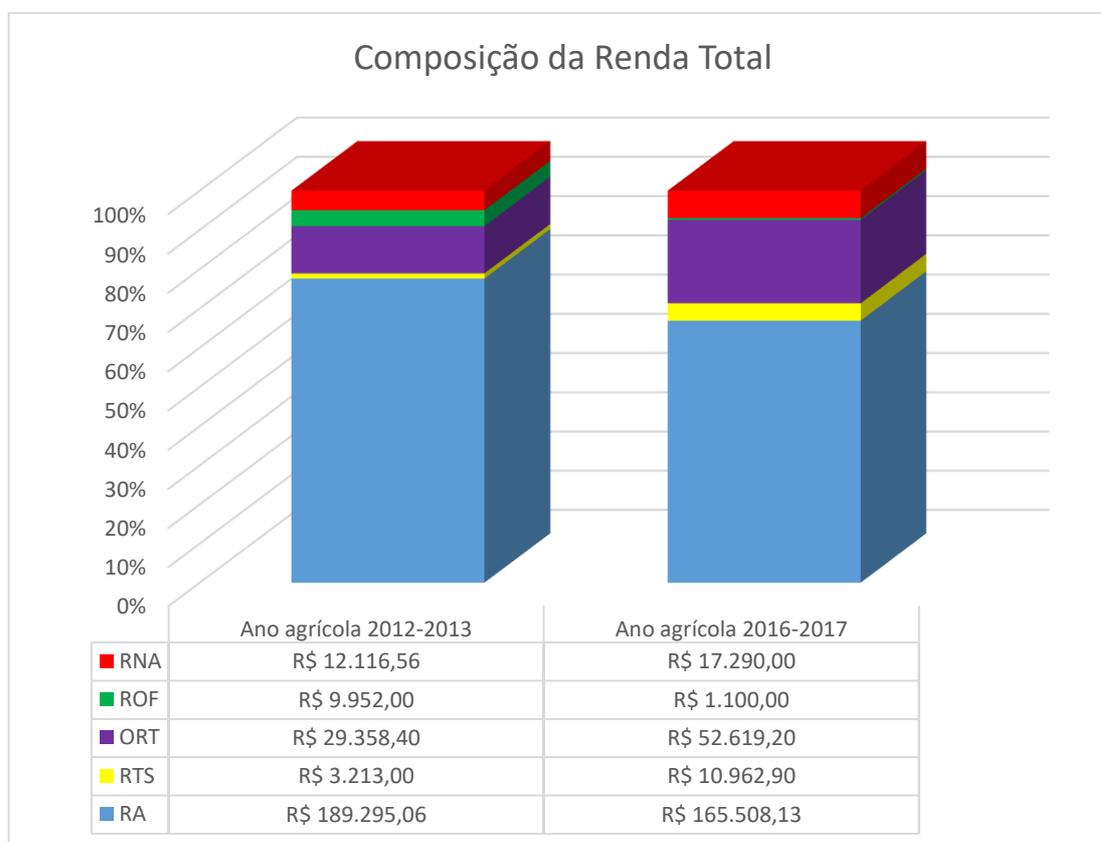
#### 6.1 UPF ACIMA DA MEDIANA DA RENDA EM 2012-2013 e 2016-2017

Nesse item, foi analisada a composição média da renda total e do produto bruto das UPF que mantiveram a renda acima da mediana da renda total tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, a fim de compreender se a composição da renda total se manteve a mesma nos anos estudados ou se mudou, e porque isso ocorreu, bem como perceber qual o comportamento das UPF em relação as atividades agrícolas com o passar dos anos. Além disso, foi estudado o Índice dos Meios de Vidas e os capitais desse grupo que se mantiveram com a renda acima da mediana da renda total em ambos os anos de análise.

O Gráfico 15, abaixo, referente a composição da renda total, mostra que apesar dos valores absolutos e das proporções da renda não agrícola, renda de outras fontes, outras rendas do trabalho, transferências sociais e renda agrícola se modificarem com o passar dos anos, todas elas estão presente na composição da renda total das UPF que se mantiveram acima da mediana da renda, sendo que o valor médio da renda total no ano agrícola 2012-2013 era de R\$ 243.935,02 e no ano agrícola 2016-2017 passou a ser de R\$ 247.480,23. Ou seja, apesar do acréscimo ser de apenas 1,4% na média da renda total das UPF desse grupo, houve o aumento da diversificação da renda com o passar dos anos.

Ainda no Gráfico 15, os dados mostram uma redução de valor e de proporções em relação a renda agrícola e as rendas de outras fontes e um aumento no valor da renda não agrícola, outras rendas do trabalho e transferências sociais do ano agrícola 2012-2013 para o 2016-2017.

Gráfico 15- Composição da renda total média do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

A renda agrícola diminuiu 7,9% do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, pois em 2012 ela era responsável por compor 77,6% da renda total e diminuiu para 69,7% em 2017. Constata-se que essa redução da renda agrícola com o passar dos anos ocorreu porque houve a diminuição dessa renda em seis das nove UPF que compõem esse grupo, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, que será explicado através da composição do produto bruto das UPF desse grupo, apresentado mais adiante nesse subitem do capítulo através do Gráfico 16.

As rendas de outras fontes, que foi a outra renda que diminuiu com o passar dos anos, era responsável por 4,1% passou a compor apenas 0,4% da renda total do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, respectivamente. Esse decréscimo na renda de outras fontes ocorreu pois em 2012 uma das UPF que compõem esse grupo recebeu o valor de R\$ 99.520,00 de herança de família (o que não ocorreu em 2017) e que no ano agrícola 2016-2017, o valor de rendas de outras fontes ficou a cargo de somente uma UPF, que recebeu o valor de

R\$ 11.000,00 de bonificação da cooperativa de produção pela qualidade e quantidade de produto entregue.

Apesar da renda agrícola ter um grande peso na composição da renda total das UPF, tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, ressalta-se que a renda não agrícola, outras rendas do trabalho e transferências sociais compunham juntas 18,3% e 32,7% da renda total nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, respectivamente.

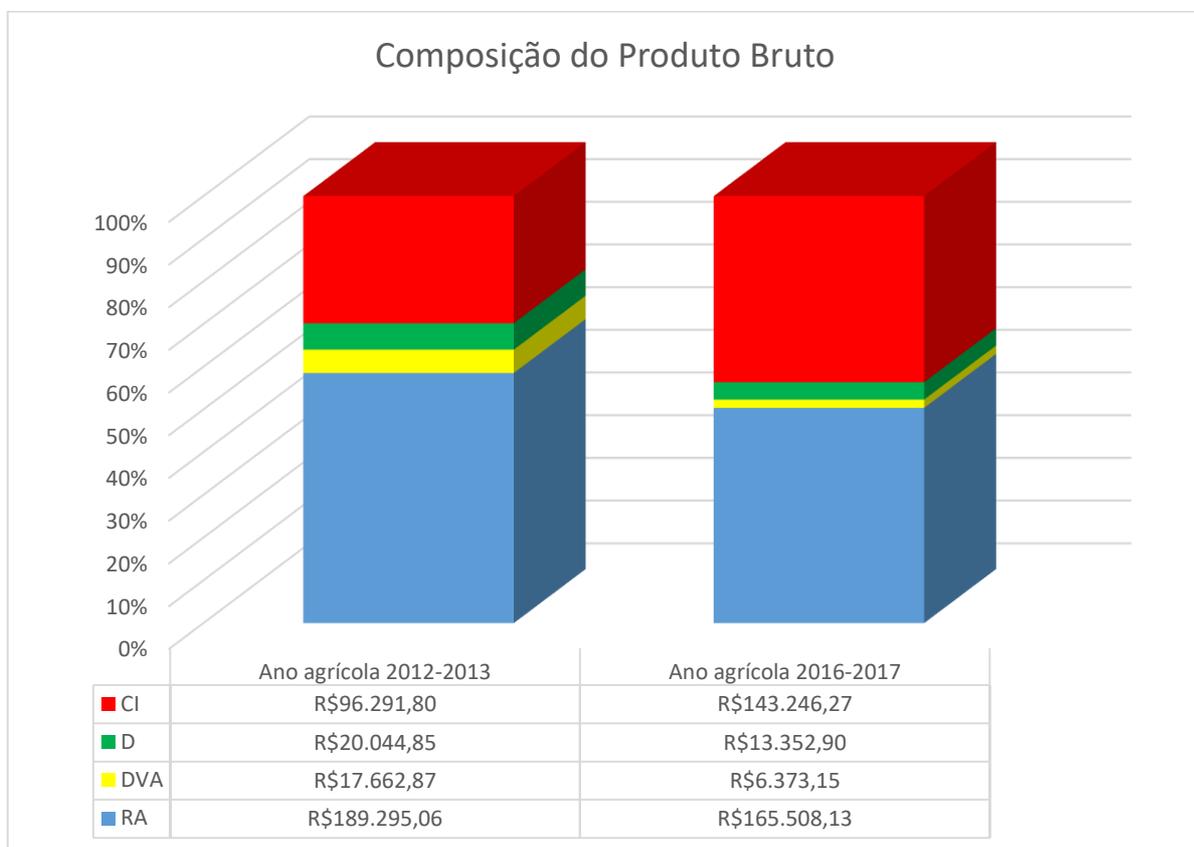
Na renda não agrícola desse grupo, houve um acréscimo de 2% do primeiro para o segundo ano de análise, sendo que esse aumento foi atribuído principalmente pelo fato de que em 2012-2013 apenas duas UPF tinham essa renda compondo a renda total e no ano de 2016-2017 o número passou a ser três UPF realizando atividades não agrícolas. Melhor detalhando essas informações, salienta-se que a renda não agrícola desse grupo no ano agrícola 2012-2013 era proveniente de duas unidade de produção em que um dos membros morava na UPF mas trabalhava fora da propriedade, uma exercendo a profissão de fisioterapeuta e a outra de professora de história. No ano agrícola 2016-2017, além desses dois casos de renda não agrícola continuar acontecendo, houve uma terceira unidade de produção em que um membro da família começou a trabalhar como secretária em uma fábrica na cidade do Verê, fazendo com que esses valores e proporções aumentassem do primeiro para o segundo ano de análise.

Em relação as outras rendas do trabalho, houve um aumento médio de 9,3% do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, sendo proveniente de dois motivos principais. O primeiro, é que no ano de 2012-2013 apenas uma UPF realizava atividades de plantio e colheita para os demais estabelecimentos que necessitassem e procurassem desse trabalho, e no ano de 2016-2017, três UPF passaram a realizar esse mesmo tipo de atividade. O segundo motivo é que a UPF que realizava essas atividades de plantio e colheita para fora do estabelecimento em 2012-2013 continuou praticando-a em 2016-2017, mas em maiores proporções. No ano de 2012-2013 o proprietário da UPF que se dedicava 150 dias/ano para atividades agrícola fora de sua propriedade, no ano de 2016-2017, passou a exercer essa atividade 200 dias/ano, tendo na atividade agrícola fora da sua propriedade a principal estratégia de renda da UPF.

Por fim, estão as rendas vindas de transferências sociais, que representavam 1,13% e passaram a representar 4,4% da renda total do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, respectivamente. Esse acréscimo se deve ao fato de que em 2012-2013 apenas três UPF recebiam transferências sociais e no ano de 2016-2017 esse número dobrou, para seis UPF, sendo que a principal transferência social era referente a aposentadoria.

Para melhor explicar o decréscimo da renda agrícola desse grupo, o Gráfico 16 mostra a composição do produto bruto das UPFs desse grupo. Percebe-se que a diminuição da renda agrícola ocorreu devido aumento do Consumo Intermediário de 29,8% para 43,6% do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Em relação a depreciação houve uma diminuição de 6,2% para 4,1% do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017 e no que tange o divisor do valor agregado, a porcentagem diminuiu de 5,5% para 1,9% no passar dos anos.

Gráfico 16- Composição da média do produto bruto do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Esses dados mostram que apesar do produto bruto possuir quase o mesmo valor no ano agrícola 2012-2013 e no ano agrícola 2016-2017, com valores de R\$323.294,58 e de R\$328.480,46, respectivamente, o DVA e a depreciação não influenciaram para que houvesse a diminuição da renda agrícola com o passar dos anos, pois os mesmos diminuíram suas proporções e seus valores. Dessa forma, conclui-se que o que realmente influenciou nessa diminuição da renda agrícola foi o aumento das proporções e dos valores do consumo

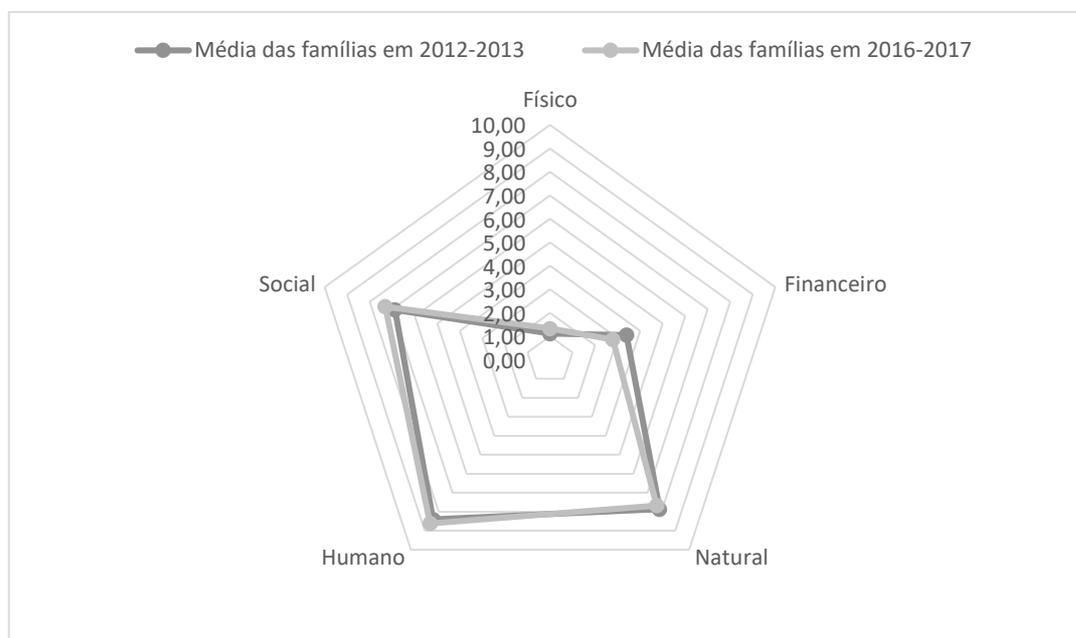
intermediário do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, ou seja, houve a diminuição da renda agrícola desse grupo porquê houve o aumento a dependência das UPF em razão do aumento nos gastos com a produção vegetal e animal.

Outra análise que foi realizada, dentro de cada grupo, foi a construção do Índice de Meios de Vida (IMV) e a análise dos capitais, que visou compreender as potencialidade e restrições de cada um dos capitais em relação os meios de sobrevivência e renda. Observa-se que o IMV para esse grupo alcançou valor de 81,43 no ano agrícola 2012-2013 e de 85,01 no ano agrícola 2016-2017, revelando que há um crescimento médio de 4% no índice dos meios de vida com o passar do tempo.

O pentágono, no Gráfico 17, mostra que tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, não há uma distribuição harmônica entre todos os capitais. O que ocorre é uma distribuição harmônica entre o capital natural, humano e social, não acontecendo o mesmo com os capitais físico e financeiro. Assim, infere-se que as condições financeiras e física encontram-se desequilibradas das demais, apontando para uma situação de vulnerabilidade desses capitais; e que o capital humano, social e natural possuem as melhores médias e distribuição mais harmônica, não restringindo os meios de vida das UPF em ambos os anos de análise. De tal modo, compreende-se que para esse grupo, de maior renda em ambos os anos de análise, existe a privação das liberdades nos meios de vida físico e financeiro, mas que os ativos sociais, naturais e humanos atuam como potencializadores e expansores dos meios de vida.

Em termos de números, numa escala de 0 a 10, as UPF obtiveram em média harmônica, no ano agrícola 2012-2013, a nota de: 1,11 quanto a disponibilidade de capital físico; 3,40 de capital financeiro; 7,87 quanto aos cuidados com seu capital natural; 8,40 quando a disponibilidade de capital humano; e 6,88 de capital social. Já no ano agrícola de 2016-2017, cinco anos depois do primeiro marco analisado, os valores do capital físico, humano e social aumentaram para 1,33, 8,61 e 7,32, respectivamente. Entretanto, houve a diminuição dos valores do capital financeiro e natural do primeiro para o segundo ano de análise, com valores de 2,79 e 7,67, respectivamente.

Gráfico 17 - Biograma dos Meios de Vida do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

A queda nos valores do capital natural ocorreu, principalmente, porque as UPF deixaram de realizar consórcio de culturas e adubação orgânica nos estabelecimentos com o passar dos anos de análise, isto é, pararam de exercer as práticas de conservação do solo. Já a queda no valor do capital financeiro está ligado a diminuição da média da renda total quando dividida pela mão de obra familiar, que passou de R\$113.497,29/UTHf/ano no ano agrícola 2012-2013 para R\$ 108.795,30/UTHf/ano no ano agrícola 2016-2017. Essa diminuição dos valores médios da renda total pela mão de obra familiar aconteceu porquê praticamente o mesmo valor de renda total no ano agrícola 2012-2013 passou a ser dividido por um maior número de pessoas no ano agrícola 2016-2017.

Apesar das UPF estarem classificadas dentro do grupo que obtiveram as maiores rendas em anos os anos de análises, o capital financeiro das mesmas diminuiu, apontando que apesar da renda total dessas famílias terem sido as maiores nos dois anos analisados, quando houve a distribuição dessa renda entre os membros da família para formar o intitlamento responsável pelo capital financeiro, houve uma diminuição do capital, não refletindo expansão dos meios de vida.

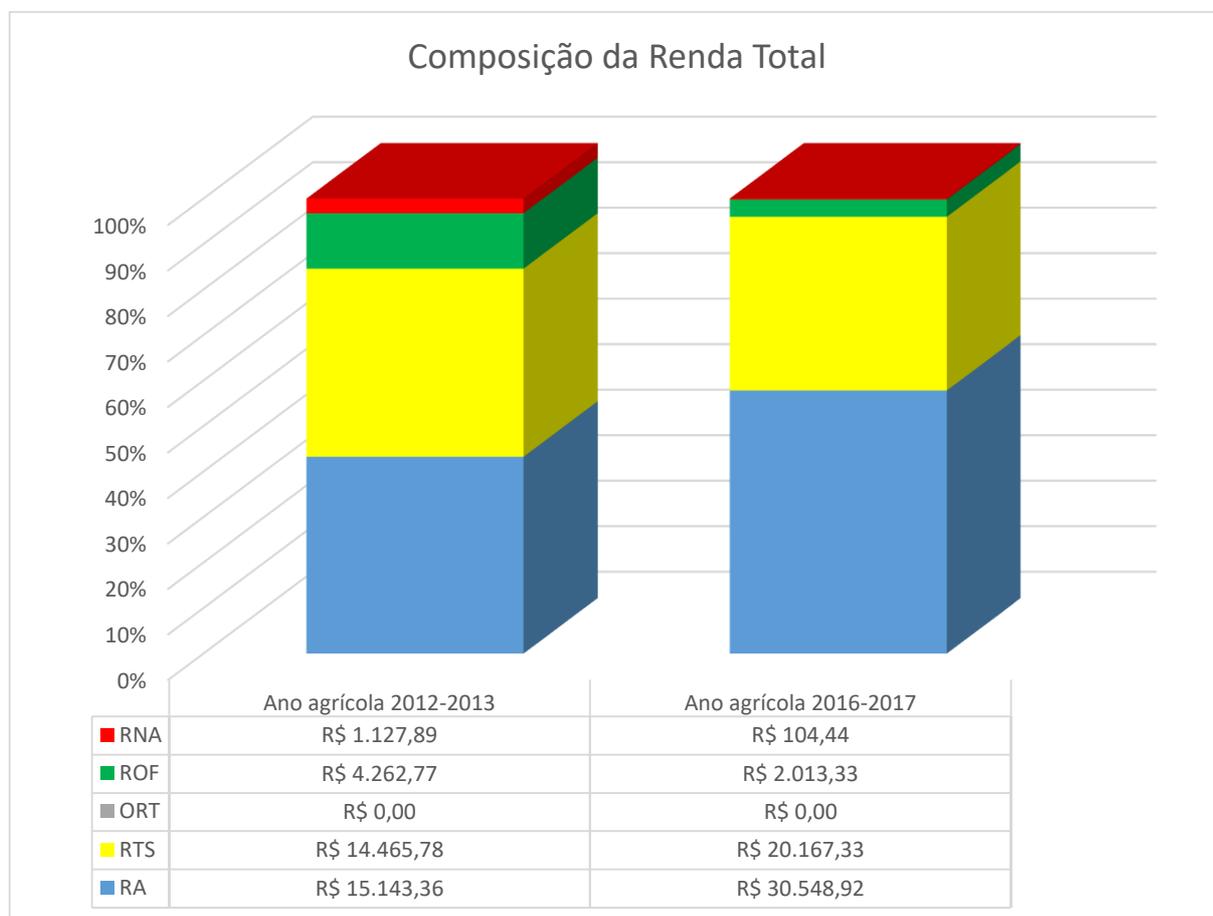
## 6.2 UPF ABAIXO DA MEDIANA DA RENDA EM 2012-2013 e 2016-2017

Nesse item, foi analisada a composição média da renda total e do produto bruto das UPF que mantiveram a renda abaixo da mediana da renda total tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, bem como os meios de vida e os capitais, para que fosse possível compreender o comportamento das UPF em relação as rendas, meios de vida e as atividades agrícolas com o passar dos anos. Esse grupo é formado por nove das 25 UPF analisadas, ou melhor, é composto por 36% da população entrevistada nos dois anos de análise.

A média da renda total das UPF desse grupo aumentou de R\$ 34.999,81 para R\$ 52.834,03 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, sendo que esse acréscimo na renda total ocorreu, principalmente, pelo aumento da renda agrícola desse grupo, que com o passar dos anos conseguiu um acréscimo em termos de valor absoluto de R\$15.405,56, ou seja, em termos absolutos a média da renda agrícola desse grupo dobrou de valor com o passar dos anos. Entretanto, percebe-se através do Gráfico 18, que em termos de composição da renda total das UPF, a renda agrícola que era responsável por 43,3% da renda total no ano agrícola 2012-2013 passou a compor 57,8% no ano agrícola 2016-2017. Isto é, apesar da renda agrícola dobrar em termos de valor absoluto e ser a principal responsável pelo aumento da renda total do grupo abaixo da mediana da renda total com o passar dos anos de análise, isso não se refletiu em termos de proporção de renda total.

No gráfico 18, referente a composição da renda total, nota-se que as rendas das transferências sociais foram a segunda maior renda que compõe a renda total desse grupo, em ambos anos de análise. No ano agrícola 2012-2013 as transferências sociais tinham o valor absoluto de R\$14.465,78, ou seja, quase o mesmo valor absoluto que a renda agrícola (R\$ 15.143,36), e era responsável por 41,3% da renda total. No ano agrícola 2016-2017, em termos de valor absoluto esse número aumentou para R\$ 20.167,33, mas em termos proporcionais diminuiu, passando a compor 38,2% da renda total.

Gráfico 18 - Composição da renda total média do grupo que possui as unidade de produção familiar abaixo da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Esse aumento dos valores absolutos das transferências sociais se deve ao fato de que em 2012-2013, em cinco UPF haviam dois membros da família aposentados e em duas UPF haviam apenas uma aposentadoria por mês. Já no ano de 2016-2017, sete UPF passaram a ter duas pessoas aposentadas na família e em uma UPF passou a ter um membro aposentado na família, refletindo tanto no aumento do número de pessoas aposentadas quanto nos valores médios recebidos em cada UPF. Pensando na perspectiva de aumento da renda total por conta das aposentadorias rurais, os dados desse grupo refletem o aumento da possibilidade de permanência das pessoas mais idosas no espaço rural. Entretanto, deve-se ficar atento para o problema do envelhecimento do campo causado principalmente pelo êxodo de pessoas da propriedade. Nesse sentido, para Ellis (2000), essa situação representa uma fragilidade do capital humano ao reduzir o trabalho doméstico disponível, as habilidades dos membros da família, assim como o próprio estado de saúde dos mesmos

Ressalta-se que apesar dos valores absolutos da renda agrícola e das transferências sociais aumentarem com o passar dos anos, somente a renda agrícola aumentou em termos proporcionais, confirmando que para esse grupo, tanto em 2012-2013 como em 2016-2017, a renda agrícola é a maior responsável em compor a renda total, seguido das transferências sociais, que também possuem grande significância para a composição da renda total desse grupo.

Ainda no Gráfico 18, os dados mostram uma redução de valor e de proporções em relação a renda de outras fontes e a renda não agrícola do ano agrícola 2012-2013 para o 2016-2017, e que as outras rendas do trabalho, que são as atividades agrícolas fora da UPF, nunca existiram nesse grupo. Em relação a renda de outras fontes, essa redução aconteceu em razão da redução da quantia monetária recebida em cada UPF e não da redução do número UPF que recebiam essas rendas, isto é, as cinco UPF que possuíam renda de outras fontes continuam recebendo-as, mas em valores monetários menores. Ressalta-se que o mesmo aconteceu com a renda não agrícola, pois no ano agrícola 2012-2013 somente uma UPF tinha renda vinda de atividades não agrícolas e no ano agrícola 2016-2017 essa mesma UPF ainda tinha essa renda, mas em quantidade monetária reduzida.

De maneira geral, os dados desse grupo mostram que a baixa renda está relacionada a baixa diversificação da renda total, pois tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, as estratégias de renda total eram focadas da renda agrícola e na renda de transferências sociais. Com o passar dos anos essa especialização na renda agrícola e transferências sociais se acentuaram, sendo que juntas elas eram responsáveis por 84,6% e 96% da renda total nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, respectivamente.

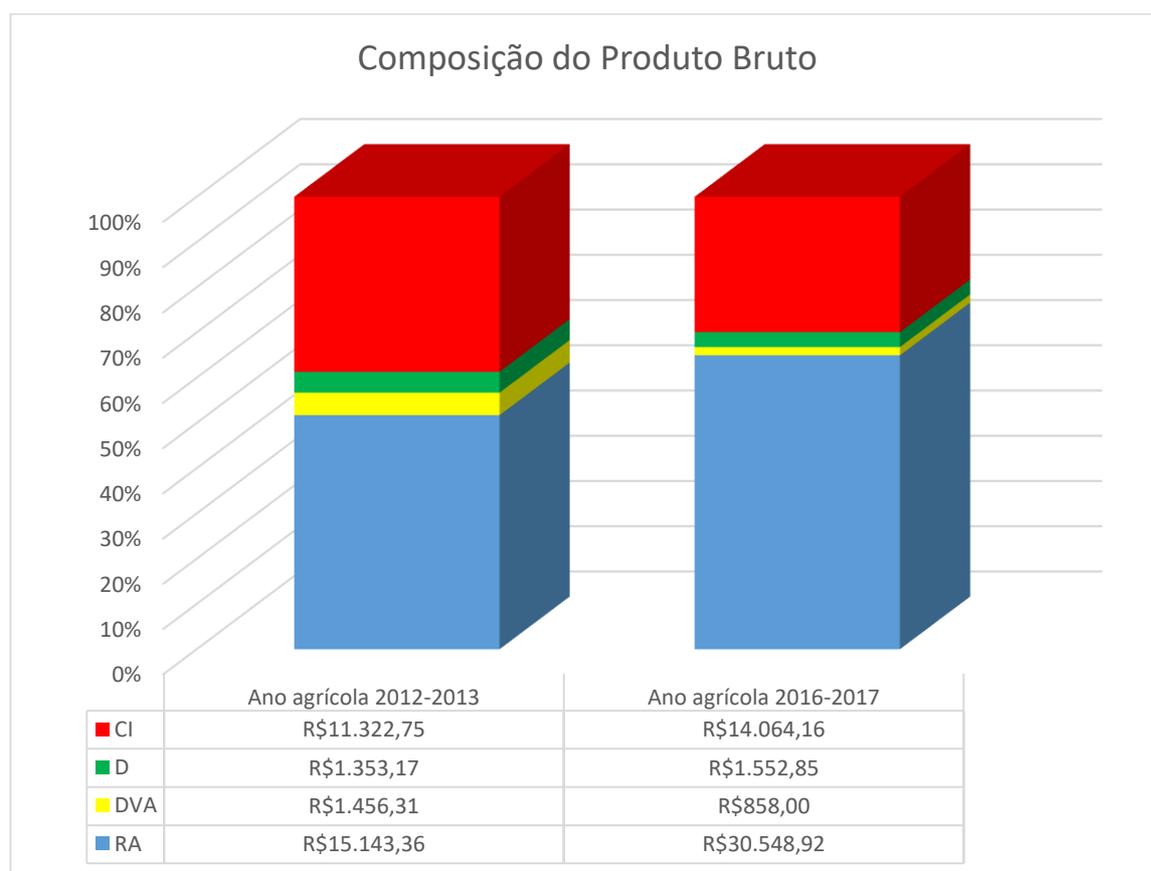
Para melhor explicar aumento da renda agrícola do grupo que manteve renda abaixo da mediana em 2012-2013 e em 2016-2017, o Gráfico 19 apresenta a composição média do produto bruto das UPF desse grupo. Os dados mostram que a média do produto bruto que em 2012-2013 era de R\$29.275,59 passou a ser R\$47.023,94 em 2016-2017, sendo a maior parte composta, em ambos os anos, pela renda agrícola, com 51,7% e 65%, respectivamente.

Percebe-se através da análise do Gráfico 19 que o aumento das proporções da renda agrícola ocorreu por conta das diminuições das proporções do consumo intermediário de 38,7% para 29,9%, do divisor do valor agregado de 5% para 1,8%, e da depreciação de 4,6% para 3,3%, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017.

Contudo, ressalta-se que apesar das proporções do consumo intermediário e da depreciação diminuírem do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, houve o aumento no valor absoluto dessas variáveis com o passar dos anos, como pode ser verificado

no Gráfico 19. Assim, pode-se inferir que mesmo que existiu maiores gastos em valores monetários com o consumo no passar dos anos, ele foi melhor aproveitado pelo processo de produção agropecuária e foi revertido em renda agrícola. Ou seja, o consumo intermediário gasto com a produção agrícola desse grupo possuiu muitas estratégias produtivas baseadas em externalidade, mas as mesmas, foram valorizadas e transformadas em renda agrícola para as UPF. Assim, constata-se que as UPF desse grupo, apesarem de possuírem menor renda em relação as demais UPF pesquisadas na comunidade, conseguiram aproveitar melhor esses “insumos” de produção e obtiveram melhor retorno financeiro. Ploeg (1992) chama esse processo, supracitado, de aumento de renda agrícola pela diminuição dos custos de agricultura econômica.

Gráfico 19- Composição da média do produto bruto do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



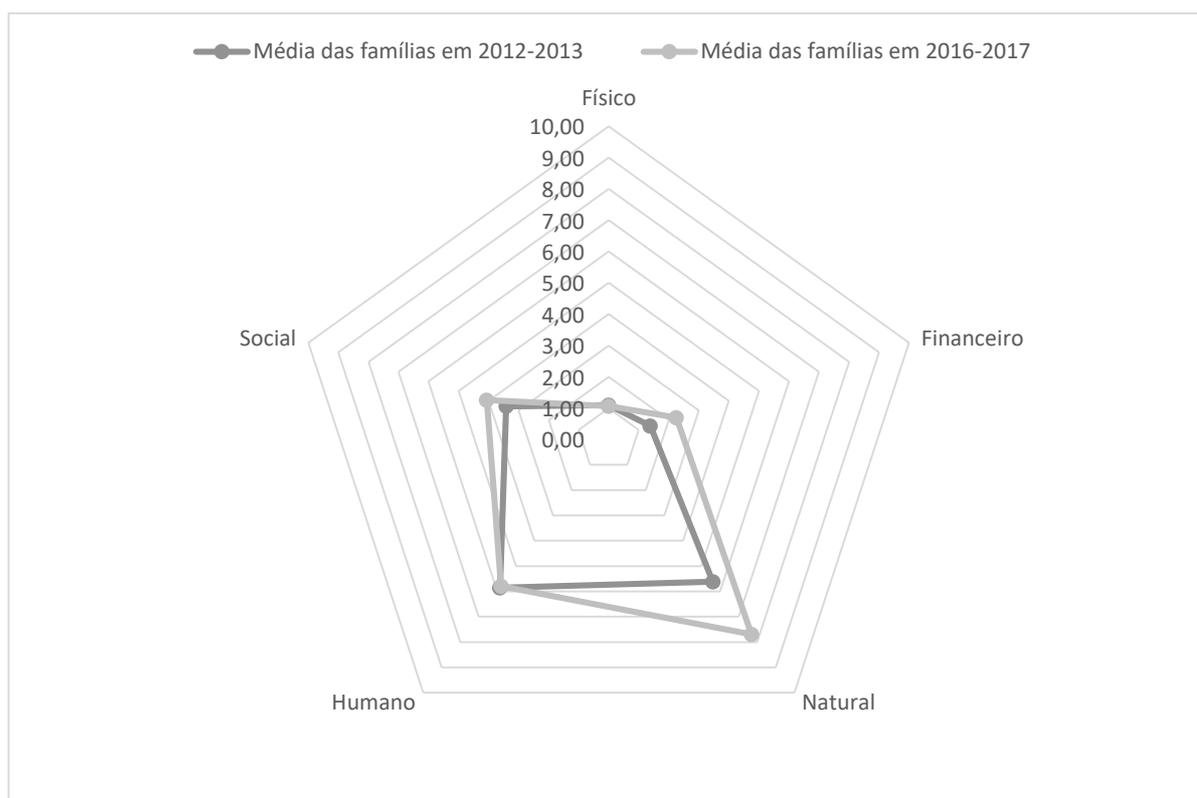
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Em relação a análise dos índice dos meios de vida e dos capitais, verificou-se que o índice de meios de vida (IMV) foi de 33,72 no ano agrícola 2012-2013 e de 48,11 no ano

agrícola 2016-2017, revelando que mesmo sendo o grupo que possui renda abaixo da mediana da renda total, houve um acréscimo médio de 43% no IMV com o passar dos anos, ou seja, houve uma melhora nos meios de vida das UPF que compõem esse grupo com o passar dos anos.

Entretanto, o pentágono no Gráfico 20 mostra que tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, não houve uma distribuição harmônica entre os capitais. Dessa forma, constatou-se que todos do capitais estavam em desequilíbrio, apontando que mesmo que tenha aumentado o IMV das UPF (melhorando os meios de vida) com o passar dos anos, eles se encontraram em situação de vulnerabilidade, pois segundo Ellis (2000) quanto menos harmônica for a dilatação dos conjunto de capitais, piores serão suas condições de vida.

Gráfico 20- Biograma dos Meios de Vida do grupo que possui as unidade de produção familiar acima da mediana da renda em 2012-2017, nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Em termos de números, numa escala de 0 a 10, as UPF obtiveram em média harmônica, no ano agrícola 2012-2013, a nota de: 1,09 quanto a disponibilidade de capital físico; 1,38 de capital financeiro; 5,62 quanto aos cuidados com seu capital natural; 5,86 quando a

disponibilidade de capital humano; e 3,41 de capital social. Já no ano agrícola de 2016-2017, cinco anos depois do primeiro marco analisado, os valores do capital financeiro, natural e social aumentaram para 2,25, 7,70 e 4,06, respectivamente. Entretanto, houve a pequena diminuição (de menos de um décimo) dos valores do capital físico e humano do primeiro para o segundo ano de análise, com valores de 1,06 e 5,80, respectivamente.

Analisando a imagem do pentágono e os valores de cada capitais, verifica-se que para esse grupo, de menor renda em ambos os anos de análise, existe a privação das liberdades nos meios de vida físico, financeiro e social, mas que os ativos naturais e humanos seriam aqueles potencializadores de um processo de expansão dos meios de vida, pois são os capitais que possuem maiores valores, e conseqüentemente, podem ser utilizados e/ou já estão sendo utilizados para ampliar as condições de vida das UPF.

### 6.3 UPF ABAIXO DA MEDIANA DA RENDA EM 2012-2013 E ACIMA DA MEDIANA DA RENDA EM 2016-2017

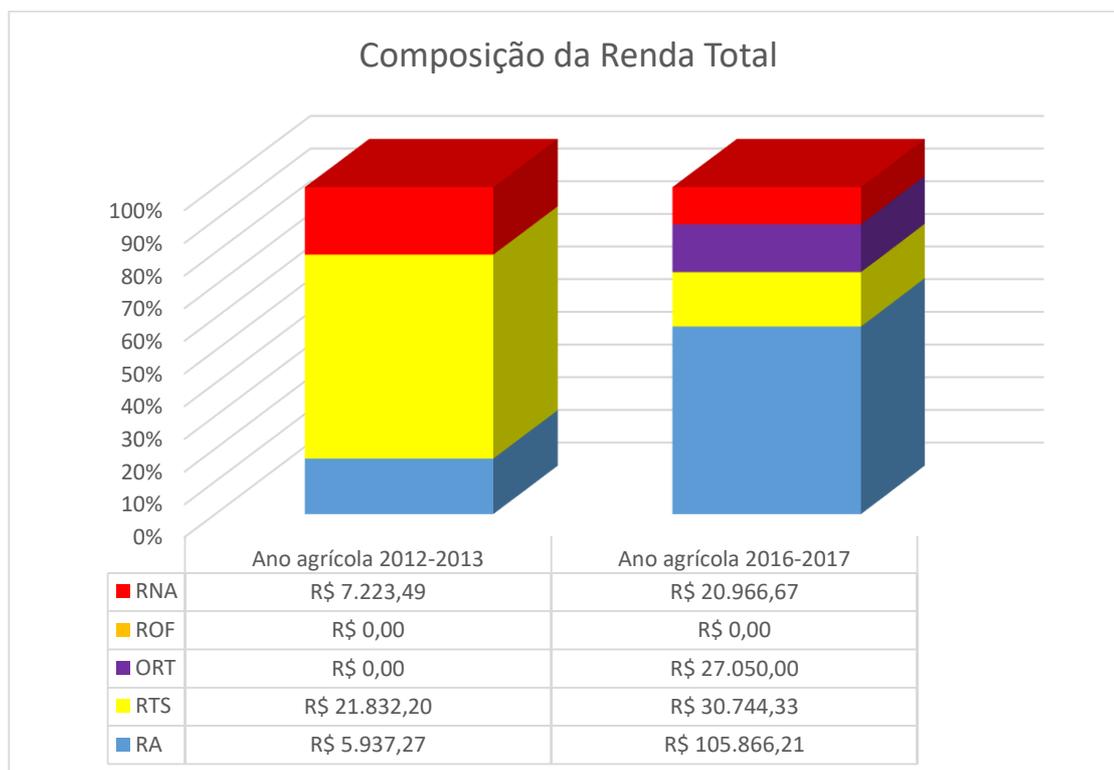
Nesse item, foi analisada a composição média da renda total e do produto bruto, os meios de vida e os capitais das UPF que tinham a renda abaixo da mediana da renda total no ano agrícola 2012-2013 e aumentaram sua renda, passando a fazer parte do grupo que tinha renda acima da mediana da renda total no ano agrícola 2016-2017. Isto é, a análise desse grupo é em relação as UPF que mudaram de estrato de renda com o passar dos anos de análise, aumentando sua renda total. Fazem parte desse grupo somente três das 25 UPF analisadas, ou melhor, 12% da população entrevistada nos dois anos de análise, indicando que apesar de não ser fácil, é possível aumentar a renda total da UPF com o passar dos anos.

Como já esperado, a média da renda total das UPF desse grupo aumentou de R\$34.992,96 para R\$ R\$ 184.627,21 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, sendo que esse acréscimo na renda total ocorreu, principalmente, pelo aumento da renda agrícola desse grupo, que pode ser observado no gráfico abaixo.

Observa-se no Gráfico 21 que no ano agrícola 2012-2013 a renda total era composta somente pela renda agrícola, transferências sociais e renda não agrícola, sendo que a renda das transferências sociais era responsável por 62,4% da renda total, seguido das rendas não agrícolas com 20,6% e da renda não agrícola com 17%. Já no ano agrícola 2016-2017, além do aumento da renda total, houveram grandes mudanças em relação a composição da renda. A renda agrícola passou a ser a principal responsável pela renda total, compondo 57,3%, seguido

da renda de transferências sociais com 16,7%, outras rendas do trabalho com 14,7% e renda não agrícola com 11,4%.

Gráfico 21 - Composição da renda total média do grupo que possui as unidades de produção abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e acima da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Ao comparar os valores absolutos das renda que compõem a renda total dos anos agrícolas 2012-2013 com o 2016-2017, verifica-se que o valores da renda não agrícola e das transferências sociais, apesar de diminuírem em relação a proporção, aumentaram em valores monetários; e que a renda agrícola além do aumento proporcional em relação sua importância na composição da renda total também aumentou em termos monetário.

Assim, compreende-se que apesar da renda agrícola compor a maior parte da renda total no ano agrícola 2016-2017, houve também uma maior diversificação da renda em 2016-2017 se comparado com 2012-2013, mostrando que o aumento da renda desse grupo é oriundo, principalmente, da renda agrícola e da diversificação das fontes de renda.

Detalhando melhor esse aumento da renda total, percebe-se que a renda média das transferências sociais que era de R\$ 21.832,20 em 2012-2013 aumentou para R\$ 30.744,33 em 2016-2017, apesar da diminuição em relação a proporção da renda total, e que esse aumento

ocorreu porque houve o acréscimo de uma aposentadoria do ano 2012-2013 para o ano 2016-2017, ou seja, no primeiro ano de análise haviam seis aposentadorias nas três UPF que compõem esse grupo e no segundo ano de análise passou a ter sete aposentadorias nessas mesmas três UPF.

Em relação a renda não agrícola, o acréscimo ocorreu porque houve o aumento do número de membros das UPF que trabalham em atividades não agrícolas compondo esse grupo, resultado de um casamento ocorrido em uma das UPF e da volta da filha (com os filhos e cônjuge) para a casa dos pais em outra. Isto é, nesse período de tempo, em uma das UPF, a responsável pela propriedade se casou novamente e seu cônjuge trabalha na prefeitura do Verê e recebe quatro salários mínimos; e na outra UPF, a filha do casal que morava só na UPF em 2012, no ano de 2015 retornou UPF, juntamente com o cônjuge e os dois filhos, sendo que ela trabalha como cabelereira na cidade do Verê e ganhava por volta de R\$ 1.000,00 por mês e o seu cônjuge trabalha em um local de lavagem de carros e recebe por volta de um salário mínimo e meio por mês.

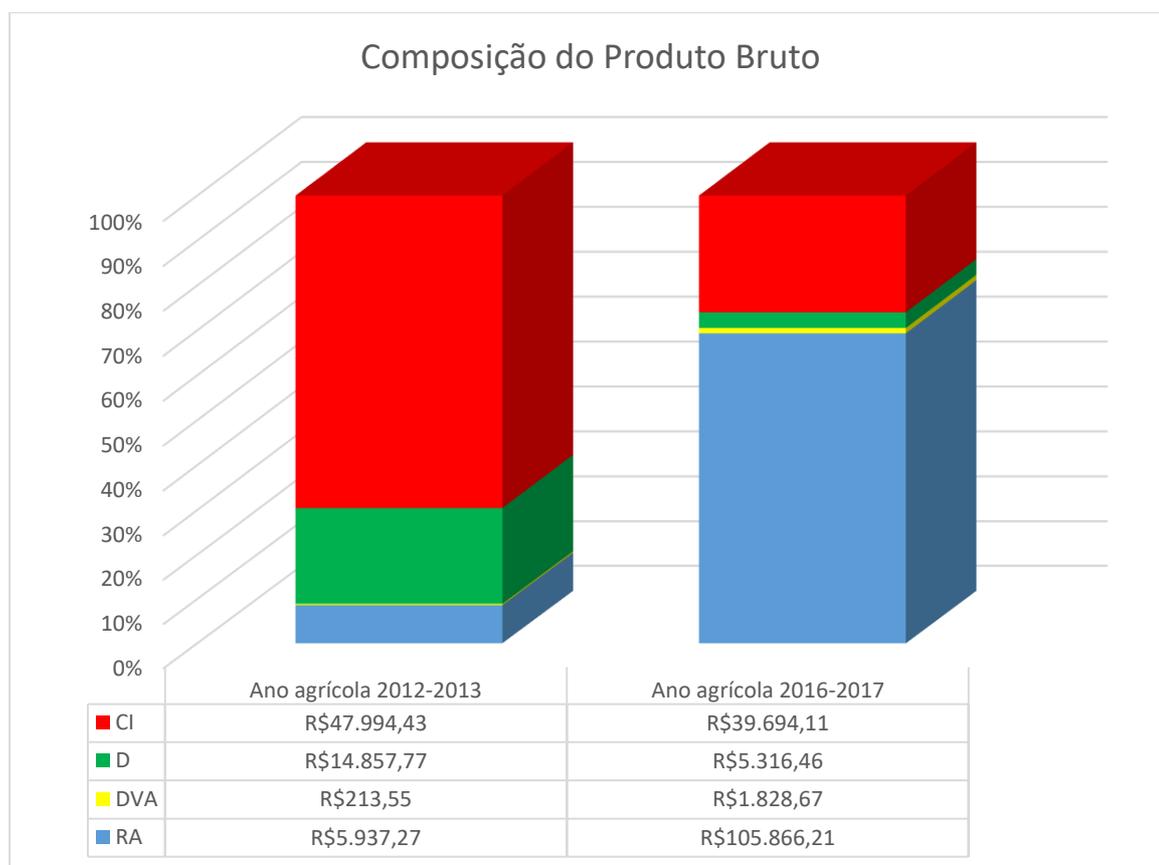
O Gráfico 21 mostra que no ano agrícola 2012-2013 não foi encontrado nessas UPF renda de outra fonte e nem outra renda do trabalho compondo a média da renda total desse grupo. Entretanto, no ano agrícola 2016-2017, houve acréscimo das outras rendas do trabalho na renda total, com o valor médio de R\$ 27.050,00, que é oriunda de uma UPF que faz o descascamento de nozes pra venda.

Ainda nesse grupo, ocorreu o aumento mais expressivo, em termos monetários e proporcionais na renda agrícola, com média de R\$ 5.937,27 no ano agrícola 2012-2013 para R\$ 105.866,21 no ano agrícola 2016-2017. Esse acréscimo ocorreu porque as três UPF aumentaram sua renda agrícola, sendo que uma delas teve o aumento mais expressivo, passando de uma renda negativa de R\$ 15.324,22 para uma renda positiva de R\$ 232.115,73. Salienta-se que essa UPF que teve o aumento mais expressivo, em 2012-2013, possuía valores mais altos em termos de consumo intermediário do que o produto bruto vegetal, bem como, estavam iniciando e investindo com a atividade do gado de corte, vendendo somente 50 animais por ano. No ano agrícola 2016-2017, nessa mesma UPF, houve a diminuição do consumo intermediário da produção vegetal e o aumento de 200 animais vendidos no ano, aumentando expressivamente a renda agrícola.

Apesar dessa especificidade da unidades de produção citada acima, o Gráfico 22 mostra a composição média do produto bruto das UPF desse grupo. Desse modo, verifica-se que houve uma inversão proporcional em relação a renda agrícola e o consumo intermediário, sendo que no ano agrícola 2012-2013 o consumo intermediário era responsável por 69% do produto bruto

e no ano agrícola 2016-2017 a renda agrícola passou a ter essa mesma proporção, de 69%, compondo o produto bruto. Assim, constatou-se que o aumento da renda agrícola foi ocasionada principalmente pelo aumento da eficiência produtiva das unidades de produção familiar com o passar dos anos.

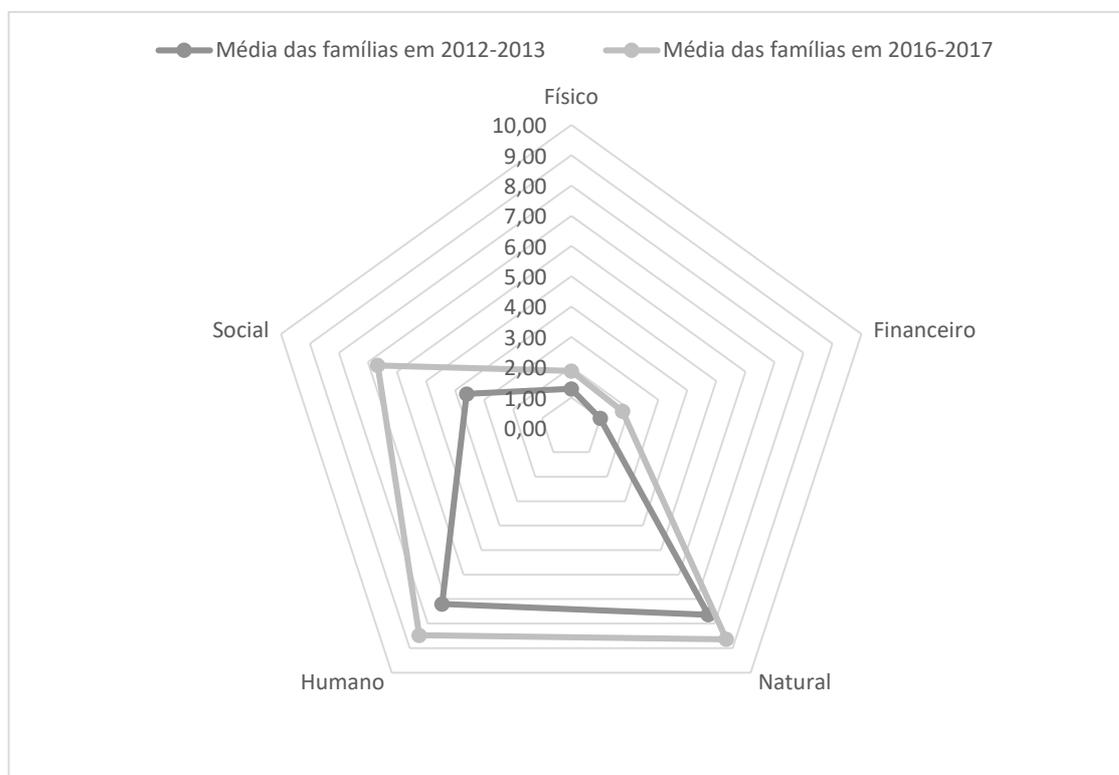
Gráfico 22- Composição da média do produto bruto total do grupo que possui as unidades de produção abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e acima da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Em relação a análise dos índice dos meios de vida e dos capitais, no Gráfico 23, verificou-se que o índice de meios de vida (IMV) foi de 46,72 no ano agrícola 2012-2013 e de 88,57 no ano agrícola 2016-2017, revelando que houve um acréscimo médio de 90% no IMV com o passar dos anos, ou seja, ocorreu a expansão e uma melhora nos meios de vida das famílias que compõem esse grupo do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017.

Gráfico 23- Biograma dos Meios de Vida do grupo que possui as unidades de produção abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e acima da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Entretanto, o pentágono no gráfico mostra que tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, não há uma distribuição harmônica entre todos os capitais. O que ocorre é uma distribuição harmônica entre o capital natural e humano, não acontecendo o mesmo com os capitais físico, financeiro e social. De tal modo, compreendeu-se que as condições financeiras e física encontram-se desequilibradas das demais em ambos os anos de análise, apontando para uma situação de vulnerabilidade desses capitais; que o capital social encontra-se desequilibrado no ano agrícola 2012-2013 mas que equilibra-se com o capital natural e humano no ano agrícola 2016-2017, quando houve o aumento da renda das UPF; e que o capital humano e natural possuem as melhores médias e distribuição mais harmônica, e seriam aqueles potencializadores da expansão dos meios de vida.

Em termos de números, numa escala de 0 a 10, as UPF obtiveram em média harmônica, no ano agrícola 2012-2013, a nota de: 1,29 quanto a disponibilidade de capital físico; 1,00 de capital financeiro; 7,64 quanto aos cuidados com seu capital natural; 7,20 quando a disponibilidade de capital humano; e 3,60 de capital social. Já no ano agrícola de 2016-2017, todos os valores dos capitais aumentaram, tendo as notas de: 1,88 quanto a disponibilidade de

capital físico; 1,76 de capital financeiro; 8,64 quanto aos cuidados com seu capital natural; 8,48 quando a disponibilidade de capital humano; e 6,67 de capital social.

Nesse sentido, conclui-se que o aumento no IMV do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017 está atrelado ao aumento que houve dos capitais, sendo que o crescimento mais expressivo é o do capital social, pois as UPF passaram a participar de associações, cooperativas e da igreja.

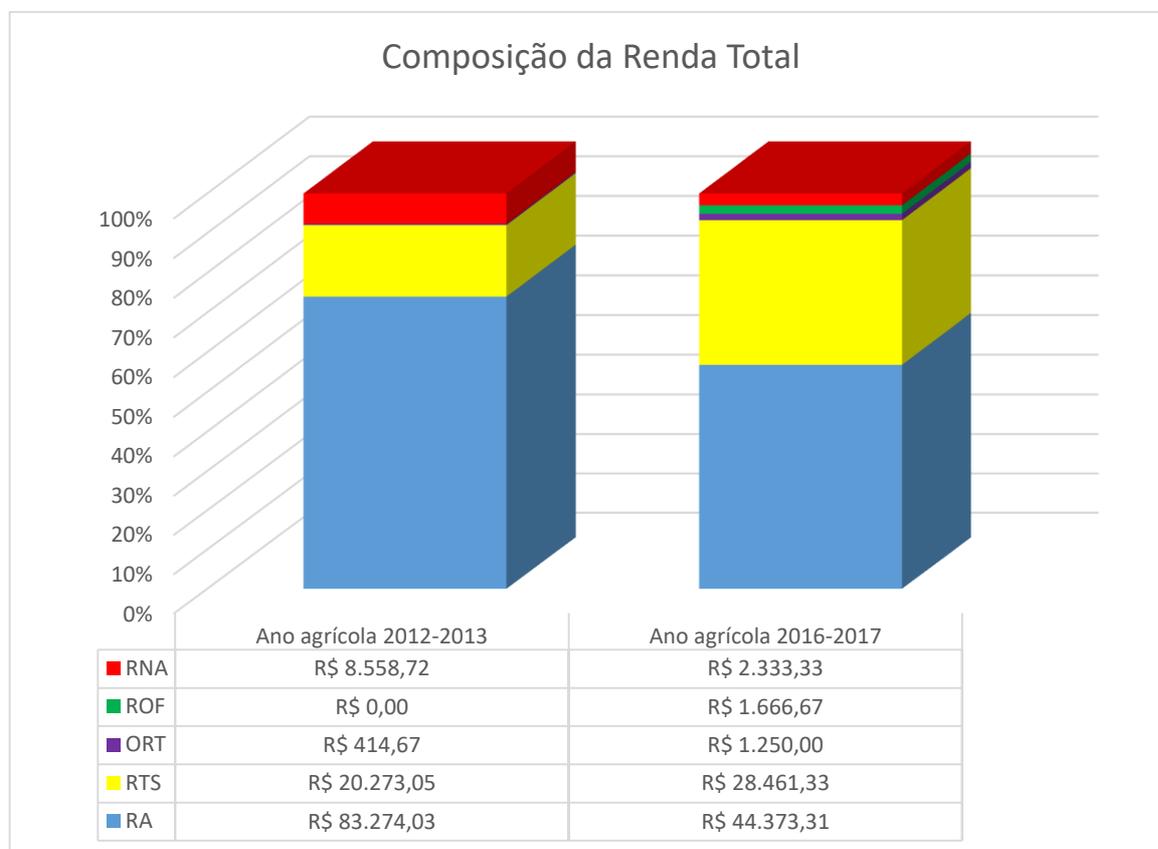
#### 6.4 UPF ACIMA DA MEDIANA DA RENDA EM 2012-2013 E ABAIXO DA MEDIANA DA RENDA EM 2016-2017

Nesse item, foi analisada a composição média da renda total e do produto bruto, os meios de vida e os capitais das UPF que tinham a renda acima da mediana da renda total no ano agrícola 2012-2013 e passaram a fazer parte do grupo que tinha renda abaixo da mediana da renda total no ano agrícola 2016-2017, ou seja, são UPF que mudaram de estrato de renda com o passar dos anos de análise. Fazem parte desse grupo somente três das 25 UPF analisadas, ou melhor, 12% da população entrevistada nos dois anos de análise.

Em relação à média da renda total das UPF desse grupo, ocorreu a diminuição monetária de R\$ 112.520,47 para R\$ 78.084,64 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, sendo que essa diminuição na renda total ocorreu, principalmente, pela redução da renda agrícola desse grupo, que pode ser observado no gráfico abaixo. Além disso, no Gráfico 24 é possível notar que apesar da renda total das UPF diminuírem do ano agrícola 2012-2013 para ano agrícola 2016-2017, houve uma melhor distribuição de renda entre as diferentes fontes em termos proporcionais.

O Gráfico 24 mostra que tanto no ano agrícola 2012-2013 como no 2016-2017, a renda agrícola era a maior renda em termos proporcionais e absolutos compondo a renda total. Entretanto, verifica-se que no primeiro ano de análise ela constituía 74% da renda total e no segundo ano se análise esse valor passou a ser 56,8%, isto é, houve uma diminuição em termos proporcionais da renda agrícola com o passar dos anos, sendo um dos principais motivos da diminuição da renda total nas UPF. Outra renda que diminuiu, ajudando a intensificar a queda da renda total desse grupo, foram as rendas não agrícolas, que no ano agrícola 2012-2013 compunham 7,6% e no ano agrícola 2016-2017 passou a ser 3%.

Gráfico 24- - Composição da renda total média do grupo que possui as unidades de produção acima da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Contudo, ao mesmo tempo que a renda agrícola e a renda não agrícola diminuíram, houve o aumento da renda das transferências sociais, que no ano agrícola 2012-2013 era responsável por 18% da renda total dos UPF desse grupo e no ano agrícola 2016-2017 passou a compor 36,4% da renda total, bem como o aumento da outras rendas do trabalho que aumentou de 0,44% para 1,6% entre os anos de análise, e o surgimento da rendas de outras fontes compondo 2,1% da renda total no ano agrícola 2016-2017.

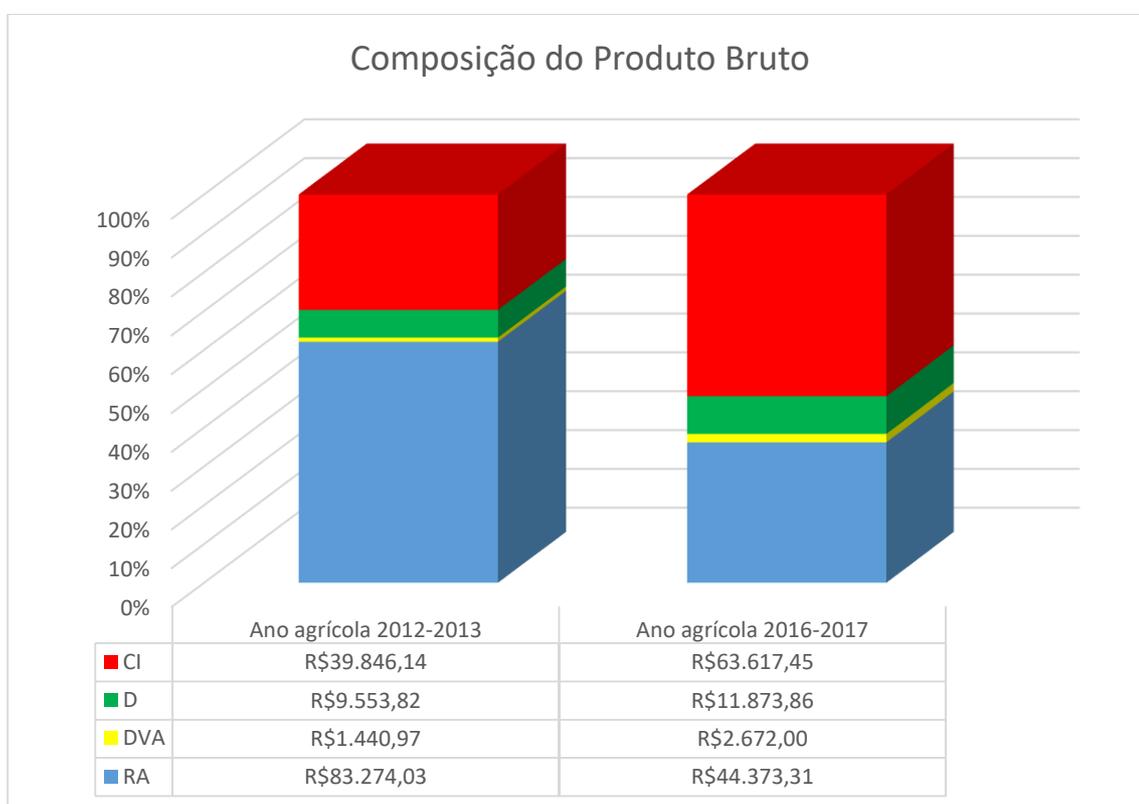
O aumento da renda das transferências sociais ocorreu porque houve o acréscimo de uma aposentadoria nas UPF desse grupo do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, ou seja, no primeiro ano de análise haviam seis aposentadorias nas três UPF que constituem esse grupo e no segundo ano de análise passou a ter sete aposentadorias nessas mesmas três UPF. O acréscimo em relação as outras renda do trabalho aconteceu porque em uma das UPF entrevistadas, um membro da família, aumentou o número de dias que realizava trabalho de plantio para os vizinhos do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, acarretando assim, no acréscimo dessa renda. Já, o aparecimento das rendas de outras fontes se

deve ao fato de que uma das UPF passou a arrendar 3,6 hectares de terra para terceiros, recebendo o valor total de R\$ 5.000,00 no ano agrícola 2016-2017, pago em saca de soja.

O decréscimo da renda não agrícola ocorreu porque, nessa mesma UPF que passou a arrendar a terras, há um membro da família que realiza atividades de artesanato e que no ano de 2012-2013 vendia o equivalente a R\$ 20.640,00 e no ano agrícola 2016-2017 passou a vender R\$ 7.000,00. Ressalta-se que esse membro da família disse que essa diminuição na renda do artesanato foi acarretada pela diminuição das vendas por conta da crise e porque ela resolveu diminuir a confecção para dar mais atenção a um irmão com deficiência que mora na UPF.

Quanto a decréscimo na renda agrícola pode-se notar através do Gráfico 25, que a média do produto bruto diminuiu de R\$134.114,96 para R\$122.536,61, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Além disso, verifica-se que no primeiro ano agrícola a renda agrícola era responsável por 62,1% do produto bruto, sendo que segundo ano de análise ela passou a ser 36,2%, e isso ocorreu porque o houve o aumento com as despesas das UPF, principalmente relacionado ao consumo intermediário.

Gráfico 25- Composição da média do produto bruto total do grupo que possui as unidades de produção acima da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Nesse sentido, destaca-se que tanto os valores absolutos quanto as proporções do consumo intermediário, do divisor do valor agregado e da depreciação aumentaram do ano de análise 2012-2013 para o ano de análise 2016-2017. O consumo intermediário que compunha 29,7% passou para 51,9%, o divisor do valor agregado passou de 1,1% para 2,2%, e a depreciação passou de 7,1% para 9,7%, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017.

Esses valores mostram que houve uma diminuição da renda agrícola por consequência de dois fatores: 1- a redução do valor médio do produto bruto do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, que é resultado da diminuição da produção agrícola com o passar dos anos nas UPF; e 2- aumento das despesas com a UPF, principalmente aquelas relacionadas ao consumo intermediário.

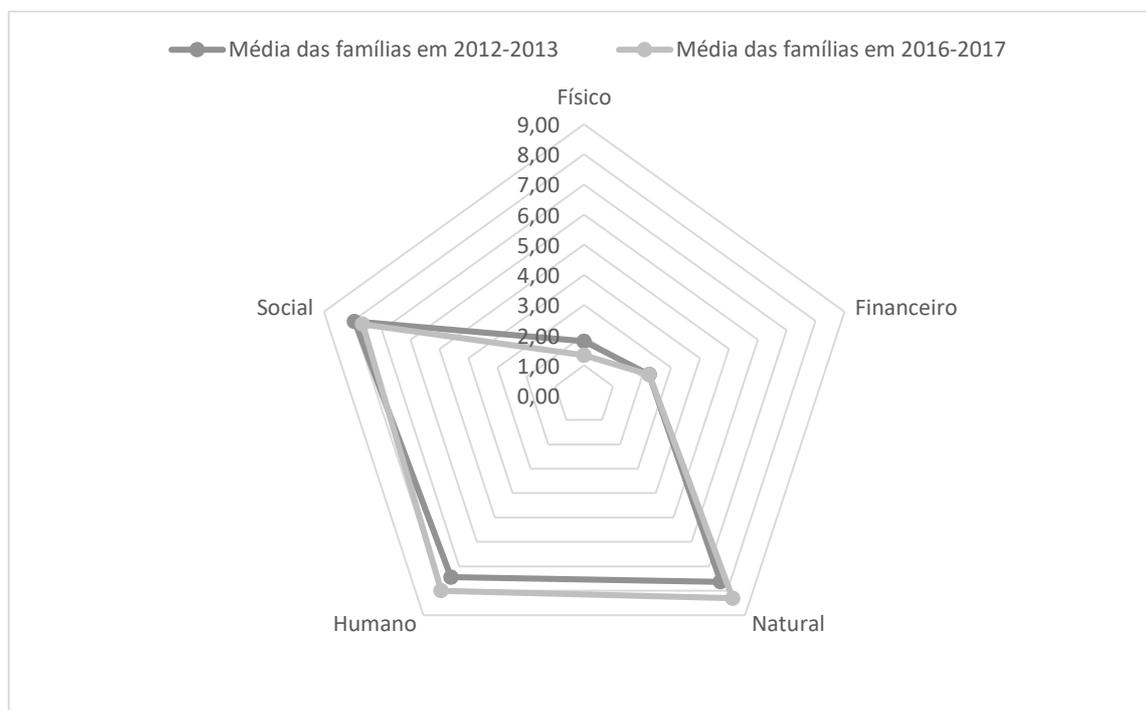
Em relação a análise dos índices dos meios de vida e dos capitais, que visa compreender as potencialidades e restrições de cada um dos capitais em relação aos meios de sobrevivência e renda, verifica-se que o IMV para esse grupo alcançou valor de 81,38 no ano agrícola 2012-2013 e de 80,03 no ano agrícola 2016-2017, revelando que houve um pequeno decréscimo médio no índice dos meios de vida com o passar do tempo.

No Gráfico 26, a figura do pentágono mostra que tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, não há uma distribuição harmônica entre todos os capitais. O que ocorre é uma distribuição harmônica entre o capital natural, humano e social no ano agrícola 2012-2013, não ocorrendo o mesmo com o ano agrícola 2016-2017. Além disso, os capitais físico e financeiro não possuem uma distribuição harmônica em nenhum dos anos analisados. Assim, infere-se que no ano agrícola 2012-2013 o capital humano, natural e sociais estão equilibradas e portanto não limitam a expansão dos meios de vida como acontece em relação ao capital físico e financeiro. Entretanto, no ano agrícola 2016-2017, percebe-se que não há uma distribuição harmônica entre todos os capitais do pentágono, apontando para uma situação de vulnerabilidade desses capitais que restringem os meios de vida das UPF no segundo ano de análise.

De tal modo, compreende-se que para esse grupo, em ambos os anos de análise, existe a privação das liberdades nos meios de vida físico e financeiro, mas que os ativos sociais, naturais e humanos eram aqueles potencializadores de melhores meios de vida em 2012-2013, não acontecendo o mesmo em 2016-2017. Ou seja, no ano de renda abaixo da mediana da renda total (ano agrícola 2016-2017) houve o desequilíbrio entre a distribuição dos capitais que constituem a figura do pentágono, resultando numa limitação dos capitais, que causaram uma

situação de vulnerabilidade, pois segundo Ellis (2000) quando menos harmônica for a dilatação dos conjunto de capitais, piores serão suas condições de vida.

Gráfico 26- Biograma dos Meios de Vida do grupo que possui as unidades de produção acima da mediana da renda no ano agrícola 2012-2013 e abaixo da mediana da renda no ano agrícola 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Em termos de números, numa escala de 0 a 10, as UPF obtiveram em média harmônica, no ano agrícola 2012-2013, a nota de: 1,80 quanto a disponibilidade de capital físico; 2,25 de capital financeiro; 7,64 quanto aos cuidados com seu capital natural; 7,45 quando a disponibilidade de capital humano; e 7,94 de capital social. Já no ano agrícola de 2016-2017, os valores do capital humano e natural aumentaram para 8,00 e 8,31, respectivamente; o capital financeiro se manteve com o valor de 2,25; e no capital físico e social houveram diminuições do primeiro para o segundo ano de análise, com valores de 1,33 e 7,66, respectivamente.

Com esses valores, pode-se constatar que apesar de alguns capitais aumentarem ou diminuïrem seus valores com o passar dos anos, isso ocorreu a níveis pequenos, com a variação não chegando a 0,7 pontos. Além disso, percebeu-se que apesar das UPF desse grupo mudarem de posição em termos de renda, o capital financeiro se manteve exatamente com o mesmo valor, ou seja, a diminuição da renda total com o passar dos anos não afetou no capital financeiro da UPF porque eles diminuïram o número de pessoas residentes na UPF juntamente com a diminuição da renda total.

## 6.5 COMPARATIVO DOS MEIOS DE VIDA E DA RENDA ENTRE OS 4 GRUPOS FORMADOS

Nesse item foram realizadas as análises comparativas da composição da renda total e do produto bruto, bem como do Índice de Meios de Vida (IMV), composto pelos cinco capitais, procurando compreender comparativamente quais as diferenças e semelhanças nas estratégias de meios de vida que ocorrem entre os quatros grupos formados a partir da renda. Salienta-se que para fins de análise desse subitem, os grupos dos subitens 6.1, 6.2, 6.3, 6.4 foram renomeados, conforme a Tabela 9 abaixo.

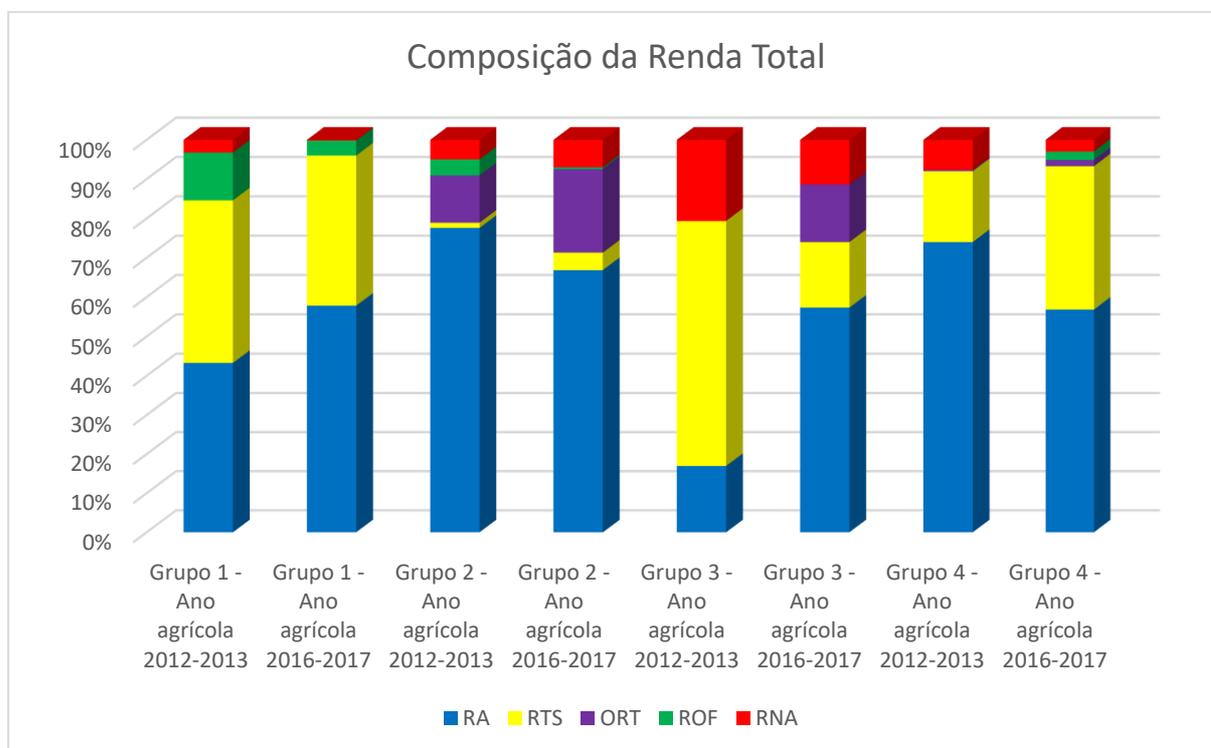
Tabela 9 - Separação dos grupos conforme a mediana da renda, para fins de análise

<b><i>DIVISÃO CONFORME A MEDIANA DA RENDA TOTAL</i></b>	<b><i>GRUPOS</i></b>
<i>1- Abaixo da mediana da renda 2013-2017</i>	Grupo 1
<i>2- Acima da mediana da renda 2013/2017</i>	Grupo 2
<i>3- Acima da mediana da renda só em 2017</i>	Grupo 3
<i>4- Acima de mediana da renda só em 2013</i>	Grupo 4

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

No Gráfico 27 abaixo, pode-se observar os dados da composição da renda total dos quatro grupos formados através da mediana da renda. Verificou-se que nos grupos com a renda abaixo da mediana da renda total – grupo 1 nos anos 2012-2013 e 2016-2017, grupo 3 no ano 2012-2013 e grupo 4 no ano 2016-2017 – houve uma maior proporção da renda de transferências sociais compondo a renda total se comparado com os demais grupos formados, compondo a principal ou a segunda principal renda das UPF desses grupos. Ou seja, constatou-se que comparativamente e proporcionalmente as transferências sociais compunham grande parte da renda total das UPF que possuíam renda abaixo da mediana da renda total, chegando a ser a principal renda do grupo, como no caso do grupo 3 no ano de 2012, ou a segunda principal renda, como no caso do grupo 2 em ambos os anos de análise e do grupo 4 no ano de 2017.

Gráfico 27- Composição da média da renda total dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

No que tange os grupos com a renda acima da mediana da renda total – grupo 2 nos anos 2012-2013 e 2016-2017, grupo 3 no ano 2016-2014 e grupo 4 no ano 2012-2013 – houve uma maior proporção de renda agrícola compondo a renda total se comparado com os demais grupos formados, sendo a principal responsável pela composição renda total das UPF desses grupos. Assim, compreende-se que comparativamente e proporcionalmente a renda agrícola era responsável pela maior parte da renda total das UPF que possuíam renda acima da mediana da renda total.

Observa-se ainda no Gráfico 27, que as outras rendas do trabalho estavam presentes em maiores proporções em ambos os anos do grupo 2 e no ano agrícola 2016-2017 no grupo 3. Afirma-se desse modo, que as rendas de outras fontes do trabalho, que nessa tese dizem respeito ao plantio e colheita fora da UPF, fazem parte efetivamente da composição da renda total dos grupos cujo possuem renda acima da mediana da renda total. Isto é, as outras renda do trabalho agrícola estavam presentes e proporcionalmente contribuíram para o aumento da renda total das UPF pesquisada.

Em relação as rendas de outras fontes, verifica-se que ela se fez presente nos grupos de baixa renda, ou seja, foi uma fonte de renda importante para compor a renda total das UPF

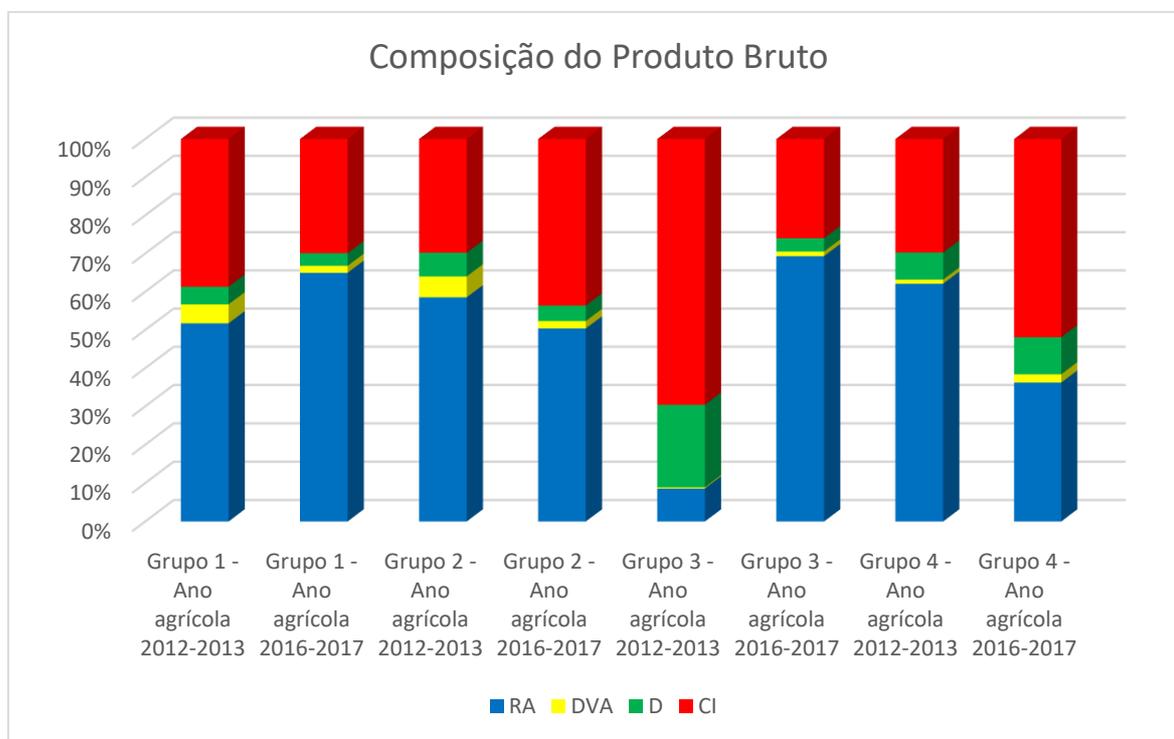
classificadas abaixo da mediana da renda total, como no caso do grupo 1 em ambos os anos e do grupo 4 no ano agrícola 2016-2017. Quanto a renda não agrícola, pode-se verificar que ela se fez presente em todos os grupos, com maior ou menor peso na composição da renda total. Contudo, destaca-se que ela ocupa maiores proporções no grupo 3 no ano agrícola 2012-2013, quando as UPF foram classificadas como baixa renda, sendo que juntamente com as transferências sociais compõem 83% da renda total.

De maneira geral, conclui-se que a renda agrícola foi a principal responsável pela renda total das UPF que compõem os grupos com renda acima da mediana da renda total e que a renda das transferências sociais foi a principal responsável pela renda total das UPF que compõem os grupos com renda abaixo da mediana da renda total. Além disso, observa-se outras rendas do trabalho, que são as atividades agrícolas realizadas fora da UPF, proporcionalmente estavam presentes e compunham uma parte grande da renda total das UPF classificadas acima da mediana da renda total, o que não ocorre nas UPF classificadas com renda abaixo da mediana da renda total; e que as rendas de outras fontes estavam mais presentes nos grupos classificados abaixo da mediana da renda total.

Ressalta-se que houve diversificação da renda total em todos os grupos independente do ano agrícolas, entretanto, chama-se a atenção que a maior diversificação ocorreu com o passar dos anos de análise com os grupos que foram classificados com renda acima da mediana da renda total, ou seja, a maior diversificação da renda está acarretando diretamente na maior renda das UPF. Esses resultados encontrados, vão de encontro, quando Schneider (1999), afirma que a diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas possibilita a elevação do poder aquisitivo.

Para melhor entender o porquê a renda agrícola teve um grande peso na composição da renda total das UPF com renda acima da mediana da renda total e não teve esse mesmo peso nas UPF com a renda abaixo da mediana da renda total, é que o Gráfico 28 mostra a composição do produto bruto médio das UPFs desses grupos.

Gráfico 28- Composição da média do produto bruto total dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Pode-se observar no Gráfico 28 que nos grupos 1 e 2, que são as unidades de produção familiar que mantiveram a renda abaixo e acima da mediana, respectivamente, em ambos os anos, a composição do produto bruto sofreu pouca alteração do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, sendo que a renda agrícola foi a principal responsável pela composição do PB no grupo 1 e 2, em ambos os anos.

Já os grupos 3 e 4, que são as UPF que mudaram de estrato de renda do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, pode-se verificar alterações significativas na composição do produto bruto. No grupo 3, no ano agrícola 2012-2013, que são as UPF classificadas abaixo da mediana da renda total, o consumo intermediário e a depreciação representavam 91,1% da composição do produto bruto e quando passaram a fazer parte do grupo com renda acima da mediana da renda total no ano agrícola 2016-2017, o valor proporcional do consumo intermediário e da depreciação diminuiu para 29,5%, e a renda agrícola passou a ocupar a maior parte do PB. Ou seja, as UPF que passaram de renda abaixo para acima da mediana da renda total, diminuíram os custos de produção, aumentando a renda agrícola, que passou a compor a maior parte da renda total desse grupo.

Além disso no grupo 4, no ano agrícola 2012-2013, que são as UPF classificadas acima da mediana da renda total, o consumo intermediário e a depreciação representavam 37% da composição do produto bruto e quando passaram a fazer parte do grupo com renda abaixo da mediana da renda total em 2016-2017, o valor proporcional do consumo intermediário e da depreciação aumentou para 62%, acarretando na diminuição do valor da renda agrícola desse grupo no ano agrícola 2016-2017.

Assim, compreende-se que nos grupos 1 e 2, que são os grupos que contém as UPF que não mudaram de estrato de renda com o passar dos anos, percebe-se que pouco se alterou a composição do produto bruto, ou seja, não ocorreu mudanças de estratos de renda porquê as UPF desses grupos mantiveram as mesmas estratégias de reprodução social com o passar dos anos. Contudo, nos grupos 3 e 4, que são os grupos que possuem as UPF que mudaram de estrato de renda com o passar dos anos, compreende-se que quando os grupos foram classificados com renda abaixo da mediana da renda total, o consumo intermediário e a depreciação passaram a ser responsáveis pela maior parte do PB, acarretando em pouca renda agrícola para as UPF; mas quando as UPF desses grupos foram classificados com renda acima da mediana da renda total, percebeu-se que a renda agrícola passou a ser a principal responsável pelo produto bruto porque houve a diminuição do consumo intermediário e da depreciação compondo o PB. Ou seja, para os grupos que mudaram de estrato de renda entre os anos, a maior renda agrícola estava relacionada diretamente com a diminuição do consumo intermediário e da depreciação.

Em relação a análise dos índice dos meios de vida e dos capitais, que visa compreender as potencialidade e restrições de cada um dos capitais em relação os meios de sobrevivência e renda, verifica-se através da Tabela 10, que para os grupos que possuem a renda acima da mediana da renda total – grupo 2 nos anos 2012-2013 e 2016-2017, grupo 3 no ano 2016-2017 e grupo 4 no ano 2012-2013, os valores do IMV foram maiores que 80, ou seja, foram os maiores IMV encontrados quando comparado com os demais.

Ressalta-se que no grupo 2, que possuía renda acima da mediana da renda total em ambos os anos de análise, os valores do IMV foram exatamente iguais, com valores de 81,43; e no grupo 3, no ano agrícola 2016-2017, que é quando as UPF que tinha renda abaixo da mediana da renda total passaram a ser classificadas com renda acima da mediana da renda total, o IMV encontrado foi de 88,57, ou seja, o maior índice encontrado na análise.

Além disso, o IMV acima de 80 também foi verificado no grupo 4 no ano agrícola 2016-2017, que foi quando as UPF passaram a fazer parte do estrato de renda abaixo da mediana da renda total. Assim, analisa-se que apesar das UPF mudarem de estrato de renda acima para

abaixo da mediana da renda total, os meios de vida diminuíram apenas 1,35. Isto é, a diminuição da renda total não alterou o IMV das UPF que tinham renda acima da mediana da renda em 2012-2013 e passaram a ter renda abaixo da mediana da renda em 2016-2017.

Tabela 10- Índice de Meios de Vida (IMV) dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

	<i>Grupo 1</i>	<i>Grupo 2</i>	<i>Grupo 3</i>	<i>Grupo 4</i>
<b><i>IMV - dados 2012-2013</i></b>	33,72	81,43	46,72	81,38
<b><i>IMV - dados 2016-2017</i></b>	48,11	81,43	88,57	80,03

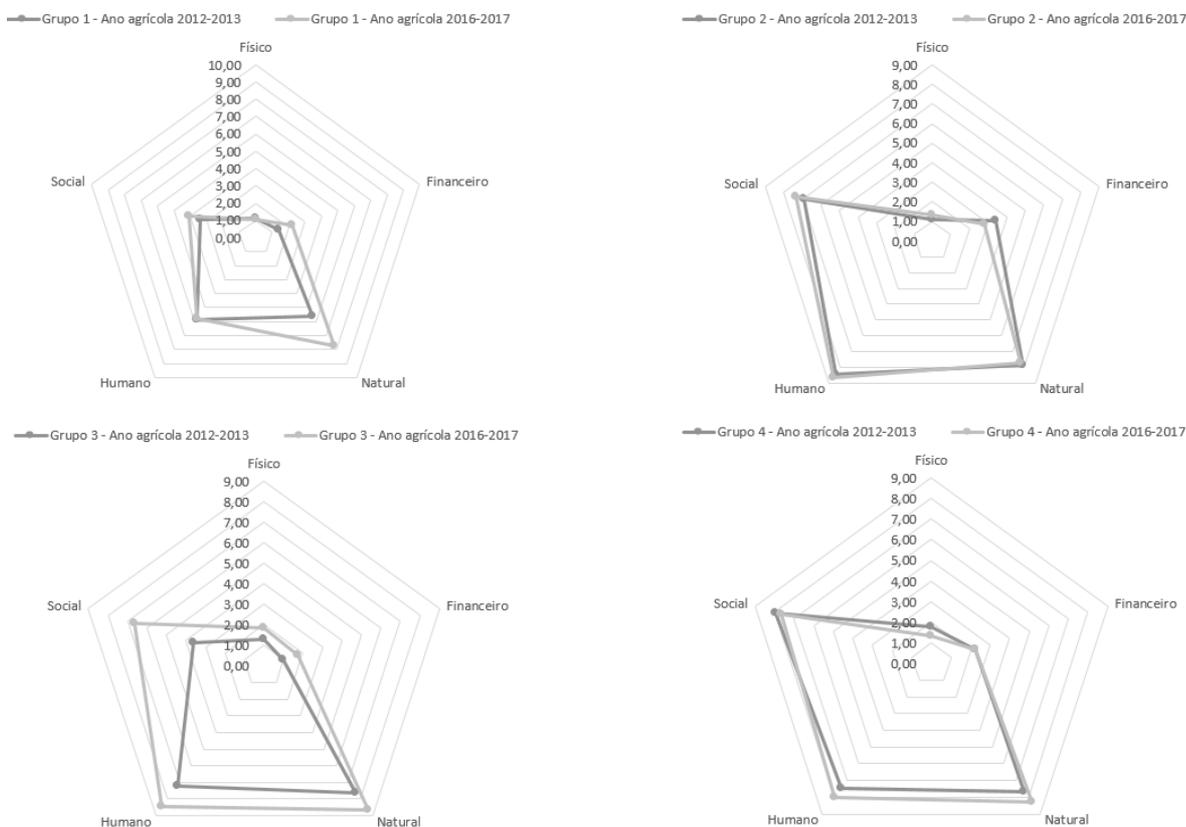
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Já para os grupos que possuíam a renda abaixo da mediana da renda total – grupo 1 nos anos 2012-2013 e 2016-2017, grupo 3 no ano 2012-2013 - os valores do IMV foram em torno de 40, ou seja, foram os menores IMV encontrados quando comparado com os demais. Em relação ao grupo 1, que possuía renda abaixo da mediana da renda total, os valores do ano agrícola 2012-2013 são ainda menores que no ano agrícola 2016-2017, tendo o mesmo comportamento que a renda total, que foi de menor no primeiro ano agrícola se comparado com o segundo.

Assim, pode-se concluir que os meios de vida tem influência na renda das UPF e consequentemente os intitulentos que compõem cada um dos capitais também, pois os grupos que tinham as UPF com renda acima da mediana da renda total possuíam os maiores índices de meios de vida, tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017; e os grupos que tinham as UPF com renda abaixo da mediana da renda total, possuíam valores de IMV por volta de 40, ou seja, o valor do IMV era a metade se comparado com as UPF com renda acima da mediana da renda total.

Em relação a figura do pentágono, o Gráfico 29 mostra que não houve uma distribuição harmônica entre todos os capitais para nenhum dos grupos formados pela mediana da renda total. O que observa-se de maneira geral que há uma harmonização entre o capital natural, humano e social nos grupos 2 e 4, em ambos os anos de análise, não acontecendo o mesmo com os capitais físico e financeiro. Em relação aos grupos 1 e 3, percebe-se, que comparativamente, eles são os que possuem uma distribuição menos harmônica entre o todos os capitais.

Gráfico 29- Biograma dos Meios de Vida dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Assim, compreende-se através da figura do pentágono, que comparativamente os grupos 1 e 3 possuíram uma menor harmonização na distribuição dos capitais que os grupos 2 e 4, resultando assim, numa restrição dos capitais que causam uma situação de vulnerabilidade, pois segundo Ellis (2000) quando menos harmônica for a dilatação dos conjunto de capitais, piores serão suas condições de vida.

Além disso, ressalta-se que as condições financeiras e física encontraram-se mais desequilibradas das demais, apontando para uma situação de vulnerabilidade desses capitais; e que o capital humano, social e natural possuíram as melhores médias e distribuição mais harmônica, não restringindo os meios de vida das UPF da análise. De tal modo, compreende-se que existe a privação das liberdades nos meios de vida físico e financeiro, mas que os ativos sociais, naturais e humanos seriam aqueles potencializadores da expansão dos meios de vida.

Contudo, para melhor entendimento de como os capitais estão compostos e quais são os intitulamentos que influenciam em cada capital e de que forma eles influenciam, é que no

próximo capítulo serão detalhados os intitulamentos que compõem cada capital em cada um dos grupos conforme a classificação da mediana da renda total.

## **7 RELAÇÃO DOS INTITULAMENTOS, RENDA E MEIOS DE VIDA**

Baseado no capítulo 6, que verificou que os meios de vida tem influência na renda das UPF, e nos escritos de Chambers (2006) que afirmam que as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos capitais, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias de enfrentamento e adaptação às diversas situações de vida, é que esse capítulo tem como foco atingir o quarto objetivo específico dessa tese, que é o de compreender, através da análise de trajetória, como os intitamentos influenciam nas estratégias de formação de renda das unidades familiares nos anos agrícola 2012-2013 e 2016-2017, buscando identificar o grau de fragilidade e/ou evolução do ativo.

Para isso, parte-se de uma análise comparativa entre os intitamentos que compõem os quatro grupos estabelecidos no capítulo anterior, verificando quais os intitamentos ampliam e quais restringem as rendas – entendida como parte importante da reprodução social das UPF. Ou seja, foi analisado quais foram as mudanças que ocorreram em cada intitamento que compõem cada capital em cada um dos grupos previamente formados no capítulo 6, visando a compreensão das causas dessa distribuição não igualitária das rendas oriundas do processo de modernização no meio rural.

A organização das seções desse capítulo contempla a identificação dos ativos/intitamentos que compõem os cinco capitais e as atividades realizadas nas UPF, organizado nas seguintes seções: capital natural, capital humano, capital social, capital físico, capital financeiro.

### **7.1 INTITULAMENTOS DO CAPITAL NATURAL**

A questão ambiental para Amartya Sen e pela perspectiva dos meios de vida, busca compreender o capital natural como um recurso que permite criar um ambiente sustentável e gerar meios de sobrevivência, essencialmente em momentos de riscos e crises ambientais. Contudo, os debates mais gerais sobre meio ambiente e agricultura mostram uma relação de exploração dos recursos naturais e apropriação dos “pacotes tecnológicos” de produtividade, o que vem interferindo e/ou alterando o quadro ambiental rural.

A ligação dos agricultores com o ambiental é indispensável ao desenvolvimento rural, pois o ativo terra, essencial à sobrevivência humana e produtiva na agricultura, depende da preservação dos arroios, nascentes, rios, matas nativas, solos, entre outros. Assim, conforme

explicitado na capítulo 4, para esse estudo, o capital natural abordado foi referente à conservação de bens naturais, divididos entre: conservação da água, do solo e da mata.

Para iniciar a análise dos intitamentos verifica-se os valores do capital natural, através da Tabela 11, de cada um dos grupos formados através da mediana da renda total para os anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, em que 0 representa acesso zero e 10 acesso máximo aos recursos do capital natural. Observa-se que todos os grupos aumentaram o valor do seu capital natural com o passar dos anos, exceto o grupo 2, que houve uma pequena redução de 0,20. Os dados ainda mostram que o maior aumento em relação ao capital natural foi no grupo 1, revelando que apesar das UPF estarem no estrato de renda abaixo da mediana da renda total em ambos os anos de análise, elas conseguiram aumentar o seu capital natural com o passar dos anos.

Tabela 11- Valores do Capital Natural dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<i><b>CAPITAL NATURAL</b></i>	<i><b>Grupo 1</b></i>	<i><b>Grupo 2</b></i>	<i><b>Grupo 3</b></i>	<i><b>Grupo 4</b></i>
<i><b>Ano agrícola 2012-2013</b></i>	5,62	7,87	7,64	7,64
<i><b>Ano agrícola 2016-2017</b></i>	7,70	7,67	8,64	8,31

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

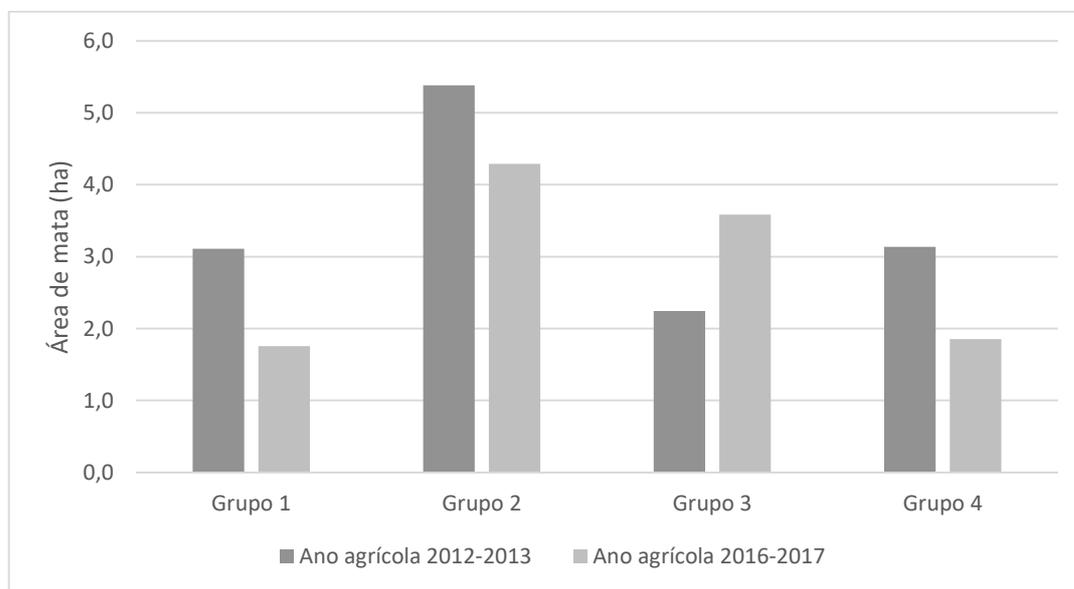
Nessa perspectiva compreende-se que de maneira geral as UPF aumentaram ou mantiveram o seu capital natural com o passar dos anos independente do estrato de renda que se encontravam, ou seja, o capital natural contém um conjuntos de intitamentos expansores dos meios de vida das UPF, que serão melhor descritos abaixo, mas nem todos foram revertido em melhores rendas.

Em relação a conservação da água foram analisados dois intitamentos: origem da água na UPF e destino dos dejetos humanos. Do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, não houve alteração na origem da água, que era e continuou sendo acessada através de poço artesiano individual ou da própria comunidade para todas as famílias entrevistadas da comunidade Barra do Santana, não interferindo nos valores do capital natural de nenhum dos grupos. O destino dos dejetos humanos das UPF dos grupos 1, 3 e 4, tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, era em fossa simples; já no grupo 2, duas das dez UPF desse grupo, que o destino era direto no solo no primeiro ano de análise passaram no ano segundo ano de análise a ter fossa simples como destino final dos dejetos humanos.

Portanto, compreender-se que os intitamentos referentes a conservação da água na UPF não influenciaram na mudança da renda, pois todas as UPF de todos os estratos de renda já tinham e continuaram tendo acesso a esses intitamentos. Entretanto, eles contribuíram para o aumento desse capital e conseqüentemente dos meios de vida de todos os grupos analisados.

Em relação a conservação das matas, verifica-se que através do Gráfico 30, que houve a diminuição da área média de mata dos grupos 1, 2 e 4, e o aumento da área média da mata do grupo 3 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Nota-se, que esse intitamento é um potencializador dos meios de vida e tem relação com a renda porque ter aumentado a área de mata com o passar dos anos, como ocorreu no grupo 3, acarretou no aumento do capital natural e do IMV, que reflete (como já visto no capítulo 6) no aumento da média da renda total das UPF desse grupo que passou do estrato abaixo para acima da mediana da renda total. Ao mesmo tempo nota-se que houve a diminuição da área de mata nos demais grupos com o passar dos anos de análise, mostrando que esse ativo apesar de expensor dos meios de vida é frágil, pois diminuí-lo limita as UPF a expandirem suas rendas.

Gráfico 30- Média da área de mata das UPF dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Assim, conclui-se que esse intitamento atua como um expensor dos meios de vida, pois o aumento da área de mata acarretou no aumento do capital natural e da renda, mas ressalta-se que ele é um ativo frágil, porque nos grupos que houveram diminuições desse intitamento

com o passar dos anos de análise, esse intitlamento não atuou como expensor dos meios de vida das UPF e não contribuiu com o aumento do capital natural e da renda das UPF.

Além da área de mata, para a área de reflorestamento, que também é um intitlamento que compõe o capital natural, ocorreu a mesma tendência que para área de mata com o passar dos anos de análise, isto é, houve o aumento da área de reflorestamento no grupo 3 e diminuição nos demais grupos.

Destarte, compreende-se que os intitlamentos de conservação da mata podem ter atuado como potencializadores das condições de vida, pois o aumento da área de mata e de reflorestamento contribuiu para o aumento do capital natural, do IMV, e refletiu no aumento da renda com o passar dos anos. Entretanto, afirma-se que eles são intitlamentos frágeis, pois em três dos quatro grupos analisados houveram diminuições na área de mata e reflorestamento, e isso fez com que esses intitlamentos tivessem uma menor contribuição para o aumento do capital natural e para condições de vida das UPF no ano agrícola 2016-2017 do que no ano agrícola 2012-2013.

Por fim, os dados da Tabela 12 mostram que os intitlamentos que mais influenciaram nos meios de vida e na renda das UPF em relação ao capital natural foram as práticas de conservação do solo, que consistiam em: rotação de culturas, consórcio de culturas, adubação orgânica, controle alternativo de pragas e doenças, adubação verde e plantio direto.

De maneira geral, observa-se que no grupo 1 ocorreu um aumento da conservação do solo no passar dos anos de análise, pois aumentou o número e a porcentagem de UPF desse grupo que realizaram práticas de rotação de culturas, consórcio de culturas, adubação orgânica, adubação verde e plantio direto, diminuindo apenas as práticas em relação ao controle alternativo de pragas, o que acarretou no aumento do valor da capital natural de 5,62 para 7,70, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Nota-se ainda, que o maior porcentagem de aumento de um ano para outro foi em relação a adubação verde e ao plantio direto, aumentando 67% e 45%, respectivamente, pois as UPF desse grupo aumentaram a produção da atividade leiteira e produção de grãos, que são práticas agrícolas ligadas a esses intitlamentos que compõe a maior parte da sua renda agrícola.

Assim, apesar das UPF do grupo 1 não mudarem de estrato de renda com o passar dos anos, houve o aumento da porcentagem de intitlamentos sobre a conservação do solo, isto é, os intitlamentos relativos as práticas de conservação do solo evoluíram com o passar dos anos de análise, contribuindo assim, para que as UPF tivessem um maior capital natural e um maior índice de meios de vida, bem como uma maior renda total do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, pois apesar das UPF não saírem no estrato de renda abaixo da mediana

da renda total com o passar dos anos houve o aumento da porcentagem de renda agrícola compondo sua renda total.

Tabela 12- Numero de UPF que realizam práticas de conservação do solo dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.

<b>CONSEV. DO SOLO</b>	<b>GRUPO 1</b>		<b>GRUPO 2</b>		<b>GRUPO 3</b>		<b>GRUPO 4</b>	
	Nº UPF	%	Nº UPF	%	Nº UPF	%	Nº UPF	%
<b><i>Rotação de culturas</i></b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	<b>4</b>	44%	<b>7</b>	70%	<b>2</b>	67%	<b>2</b>	67%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	<b>7</b>	78%	<b>8</b>	80%	<b>2</b>	67%	<b>3</b>	100%
<b><i>Consórcio de culturas</i></b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	1	11%	2	20%	1	33%	0	0%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	2	22%	1	10%	2	67%	0	0%
<b><i>Adubação orgânica</i></b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	4	44%	8	80%	3	100%	1	33%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	6	67%	6	60%	3	100%	2	67%
<b><i>Controle alternativo de pragas e doenças</i></b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	3	33%	2	20%	1	33%	0	0%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	2	22%	1	10%	0	0%	1	33%
<b><i>Adubação verde</i></b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	1	11%	8	80%	1	33%	3	100%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	7	78%	6	60%	2	67%	3	100%
<b><i>Plantio direto</i></b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	4	44%	6	60%	2	67%	3	100%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	8	89%	10	100%	3	100%	3	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

No grupo 2 ocorreu uma diminuição da conservação do solo no passar dos anos de análise, pois houve somente o aumento do número que UPF que realizam essas práticas em relação a rotação de culturas e o plantio direto, sendo que todas demais práticas que compõem a conservação do solo foram reduzidas nesse grupo, contribuindo assim, para pequena diminuição do valor da capital natural de 7,87 para 7,67, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, respectivamente. Dessa forma, afirma-se que as UPF que se mantiveram com renda acima da mediana da renda total em ambos os anos de análise, possuíram uma

pequena diminuição dos intitamentos em relação a práticas de conservação do solo, fazendo com que não tivesse a ampliação dos intitamentos e dos meios de vida das UPF, refletindo assim, no IMV de 81,43 em ambos os anos de análise.

No grupo 3, que houve um aumento no capital natural, do IMV e da renda total do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, pode ser observado o aumento no número e na porcentagem de UPF praticando consórcio de culturas, controle alternativo de pragas e doenças, adubação verde e o plantio direto, bem como, a manutenção do número de UPF que já realizavam as práticas de rotação de culturas e adubação orgânica, isto é, aumento proporcional dos intitamentos que compõem o capital natural. Esses dados mostram que o aumento dos intitamentos desse grupo acarretou no aumento do capital natural de 7,64 para 8,64, que também é refletido no IMV que passou de 46,72 para 88,57 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Melhor dizendo, os intitamentos ligados ao conservação do solo expandiram o capital natural e os meios de vida desse grupo, que é refletido no aumento da renda total dessas UPF, pois as mesmas passaram do grupo que tinha a renda abaixo da mediana da renda total em 2012-2013 para o grupo acima da mediana da renda total em 2016-2017.

No grupo 4, apesar do IMV diminuir com o passar dos anos, o capital natural aumentou de 7,64 para 8,31 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, e isso ocorreu porque houve o aumento das UPF desse grupo praticando rotação de culturas, adubação orgânica, e controle alternativo de pragas e doenças e a manutenção das UPF que praticam adubação verde e plantio direto. Destarte, confirma-se, que o aumento nos intitamentos aumentou também o capital natural no grupo 4, mas que esse aumento não é refletido no IMV e nem na renda das UPF com o passar dos anos de análise, pois houve a diminuição dos demais capitais e intitamentos, que compõem o IMV, das UPF desse grupo.

Ressalta-se que muitas das práticas realizadas para conservação do solo ocasionam diminuição dos custos de produção das práticas agrícolas, ou seja, além dos intitamentos ligados a conservação do solo aumentarem os IMV das UPF dos grupos, eles atuam na melhoria da renda da UPF através da diminuição dos custos de produção, principalmente nas UPF ligadas a produção leiteira, pois o intitamento que mais atuou como expensor dos meios de vida foi a adubação verde.

Analisando cada um dos intitamentos da Tabela 12, os dados mostram que cada intitamento teve um comportamento diferente com o passar dos anos dentro de cada grupo formado em relação a renda, mas que de maneira geral o intitamento conservação do solo

atuou como um expansores dos meios de vida e conseqüentemente da renda, pois melhores meios de vida dos grupos acarretarem em melhores rendas.

Iniciando com a prática de rotação de culturas, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, houve um aumento percentual de UPF que passaram a realizar essa prática, exceto as UPF que compõem o grupo 3, em que o número foi mantido. Portanto, comprova-se que houve a evolução desse intitlamento com o passar dos anos de análise, e o mesmo contribuiu para expansão e/ou manutenção do capital natural e do IMV dos grupos. Ressalta-se que a evolução desse intitlamento reflete na renda das UPF, pois a rotação de culturas, que consiste em alternar diferentes espécies vegetais em uma mesma área agrícola por pelo menos um ano, além de auxiliar na preservação o solo, favorece o incremento da produtividade das culturas pelo controle de doenças e plantas daninhas, que refletem em ganhos em termos monetários.

Vale lembrar, que no cenário atual, de mudanças climáticas globais e necessidade de preservação do meio ambiente, os sistemas de rotação de culturas tornam-se ainda mais importantes protegendo os solo contra adversidades climáticas. Além disso, modernizam a agricultura aumentando o rendimento e a estabilidade das culturas ajudando a produzir alimentos e outros produtos agrícolas em quantidades elevadas, sem alterações ou impactos ambientais significativos.

Em relação a prática do consórcio de culturas, observa-se de maneira geral, que não é uma atividades em que as UPF procuraram realizar com o passar dos anos de análise, pois das 25 UPF analisadas, apenas quatro UPF no ano agrícola 2012-2013 e apenas cinco UPF no ano agrícola 2016-2017 faziam a prática dessa atividade. Ainda, é válido ressaltar através das anotações do caderno de campo, que o consórcio de culturas que as UPF realizavam era em relação as culturas destinadas ao autoconsumo da UPF, que geralmente são hortifrutigranjeiros.

Deste modo, conclui-se que esse intitlamento é um expansor do capital natural, dos meios de vida e da renda, porque com o consórcio de culturas há a maximização de espaço mediante o cultivo simultâneo, num mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes características quanto à sua arquitetura vegetal, hábitos de crescimento e fisiologia, acarretando numa maior produtividade e maior renda. Entretanto esse intitlamento se encontra fragilizado com o passar dos anos de análise, pois ele foi pouco utilizado pelas UPF da comunidade Barra do Santana.

Ainda na Tabela 12, nota-se que os grupos 1 e 4 aumentaram a prática da adubação orgânica do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017; no grupo 3, que são as UPF que mudaram do estrato de renda abaixo da mediana da renda total para acima da mediana da

renda total, as três UPF que formam esse grupo realizaram adubação orgânica em 2012-2013 e em 2016-2017; e no grupo 2, foi o único grupo em que esse intitulumentos diminuiu, ou seja, houve uma redução da prática da adubação orgânica nas UPF com o passar dos anos. Dessa forma, entende-se que houve uma evolução do intitulumento, pois o mesmo aumentou e/ou se manteve em três dos quatro grupos com o passar dos anos de análise, contribuindo para o aumento o capital natural.

O controle alternativo de pragas e doenças foi um intitulumento que diminuiu em todos os grupos, ou seja, é um intitulumento que apresentou fragilidade com o passar dos anos de análise, não contribuindo para aumentar o capital natural de nenhum dos grupos do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Ressalta-se que essa prática fosse realizada de maneira significativa nas UPF, ela poderia ajuda na redução dos custos de produção derivado da diminuição do uso de agrotóxicos, atuando assim, na melhoria da renda.

Em relação as práticas da adubação verde e do plantio direto, houve o aumento no número de UPF que realizaram essas práticas do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, exceto no grupo 4 em que o número de UPF que já exerciam e continuam exercendo essas atividades com o passar dos anos de análise. Salienta-se que por meio da adubação verde e o plantio direto é possível preservar os nutrientes e a umidade do solo, proteger o solo das chuvas de alta densidade, promover contínuo aporte de fitomassa, melhorar a eficiência de adubos, entre outros benefícios que ajudam a melhorar a produtividade do solo com baixo custo, que reflete no aumento da produtividade e diminuição do consumo intermediário e acarreta na maior renda agrícola. Assim, afirma-se que esses intitulumentos apresentaram-se em evolução com o passar dos anos de análise e atuaram como expansores dos meios de vida, pois o aumento dos mesmos acarretou em melhor capital natural e renda com o passar dos anos.

## 7.2 INTITULAMENTOS DO CAPITAL HUMANO

Os intitulumentos humanos, de acordo com Sen (2010) são essenciais na compreensão das possibilidades de realizar mudanças nas condições de vida das pessoas, são elementos mínimos na vida dos indivíduos para que estes consigam superar determinados contextos de riscos e incertezas. Nesse trabalho os intitulumentos que compões o capital humano estão relacionados às atribuições individuais como o nível de escolaridade, informação, comunicação, trabalho familiar disponível, acesso a transportes, bens de consumo e infraestrutura mínima necessária ligada a moradia.

Para iniciar a análise verifica-se os valores do capital humano, através da Tabela 13, de cada um dos grupos formados através da mediana da renda total para os anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. Observa-se que os grupos 1 e 2 praticamente mantiveram os valores do capital humano, com um pequeno decréscimo de 0,06 no grupo 1 e um acréscimo de 0,21 no grupo 2; e os grupos 3 e 4 aumentaram os valores do capital humano das UPF que compõem cada um dos grupos com o passar dos anos de análise.

Tabela 13- Valores do capital humano dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<b><i>CAPITAL HUMANO</i></b>	<b><i>Grupo 1</i></b>	<b><i>Grupo 2</i></b>	<b><i>Grupo 3</i></b>	<b><i>Grupo 4</i></b>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	5,86	8,40	7,20	7,45
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	5,80	8,61	8,48	8,00

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Portanto, observa-se que as UPF do grupo 1 que tem renda abaixo da mediana da renda total no ano agrícola 2012-2013 e 2016-2017, possuem os menores valores de capital social se comparados com os demais, o que acarreta na não contribuição da expansão dos meios de vida e consequentemente da renda das UPF. No grupo 2, que são as UPF que mantiveram a renda acima da mediana da renda total em ambos os anos de análise, pouco se alterou em termos valores do capital humano, mas ressalta-se que os maiores valores de capital humano estão nesse grupo, contribuindo potencialmente para que os meios de vida e os estratos de renda acima da mediana sejam mantidos com o passar dos anos de análise. No grupo 3, que foram as UPF que passaram a ter maior renda no ano agrícola 2016-2017 do que no ano 2012-2013, o capital humano aumentou de 7,20 para 8,48, passando a proporcionar melhores meios de vida e melhores rendas para as UPF desse grupo. E no grupo 4, apesar da diminuição da renda com o passar dos anos de análise, houve um pequeno aumento no capital humano.

Além disso é possível verificar, comparativamente, que os maiores valores do capital humano estão nas UPF que possuem maiores rendas, como no caso nos grupos 2 em ambos os anos e no grupo 3 no ano de 2016-2017. O contrário também é válido, sendo que os menores valores do capital humano ficaram com as UPF que possuíam menores valores de renda. Assim, infere-se que os intitamentos que compõem o capital humano são ampliadores dos meios de vida e de renda das UPF da comunidade Barra do Santana, e que reduzi-los com o passar dos anos de análise, reflete na não expansão da renda das UPF. Ou seja, comparativamente entre

os grupos, o capital humano é expensor dos meios de vida e da renda das UPF, pois ter maior capital humano pode acarretar em maior condição de vida e em maior renda.

Em relação aos intitamentos que compõem o capital humano, a Tabela 14 mostra a média do grau de escolaridade das UPF entrevistadas em cada grupo de renda nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. Constatou-se que houve uma pequena diminuição da escolaridade nos grupos 1 e 2 e um aumento na escolaridade dos grupos 3 e 4, ou seja, a diminuição ocorreu nos grupos que se mantiveram no mesmo estrato de renda e o aumentou nos grupos em que as UPF mudaram de estrato de renda. Dessa forma, compreende-se que a diminuição da escolaridade com o passar dos anos de análise fez com que as UPF se mantivessem no mesmo grupo de renda e a evolução da escolaridade contribuiu para que as UPF mudassem sua renda total com o passar dos anos, contudo, essa mudança não foi positiva para o grupo 4, porque houve a diminuição da renda com o passar dos anos de análise.

Tabela 14- Média de escolaridade das UPF dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<i>ESCOLARIDADE</i>	<i>Grupo 1</i>	<i>Grupo 2</i>	<i>Grupo 3</i>	<i>Grupo 4</i>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	3,94	8,06	5,00	6,39
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	3,17	7,98	7,25	7,22

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Fazendo a comparação das escolaridades entre os grupos, observa-se que o grupo 1 nos dois anos agrícolas analisados e o grupo 3 no ano agrícola 2012-2013 apresentavam a escolaridade abaixo da 6ª série (que é a média de escolaridade de todas as UPF da comunidade conforme já discutido no capítulo 4); e o grupos 2 e 4 em ambos anos analisados e o grupo 3 no ano agrícola 2016-2017, apresentavam a escolaridade acima da média da comunidade, ressaltando que a maior escolaridade encontra-se no grupo 2 que é composto pelas UPF possuem a maior média de escolaridade de todos os grupos.

Destarte, esses dados vem a contribuir empiricamente com Sen (2010) quando salienta que a desigualdade nos graus de escolaridade entre os indivíduos pode vir a causar alguma dificuldade em exercer suas liberdades e criar melhores condições de vida, pois conforme visto nessas UPF, a escolaridade foi maior que a média da comunidade nos estratos em que a renda das UPF foi acima da mediana da renda total e escolaridade foi abaixo da média da comunidade nos estratos em que a renda total da UPF foi abaixo da mediana da renda total. Ou seja, a

escolaridade apresentou evolução e é um intitlamento potencializador dos meios de vida e da renda, mas possui fragilidades. Dessa forma, conforme Ellis (2000) alguns pontos seriam necessários ser atendidos cabendo aos órgãos públicos esta tarefa, com destaque para a necessidade de promover o desenvolvimento humano, oportunizando fornecimento e qualidade da educação rural.

Tabela 15- Numero de UPF que acesso a informação dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

INFORMAÇÃO	GRUPO 1		GRUPO 2		GRUPO 3		GRUPO 4	
	Nº UPF	%						
<b>Escuta programa de rádio e TV sobre técnicas agrícolas</b>								
Ano agrícola 2012-2013	4	44%	8	80%	2	67%	3	100%
Ano agrícola 2016-2017	7	78%	7	70%	2	67%	2	67%
<b>Participa de demonstração de novos produtos e/ou dia de campo</b>								
Ano agrícola 2012-2013	3	33%	7	70%	1	33%	2	67%
Ano agrícola 2016-2017	2	22%	6	60%	2	67%	1	33%
<b>Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias</b>								
Ano agrícola 2012-2013	4	44%	7	70%	1	33%	2	67%
Ano agrícola 2016-2017	2	22%	8	80%	2	67%	1	33%
<b>Assiste palestra ou apresentação sobre temas agropecuários</b>								
Ano agrícola 2012-2013	3	33%	7	70%	1	33%	2	67%
Ano agrícola 2016-2017	1	11%	6	60%	1	33%	1	33%
<b>Lê livro técnico sobre agricultura e atividades rurais</b>								
Ano agrícola 2012-2013	0	0%	5	50%	1	33%	0	0%
Ano agrícola 2016-2017	1	11%	3	30%	0	0%	2	67%
<b>Tem acesso a internet</b>								
Ano agrícola 2012-2013	2	22%	5	50%	1	33%	1	33%
Ano agrícola 2016-2017	1	11%	9	90%	2	67%	3	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

No meio rural, além da escolaridade, o acesso a informação deixou de ser privilégio e tornou-se fator de desenvolvimento da agricultura, pois os agricultores precisam estar atentos

as novidades relacionadas a produção e comercialização, pois as mesmas renovam-se a cada dia.

Assim, foi perguntado na entrevista se algum membro da família fazia prática de alguma atividade que lhes permita acesso a informação. Nesse sentido, a Tabela 15 mostra uma fragilidade desses intitamentos ligados a informação, pois que via de regra, o número de participação em demonstração de novos produtos e/ou dia de campo, participação e/ou visita em feiras exposições agropecuárias e assistir palestra ou apresentação sobre temas agropecuários diminuiu do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Entretanto, a prática de escutar programa de rádio e TV sobre técnicas agrícolas houve o aumento com o passar dos anos de análise, pois os agricultores julgam ser mais cotidiana e prática essa atividade.

Observa-se que no grupo 1 ocorreu um aumento no número de UPF que escutavam programa de rádio e TV sobre técnicas agrícolas e leem livro técnico sobre agricultura e atividades rurais, mas houve uma diminuição na maioria dos intitamentos de acesso a informação no passar dos anos de análise, pois diminuiu a porcentagem de UPF desse grupo que realizaram participação em demonstração de novos produtos e/ou dia de campo, participação e/ou visita em feiras exposições agropecuárias, assistiram palestra ou apresentação sobre temas agropecuários e tinham acesso à internet, o que contribuiu para a diminuição do valor do capital humano de 5,86 para 5,80 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, respectivamente.

Assim, compreende-se que além das UPF do grupo 1 não mudarem de estrato de renda com o passar dos anos continuando no grupo com renda abaixo da mediana da renda total, houve a diminuição dos intitamentos de acesso a informação, isto é, a fragilidade desses intitamentos com o passar dos anos de análise contribuiu para que esse grupo ficasse limitado no aspecto informação, que poderia ter dado conhecimento para que as UPF aumentassem sua renda, mudassem de estrato de renda e que tivessem um menor capital humano, bem como uma maior renda total com o passar dos anos de análise.

No grupo 2 também ocorreu a diminuição de acesso a informação no passar dos anos de análise, pois houve somente o aumento do número que UPF que realizam essas práticas em relação a participação e/ou visita feiras e exposições agropecuárias e acesso à internet, sendo que todas demais práticas que compunham a informação foram reduzidas nesse grupo, acarretando assim, numa fragilidade desses intitamentos para realizar expansão do capital humano e dos meios de vida do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Dessa forma, observa-se que apesar do capital humano e da renda total desse grupo ser o maior em

relação aos demais, ele não foi maior porque teve uma pequena redução dos intitamentos em relação ao acesso a informação.

No grupo 3, cujo houve aumento no capital humano, do IMV e da renda total do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, foi observado o aumento das UPF que participaram de demonstração de novos produtos e/ou dia de campo, participaram e/ou visitaram feiras exposições agropecuárias, assistiram palestra ou apresentação sobre temas agropecuários, escutaram programa de rádio e TV sobre técnicas agrícolas e tiveram maior acesso à internet. Ou seja, as UPF desse grupo apenas diminuíram as quantidade de leituras de livro técnico sobre agricultura e atividades rurais com o passar dos anos.

Esses dados mostram que o aumento dos intitamentos de informação desse grupo contribuiu para o aumento do capital humano de 7,20 para 8,48, que também é refletido no IMV que passou de 46,72 para 88,57 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Destarte, afirma-se que os intitamentos ligados ao acesso a informação, apesar de fragilizados na comunidade, foram acessado e contribuíram para expansão dos meios de vida desse grupo, que é refletido no aumento da renda total dessas UPF, pois as mesmas passaram do grupo que tinha a renda abaixo da mediana da renda total no ano agrícola 2012-2013 para o grupo acima da mediana da renda total no ano agrícola 2016-2017.

No grupo 4, apesar do IMV diminuir com o passar dos anos, o capital humano teve um aumento de 7,45 para 8,00 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Contudo, esse aumento não aconteceu por causa do acesso às informações, e sim, pelos demais intitamentos que compõem o capital humano, pois nesse grupo houve a diminuição de todos os acesso a informação citados na Tabela 15 com o passar dos anos de análise, exceto leituras de livro técnico sobre agricultura e atividades rurais e acesso à internet. Ou seja, a fragilidade desse intitamento com o passar dos anos de análise não contribuiu para que esse grupo expandisse suas seu capital humano e sua renda.

Analisando cada um dos intitamentos da Tabela 15, os dados mostram que cada intitamento teve um comportamento diferente com o passar dos anos dentro de cada grupo formado em relação a renda, mas que de maneira geral, percebe-se a fragilidade do acesso a informação, apesar deles serem um potencializador de melhores meios de vida e de renda.

No que diz respeito aos bens de consumo<sup>17</sup>, do ano agrícola 2012-2013 para agrícola 2016-2017, todos os grupos aumentaram os bens de consumo, exceto o grupo 1 que manteve a

---

<sup>17</sup> Fazem parte dos bens de consumo desse estudo: Aparelho de som, Ferro elétrico, Fogão a gás, Fogão a lenha, Forno elétrico/microondas, Freezer, Geladeira, Liquidificador, Máquina de lavar roupa, Batedeira, Parabólica, Rádio, TV, e Video-cassete/DVD.

mesma média em ambos os anos, conforme pode ser visualizado na Tabela 16. Sendo assim, conclui-se que esse intitlamento evoluiu com o passar dos anos de análise e contribuiu para que as UPF pudessem ter melhores condições de vida.

A nível de intitlamento compondo o capital humano, nota-se através dos dados que todos os grupos, em ambos os anos, tinham mais do que 10 bens de consumo, inferindo assim, que eles acessam os bens de consumo independente do estrato de renda que a UPF se encaixa. Ou seja, esse intitlamento evoluiu com do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017 e contribuíram para o aumento desse capital e consequentemente dos meios de vida de todos os grupos.

Tabela 16- Numero de bens de consumo dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<b><i>BENS DE CONSUMO</i></b>	<b><i>Grupo 1</i></b>	<b><i>Grupo 2</i></b>	<b><i>Grupo 3</i></b>	<b><i>Grupo 4</i></b>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	15	18	14	16
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	15	20	16	17

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Em relação a locomoção própria dos entrevistados, tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, 100% das UPF dos grupos 2, 3 e 4 tinham carro ou carro e moto para sua locomoção. Já, o grupo 1, no primeiro ano de análise, 78% das UPF possuíam carro ou carro e moto, 11% das UPF possuía apenas moto e 11% das UPF não tinha nenhum tipo de locomoção própria; e no segundo ano de análise, 89% das UPF passaram a ter carro ou carro e moto e apenas 11% das UPF que já não tinha nenhum veículo de locomoção próprio em 2012 continuou não tendo em 2016-2017, por falta de documentação para dirigir veículos, pois os mesmos não tem escolaridade, limitando a expansão desse intitlamento por falta de outro.

Em relação ao celulares, verifica-se através dos dados que 100% das UPF dos grupos 1, 3 e 4 possuíam celular tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017. No grupo 2, 33% das UPF não tinham celular no ano agrícola 2012-2013, mas 100% das famílias desse grupo passaram a ter o celular em suas UPF no ano agrícola 2016-2017.

Portanto, compreender-se que todos os grupos já tinham acesso ao meios de locomoção próprios e celular no ano agrícola 2012-2013, exceto o grupo 1 que aumentou o seu acesso a locomoção própria e o grupo 2 aumentou o seu acesso ao celular do primeiro para o segundo ano de análise. Dessa forma, comprova-se que eles são intitlamentos que evoluíram com o

passar dos anos de análise em todos os grupos e contribuíram para que as UPF pudessem melhorar suas condições de vida, pois o acesso a locomoção própria e a comunicação dão as UPF uma maior autonomia.

Em relação a ter computador nas UPF, observa-se na Tabela 17, que nos grupo 2 e 4 o número de computadores se manteve com o passar dos anos pois nesse grupos a renda acima da mediana da renda total no ano de 2012-2013 deu condição das UPF tivessem computador no primeiro ano de análise. No grupo 1, o número de computadores aumentou com o passar dos anos, pois apesar das UPF estarem classificadas no grupo que tem renda abaixo da mediana da renda total em ambos anos de análise, a renda total das UPF aumentou do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, proporcionando as mínimas condições para que quatro UPF comprassem computador com o passar dos anos. No grupo 3, nota-se que no ano agrícola 2012-2013 das três UPF que compõem esse grupo, apenas uma tinha computador. Já no ano agrícola 2016-2017 mais uma UPF conseguiu adquirir computador, pois as UPF desse grupo aumentaram a renda total com o passar dos anos de análise. Dessa forma, conclui-se que o acesso a computador foi um intitlamento em evolução no passar dos anos de análise, ressaltando que o maior acesso aos computadores se deu nos estratos de renda acima da mediana da renda total.

Tabela 17- Numero de UPF que tinham computadores nos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<b>COMPUTADOR</b>	<b>Grupo 1</b>	<b>Grupo 2</b>	<b>Grupo 3</b>	<b>Grupo 4</b>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	3	7	1	2
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	7	7	2	2

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Em relação a infraestrutura das casas das unidades de produção familiar entrevistadas, em todos os grupos, em ambos os anos elas tinham luz elétrica, da rede geral de energia; banheiro completo, com chuveiro, vaso sanitário e pia; e cobertura da casa de telha de barro ou amianto. Destarte, compreender-se que esses intitlamentos contribuíram para o aumento do capital humano, e conseqüentemente dos meios de vida de todos os grupos, em ambos os anos.

Ainda em relação a infraestrutura das casas da UPF, em 2012, no grupo 1, o piso do chão de 77% das UPF que compõem esse grupo era de concreto e 23% de madeira e as paredes externas de 44% casas eram de concreto e 56% de madeira. Mas em 2017 esses números se alteraram, pois nesse grupo foi onde aconteceu o maior número de reforma nas casas da UPF,

sendo que somente 11% das UPF continuou tendo piso de madeira e somente 11% UPF continuou com as paredes da casa de madeira.

No grupo 2, as UPF não modificaram a paredes externas de suas casas com o passar dos anos de análise, a alteração encontrada foi em relação ao piso, que em 2012, 20% das UPF que compõem esse grupo tinha chão de madeira e no ano de 2017 somente 10% continuaram tendo esse tipo de chão. Nos grupos 3 e 4, não houveram alterações relacionados ao chão e as paredes externas da casa.

Dessa forma, infere-se esses intitulos evoluíram do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, pois houve a melhoria na infraestrutura das casas que compõem os grupos que não mudaram de estrato de renda com o passar dos anos de análise, concluindo que mesmo continuando no mesmo estrato de renda e alterando pouco o capital humano com o passar dos anos, UPF desses grupos tiveram a melhoria desse intitulo, atribuindo as UPF melhores condições de moradia.

Conforme mostra a Tabela 18, o intitulo usado para compor o capital humano em relação a mão de obra disponível na UPF foi a mão de obra familiar (UTH familiar), pois entende-se que o meios de vida deve ser composto com dados da família que reside na UPF.

Tabela 18- Valores médios da mão de obra familiar nos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<b>MÃO DE OBRA FAMILIAR</b>	<b>Grupo 1</b>	<b>Grupo 2</b>	<b>Grupo 3</b>	<b>Grupo 4</b>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	1,20	2,20	2,58	2,09
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	0,91	2,94	3,99	1,80

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

A Tabela 18 mostra que nos grupos 1 e 4 a mão de obra familiar diminuiu e nos grupos 2 e 3 a mão de obra aumentou do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. No grupo 1, que tem a renda abaixo da mediana da renda total nos dois anos de análise, a mão de obra familiar foi a menor de todos os grupos, além de que, ela diminuiu com o passar dos anos pra menos de 1 UTHf/UPF. Ou seja, a diminuição desse intitulo fez com que esse grupo ficasse ainda mais vulnerável pois contribuiu para a diminuição do capital humano.

No grupo 4, que é o grupo que passou de renda acima para renda abaixo da mediana, também diminuiu a mão de obra familiar com o passar dos anos, ou seja, diminuiu a mão de obra familiar juntamente com a diminuição da renda. No grupo 2, que são as UPF que tiveram

a renda acima da mediana da renda total em ambos os grupos, nota-se que além delas já possuem uma mão de obra familiar grande se comparado com os demais grupos, elas ainda aumentaram com o passar dos anos de análise. Isto é, para que as UPF do grupo 2 continuassem no mesmo estrato de renda e mantivessem o seu IMV, a mão de obra familiar aumentou em média 0,74 UTHf com o passar dos anos. Por fim, o grupo 3, que mudou de estrato de baixa renda para alta renda, aumentou a mão de obra familiar em 1,41 UTH, ou seja, esse aumento da mão de obra familiar acarretou no aumento do IMV e da renda das UPF com o passar dos anos de análise.

Assim, conclui-se que a mão de obra familiar é um potencializador de melhores meios de vida e renda para as UPF pois nos grupos em que a mão de obra é maior (grupos 2 e 3) os meios de vida e a renda também são maiores e nos grupos onde teve a redução da mão de obra (grupo 1 e 4), a renda e os meios de vida se mantiveram ou diminuíram com o passar dos anos de análise. Ou seja, a disponibilidade de mão de obra explica os casos em que as famílias possuem incremento de renda ou que se mantêm em maior renda e a menor disponibilidade é o que explica a queda de renda ou a manutenção em patamares menores.

### 7.3 INTITULAMENTOS DO CAPITAL SOCIAL

Em relação a concepção conceitual, o aspecto social – oportunidades (SEN, 2010) e o capital social (ELLIS, 2000) – diz respeito às relações cotidianas que as famílias estabelecem tanto no seu núcleo quanto com o externo, ou seja, comunidade, instituições, etc. O capital social corresponde às relações de reciprocidade e confiança, sendo nesse estudo identificadas através das relações que os agricultores estabelecem com sindicatos, associações, cooperativas e vizinhos. Além disso, ele ajuda a entender como se formam redes sociais que podem facilitar o acesso dos indivíduos e dos grupos familiares a outros ativos, pois o capital social representa, ele próprio, o meio fundamental para atingir os fins e obter novos ativos.

Para iniciar a análise verifica-se os valores do capital social, através da Tabela 19, de cada um dos grupos formados através da mediana da renda total para os anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. Nesse sentido, os dados mostram que houve um acréscimo no valor do capital social do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, exceto no grupo 4, que foi o grupo que diminuiu sua renda com o passar dos anos de análise.

Tabela 19- Valores do capital social dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<i><b>CAPITAL SOCIAL</b></i>	<i><b>Grupo 1</b></i>	<i><b>Grupo 2</b></i>	<i><b>Grupo 3</b></i>	<i><b>Grupo 4</b></i>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	3,41	6,88	3,60	7,94
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	4,06	7,32	6,67	7,66

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Nota-se que a maior acréscimo com o passar dos anos está no grupo 3, que passou de capital social de 3,60 no ano de 2012-2013 para 6,67 no ano de 2016-2017, compreendendo assim, que o capital social contribuiu no acréscimo no IMV de 46,72 para 88,57, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, respectivamente. Além disso, pela Tabela 19, verifica-se que os menores valores do capital social estão no grupo 1 (que é o grupo que mantém a renda abaixo da mediana da renda total em ambos os anos de análise) e os maiores valores encontrados de capital social estão nos grupos 2 e 4, mas que os mesmos contém particularidades. No grupo 2 (que é o grupo onde as UPF se mantiveram com renda acima da mediana da renda total) além do capital social já ser alto em comparação com os demais grupos, ele ainda aumentou com o passar dos anos de análise; e no grupo 4 (que é o grupo em que as UPF passaram de acima para abaixo da mediana da renda) o capital social diminuiu do primeiro para o segundo ano de análise.

Assim, conclui-se que o capital social evoluiu com o passar dos anos de análise e está ligado com a renda das UPF, pois o capital social é menor nos estratos de baixa renda e é maior nos estratos de alta renda. Ressalta-se ainda que, em proporções diferentes, os grupos 1, 2 e 3 aumentaram o valor de suas rendas com o passar dos anos de análise (apesar do grupo 1 e 2 não mudar de estrato de renda), o que também ocorre com o capital social desses grupos.

Em relação aos intitulamentos do capital social, foi perguntado na entrevista se algum membro da família faz prática de alguma atividade que lhes permita conviver com os vizinhos e com a comunidade em geral. Nessa perspectiva, a Tabela 20 mostra para os anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, o número e a porcentagem de UPF, para níveis de comparação entre os grupos, da participação em associação comunitária de produtores e/ou agricultores, em cooperativas, em sindicato de trabalhadores rurais ou patronal, associação de mulheres/clube de mães, associação vinculada a igreja, e clube de futebol, bocha, que seja ligado ao lazer.

Tabela 20- Intitulementos do capital social dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<b>SOCIAL</b>	<b>GRUPO 1</b>		<b>GRUPO 2</b>		<b>GRUPO 3</b>		<b>GRUPO 4</b>	
	Nº UPF	%	Nº UPF	%	Nº UPF	%	Nº UPF	%
<b>Associação comunitária de produtores e/ou agricultores</b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	3	33%	6	60%	1	33%	2	67%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	2	22%	6	60%	2	67%	1	33%
<b>Cooperativas</b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	3	33%	1	10%	0	0%	3	100%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	4	44%	8	80%	2	67%	3	100%
<b>Sindicato de trabalhadores rurais ou Sindicato Patronal</b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	5	56%	4	40%	1	33%	2	67%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	5	56%	6	60%	0	0%	1	33%
<b>Associação de mulheres / clube de mães</b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	0	0%	2	20%	0	0%	0	0%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	0	0%	0	0%	0	0%	1	33%
<b>Associação vinculada a igreja</b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	4	44%	7	70%	1	33%	2	67%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	9	100%	9	90%	3	100%	3	100%
<b>Clube de futebol, bocha, etc. Ligado ao lazer.</b>								
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	2	22%	1	10%	1	33%	2	67%
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	1	11%	2	20%	2	67%	1	33%

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

No grupo 1, nota-se que houve o aumento na participação em cooperativas e associação vinculada a igreja, a diminuição da participação em associação comunitária de produtores e/ou agricultores e atividades ligada ao lazer, a manutenção da proporção de participação em sindicato de trabalhadores rurais ou sindicato patronal, e nenhuma participação com o passar dos anos em associação de mulheres / clube de mães. Nesse momento, conclui-se que mesmo que as UPF continuaram no estrato de renda abaixo da mediana da renda total, houve a evolução das participações das UPF em atividades com a comunidade, e por isso, o capital social

aumentou de 3,41 para 4,06, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Ou seja, os intitamentos do capital social atuaram como potencializadores dos meios de vida.

Ainda em relação a Tabela 20, no grupo 2 houve o aumento de quatro dos seis intitamentos ligados ao capital social (participação em cooperativas, sindicato de trabalhadores rurais ou patronal, associação vinculada a igreja, e clube de ligado ao lazer), a redução de apenas 20% em relação a associação de mulheres / clube de mães, e a manutenção da participação em 60% na associação comunitária de produtores e/ou agricultores. Desse modo, compreende-se o aumento no capital social desse grupo que tem as maiores rendas está relacionado com a grande participação proporcional que as UPF exercem nessas atividades comunitárias, que por sua vez, é refletida em melhores condições de renda.

No grupo 3, constata-se que houve aumento na participação de quatro dos seis intitamentos que compõe o capital social, que são: associação comunitária de produtores e/ou agricultores, em cooperativas, associação vinculada a igreja, e clube ligado ao lazer. Ainda, verifica-se que teve uma diminuição de 33% de participação em sindicato de trabalhadores rurais ou patronal e a manutenção de nenhuma UPF participar de associação de mulheres/clube de mães. Assim, esses dados refletem no aumento no capital social das UPF que no ano agrícola 2012-2013 tinham renda abaixo da mediana da renda total e no ano agrícola 2016-2017 passaram a ter renda acima da mediana da renda total, sendo que os mesmos contribuíram para que houvesse o aumento dos meios de vida e de renda desse grupo.

A partir da descrição dos grupos 2 e 3, pode-se perceber que os intitamentos ligados ao capital social evoluíram e foram ampliadores de condições de vida e renda, pois ambos os grupos possuem quatro intitamentos que proporcionalmente aumentaram, um que reduziu e um que se manteve em participação, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Contudo, a diferença entre os grupos está na proporção de aumento, pois o grupo 3 aumentou mais a participação em termos proporcionais que o grupo 2, o que foi refletido em um maior valor do capital social, maior IMV e maior renda para esse grupo.

No grupo 4, nota-se que houve o aumento na participação em associação de mulheres / clube de mães e associação vinculada a igreja, a manutenção da proporção de participação cooperativa e a diminuição de participação em associação comunitária de produtores e/ou agricultores, em sindicato de trabalhadores rurais ou sindicato patronal, e em clube ligado ao lazer. Assim, entende-se que apesar dos intitamentos evoluírem com o passar dos anos de análise, nesse grupo houve uma maior redução do que aumento na participação das atividades comunitárias com o passar dos anos de análise, resultando numa redução do capital social, do IMV e da renda. Ou seja, a redução da participação fez com que os intitamentos expansores

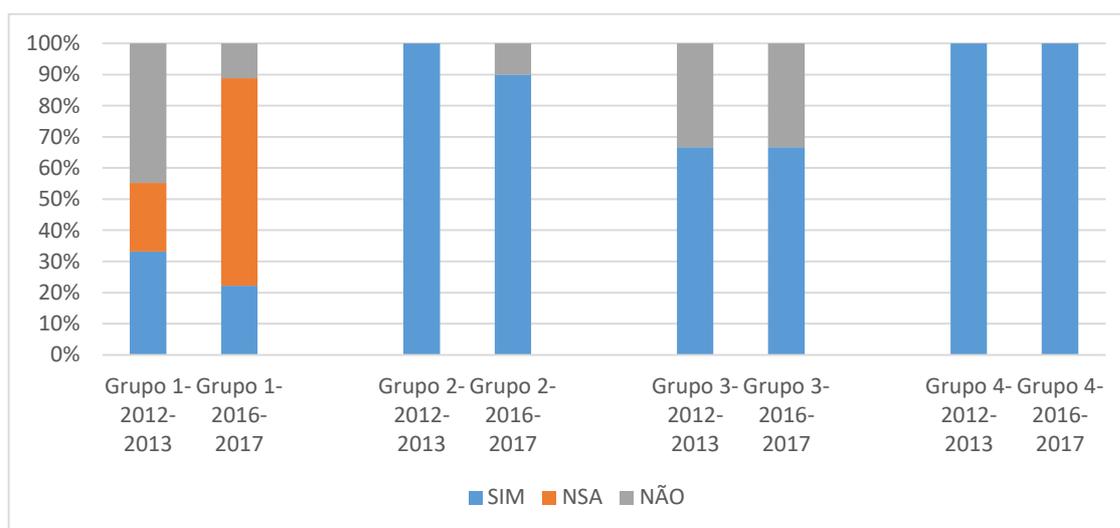
de meios de vida reduzissem, acarretando na diminuição do capital social e da renda desse grupo.

Conclui-se assim, que os intitamentos referentes a participação social evoluíram e são potencializadores de melhores meios de vida e renda para as UPF pois nos grupos em que houveram maiores evoluções dos intitamentos, o capital social, os meios de vida e a renda também foram maiores; e nos grupos onde teve a redução da participação das atividades comunitárias, a renda e os meios de vida diminuíram com o passar dos anos de análise. Dessa forma, essas conclusões vem de encontro com Niederle e Grisa (2008), quando afirmam que o capital social representa um meio de potencializar as capacidades dos atores locais para acessar ativos que necessitam e assim reagir às situações de vulnerabilidade.

Vale ressaltar que o significativo aumento na participação na igreja se deve ao fato do presidente da comunidade e o pároco, da igreja católica, terem mudado com o passar dos anos de análise, estimulando as famílias a retornarem a sua participação nas missas e o seu engajamento na comunidade.

Por fim, assistência técnica também foi um intitamento que fez parte do capital social. Conforme o Gráfico 31, essa atividade foi prestada para as UPF, tanto no ano agrícola de 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, por técnicos particulares (liberais), técnicos das cooperativas de produção, e técnicos da prefeitura municipal do Verê.

Gráfico 31 - Porcentagem de assistência técnica dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Conforme os dados acima, tanto ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017, nota-se que os grupos 2 e 4 em ambos os anos de análise são os que mais receberam assistência técnica, seguido do grupo 3 e do grupo 1, em ordem decrescente, respectivamente. Assim, de modo geral, conclui-se que os grupos com maior assistência técnica são os grupos que possuem maior renda e os grupos com menor assistência técnica são os grupos com menor renda.

Salienta-se que o grupo 1, que se mantém no estratos de renda abaixo da mediana da renda total possui uma menor porcentagem de assistência técnica que os demais grupos analisados e é o único grupo que existem UPF em que a assistência não se aplica, como é o caso das UPF em que os membros trabalham fora do estabelecimento ou que são aposentados e apenas moram no meios rural.

Além disso, percebe-se que de maneira geral a assistência técnica é mantida nos grupos 2, 3 e 4, entretanto, no grupo 1, além dela ser reduzida, aumenta-se o número de UPF em que a assistência técnica não se aplica, pois aumenta a porcentagem de aposentados nesse grupo.

Entretanto, é válido lembrar que a assistência técnica está diretamente ligada a produção agropecuária, o que faz com os grupos menos dependente da renda agrícola da UPF para compor a renda total, não aposte em assistência técnica, como é o caso do grupo 1. Nos demais grupos, como as UPF tem a maior parte da renda total vinda da renda agrícola, o investimento em assistência técnica é alta, mesmo tendo a diminuição da renda, como no caso do grupo 4 com o passar dos anos. Assim, esse intitlamento é considerado potencializador porque contribuíram para o aumento desse capital e conseqüentemente dos meios de vida dos grupos.

#### 7.4 INTITULAMENTOS DO CAPITAL FÍSICO

O capital físico é composto por ativos que são produzidos pelo processo de produção econômica ou outro meio de aquisição, sendo utilizado como instrumento para o funcionamento das atividades, podendo ser exemplificado pelos equipamentos agrícolas, ferramentas, insumos e infraestrutura disponível. Nesse conjunto de ativos está inserida a posse de máquinas e equipamentos, de benfeitorias, e da quantidade de terra disponível para a realização das atividades produtivas.

Para iniciar a análise verifica-se os valores do capital físico, através da Tabela 21, de cada um dos grupos formados através da mediana da renda total para os anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017, e contata-se que os valores do capital físico para todos os grupos é o menor

se comparado com os demais capitais, compreendendo assim, que ele é um capital que fragiliza a expansão dos meios de vida.

Verifica-se ainda, que comparativamente, os menores valores de capital físico estão nos grupos 1 e 2, que são os grupos que mantiveram sua renda nos anos analisados, e os maiores valores encontrados estão nos grupos 3 e 4, que são os grupos em que as UPF mudaram de estrato de renda. Assim, constata-se que as UPF do grupo 1 e 2 não terem mudado de estrato de renda e não terem expandido expressamente os seus meios de vida com o passar dos anos de análise está relacionado a maior fragilidade dos intitulos que compõem o capital físico, pois, comparativamente, além deles possuírem os menores valores do capital físico, a sua variação com o passar dos anos também é pequena.

Tabela 21- Valores do capital físico dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<b>CAPITAL FÍSICO</b>	<b>Grupo 1</b>	<b>Grupo 2</b>	<b>Grupo 3</b>	<b>Grupo 4</b>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	1,09	1,11	1,29	1,80
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	1,06	1,33	1,88	1,33

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Ao contrário também é verdadeiro, pois as UPF do grupo 3 e 4 possuíram, comparativamente, as maiores alterações (para mais ou para menos) em relação ao valor do capital físico com o passar dos anos. Ou seja, a alteração de 1,29 para 1,88, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, do grupo 3, contribuiu para expansão dos meios de vida e acarretou no aumento da renda desse grupo; e a diminuição de 1,80 para 1,33, do primeiro ano de análise para o segundo, do grupo 4, contribuiu para que não houvesse a expansão dos meios de vida e acarretou na diminuição da renda desse grupo.

Em relação aos intitulos que compõem o físico, a Tabela 22 mostra a média do capital disponível (máquinas equipamentos + benfeitorias) das UPF dividido pela sua superfície agrícola útil em cada grupo de renda nos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. Os dados mostram que houve uma diminuição dos valores nos grupos 1 e 4 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, sendo que no grupo 1 a redução foi de 60% e é atribuída pela diminuição que houve no capital em máquinas e equipamentos e no grupo 4 a redução foi de 17% e é atribuída pela diminuição que houve no capital disponível em benfeitorias.

É válido ressaltar que o capital disponível tanto em máquinas e equipamentos como em benfeitorias com o passar dos anos diminui seu valor, por conta da depreciação que os mesmos possuem, ou seja, mesmo que as UPF continuem com mesmo capital disponível do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017 (sem vender ou doar nenhuma máquina, equipamento ou benfeitoria) eles perdem valor monetário com o passar dos anos por conta da depreciação dos mesmos.

Tabela 22- Valores médios do capital imobilizado dividido pela superfície agrícola útil dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<i>CAPITAL IMOBILIZADO/SAU</i>	<i>Grupo 1</i>	<i>Grupo 2</i>	<i>Grupo 3</i>	<i>Grupo 4</i>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	R\$9.385,15	R\$9.993,50	R\$16.247,02	R\$28.197,74
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	R\$3.737,22	R\$13.546,93	R\$54.423,89	R\$23.486,82

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Ainda na Tabela 22, os dados revelam que houve um aumento dos valores nos grupos 2 e 3 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, sendo que no grupo 2 o aumento foi de 26% e é atribuído pelo aumento que houve no capital disponível em benfeitorias e na redução da superfície agrícola útil de 39,74 para 27,21 hectares e no grupo 3 o aumento foi de 70% e é atribuído pelo aumento do capital disponível em máquinas e equipamentos e benfeitorias, bem como pela redução da superfície agrícola útil de 12,14 para 10,79 hectares.

Portanto, conclui-se que o capital físico encontra-se mais desequilibrado dos demais capitais que compõem os meios de vida, apontando para uma situação de vulnerabilidade desse capital, pois comparativamente existe a privação das liberdades no meio de vida físico, ou seja, houve fragilidade em relação ao intitlamento que o compõem, pois apesar de terem aumentado nos grupos de renda acima da mediana e diminuído nos grupos de renda abaixo da mediana, percebe-se a vulnerabilidade do mesmo em relação ao passar dos anos, pois eles se comporta de maneira muito diferente em cada UPF pesquisada. Mas, constata-se que os mesmo são potencializadores dos meios de vida e da renda para as UPF.

De modo geral, aquilo que priva a liberdade de expansão em um determinado momento, pode-se tornar ferramenta em liberdade em outro, podendo essa estratégia apresentar-se como um mérito, mas também como limitação significativa em outros momentos (SEN, 2010).

## 7.5 INTITULAMENTOS DO CAPITAL FINANCEIRO

O capital financeiro é a liquidez (lucro) disponível que a família possui para consolidar suas estratégias, podendo vir de funções agrícolas ou não, de financiamentos, de políticas de transferência de renda, etc (ELLIS, 2000, p.31). Assim, para esse estudo, no que diz respeito ao capital financeiro, os intitulos que compõe esse capital são as diferentes rendas que resultam na renda total das unidades de produção familiar, os quais podem ser acessados a fim de adquirir bens tanto de produção como de consumo, dividido pela mão de obra disponível na UPF, cujo trabalham para conseguir compor a renda total das unidades de produção.

Para iniciar a análise verifica-se os valores do capital financeiro, através da Tabela 23, de cada um dos grupos formados através da mediana da renda total para os anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017. Destarte, constata-se que os valores do capital financeiro atingem no máximo o valor de 3,5, que é um valor muito baixo se comparado com os demais capitais que formam os meios de vida já descritos nos subitens acima.

Tabela 23- Valores do capital financeiro dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<b><i>CAPITAL FINANCEIRO</i></b>	<b><i>Grupo 1</i></b>	<b><i>Grupo 2</i></b>	<b><i>Grupo 3</i></b>	<b><i>Grupo 4</i></b>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	1,38	3,40	1,00	2,25
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	2,25	2,79	1,76	2,25

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

Observa-se ainda que, comparativamente, os grupos 1 e 3, possuem os menores valores de capital financeiro e o grupo 2 e 4 possuem os maiores valores de capital financeiros em ambos anos de análise, podendo verificar que os o capital financeiro é maior nos estratos de renda acima da mediana da renda total.

No agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, os grupos 1 e 3 aumentaram, o grupo 2 diminuiu e o grupo 4 manteve os valores do capital financeiro, que será melhor analisado a partir da Tabela 24, em que pode-se comparar os dados do intitulo renda total dividido pela mão de obra familiar dos quatro grupos formados pela mediana da renda total.

Observa-se na Tabela 24, que no grupo 1, apesar das UPF continuarem no estrato de renda abaixo da mediana da renda total em ambos os anos de análise, quando há a comparação do intitulo (divisão da renda total pela mão de obra) do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, verifica-se um acréscimo de 46% nesse intitulo, que é resultado

do aumento da renda não agrícola e das transferências sociais e da diminuição da mão de obra familiar de 1,20 UTHf para 0,91 UTHf com o passar dos anos de análise. Assim, afirma-se que apesar dessas UPF não mudarem de estrato de renda, os intitulos financeiros contribuíram para a expansão dos meios de vida de 33,72 para 48,11, que contribuiu para pequeno aumento da renda de R\$ 34.999,81 para R\$ 52.834,03, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017.

Tabela 24- Valores médios da renda total dividida pela mão de obra familiar dos quatro grupos formados conforme a mediana da renda, com dados dos anos agrícolas 2012-2013 e 2016-2017

<b>RENDA TOTAL/UTHf</b>	<b>Grupo 1</b>	<b>Grupo 2</b>	<b>Grupo 3</b>	<b>Grupo 4</b>
<i>Ano agrícola 2012-2013</i>	R\$32.821,11	R\$113.497,29	R\$15.332,99	R\$55.491,03
<i>Ano agrícola 2016-2017</i>	R\$60.525,61	R\$ 108.795,30	R\$64.606,74	R\$48.182,43

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa de campo (2013) (2017).

No grupo 2, apesar das UPF ficarem no estrato de renda acima da mediana da renda total em ambos os anos de análise, nota-se uma diminuição de 4% em relação ao intitulado, que é derivado da redução da renda agrícola e do aumento da mão de obra de 2,20 UTHf para 2,94 UTHf, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, constatando que mesmo que as UPF continuem no estrato de alta renda, ocorreu a diminuição do capital financeiro e a não contribuição da expansão os meios de vida desse grupo, que se manteve em 81,43.

O grupo 3, além das UPF passarem do estrato de renda abaixo para acima de mediana da renda total, o intitulado que compõem o capital financeiro aumentou 76%, pois houve o aumento de todas as rendas que compõem a renda total, apesar da mão de obra também aumentar de 2,58 para 3,99 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017. Dessa forma, compreende-se que esse intitulado contribuiu para a expansão dos meios de vida de 46,72 para 88,57, que acarretou no aumento da renda de R\$ 34.992,96 para R\$ 184.627,21 do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017.

No grupo 4, que estão as UPF que mudaram de estrato de renda de acima para abaixo da mediana da renda total, nota-se uma diminuição de 13% em relação ao intitulado, que é derivado da redução da renda agrícola e da renda não agrícola, apesar da diminuição da mão de obra de 2,09 UTHf para 1,80 UTHf, do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, constatando que esse intitulado contribuiu com a não expansão do capital financeiro e dos meios de vida desse grupo.

Assim, conclui-se que houve uma fragilidade em relação ao intitlamento, pois as condições financeiras são baixas e encontram-se mais desequilibradas das demais, podendo ser verificada pela diferença entre os grupos e entre os anos, apontando para uma situação de vulnerabilidade desse capital, pois comparativamente existe a privação das liberdades no meio de vida financeiro. Entretanto, esse intitlamento, quando acessado, contribui com a expansão dos meios de vida, acarretando numa maior renda para as UPF.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto de estudos rurais, por muito tempo, destacavam que para alcançar o progresso econômico e o bem estar material das populações rurais dos países subdesenvolvidos, seria seguir um conjunto de recomendações que haviam sido experimentadas pelas nações ditas desenvolvidas, como se houvesse uma espécie de roteiro geral e hegemônico a ser seguido pelos “subdesenvolvidos”. Mas, a partir de meados da década de 1980, essa percepção linear do desenvolvimento rural hegemônico passou a ser questionada, e desde então, inaugurou-se uma nova fase de estudos e referências que buscaram reorientar as ações e as concepções de desenvolvimento que tirou o foco das ações sobre variáveis como a disponibilidade de recursos ou sua capacidade de exploração e uso pelos beneficiários e passou a privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com os contextos em que vivem, ou seja, fortalecer os meios de vida, implicando em criar mecanismos de opções e estratégias de trabalho e renda.

De modo geral, o objetivo desta tese foi compreender como é a relação entre os meios de vida e a formação da renda de agricultores familiares, mais especificamente buscando analisar como os intitamentos/ativos influenciam nas estratégias de formação da renda nas unidades de produção familiar com o passar dos anos, baseado na afirmação de Ellis (2000) que “mais importante do que dar aos pobres comida seria dotá-los de recursos que estimulassem suas capacidades, fortalecendo os meios de que dispõem para realizar suas atividades”. Ou seja, procurou-se inferir como diferentes condições de intitamentos influenciam nos meios de vida das unidades de produção familiar e levam a variabilidade na formação da renda dos agricultores familiares com o passar dos anos.

Para isso, depois de uma revisão aprofundada que envolveu o resgate de diferentes perspectivas teóricas utilizadas nos estudos do desenvolvimento rural, as análises ocorreram a partir do enfoque das capacitações de Amartya Sen, a qual trata do desenvolvimento como melhorias das condições de vida das pessoas, focando nos indivíduos e em como estes conseguem criar estratégias a partir de seus intitamentos; foi operacionalizada pela abordagem dos meios de vida de Frank Ellis, abordada pelos cinco capitais (ambiental, físico, financeiro, humano e social) que representaram os meios de vida e os intitamentos/ativos que formam cada capital; e foi relativizada com a renda, que foi referida como um intitamento/ativo de reprodução social das unidades de produção familiar e não como um fim por si só na vida das famílias. Nessa perspectiva, o conceito de intitamentos para o pesquisador Amartya Sen e ativos para Frank Ellis, foram fundamentais, pois, consistem nos

meios para atingir os fins, e a disponibilidade de ambos permite aos indivíduos expandir ou restringir suas condições de vida e renda.

A medida em que compreende-se que os intitulos são componentes fundamentais que sustentam as estratégias de renda criadas pelos indivíduos e que eles constituem a base de poder dos agricultores familiares que permite a eles se reproduzirem e alterarem as estruturas institucionais sob as quais a reprodução ocorre, constatamos que diferentes intitulos proporcionam diferentes níveis de renda, que permitem condições de vida e de reprodução social diferentes para diferentes pessoas em diferentes lugares. Assim, observou-se a necessidade uma imersão na realidade de interesse do estudo, que foi realizada na comunidade Barra do Santana, no município de Verê, no Sudoeste do Paraná, nos anos agrícolas 2012-2013- e 2016-2017, na medida em que, os intitulos, meios de vida e renda foram identificados e analisados.

Nesse sentido, analisando separadamente os meios de vida da renda, constatou-se que para a Comunidade Barra do Santana, houve a expansão 26% dos meios de vida do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, mas que dentre todos os capitais que formaram os meios de vida, os capitais físico e financeiro foram mais vulneráveis que os capitais humano, social e natural, pois comparativamente os valores encontrados são menores em ambos os anos. Com isso, pode-se concluir que a sustentabilidade média dos meios de vida das unidades de produção familiar entrevistadas aumentou com o passar do tempo pois a média harmônica de cada um dos capitais também aumentou, apesar de terem sido encontradas fragilidades nos capitais físicos e financeiros.

Além disso, o que justifica melhores condições de vida, dentro de uma teoria multidimensional, é a distribuição harmônica entre todos dos capitais que compõem os meios de vida, o que não foi verificado para comunidade Barra do Santana em nenhum dos anos de análise, pois houve a distribuição harmônica somente entre o capital natural, humano e social. Assim, compreende-se que existiu privação das liberdades nos meios de vida físico e financeiro, mas que os ativos sociais, naturais e humanos seriam aqueles potencializadores de um processo de criação de melhores condições de vida.

A renda, referida como um intitulo/ativo que é essencial para a reprodução social das unidades de produção familiar, possuiu um aumento de 14% na média da renda total do ano agrícola de 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, que é derivada do aumento de todas as rendas que compõem a renda total, exceto da renda de outras fontes.

De maneira geral, a renda agrícola foi a principal responsável pela renda total das unidades de produção em ambos os anos de análise. Entretanto, salienta-se que as rendas de

transferências sociais, outras rendas do trabalho, rendas de outras fontes e rendas não agrícolas foram responsáveis por 28% e 36% da renda total nos anos agrícolas 2012-2013 e no ano agrícola 2016-2017, respectivamente, mostrando que o aumento dessas rendas é de grande importância para manutenção da reprodução social das famílias em suas unidades de produção e preocupação com sustentabilidade dos sistemas agropecuários. Dessa forma, as informações corroboram com Schneider (2003) e Helfand e Pereira (2012), quando afirmam que as rendas não-agrícolas são mecanismos que podem viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar no capitalismo. Além disso, observa-se que, houve o aumento da diversificação da renda total com o passar dos anos, bem como o aumento da renda total em valores absolutos. Esse resultado vem de encontro com os estudos de Villwock (2015) e Schneider (1999), cujo a diversificação da renda foi uma trajetória possível de aumento da renda.

Ainda assim, pela importância, em termos proporcional e absoluto, que a renda agrícola tem na composição da renda total, os dados mostraram que do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017, houve o aumento da rentabilidade agrícola em relação a mão de obra e a superfície agrícola útil, da eficiência técnica e da eficiência sócio produtiva, pois as unidades de produção diminuíram sua quantidade de superfície agrícola útil e intensificaram as atividades que lhes proporcionaram mais renda agrícola, como a produção de leite e os grãos. Contudo, apesar desses aumentos, ao compararmos o consumo intermediário nos anos de análise, percebe-se que as unidades de produção familiar não conseguiram maximizar o uso dos insumos de produção, precisando gastar mais dinheiro com isso. Assim, é inegável perceber que o processo de mercantilização atingiu os agricultores familiares, pois houve uma alta dependência do mercado para adquirirem insumos de produção, financiamentos, entre outros. Destarte, ressalta-se a agricultura familiar mercantilizada, não é uma agricultura familiar fragilizada, pois segundo Conterato (2004), a inserção mercantil e o seu fortalecimento pode ocorrer através do mercado de trabalho não-agrícola, do mercado de produtos agropecuários, através do sistema financeiro, através do acesso às políticas públicas, entre outras, como foi no caso da comunidade Barra do Santana, que aumentou a quantidade de renda não agrícola compondo a renda total e se tornando importante para a reprodução social das UPF.

Após a análise dos meios de vida e da renda, de maneira geral na comunidade Barra do Santana, foi realizada a classificação das UPF conforme a mediana da renda total para ambos os anos, e concluiu-se que a renda agrícola é a principal responsável pela renda total das UPF que compõem os grupos com renda acima da mediana da renda total e que a renda das transferências sociais é a principal responsável pela renda total das UPF que compõem os grupos com renda abaixo da mediana da renda total. Além disso, observa-se outras rendas do

trabalho, proporcionalmente estão presentes e compõem uma grande parte da renda total das UPF classificadas acima da mediana da renda total, o que não ocorre nas UPF classificadas com renda abaixo da mediana da renda total; e que as rendas de outras fontes estão mais presentes nos grupos classificados abaixo da mediana da renda total. Além disso, verificou-se que houve a diversificação da renda total em todos os grupos independente do ano agrícola, entretanto, o que chamou a atenção é que a maior diversificação de renda ficou com os grupos que eram classificados com renda acima da mediana da renda total.

Ou seja, com o passar dos anos foi encontrada uma maior diversificação da renda nos grupos com maiores rendas, isto é, a maior diversificação da renda acarretou diretamente o aumento da renda das UPF, mostrando que o pressuposto de que as UPF apesar de estarem em estrato de renda abaixo da mediana da renda total possuíam uma formação de renda mais diversificada, oriunda de alternativas de renda fora do meio rural, não é confirmada, pois a maior diversificação ficou a cargo das unidades de produção que estão nos estratos de renda acima da mediana da renda total.

Ao analisar mais a fundo a diferença da renda agrícola entre os grupos formados, pode-se compreender que os grupos que não mudaram de estrato de renda com o passar dos anos (continuaram com renda abaixo ou acima da mediana em ambos os anos de análise), tiveram pouca alteração na composição do produto bruto, ou seja, não ocorreu mudanças de estratos de renda porque as UPF desses grupos mantiveram as mesmas estratégias de reprodução social com o passar dos anos. Contudo, nos grupos em que as UPF que mudaram de estrato de renda com o passar dos anos, a maior renda agrícola estava relacionada diretamente com a diminuição do consumo intermediário e da depreciação, sendo que ao contrário também foi verdadeiro, ou seja, a menor renda agrícola estava relacionada diretamente com o aumento do consumo intermediário e depreciação.

Em relação a análise dos índices dos meios de vida e dos capitais, que visa compreender as potencialidade e restrições de cada um dos capitais em relação os meios de sobrevivência e renda, pode-se inferir que os meios de vida, e conseqüentemente cada intitlamento que compõem os capitais dos meios de vida, tem influência direta na renda das UPF, pois os grupos que tiveram as UPF com renda acima da mediana da renda total possuíam os maiores índices de meios de vida, tanto no ano agrícola 2012-2013 como no ano agrícola 2016-2017; e os grupos que tiveram as UPF com renda abaixo da mediana da renda total, possuíam metade do valor de IMV se comparado com as UPF com renda acima da mediana da renda total. Dessa forma, confirma-se o outro pressuposto desse estudo, em que diz que baixa renda das UPF no meio rural é oriunda de um menor acesso aos ativos/intitlamentos e conseqüentemente de um

menor IMV, que não lhe proporcione expansão das condições de vida; e que as UPF com maiores rendas, possuem maior acesso aos ativos/intitulos, e conseqüentemente um maior IMV, que lhe proporcione expansão das condições de vida.

Baseado na compreensão que os meios de vida tem influência direta na renda das UPF e nos escritos de Chambers (2006) que afirma que as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos capitais, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias de enfrentamento e adaptação às diversas situações de vida, é que Sen (2000, p. 109-110), que afirma que “a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos, pois o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional”, é que foi analisado cada um dos intitulos que compõem os capitais.

No capital natural, compreende-se que as UPF aumentaram ou mantiveram o seu capital natural com o passar dos anos independente do estrato de renda que se encontram, ou seja, o capital natural contém um conjunto de intitulos expansores das condições de vida das UPF, mas que muitas vezes não são revertidos em renda.

Em relação aos intitulos do capital natural, que são compostos pela conservação da água, mata e solo, compreender-se que os intitulos referentes a conservação da água na UPF não evoluíram ao ponto de influenciar na mudança da renda, pois todas as UPF de todos os estratos de renda já tinham e continuaram tendo acesso a esses intitulos. Entretanto, ele são considerados potencializadores de melhores condições de vida porque contribuíram para o aumento desse capital e conseqüentemente dos meios de vida de todos os grupos.

No que diz respeito aos intitulos de conservação da mata, infere-se que eles são potencializadores das condições de vida, pois o aumento da área de mata e de reflorestamento contribuiu para o aumento do capital natural, do IMV, e refletiu no aumento da renda com o passar dos anos. Entretanto, afirma-se que eles são intitulos frágeis, pois em três dos quatro grupos analisados houveram diminuições na área de mata e reflorestamento, e isso fez com que esses intitulos tivessem uma menor contribuição para o aumento do capital natural e para as condições de vida das UPF no ano agrícola 2016-2017 do que no ano agrícola 2012-2013.

Analisando cada um dos intitulos de conservação do solo, compreende-se que cada intitulo teve um comportamento diferente com o passar dos anos dentro de cada grupo formado em relação a renda, mas que de maneira geral o intitulo conservação do solo atuou como um expansor das condições de vida e conseqüentemente da renda, pois melhores condições de vida dos grupos acarretaram em melhores rendas. Ressalta-se as práticas da adubação verde e do plantio direto, foram os intitulos que houveram maiores aumentos

proporcionais, pois as UPF passaram a praticar mais essas atividades por conta do aumento da produção leiteira e produção de grãos que houve do ano agrícola 2012-2013 para o ano agrícola 2016-2017.

Em relação capital humano, o intitramento escolaridade apresentou evolução com o passar dos anos e é um intitramento potencializador dos meios de vida e da renda, pois a escolaridade foi maior que a média da comunidade nos estratos em que a renda das UPF foi acima da mediana da renda total e escolaridade foi abaixo da média da comunidade nos estratos em que a renda total da UPF foi abaixo da mediana da renda total. O mesmo aconteceu com o acesso a computador, que foi um intitramento em evolução no passar dos anos de análise, em que maior acesso aos computadores se deu nos estratos de renda acima da mediana da renda total.

No que diz respeito a informação e bens de consumo, percebe-se a fragilidade do acesso a informação pela diminuição do número de famílias que deixaram de acessá-las com o passar dos anos, apesar dela ser um potencializador das condições de vida e de renda; e evolução dos bens de consumo com o passar dos anos de análise, pois seu aumento contribuiu para que as UPF pudessem ter melhores condições de vida. Além disso, nos intitamentos acesso a celular, locomoção própria e infraestrutura das casas das UPF, constatou-se que eles são intitamentos que evoluíram com o passar dos anos de análise em todos os grupos e contribuíram para que as UPF atingissem melhores condições de vida, pois o acesso a locomoção própria e a comunicação deram as UPF uma maior autonomia e a melhoria da infraestrutura atribuíram as UPF melhores condições de moradia.

Por fim, o último intitramento que compôs o capital humano foi a mão de obra familiar, que foi um potencializador de melhores condições de vida e renda para as UPF pois nos grupos em que a mão de obra foi maior, os meios de vida e a renda também foram maiores e nos grupos onde teve a redução da mão de obra, a renda e os meios de vida se mantiveram ou diminuíram com o passar dos anos de análise.

Essa conjuntura citadas acima, para Sen (2010), reflete na expansão das capacidades humanas que ajudam direta ou indiretamente a enriquecer os meios de vida e tornar as privações mais raras e menos aflitivas, concluindo que os intitamentos que compõem esse capital são ampliadores das condições de vida e de renda e que reduzi-los com o passar dos anos de análise, reflete na não expansão das condições de vida e de renda das UPF. Ou seja, comparativamente entre os grupos, o capital humano é expensor das condições de vida e da renda das UPF, pois ter maior capital humano acarreta em maior condição de vida e conseqüentemente em maior renda.

No que diz respeito ao capital social, conclui-se que houve uma evolução do mesmo com o passar dos anos de análise e que está diretamente ligado com a renda das UPF, pois o capital social é menor nos estratos de baixa renda e é maior nos estratos de alta renda. Em relação aos intitamentos do capital social (participação em associação comunitária de produtores e/ou agricultores, em cooperativas, em sindicato de trabalhadores rurais ou patronal, associação de mulheres/clube de mães, associação vinculada a igreja, e clube ligado ao lazer) constata-se que os mesmos evoluíram e são potencializadores de melhores condições de vida e renda para as UPF pois nos grupos em que houve maior evolução dos intitamentos, o capital social, os meios de vida e a renda também foram maiores; e nos grupos cujo teve a redução da participação das atividades comunitárias, a renda e os meios de vida diminuíram com o passar dos anos de análise.

Ainda em relação aos intitamentos do capital social, destaca-se que a assistência técnica foi maior nos grupos que possuíam maior renda e menor nos grupos os grupos com menor renda. Entretanto, ressalta-se que a assistência técnica está diretamente ligada a produção agropecuária, o que faz com os grupos menos dependente da renda agrícola da UPF para compor a renda total, como o caso das UPF que contém renda abaixo da mediana da renda total, não aposte em assistência técnica. Nos grupos de renda acima da mediana da renda total, a aposta em assistência técnica é elevada, pois as UPF tem proporcionalmente maior parte da renda total vinda da renda agrícola. Assim, conclui-se que esse intitamento é considerados potencializadores de melhores condições de vida porque contribuíram para o aumento desse capital e conseqüentemente dos meios de vida dos grupos, mas está ligado as atividades e a renda agrícola.

Em relação ao capital físico, constata-se que os valores do capital físico para todos os grupos é o menor se comparado com os demais capitais, compreendendo assim, que ele é um capital que fragiliza a expansão das condições de vida e de renda das UPF. Ainda, verificou-se que comparativamente, os menores valores de capital físico estão nos grupos que mantiveram sua renda com o passar dos anos de análise, e os maiores valores encontrados estão nos grupos em que as UPF mudaram de estrato de renda. Assim, afirma-se que as UPF não terem mudado de estrato de renda e não terem expandido expressamente os seus meios de vida com o passar dos anos de análise está relacionado a maior fragilidade dos intitamentos que compõem o capital físico, pois, comparativamente, além deles possuírem os menores valores do capital físico, a sua variação com o passar dos anos também é pequena.

Em relação ao intitulamento que compõem o capital físico, que é composto pelo capital imobilizado/SAU, percebe-se a vulnerabilidade do mesmo em relação ao passar dos anos, pois eles se comporta de maneira muito diferente em cada UPF pesquisada. Mas, conclui-se que mesmo fragilizados eles podem atuar como potencializadores de melhores condições de vida e renda para as UPF.

Por fim, constata-se que os valores do capital financeiro atingem um valor muito baixo se comparado com os demais capitais que formam os meios de vida, compreendendo assim, que ele é um capital que fragiliza a expansão das condições de vida por conta do seus baixos valores. No que diz respeito ao seu intitulamento, que é a renda total dividida pela mão de obra familiar, apesar de terem aumentado nos grupos de renda acima da mediana e diminuído nos grupos de renda abaixo da mediana, percebe-se a vulnerabilidade do mesmo em relação ao passar dos anos, pois houve fragilidade do intitulamento em relação as interferências externas, principalmente nos grupos que tem renda que depende da agropecuária. Mas, afirma-se que os mesmo são potencializadores de melhores condições de vida e renda para as UPF.

Nessa lógica, conclui-se que os intitulamentos são componentes fundamentais dos capitais que sustentam as estratégias de renda e atividades criadas pelos indivíduos, e que foi essencial perceber quais os intitulamento evoluíram e quais os intitulamentos ficaram fragilizados em grupo com estratos de renda diferentes, para que cada compreender quais são os intitulamentos disponíveis, quais precisam ser acessados e como é feito o uso dos mesmos para cada unidade familiar, visando, segundo Schneider e Perondi (2012), fortalecer os “meios de vida”, para criar estratégias de trabalho e renda.

Os resultados dessa tese de doutorado apontam para novas contribuições acadêmicas sobre o tema dos meios de vida e renda, do mesmo modo, reúnem elementos importantes que oferecem subsídios potencialmente capazes de redundar em ações de políticas públicas, extensão e pesquisa que possam contribuir para preservar ou expandir as condições dos meios de vida dos agricultores familiares. Assim, os resultados desse estudo podem contribuir com os formuladores de políticas de desenvolvimento rural e/ou auxiliar a equipe que realiza extensão rural ao apontar, de modo geral, quais são os intitulamentos que influenciam positivamente na renda e nas condições de vida das unidades de produção familiar e quais intitulamentos estão fragilizados e poderiam a vir ser fortalecidos, para resultar em melhores condições de vida e renda.

Ressalta-se que é fundamental perceber o desenvolvimento como uma questão multidimensional de acesso e manutenção dos intitulamentos como expansores de condições de vida, através dos agricultores controlando de modo relativamente autônomo os capitais

necessários à construção das trajetórias de vida que julgam adequados para si e para suas famílias, pois segundo Grise e Nierdele (2008), o conjunto de ativos constitui a base de poder dos atores, e é o que permite a eles se reproduzirem e alterarem as estruturas institucionais sob as quais a reprodução ocorre.

Por fim, como todo trabalho que se pretenda enquanto uma tese e que busque trazer contribuições para academia, deve-se mencionar que as dificuldades não foram poucas, desde a organização dos referenciais teóricos, até mesmo na execução do estudo empírico e a subsequente análise de dados, tendo ainda muitas inquietações a serem respondidas. Contudo, a intensidade dos conhecimentos agregados ao longo da pesquisa de campo permitiu não somente compreender a realidade estudada de das unidades de produção familiar em dois marcos de tempo, mas acreditar que existem inúmeros trabalhos a serem realizados, ainda com *households* da agricultura familiar em geral. Portanto, espera-se que o presente estudo seja o término de uma etapa acadêmica, mas que, ao mesmo tempo, possa dar seguimento tanto em estudos focados na temática dos meios de vida e rendas rurais.

**REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas : Editora HICITEC, 1992.

BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Campoterritório: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p.123-151, ago. 2006.

BEBBINGTON, Anthony. Capitals and Capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty. **World Development**, vol. 27, n° 12; pp. 2021-2044, 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2013 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2013-2014.pdf/view>. Acessado em 14 de janeiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2017-2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario>. Acessado em 14 de janeiro de 2019.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 29-70.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARNEY, D. **Implementing the sustainable rural livelihoods approach**. In: Carney, D. (Ed.). *Sustainable rural livelihoods: what contribution can we make?* London: Department for International Development, 1998. p. 3-23.

CHAMBERS, Robert. Vulnerability, coping and policy. **IDS Bulletin**, v. 37, n. 4, September 2006. Disponível em: <<http://community.eldis.org/.598d23f8>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon Richard. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. IDS discussion paper. Brighton: n. 296. p.1-33, 1992.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz.; GUROVITZ, Eliane. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguay/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. Dissertação (Mestrado

em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2004.

ELLIS, Frank. **Household strategies and rural livelihood diversification**. Journal of development studies, London: v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Londres: Oxford, 2000.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. **Evolving themes in rural development 1950s-2000s**. Development policy review, Oxford (UK), v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

FREITAS, Tanise. Desenvolvimento Humano e Bem-Estar no meio rural como superação da vulnerabilidade: o caso de Arroio do Tigre/RS. In: **Memorias IX Congresso Sociedades Rurales Latinoamericanas**, diversidades, contrastes y alternativas. ALASRU. Cidade do México 2014.

FREITAS, Tanise. **A Diversificação dos Meios de Vida como Expansão das Capacitações: por uma sociologia das condições de vida na fuminultura no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GARCIA FILHO, Danilo P. Guia. **Metodológico Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**. Brasília: INCRA/FAO, 1999.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 5, n. 9/10, p. 19-34, 1980.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. p. 1-40.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. UNICAMP - Instituto de Economia, Coleção Pesquisas 1. Campinas,1999.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense,1982. 154 p.

GUANZIROLI, Carlos. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XX**. Rio de Janeiro: Garamond/FAO, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 362.

HELFAND, Steven; PEREIRA, Valentina. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, A.M. et al. A nova cara da pobreza rural:

desafios para as políticas públicas. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 16, Cap. 4, Brasília: IICA, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>, acessado em 05 de março de 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Caderno Estatístico Município de Verê. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/anuario\\_2013/index.html](http://www.ipardes.gov.br/anuario_2013/index.html), acessado em 05 de março de 2017.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural. Conceitos e aplicação ao Caso Brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAGEYAMA, Ângela. **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. In: Delgado, G. C. Agricultura e Políticas Públicas. p. 113- 223. IPEA. Brasília, 1990.

KAGEYAMA, A. **Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, Nilvo; NEUMANN, Pedro Selvino; SANTOS, Alvorí Cristo dos; MULLER, Artur Gustavo. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1995.

LONG, Norman; PLOEG, Jan Douwe van der Ploeg. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011, p. 21-48.

MATTOS, Ely José. **Relatório com a proposição do Índice de Condições de Vida ICV Territórios Rurais**. Porto Alegre, 2007.

MATTE, Alessandra. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MATTEI, Lauro. Pobreza Rural: **Um Fenômeno Históricoestrutural Relacionado à Estrutura Agrária do País**. Artigos OPPA - nº41 - janeiro 2012.

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto; MELLO, Lenivaldo Manoel; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.

NAVARRO, Zander Soares. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**", *Revista Estudos Avançados*, volume 15, 2001.

NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Catia. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, p. 41-69, jul/dic. 2008.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos Meios de Vida e Mercantilização da Agricultura Familiar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre, 2007.

PERONDI, Miguel Ângelo; RIBEIRO, Eduardo Augusto Magalhães. As estratégias de reprodução de sítiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná. **Organizações rurais e agroindustriais**. v.2, nº 2, jul/dez – 2000.

PLOEG, Jan Douwe van der. **El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización**. Guzman, E. S. *Ecologia, campesinato y historia*. Las Ediciones de la Piqueta, p. 135-195, 1992.

PLOEG, Jan Douwe van der. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. *Sociologia ruralis*, Oxford, v. 32, n. 2. p. 240-246, 1993.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Coleção Estudo Rurais).

PNUD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014**. O relatório do Desenvolvimento Humano. Disponível em: [http://www.gw.undp.org/content/dam/guinea\\_bissau/docs/reports/UNDP\\_GW\\_hdr14\\_pt.pdf](http://www.gw.undp.org/content/dam/guinea_bissau/docs/reports/UNDP_GW_hdr14_pt.pdf) Acesso em: 05 de março 2017.

ROMANO, Jorge. **Empoderamento**: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. En: J.O. ROMANO Y M. ANTUNES (Orgs.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. (pp. 9-20). Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. 2002.

SABEI, Thayze Rochele; BASSETTI, Fátima de Jesus. **Alternativas ecoeficientes para tratamento de efluentes em comunidades rurais**. In: *Revista Fórum Ambiental da Alta Paulista*. Numero 09, Vol. 11, p. 487-503, 2013.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. 328p.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SCHNEIDER, Sérgio; et. al. Diretrizes metodológicas para análise da diversificação dos meios de vida dos produtores de tabaco: referências para identificar estratégias alternativas a partir de

resultados preliminares baseados em um estudo de caso no Brasil. **Relatório de atividades**. CQCT, Brasil, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. In Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio; PERONDI, Miguel Angelo. Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **Redes** – Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul (RS), v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012.

SCHNEIDER, Sérgio; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR; Pelotas: UFPel/PPGA, 2003. Projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

SCOONES, Ian. **Livelihoods perspectives and rural development**. Journal of Peasant Studies. Vol. 36, No. 1, January 2009.

SCOONES, Ian. **Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis**. *IDS working paper*, Brighton, n. 72., p. 1-22, 1998.

SEN, Amartya. **Capability and Well-Being**. In: SEN, A. and NUSSBAUM, M. Eds. *The Quality of Life*. Oxford: Clarendon Press. 30-53, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, Amartya. **Poverty in the human development perspective: concept and measurement**. In: *Human Development Report 1997*. 1997. Pag.15-23.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1994.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; SANTOS, Germar Rosa; FORNAZIER, Armando. **Distribuição produtiva e tecnológica da agricultura brasileira e sua heterogeneidade estrutural**. Brasília: CEPAL, IPEA 2013.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. **As Estratégias de Renda dos Agricultores Familiares de Itapejara d'Oeste nos anos 2005 e 2010**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. 2015.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. **Estudo Comparativo da Diversificação dos Meios de Vida entre Comunidades Rurais Produtoras de Tabaco**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WAQUIL, Paulo D. et al. Proposição do Índice de Condições de Vida. **Relatório de atividades**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007.

WAQUIL, Paulo Dabdab et al. Vulnerability of family livestock farming in Brazil and Uruguay: a comparative analysis in the Livramento-Rivera border. In: INTERNATIONAL RANGELAND CONGRESS, 9., 2011, Rosario. **Anais...** Rosario, AR, 2011. p. 1-10. 1 CD-ROM.

WOORTMANN, Klaas. **Migração, família e campesinato**. In: Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas: Fundação SEADE/UNICAMP. jan./jun. 1990. v.7, n.1, p.35-53  
WOORTMANN, E. F. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Editora da USP: HUCITEC/Edunb. 1995. 336p.

ZOTTI, C. F. **Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto - PR**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS Porto Alegre, 2010.

**APENDICE A****Composição dos capitais com a descrição dos intitulamentos****CAPITAL FÍSICO**

<b>KI total/SAU</b>	
KI total/SAU = Para composição desse capital utilizou-se a variável capital imobilizado total/SAU (KI <sub>maqep</sub> + KI <sub>ben</sub> ) / SAU, tendo sido atribuído um ponto para cada fração de 10% do maior valor encontrado que corresponde a R\$137.410,43.	
<b>CAPITAL IMOBILIZADO E SUPERFÍCIE AGRÍCOLA ÚTIL</b>	
- <b>KI<sub>maqep</sub></b> : Capital imobilizado máquinas e equipamentos - <b>KI<sub>ben</sub></b> : Capital imobilizado em benfeitorias	<b>SAU</b> : Superfície Agrícola Útil

**CAPITAL NATURAL**

<b>CONSERVAÇÃO DA ÁGUA</b>	
<b>Origem da água</b>	<b>Destino dos dejetos humanos</b>
- Poço artesiano individual, nascente ou vertente com poço, rede pública: 2 - água do vizinho, nascente/poço desprotegido: 1 - Não tem: 0	- Fossa simples, fossa séptica/poço absorvente: 2 - Direto no solo, direto nos cursos de água: 1 - Não tem: 0
<b>CONSERVAÇÃO DO SOLO</b>	
Rotação de culturas	Sim: 1 Não: 0
Consórcio de culturas	Sim: 1 Não: 0
Adubação orgânica	Sim: 1 Não: 0
Controle alternativo de pragas e doenças	Sim: 1 Não: 0
Adubação verde	Sim: 1 Não: 0
Plantio direto	Sim: 1 Não: 0
Problemas com erosão	Não: 2 Sim, mas faz PD: 1 Sim, não faz PD: 0
<b>CONSERVAÇÃO DA MATA</b>	
Reflorestamento de áreas degradadas	Sim: 1 Não: 0
Mata ou floresta natural	Sim: 1 Não: 0
Obs: Após isso atribuiu-se um ponto para cada fração de 10% da maior soma encontrada de participação	

**CAPITAL HUMANO**

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>INFORMAÇÃO</b>	
0 Não alfabetizado	Escuta programa de rádio e TV sobre técnicas agrícolas	Sim:1 Não: 0
1 Primeira série – 1º Grau	Participa de demonstração de novos produtos e/ou dia de campo	Sim:1 Não: 0
2 Segunda série – 1º Grau	Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias	Sim:1 Não: 0
3 Terceira série – 1º Grau	Assiste palestra ou apresentação sobre temas agropecuários	Sim:1 Não: 0
4 Quarta série – 1º Grau	Lê livro técnico sobre agricultura e atividades rurais	Sim:1 Não: 0
5 Quinta série – 1º Grau	Tem acesso a internet	Sim:1 Não: 0
6 Sexta série – 1º Grau	<b>BENS DE CONSUMO</b>	
7 Sétima série – 1º Grau	Possui mais de 10 bens de consumo: 2	
8 Oitava série – 1º Grau	Possui 10 ou menos bens de consumo: 1	
9 Primeira série – 2º Grau	<b>COMPUTADOR</b>	
10 Segunda série – 2º Grau	Sim: 1	
11 Terceira série – 2º Grau	Não: 0	
12 Graduação incompleta	<b>MÃO DE OBRA DISPONÍVEL</b>	
16 Graduação completa	Número de residentes em idade de trabalho: UTH familiar*	
18 Mestrado	*Obs: o cálculo da UTH encontra-se na metodologia do trabalho	
22 Doutorado		
<b>ACESSO A TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO</b>		
Meio de locomoção próprio	Carro ou carro e moto: 2 Só Moto ou bicicleta: 1 Nenhum: 0	
Linha de telefone fixo e/ou celular	Sim: 1 Não: 0	
<b>INFRAESTRUTURA BÁSICA</b>		
Luz da casa	Sim: 1 Não: 0	
Instalações sanitárias da casa	Banheiro completo: 2 Banheiro incompleto ou casinha ou latrina: 1 Nenhuma: 0	
Piso da casa	Concreto: 2 Madeira: 1 Chão batido: 0	
Cobertura da casa	Tenha de barro ou amianto: 2 Capim ou palha: 1	
Parede externa da casa	Tijolo: 2 Tabua, tapume, barro ou adobe: 1	
Obs: Após isso atribuiu-se um ponto para cada fração de 10% da maior soma encontrada de participação		

**CAPITAL SOCIAL**

Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim: 1 Não: 0
Cooperativas (crédito, produção, etc)	Sim: 1 Não: 0
Sindicato de trabalhadores rurais ou Sindicato Patronal	Sim: 1 Não: 0
Associação de mulheres / clube de mães	Sim: 1 Não: 0
Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc. )	Sim: 1 Não: 0
Clube de futebol, bocha. Ligado ao lazer.	Sim: 1 Não: 0
Recebeu assistência técnica	Sim: 2 Não se aplica: 1 Não: 0
Obs: Após isso atribuiu-se um ponto para cada fração de 10% da maior soma encontrada de participação.	

**CAPITAL FINANCEIRO**

<b>RT / UTHf</b>				
Para composição desse capital utilizou-se a variável renda total da unidade de produção/unidade de trabalho homem familiar, tendo sido atribuído um ponto para cada fração de 10% do maior valor encontrado que corresponde a R\$288.321,26.				
<b>RENDA TOTAL</b>				
Renda total é soma das outras rendas, como exemplificado na formula: $RT = RA + RTS + ORT + ROF + RNA$				
Transferências Sociais (RTS)	Outras Rendas do Trabalho (ORT)	Renda de Outras Fontes (ROF)	Renda de Outras Fontes (ROF)	Renda Agrícola (RA)
<b>UTHf: UNIDADE DE TRABALHO HOMEM FAMILIAR</b>				
UTH familiar: Número de residentes em idade de trabalho Obs: o cálculo da UTH encontra-se na metodologia do trabalho				

## ANEXO I

### AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLURIATIVIDADE:

#### A emergência de uma nova ruralidade no Brasil

Agricultor (nome completo):..... Telefone:.....

Entrevistador:..... Data:.....

Município	Localidade	Nº Questionário

#### COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

##### 1) Composição da família **(Informar a família RESIDENTE na UP)**

Nome	Sexo (M/F)	Idade	Relação com o chefe (A)	Estado civil (B)	Tempo de trabalho (C)	Escolaridade (D)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						

(A)	(B)	(C) Tempo de trabalho	(D) Escolaridade
1 Resp/Chefe	1 Casado	1 Tempo integral na UP (*)	0 Não alfabetizado
2 Cônjuge	2 Solteiro	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	1 Primeira série – 1º Grau
3 Filho	3 Viúvo	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	2 Segunda série – 1º Grau
4 Filha	4 Divorciado	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	3 Terceira série – 1º Grau
5 Genro	5 União Estável	5 Tempo integral fora UP (*)	4 Quarta série – 1º Grau
6 Nora	6 Outros	6 Somente trabalho doméstico	5 Quinta série – 1º Grau
7 Neto (a)		7 Somente estuda	6 Sexta série – 1º Grau
8 Pai		8 Criança menor de 7 anos	7 Sétima série – 1º Grau
9 Mãe		9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP	8 Oitava série – 1º Grau
10 Avô		10 Desempregado	9 Primeira série – 2º Grau

11 Avó
12 Irmão
13 Irmã
14 Trab. contratado
15 Outros, qual?

11 Não trabalha (deficiente ou inválido)	10 Segunda série – 2º Grau
12 Outro (qual? Especificar)	11 Terceira série – 2º Grau
	12 Graduação incompleta
	16 Graduação completa
	18 Mestrado
	22 Doutorado

\* Arrendatário ou proprietário

\*\* Pessoa entrevistada

**ATENÇÃO:** Entrevistador, quando nesta legenda não tiver as alternativas informadas pelo agricultor VOCÊ deve fazer anotações paralelas



**Frutas [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]**

Uva						
Pêssego						

Na sua avaliação quanto valem os produtos retirados do POMAR, para CONSUMO FAMILIAR em R\$/ano?

Pastagem Anual						
Pastagem Permanente						

**Reflorestamento e extração de madeira**

Acácia-negra						
Eucalipto						
<b>S A U Total</b>						
Matas e Florestas Naturais						
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)						
<b>ÁREA TOTAL</b>						

**OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.**

4) **Aquisição de insumos para produção vegetal [Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]**  
**Diferenciar os insumos da PRODUÇÃO VEGETAL destinados para CONSUMO ANIMAL**

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAIS para PRODUÇÃO VEGETAL	TOTAL para CONSUMO ANIMAL
<b>Sementes</b>			SEMENTE (R\$)	SEMENTE (R\$)
			R\$	R\$
<b>Mudas</b>			MUDAS (R\$)	MUDAS (R\$)
			R\$	R\$
<b>Adubos orgânicos</b>			ADUBO ORGÂNICO (R\$)	ADUBO ORGÂNICO (R\$)
			R\$	R\$
<b>Adubo químico (NPK, <u>uréia</u>, nitratos, etc.)</b>			ADUBO QUIMÍCO	ADUBO QUIMÍCO
			R\$	R\$

<b>Calcário</b>			CALCÁRIO	CALCÁRIO
			R\$	R\$
<b>Oleo diesel</b>			OLEO DIESEL	OLEO DIESEL
			R\$	R\$
<b>Gasolina</b>			GASOLINA	GASOLINA
			R\$	R\$
<b>Produtos fitossanitários (químicos e biológicos)</b>			PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS
			R\$	R\$
<b>Contratação de maquinário para prod. vegetal (plantio, tratos culturais, colheita, frete...)</b>			MAQUINÁRIO	MAQUINÁRIO
			R\$	R\$

<b>Contratação de força de trabalho na prod. Vegetal</b>			FORÇA DE TRABALHO	FORÇA DE TRABALHO
			R\$	R\$
			Total de DIAS trabalhado	Total de DIAS trabalhado
<b>Outras despesas</b>			TOTAL OUTRAS DESPESAS (R\$)	TOTAL OUTRAS DESPESAS (R\$)
			R\$	R\$

**5) Efetivos animais disponíveis [Culturas de inverno de 2012 a outono de 2013]**

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
<b>Bovinos-Leite</b> Touros				
Vacas				
Novilhas				
Bezerras				
Bezerros				
<b>Bovinos-Corte</b> - Touros				
Vacas				
Novilhos				
Novilhas				
Bezerros				
<b>Bois para trabalho</b>				
<b>Aves</b> Frango de corte				
Galinha caipira				
Peru				
<b>Suínos</b> Leitão				
abate            Suínos p/				
Matrizes				
Reprodutor				
<b>Ovinos</b>				
<b>Caprinos</b>				
<b>Equinos</b>				

**Produção de origem animal [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Especificação	Quant. Prod	Unid.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

**6) Insumos das atividades de produção animal [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL
<b>Sal comum</b>				<b>Sal Comum    R\$</b>
<b>Sal mineral</b>				<b>Sal Mineral    R\$</b>
<b>Rações bovinos</b>				<b>Ração Bovinos R\$</b>
<b>Ração suínos</b>				<b>Ração Suínos R\$</b>
<b>Ração aves</b>				<b>Ração Aves    R\$</b>
<b>Ração - outros</b>				<b>Ração Outras   R\$</b>
<b>Produtos veterinários (antibióticos, desinfetantes, inseminações, etc.)</b>				<b>Produtos Veterinários R\$</b>

<b>Despesas com aviários</b>				<b>Despesas Aviário R\$</b>
<b>Despesa com maquinários/equipamentos</b>				<b>Maquinários/Equipamentos R\$</b>
<b>Contratação de força de trabalho</b>				<b>Força De Trabalho Contratada R\$</b>
				<b>Nº de Dias/ano:</b>
<b>Outros insumos animais</b>				<b>Outros Insumos R\$</b>

**7) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Banha					
Conservas/c					
ompotas					
Melado					
Manteiga					
Pão					
Queijo					
Sabão					
Salame					
Geleias e doces					
Vinho					
Açúcar mascavo					
Massa caseira					

**8) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL
Açúcar				<b>Açúcar R\$</b>
Coalho				<b>Coalho R\$</b>
Tripas				<b>Tripas R\$</b>
Soda				<b>Soda R\$</b>
Lenha				<b>Lenha R\$</b>
Embalagem				<b>Embalagem R\$</b>
Farinha de trigo				<b>Farinha de trigo R\$</b>
Despesa com maquinários/equipamentos				<b>Maquinários/Equipamentos R\$</b>
Contratação de força de trabalho				<b>Força De Trabalho Contratada R\$</b>
				<b>Nº de Dias/ano:</b>
				<b>R\$</b>
				<b>R\$</b>
				<b>R\$</b>
Outras despesas				<b>Outras despesas R\$</b>

**9) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)**

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria [ <b>&lt; 50 anos - 1963</b> ] (2) madeira [ <b>&lt; 30 anos - 1983</b> ] (3) mista* [ <b>&lt; 40 anos - 1973</b> ]	ano de construção	Área construída em m <sup>2</sup>
Açude				
Aviários*				
Casas de empregados				
Estábulo				
Galpões/armazéns/paiol				
Garagem de máquinas				
Pocilgas/chiqueiro				
Estufa fumo				
<b>Outros (especificar)</b>				

**\*O material dos aviários deve ser considerado como Alvenaria, tal que, deste modo, também serão considerados os equipamentos da benfeitoria.**

**10) Máquinas e equipamentos Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002  
(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)**

Especificação	Quantidade	Ano de fabr.	Valor atual
<b>Caminhão/ (com menos de 20 anos-1993)</b>			
<b>Veículo usado para produção</b>			
Colhedora			
Batedor de grãos			
<b>Trator (até 20 anos-1993) [indicar a marca e a potência em HP]</b>			
Trator > 80 Hp			
Trator < 80 Hp			
<b>Microtrator</b>			
<b>Equipamentos (com menos de 15 anos-1998)</b>			
Arado de tração animal			
Arado de tração mecânica			
Capinadeira de tração animal			
Grade de tração animal			
Grade de tração mecânica			
Semeadora de tração mecânica (semeadora fluxo contínuo)			
Plantadeira para o plantio direto (semeadora de precisão)			
Semeadora de tração animal			
Ensiladeira			
Roçadeira costal			
Roçadeira de tração mecânica			
Carreta agrícola			
Pulverizador costal manual			
Pulverizador costal motorizado			
Pulverizador tracionado			
Pulverizador montado			
Pulverizador autopropelido			
Ordehadeira canalizada			
Ordehadeira não canalizada			
Resfriador de leite – imersão de tarros			
Resfriador de leite – a granel			
Motor elétrico			
Bomba de água			
Engenho de cana			
Triturador de cereais (forrageiras)			
Carroça			
Máquina de costurar fumo			
<b>Outros (especificar)**</b>			
Minorias (ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá)			

## DESPESAS

**11) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Formas de contratação	Número de pessoas ou máquinas	Número de dias trabalhados no ano	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário para Serviços Gerais do estabelecimento (**)			
03 Contratação de Máquinas para Serviços Gerais do estabelecimento (não repetir o valor do item 4)			

(\*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(\*\*) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

**12) Outros gastos (valores anuais) [Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	
Telefone para fins produtivos	
Oleo diesel p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Gasolina p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Consertos de equipamentos em serviço externo	

**13) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? Considerar inverno de 2012 a outono de 2013**

- rotação de culturas  
 consórcio de culturas  
 adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos  
 reflorestamento de áreas degradadas  
 controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças  
 adubação verde  
                   1( ) anualmente                    2( ) esporadicamente  
 Terraceamento (curvas de nível)  
 Tipo do relevo: 1( ) forte ondulado   2( ) ondulado   3( ) levemente ondulado   4( ) plano  
  
 plantio direto

**13.1) Utiliza grade, arado ou escarificador?**

- 1( ) nunca   2( ) mensalmente   3( ) semestralmente   4( ) anualmente   5( ) menos de uma vez por ano

**13.2) Teve problemas com erosão neste ano agrícola?**

- 1( ) SIM   2( ) NÃO

### ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

**(\*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano**

**14) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP** **Considerar inverno de 2012 a outono de 2013**

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)			
	Discriminação da atividade	Nº dias	Local (B)	Valor total recebido (RS)

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)			
	Discriminação da atividade	Nº dias	Local (A)	Valor total recebido (RS)

Primeiro nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)				
	Discriminação da atividade	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	Valor total recebido (RS)

(\*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(\*\*) **Atividades Para-Agrícolas:** envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor.

(\*\*\*) **Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades

(A) Local de exercício das atividades para-agrícolas
1. No domicílio ou <u>na</u> UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento
4. Unidade de processamento coletiva
5. Unidade de processamento de terceiro
6. Outro local

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou <u>na</u> UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do <u>próprio município</u>
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros
10. Não se aplica

15) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

---



---



---

16) Há membros que recebam aposentadoria/pensão e/ou outro benefício na sua família?

1-Sim ( )                      2- Não ( )                      3-( ) Não sabe/ não respondeu

16.1) **Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (Considerar inverno de 2012 a outono de 2013)?**

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício 01 (A)	Tipo de benefício 02 (A)	Número de meses em que recebeu os benefícios	Valor mensal recebido (R\$)

(A) → 1-Aposentadoria    2-Pensão    3-Auxilio doença    4-Bolsa de estudo    5-Bolsa família    6-outro beneficio

17) Quais outras fontes de renda a família contou no último ano agrícola **[Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Tipos de rendas (Não = 0 e Sim = 1)	Valor (R\$) total recebido
( ) Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
( ) Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
( ) Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
( ) Pensões judiciais	
( ) Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
( ) Juros de aplicações financeiras ou poupança	
( ) Outras rendas (especificar)	

18) Assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? **[Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

Tipos de investimentos (Não = 0, Sim = 1 e Não sabe = 3)	Valor total gasto em R\$
( ) Aquisição de terras	
( ) Aquisição de veículos (utilitários)	
( ) Aquisição de equipamentos ou máquinas	
( ) Aquisição de terreno na cidade	
( ) Construção e reforma da casa	
( ) Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
( ) Investimentos na área ambiental (SISLEG, conservação, etc)	
( ) Outros investimentos (especificar)	

## POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

### 19) Assinale de quem recebeu assistência técnica (todos) **[Considerar inverno de 2012 a outono de 2013]**

- |  |   |
|--|---|
| <p>(    ) Não recebeu assistência técnica</p> <p>(    ) Não se aplica</p> <p>1-(    ) Cooperativa de produção</p> <p>2-(    ) Sindicato</p> <p>3-(    ) Secretaria Estadual de Agricultura</p> <p>4-(    ) Secretaria Municipal de Agricultura</p> | <p>5-(    ) ONGs</p> <p>6-(    ) Empresas integradoras</p> <p>7-(    ) Assistência técnica particular (liberais)</p> <p>8-(    ) EMATER</p> <p>9-(    ) Outro</p> |
|--|---|

### 20) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

- 1-(    ) Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas
- 2-(    ) Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo
- 3-(    ) Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias
- 4-(    ) Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários
- 5-(    ) Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais

### 21) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola **(inverno de 2012 a outono de 2013)?**

- 1-Sim (    )                      2-Não (    )                      3-(    ) Não sabe/não respondeu

**Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):**

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$)	Valor pago em juros (R\$)

(A)
1 Custeio
2 Comercialização
3 Investimento

(B)		
1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7. Pronaf
2 Cooperativas	5 Vizinhos	8. Programa do estado
3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

## INFRAESTRUTURA BÁSICA

### 22.1) Composição da moradia

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

### 22.2) Instalações sanitárias **(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Banheiro completo (*)	1-( )
2-Banheiro incompleto (**)	2-( )
3-Casinha ou latrina	3-( )
4-Nenhuma	4-( )

(\*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(\*\*) Incompleto: Vaso ou chuveiro

### 22.3) Tipo de piso predominante **(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Concreto	1-( )
2-Chão batido	2-( )
3-Madeira	3-( )
4-Outro	4-( )

### 22.4) Tipo de cobertura predominante **(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Telha de barro	1-( )
2-Telha de amianto (Brasilit)	2-( )
3-Capim ou palha	3-( )
4-Zinco ou outro metal	4-( )
5-Outra	5-( )

### 22.5) Tipo de parede externa predominante **(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Tijolo com revestimento	1-( )
2-Tijolo sem revestimento	2-( )
3-Tábuas	3-( )
4-Tapumes ou chapas de madeira	4-( )
5-Folha de zinco	5-( )
6-Barro ou adobe	6-( )
7-Outra	7-( )

### 23) Abastecimento de água

**(Assinalar apenas uma opção)**

### 24) Destino dos dejetos humanos

**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
1-Poço artesiano	( )
2-Nascente ou vertente com poço	( )
3-Córrego/Açude	( )
4-Cacimba	( )
5-Água do vizinho	( )
7-Rede geral	( )
6-Outro tipo	( )
8-nascente/poço desprotegido	( )

Especificação	
1-Fossa simples (seca)	( )
2-Fossa séptica/poço absorvente	( )
3-Direto no solo	( )
4-Direto nos cursos d'água	( )
5-Não tem	( )
6-Outro destino	( )

### 25) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

1-( ) rede geral

2-( ) gerador próprio

3-( ) não possui

4-( ) outro \_\_\_\_\_

**26) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]**

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som		15 Rádio	
02 Automóvel		16 Televisor	
03 Moto		17 Vídeo cassete/DVD	
04 Bicicleta		18 Linha de Telefone fixo	
05 Ferro elétrico		19 Celular	
06 Fogão a gás		20 Computador	
07 Fogão à lenha		21 Acesso á internet (1-sim/2-não)	
08 Forno elétrico /microondas		22-Cisternas	
09 Freezer		23	
10 Geladeira		24	
11 Liquidificador		25	
12 Máquina de lavar roupa		26	
13 Batedeira		27	
14 Parabólica		28	

**AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO****27) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	1-( )Sim 2-( )Não
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	1-( )Sim 2-( )Não
03 Sindicato de trabalhadores	1-( )Sim 2-( )Não
04 Associação de mulheres/clube de mães	1-( )Sim 2-( )Não
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	1-( )Sim 2-( )Não
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	1-( )Sim 2-( )Não
99 Outros tipos de entidade (especificar)	1-( )Sim 2-( )Não

## MIGRAÇÃO FAMILIAR E SEU FUTURO

28) Pesquisa sobre as pessoas que SAÍRAM da propriedade, considerar também as pessoas que SAÍRAM E RETORNARAM a propriedade. **(do último ao primeiro que saiu)**

FILHOS (AS)	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
Nome								
Idade atual – anos								
Sexo (M/F)								
Estado civil (B)								
Ano que saiu								
Idade que saiu								
Destino de saída (Tab. 1)								
Residência atual (Tab. 1)								
Porque saiu da residência (Tab. 4)								
Grau de Instrução ao sair (D)								
Grau de Instrução atual (D)								
Continua estudando (S/N)								
Atividade que trabalha (Tab. 3)								
Ano de retorno a região								
Ano de retorno ao município								
Ano de retorno ao meio rural								
Ano retorno a propriedade								
Por quê retornou (Tab. 2)								

(B)		TAB. 1		TAB. 2		TAB. 3		TAB. 4	
Cód.	Estado Civil	Cód.	DESTINO E RESIDÊNCIA	Cód.	POR QUE RETORNOU	Cód.	SETOR DE ATIVI//	Cód.	PORQUE SAIU
1	Casado	1	Comunidade do município	1	Perdeu o emprego	1	Indústria	1	Trabalhar
2	Solteiro	2	Sede do município	2	Estava ganhando pouco	2	Comércio	2	Estudar
3	Viuvo	3	Cidade da região	3	Para exercer outra atividade na região	3	Serviços Auxiliares (*)	3	Casar
4	Divorciado	4	Outra cidade do Estado	4	Não quis ficar longe da família/amigos	4	Construção Civil	4	Acompanhamento
5	União Estável	5	Cidade de outro estado	5	Para ser agricultor	5	Transf. Artesanal	5	Outro
6	Outros	6	Meio rural outro município	6	Aposentou	6	Transporte/Comunic		
		7	Faleceu	7	Faliu	7	Serviço Público		
		8	Permanece no local de destino	8	Outro	8	Serviços Pessoais (**)		
		9	Retornou ao estabelecimento			9	Agricultura		
						10	Outro		
						11	Não se aplica		

(\*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Agrônomo, Técnico, etc.

(\*\*) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, Jardineiro, Barbeiro, etc.

**29) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?**

1-( ) Sim            2-( ) Não            3-( ) Não sabe/ não respondeu

**29.1) Porque?**

.....  
 .....  
 .....  
 .....

**30) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:**

1-( ) Sim            2-( ) Não            3-( ) Não sabe/ não respondeu            4-( ) Não se aplica

**31) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?**

1-( ) Sim            2-( ) Não            3-( ) Não sabe/ não respondeu

**32) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?**

1-( ) Sim            2-( ) Não            3-( ) Não sabe/ não respondeu

**32.1) Se sim,** apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

.....  
 .....  
 .....  
 .....